

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Bauru

CARLA NEGRIM FERNANDES DE PAIVA

**COMUNICAÇÃO E REPERTÓRIO DE AÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E
CONTRAMOVIMENTOS FEMINISTAS NA SOCIEDADE EM MUDIATIZAÇÃO**

Bauru
2026



CARLA NEGRIM FERNANDES DE PAIVA

**COMUNICAÇÃO E REPERTÓRIO DE AÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E
CONTRAMOVIMENTOS FEMINISTAS NA SOCIEDADE EM MUDIATIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação
Midiática

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Kraus
Luvizotto

Bauru

2026

P149c Paiva, Carla Negrin Fernandes de
Comunicação e repertório de ação de movimentos sociais e
contramovimentos feministas na sociedade em midiatização / Carla
Negrin Fernandes de Paiva. -- Bauru, 2026
233 p. : il., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru
Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto

1. Comunicação. 2. Midiatização. 3. Movimentos Sociais. 4.
Feminismo. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE CARLA NEGRIM FERNANDES DE PAIVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 31 de março de 2026, às 14h, no(a) Sala Coonecta e Google Meet, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de CARLA NEGRIM FERNANDES DE PAIVA, intitulada "Comunicação e repertório de ação de movimentos sociais e contramovimentos feministas na sociedade em midiatização". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Associada CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Câmpus de Bauru - FAAC, Professora Doutora ALANA NOGUEIRA VOLPATO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Câmpus de Bauru - FAAC, Professora Doutora LILIANE DE LUCENA ITO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Jornalismo / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Câmpus de Bauru - FAAC, Professora associada KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação / Universidade Federal do Paraná, Professor Adjunto DANIEL REIS SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social / Universidade Federal de Minas Gerais, Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA _ _ . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professora Associada CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

IMPACTO DESTA PESQUISA ESPERADO NA SOCIEDADE

A presente tese, ao abordar as dinâmicas de disputa entre movimentos sociais e contramovimentos por meio de ambientes digitais em torno de pautas como direitos reprodutivos, impacta a sociedade em dimensões políticas e culturais e contribui diretamente para algumas metas estabelecidas na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

A tese está alinhada ao Objetivo 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), em particular com a Meta 5.6, que visa assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, e com a Meta 5.c, que visa adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. Ao analisar os desafios enfrentados por ativistas, parlamentares e outros atores sociais e políticos na ampliação e consolidação dos direitos das mulheres, sobretudo aqueles relacionados ao aborto legal, a pesquisa busca fornecer insumos para promover políticas e iniciativas que garantam o acesso ao procedimento, bem como a outros direitos desse âmbito garantidos por iniciativas e documentos nacionais e internacionais.

Nesse sentido, esta pesquisa também contribui diretamente para o fortalecimento da legislação aplicável a esses direitos, como propõe a Meta 5.c. Ao examinar narrativas que alcançam visibilidade nos ambientes midiáticos e propostas legislativas que atuam diretamente no retrocesso de conquistas já consolidadas, a tese busca promover uma maior compreensão dos impactos da disputa de discursos midiáticos que enfraquecem os direitos acerca do aborto, e sobre a necessidade da adoção de práticas e políticas que garantam o pleno acesso desses direitos, garantindo, dessa forma, o empoderamento de mulheres e também meninas – particularmente meninas, um grupo especialmente atingido por um projeto de lei amplamente discutido na tese.

Por fim, a tese também contribui para o Objetivo 16 (Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis), em particular a Meta 16.10, que visa assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais. A pesquisa destaca a importância do acesso à informação precisa e imparcial sobre questões relacionadas ao aborto legal, contra a desinformação ou narrativas tendenciosas propagadas por determinados grupos.

EXPECTED IMPACT OF THIS RESEARCH ON SOCIETY

By addressing the dynamics of dispute between social movements and countermovements within digital environments around issues such as reproductive rights, this thesis impacts society in political and cultural dimensions and directly contributes to several goals established in the United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development.

The thesis aligns with Goal 5 (Achieve gender equality and empower all women and girls), particularly Target 5.6, which seeks to ensure universal access to sexual and reproductive health and reproductive rights, and Target 5.c, which aims to adopt and strengthen sound policies and enforceable legislation for the promotion of gender equality and the empowerment of all women and girls at all levels. By analyzing the challenges faced by activists, parliamentarians, and other social and political actors in expanding and consolidating women's right, especially those related to legal abortion, the research seeks to provide inputs to promote policies and initiatives that guarantee access to the procedure, as well as to other rights in this domain ensured by national and international initiatives and legal frameworks.

In this sense, the research also directly contributes to strengthening applicable legislation related to these rights, as proposed in Target 5.c. By examining narratives that gain visibility in media environments and legislative proposals that directly contribute to rolling back previously consolidated gains, the thesis aims to foster a broader understanding of the impacts of mediatized discursive disputes that weaken abortion rights, as well as the need to adopt practices and policies that ensure full access to these rights, thereby empowering women and girls - particularly girls, a group especially affected by a bill widely discussed in the thesis.

Finally, the thesis also contributes to Goal 16 (Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels), particularly Target 16.10, which seeks to ensure public access to information and protect fundamental freedoms, in accordance with national legislation and international agreements. The research highlights the importance of access to accurate and impartial information on issues related to legal abortion, in opposition to misinformation or biased narratives disseminated by certain groups.

AGRADECIMENTOS

São diversas as pessoas que contribuíram para a realização desta pesquisa e a quem devo agradecer pela presença e apoio constantes. Isso demonstra como a construção de uma tese é, afinal, resultado de um encontro de pessoas e seus saberes, imprescindíveis para consolidar um trabalho tão árduo, sério e muito gratificante como esse.

À minha família, minha primeira incentivadora, desde sempre. Que sorte ter crescido com pessoas que me ensinaram a valorizar o conhecimento e que, com o amor incondicional dos meus tios e tias, avós, irmãos, primos e da minha mãe, me motivam a realizar meus sonhos. Da mesma forma, agradeço aos meus amigos que, de alguma maneira, compartilharam comigo essa jornada.

À minha orientadora, Profa. Dra. Caroline Luvizotto, pela parceria de vários anos. Carol, com você aprendi muito sobre resiliência, respeito e dedicação. Obrigada por me mostrar que é possível e sempre há uma solução. Que privilégio ter sido orientada por alguém que admiro imensamente. Aos demais professores que passaram pela minha vida acadêmica, deixo também meu reconhecimento e agradecimento pelos aprendizados. Também aos professores da banca que dedicaram seu tempo para contribuir com esse trabalho, muito obrigada.

À Profa. Dra. Deana Rohlinger, da Florida State University, pelo acolhimento, pelos conselhos e pela parceria no trabalho que desenvolvemos durante o período em que estive na FSU.

Aos meus colegas pesquisadores da Unesp e a todos que conheci nos eventos acadêmicos, com que tive o privilégio de compartilhar não apenas conhecimento, mas também as angústias e alegrias que a vida acadêmica nos proporciona. Em especial, ao Grupo de Pesquisa ComMov – Comunicação Midiática e Movimentos Sociais, por construir um ambiente de apoio e amizade fundamental para dar sentido a essa jornada.

Por fim, agradeço aos colaboradores do PPGCom e da Unesp de uma maneira geral. Vida longa a essa instituição e a todas universidades públicas, espaços que representam a qualidade do nosso ensino superior. Que possamos ampliar as condições necessárias para a contínua produção da pesquisa brasileira, parte fundamental da construção de uma sociedade crítica e democrática.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2022/15804-7 e 2024/04850-3.

RESUMO

Frente ao contexto em que a midiaticização integra a estrutura social de forma a trazer consequências para campos específicos e a constante relação de influência entre esses e as instâncias midiáticas, pergunta-se: qual o papel da midiaticização da sociedade no repertório de ação dos movimentos sociais e contramovimentos? Em busca de respostas, esta pesquisa tem por objetivo compreender de que forma os processos de midiaticização alteram a visibilidade e mobilização estrategicamente almejados por movimentos sociais e contramovimentos na sociedade contemporânea. Especificamente, pretende-se: identificar e descrever o repertório de ação dos movimentos feministas e dos contramovimentos para disseminar suas pautas e mobilizar a opinião pública; analisar as trocas comunicacionais e a interação entre movimentos feministas e contramovimentos em torno da oposição entre suas pautas; refletir sobre as possibilidades e contradições das trocas comunicacionais impostas pelas lógicas de midiaticização na atuação dos movimentos sociais e contramovimentos feministas. Como aporte teórico, aliamos as perspectivas institucionais e socioconstrutivistas dos processos de midiaticização que permitem a compreensão das estruturas acionadas pelos objetos da pesquisa, bem como a sua agência que configura práticas midiaticizadas. Através do estabelecimento de disputas contenciosas que tensionam esses processos, acionamentos a Teoria do Processo Político também como estrutura teórica para compreender como a dinâmica movimento-contramovimento, inserida na esfera pública em processo de midiaticização, é configurada pelas oportunidades e restrições políticas. Na pesquisa empírica, primeiro exploramos o espaço de circulação e visibilidade a partir das lógicas da imprensa tradicional com a coleta de menções nos meios noticiosos sobre o Projeto de Lei nº 1904 que trata do aborto, agenda que ilustra as dinâmicas estudadas. Em seguida, como forma de investigar as disputas de enquadramentos sobre o aborto entre grupos antagônicos e como ocorrem em arenas complexas afetadas por quadros culturais e políticos, foram coletadas e analisadas postagens do Instagram de representantes de ambos os movimentos mapeados na etapa anterior. Defendemos a tese de que as lógicas de midiaticização se manifestam no repertório de ação dos movimentos sociais e consequentemente dos contramovimentos e, dessa forma, contribuem para a mobilização ou desmobilização em torno das pautas propostas por esses atores sociais. Contudo, nem todas as ações são orientadas primordialmente à mobilização de públicos. A centralidade de alguns repertórios reside no uso de viabilidades disponíveis que assumem caráter político com o principal fim de pressão gerada por ativismos que se desenvolvem na sobreposição de arenas. Concluimos que, ainda que o processo de midiaticização cria a possibilidade de circulação e visibilidade de conteúdos com o intuito de mobilizar e gerar interações contenciosas e, da mesma forma, municia outros sujeitos sociais antagônicos a fazerem o mesmo, ações de contestação como as analisadas nesta pesquisa podem materializar dinâmicas orientadas à transformação social em prol da ampliação de direitos e da denúncia de propostas autoritárias e violentas. No estudo a respeito de movimentos e ativismos contemporâneos, é essencial analisar os diferentes processos de midiaticização que permeiam disputas interacionais e os desafios estratégicos impostos por essa dinâmica.

Palavras-chave: Midiaticização; Movimento Feminista; Antifeminismo; Ativismo; Repertórios de Ação Coletiva.

ABSTRACT

In a context in which mediatization becomes integrated into the social structure in ways that produce consequences for specific fields, and given the constant relationship of mutual influence between these fields and media institutions, the following question arises: what is the role of the mediatization of society in shaping the repertoires of action of social movements and countermovements? In seeking to answer this question, this research aims to understand how processes of mediatization alter the visibility and mobilization strategically pursued by social movements and countermovements in contemporary society. Specifically, it seeks to: identify and describe the repertoire of action employed by feminist movements and countermovements to disseminate their agendas and mobilize public opinion; analyze communicative exchanges and interactions between feminist movements and countermovements around the opposition of their agendas; and reflect on the possibilities and contradictions of communicative exchanges shaped by the logics of mediatization in the actions of feminist social movements and countermovements. As a theoretical framework, we combined institutional and socio-constructivist perspectives on mediatization processes, which allow for an understanding of the structures activated by the research objects, as well as their agency in shaping mediatized practices. By examining contentious disputes that strain these processes, Political Process Theory is also mobilized as a theoretical framework to understand how the movement–countermovement dynamic, situated within a public sphere undergoing mediatization, is configured by political opportunities and constraints. In the empirical research, we first explore spaces of circulation and visibility through the logics of the traditional press by collecting news media mentions regarding Bill No. 1904/24 addressing abortion, an agenda that illustrates the dynamics under study. Subsequently, in order to investigate framing disputes over abortion between antagonistic groups and how these unfold in complex arenas shaped by cultural and political frames, Instagram posts by representatives of both movements mapped in the previous stage were collected and analyzed. We argue that the logics of mediatization are manifested in the repertoires of action of social movements, and consequently of countermovements, thereby contributing to mobilization or demobilization around the agendas proposed by these social actors. However, not all actions are primarily oriented toward audience mobilization. The centrality of certain repertoires lies in the strategic use of available affordances that assume a political character, with the primary aim of exerting pressure generated by activism that develop through the overlap of arenas. We conclude that although mediatization processes create possibilities for the circulation and visibility of content aimed at mobilization and contentious interaction, and similarly equip antagonistic social actors to do the same, acts of contestation such as those analyzed in this research may materialize dynamics oriented toward social transformation, in favor of expanding rights and denouncing authoritarian and violent proposals. In the study of contemporary movements and activism, it is essential to analyze the different processes of mediatization that permeate interactional disputes and the strategic challenges imposed by this dynamic.

Keywords: Mediatization; Feminist Movement; Anti-feminism; Activism; Repertoires of Collective Action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Protesto noticiado pelo veículo Brasil de Fato.....	132
Figura 2 – Ação noticiada pelo veículo Poder360.....	137
Figura 3 – Postagem da vereadora Priscila Costa.....	143
Figura 4 – Postagem do deputado Messias Donato com incentivo ao engajamento digital...144	
Figura 5 – Postagem do padre Paulo Ricardo com incentivo ao engajamento digital.....	145
Figura 6 – Projeção de texto em prédio em alerta ao PL 1904.....	150
Figura 7 – Registro da entrega de uma coroa de flores feita em frente à Câmara dos Deputados pelo deputado Sóstenes Cavalcante	151
Figura 8 – Registro da entrega de uma coroa de flores feita em frente à Câmara dos Deputados pelo movimento feminista.....	152
Figura 9 – Exemplo de publicação identificando os apoiadores do PL 1904.....	156
Figura 10 – Publicação com informações sobre o ato presencial feminista.....	158
Figura 11 – Publicação da deputada Fernanda Melchionna em reação ao vídeo do deputado Sóstenes Cavalcante.....	161
Figura 12 – Publicação do deputado Sóstenes Cavalcante a partir da reportagem do veículo CNN.....	165
Figura 13 – Publicação do pastor Silas Malafaia.....	166
Figura 14 – Publicação do deputado Gilberto Cattani na passeata em defesa do PL.....	167
Figura 15 – Meme publicado pelo deputado Paulo Bilynskyj.....	168
Figura 16 – Publicação de deputada “Índia” Armelau.....	169
Figura 17 – Meme publicado pela organização As Católicas.....	176
Figura 18 – Publicação da Frente Estadual SP Pela Legalização do Aborto durante ato.....	179
Figura 19 – Publicação da Bancada Feminista do PSOL que retrata a queima de um boneco inflável de Arthur Lira durante ato.....	180
Figura 20 – Publicação da vereadora Priscila Costa a partir de um vídeo de Lula.....	184
Figura 21 – Publicação do deputado Hélio Lopes em crítica a Lula e à imprensa.....	184
Figura 22 – Publicação do deputado Paulo Bilynskyj semelhante a conteúdos feminista.....	186
Figura 23 – Esquematização dos acontecimentos e dos <i>frames</i> acionados.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade e tipo de veículo das matérias jornalísticas que compõem o <i>corpus</i> da análise.....	136
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas do processo metodológico.....	121
Quadro 2 – Quantidade de atores feministas selecionados por categorias.....	141
Quadro 3 – Quantidade de atores antifeministas selecionados por categorias.....	141
Quadro 4 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.1.....	147
Quadro 5 – Resumo dos enquadramentos e repertórios antifeministas dos dias 04 a 12 de junho.....	148
Quadro 6 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.2.....	154
Quadro 7 – Resumo dos enquadramentos e repertórios feministas dos dias 04 a 12 de junho..	154
Quadro 8 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.3.....	162
Quadro 9 – Resumo dos enquadramentos e repertórios feministas dos dias 13 a 17 de junho..	163
Quadro 10 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.4.....	174
Quadro 11 – Resumo dos enquadramentos e repertórios antifeministas dos dias 13 a 17 de junho.....	174
Quadro 12 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.5.....	180
Quadro 13 – Resumo dos enquadramentos e repertórios feministas dos dias 18 a 30 de junho.....	181
Quadro 14 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.6.....	187
Quadro 15 – Resumo dos enquadramentos e repertórios antifeministas dos dias 18 a 30 de junho.....	188

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS	21
2.1 SOCIEDADE EM MUDIATIZAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	29
2.1.1 Lógicas de mídia	31
2.1.2 Lógicas de midiatização	34
2.2 A SOCIEDADE EM MUDIATIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL.....	37
3 TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	46
3.1 TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO.....	48
3.2 ENTRE REPERTÓRIOS E ESTRATÉGIAS	53
3.3 VISIBILIDADE MUDIÁTICA E MUDIATIZADA	59
4 MOVIMENTOS SOCIAIS, CONTRAMOVIMENTOS E ATIVISMOS CONTEMPORÂNEOS	69
4.1 DINÂMICA MOVIMENTO-CONTRAMOVIMENTO.....	69
4.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMOS NO CONTEXTO BRASILEIRO	78
4.3 FEMINISMOS E ANTIFEMINISMOS	88
4.3.1 Gerações do Movimento Social Feminista	89
4.3.2 Movimento Feminista Contemporâneo	93
4.3.3 Antifeminismo	102
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	112
5.1 COLETA E EXPLORAÇÃO DO MATERIAL – MEIOS NOTICIOSOS	114
5.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTOS	117
6 ANÁLISE DOS FEMINISMOS E ANTIFEMINISMOS NOS MEIOS NOTICIOSOS	122
6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI nº 1904/2024.....	122
6.2 ATORES POLÍTICOS ENVOLVIDOS	123
6.3 CIRCULAÇÃO MUDIATIZADA	128
6.4 REPERTÓRIOS ACIONADOS	129
6.5 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES.....	133
7 ANÁLISE DOS FEMINISMOS E ANTIFEMINISMOS NO INSTAGRAM	138
7.1 ENQUADRAMENTOS E MARCAS DE REPERTÓRIO	142
7.1.1 Publicações antifeministas dos dias 04 a 12 de junho	142
7.1.2 Publicações feministas dos dias 04 a 12 de junho	148
7.1.3 Publicações feministas dos dias 13 a meados de 17 de junho	154

7.1.4 Publicações antifeministas dos dias 13 a meados de 17 de junho.....	163
7.1.5 Publicações feministas dos dias 18 a 30 de junho	175
7.1.6 Publicações antifeministas dos dias 18 a 30 de junho.....	181
7.2 PONTOS DE INFLEXÃO DO EPISÓDIO E OS <i>FRAMES</i> ACIONADOS.....	188
8 CONCLUSÃO	191
REFERÊNCIAS	200
APÊNDICE A – Quadro com as características consideradas das fontes de notícias	216
APÊNDICE B – Quadro dos atores feministas selecionados para a análise do Instagram	217
APÊNDICE C – Quadro dos atores antifeministas selecionados para a análise do Instagram .	226

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais atuam em redes de ação coletiva que possibilitam formas de reivindicação por parte da população, articulando projetos de sociedade e variações estratégicas que incluem mobilizações, passeatas, desobediência civil e negociações, entre outras práticas (Gohn, 2011). Ao se constituírem como formas ativas de participação cidadã orientadas à promoção de mudanças sociais, esses movimentos revelam a gênese das demandas e pautas que impulsionam o movimento feminista. Em resistência às narrativas hegemônicas, os feminismos organizam suas bandeiras de maneira politicamente estruturada e atuam em múltiplas frentes com o objetivo de conquistar espaço e influenciar não apenas políticas públicas, mas também a própria produção de conhecimento, buscando transformar os padrões culturais historicamente instituídos.

Para tanto, a utilização de meios de comunicação e informação torna-se elemento central no agir comunicativo dos movimentos sociais (Gohn, 2011). Com a ampliação do acesso à internet e a consolidação das plataformas digitais, emerge uma nova geração do movimento feminista, que passa a se valer do ambiente virtual como espaço de discussão e articulação. Inserida em uma dinâmica de midiaticização, na qual eventos e manifestações são cada vez mais organizados e amplificados em esferas virtuais (Santos, 2019), a atuação contemporânea do feminismo caracteriza-se pela diversidade de pautas e pela intensificação de debates iniciados em ondas anteriores. De acordo com Perez e Ricoldi (2019), ainda que em desenvolvimento, essa fase do movimento já evidencia características marcantes, como a visibilidade conferida a uma ampla gama de reivindicações, potencializada pela forte presença nas redes sociais digitais. Assim, a pluralidade de agendas atravessa as distintas gerações do feminismo, manifestando-se em múltiplas expressões e práticas ativistas. Entre os temas que se destacam nesta pesquisa, estão o direito ao aborto, a defesa da vida de mulheres transexuais, o combate ao assédio, a promoção da equidade social e no ambiente de trabalho, entre outros.

Entretanto, os movimentos sociais progressistas não são os únicos a disputar o espaço público, grupos antagônicos também organizam suas próprias redes de mobilização, exprimindo insatisfações e tensionando o cenário social. Em razão da visibilidade, da capacidade de mobilização e das transformações sociais e políticas que movimentos como o feminista buscam e, por vezes, alcançam, suscitam reações de determinados segmentos que se organizam enquanto contramovimentos. Compreendidos como aglomerados de indivíduos e organizações que compartilham preocupações convergentes e surgem em oposição direta aos

movimentos sociais, os contramovimentos formulam reivindicações concorrentes, visando disputar a atenção tanto da mídia quanto da opinião pública (Meyer; Staggenborg, 1996). Atuando em defesa de temáticas próprias, esses grupos confrontam abertamente as ações dos movimentos contestatórios, compondo um quadro de embate político e de disputa ideológica.

Silva e Pereira (2020) destacam a perspectiva relacional entre movimentos sociais e contramovimentos, evidenciando a influência mútua que se estabelece entre esses atores em uma relação de natureza simbiótica, na qual as estratégias de cada um são definidas a partir dos resultados alcançados e da visibilidade conquistada. Trata-se de um recurso interativo, em que as ações de um lado provocam reações do outro, constituindo uma dinâmica endógena capaz, inclusive, de inspirar o surgimento de novos contramovimentos (Banaszak; Ondercin, 2010). Nesse cenário, Aragusuku (2022) sublinha o caráter não categórico dos contramovimentos, que agregam uma diversidade de indivíduos, organizações e redes políticas, unificados, por exemplo, pela oposição a demandas feministas.

A disputa por transformações sociais e a influência recíproca entre os atores sociais em suas estratégias e na busca por visibilidade são fatores determinantes para o sucesso, ou insucesso, na obtenção de uma cobertura midiática favorável. A presença na mídia tornou-se fundamental para garantir a inserção na esfera pública, obter reconhecimento social e criar espaços de atuação política. Por meio da visibilidade midiática, os movimentos alcançam existência pública, asseguram o reconhecimento de suas causas pela opinião pública e ampliam suas possibilidades de disputa por interesses no espaço social.

Nesse sentido, a mídia atua como elemento estruturante das práticas sociais e culturais contemporâneas. A partir de uma nova lógica de midiaticização, que simultaneamente sustenta e transforma a dinâmica social, emergem formas renovadas de sociabilidade, nas quais eventos cotidianos e práticas sociais passam a incorporar, como condição quase necessária, a presença em mídias digitais para a publicização de ações. A construção de um espetáculo midiático torna-se estratégica para assegurar a participação no debate público. A sociedade nesse processo participa ativamente, desenvolvendo relações interacionais mediadas pelo uso intensivo das tecnologias da comunicação, que promovem a circulação e a ressignificação constante de mensagens (Volpato, 2022).

Mídia e sociedade, portanto, não se constituem como instâncias separadas ou independentes, uma vez que não há um ator determinante que controle plenamente essa relação; ao contrário, o que se observa é uma disputa contínua entre lógicas diversas. As interações sociais são moldadas pela lógica midiática, ao mesmo tempo em que essa lógica é tensionada e reconfigurada pelas práticas dos atores sociais. Nosso cotidiano é vivenciado por meio de

interações midiaticizadas, no qual diferentes âmbitos da realidade social, da política às relações interpessoais, são atravessados e reconfigurados por recursos comunicacionais. Governantes, instituições, organizações civis e cidadãos participam desse processo, imprimindo suas próprias dinâmicas na disputa por visibilidade e reconhecimento.

Os próprios movimentos sociais, concebidos como espaços de resistência voltados a temas de interesse público e político, são igualmente permeados e influenciados pelas dinâmicas midiáticas, na mesma medida em que buscam moldá-las conforme suas estratégias. Para alcançar visibilidade e adesão às suas pautas, torna-se fundamental disputar espaço na arena pública, a qual é estruturada por oportunidades midiáticas que determinam os acontecimentos e atores que conquistarão relevância social. Assim, as ações dos movimentos sociais submetem-se às dinâmicas da midiaticização, sendo necessário negociar constantemente com a lógica dos meios para assegurar presença no espaço público. Esse processo adquire maior potencial mobilizatório com a interconexão proporcionada pela internet e pelas plataformas digitais, que, além de exercerem funções sociais e comerciais, estruturam modos de organização e repertórios de ação dos movimentos. Nesse sentido, a midiaticização está diretamente relacionada ao envolvimento dos participantes em práticas organizadas e críticas (Braga, 2012).

Cogo (2004) ressalta que, para além de meros dispositivos técnicos, mídias como a televisão e a internet desempenham um papel central na atribuição de visibilidade às ações de campos sociais e instituições, contribuindo para a estruturação de realidades nesses âmbitos. A autora enfatiza que os movimentos sociais atuam em um contexto marcado pelo protagonismo midiático, em que a exigência por visibilidade pública se impõe a partir das lógicas estabelecidas pelos meios de comunicação. Nesse cenário, ao tensionar e utilizar essas lógicas, os atores sociais constroem espaços de conflito e negociação entre os diversos interesses em circulação na esfera pública. É justamente nesses processos de disputa que se delineiam as estratégias e políticas de visibilidade midiática, fundamentais para a inclusão de múltiplas demandas na agenda pública (Cogo, 2004).

A atuação orientada para a conquista de visibilidade integra o repertório de ação de movimentos sociais e contramovimentos, na tentativa de sensibilizar a opinião pública e influenciar a dinâmica política. A promoção de protestos ou atividades de grande impacto midiático pode atrair a atenção dos meios de comunicação e inserir determinadas pautas no debate público. Essa visibilidade, por sua vez, pode abrir janelas de oportunidade política e aumentar as chances de êxito dos movimentos. No entanto, movimentos que conquistam essa exposição midiática também se tornam mais vulneráveis à emergência de contramovimentos. O surgimento desses opositores pode ser, inclusive, incentivado pela própria lógica da cobertura

jornalística, à medida que jornalistas buscam apresentar visões divergentes e promover o confronto de ideias, ampliando assim as oportunidades de publicização e disputas (Meyer; Staggenborg, 1996).

Movimentos sociais tendem a ter maior probabilidade de receber cobertura midiática quando suas pautas abordam temas amplos e culturalmente ressonantes. Contudo, as rotinas profissionais da comunicação, orientadas por estruturas convencionais e interesses comerciais, podem representar um obstáculo para ativistas cujas agendas estejam desalinhadas do consenso hegemônico. A identidade e a linguagem de uma organização afetam diretamente sua capacidade de atrair a atenção da mídia, sendo necessário que sejam bem construídas e adaptáveis ao ambiente político vigente (Rohlinger, 2002). As representações de gênero e as diferentes pautas feministas ilustram como o jornalismo tende a reproduzir valores hegemônicos e categorias socialmente construídas. Muniz (2019), ao analisar o contexto da censura no Brasil durante a década de 1970, destaca que publicações voltadas às mulheres, especialmente aquelas com viés crítico aos valores familiares tradicionais, eram vetadas, inclusive por jornais alternativos, que também demonstravam resistência em acolher pautas feministas.

Rohlinger (2002) analisa o caso da atuação da National Organization for Women (NOW) nos Estados Unidos, que, ao alinhar suas pautas aos temas mais ressonantes junto à mídia hegemônica, conseguiu construir uma identidade estratégica capaz de se adaptar às exigências da cobertura midiática e do ambiente político. Em contraste, o contramovimento Concerned Women for America (CWA) optou por não coordenar suas temáticas nem buscar ressonância com a mídia convencional, obtendo visibilidade sobretudo em eventos organizados pela NOW, dos quais tirava proveito para se posicionar publicamente.

Nesse sentido, torna-se pertinente questionar até que ponto a midiaticização contribui para a democratização das discussões de interesse público ou, ao contrário, potencializa contranarrativas de caráter antipolítico ou antidemocrático. Para Couldry (2012), os apelos à participação política "comum" vêm sendo substituídos por convites à "contra-política", na qual o povo é apresentado como juiz e detentor do poder de veto. Nesse cenário, a mídia pode atuar no fortalecimento de ações negativas que exercem pressão sobre outros atores políticos, sendo que o ambiente digital tende a intensificar essa assimetria. Apesar de permitir colaborações entre diferentes atores além dos limites físicos, é improvável que redes de confiança se consolidem em formas de política participativa digital, dadas questões como a saturação de informações.

Morozov (2011) também evidencia as ambiguidades que permeiam a atuação digital, especialmente no contexto ativista. Segundo o autor, o ativismo digital é condicionado pelas normas e regulamentos ambíguos impostos pelas grandes plataformas, que podem restringir determinadas formas de ação, como a remoção de vídeos de movimentos sociais sob alegação de ofensa, enquanto outros conteúdos permanecem e acumulam visualizações. Ainda assim, muitos ativistas acabam aceitando esse controle em troca da visibilidade proporcionada pelas mídias digitais.

Diante desse contexto, compreende-se que o processo de midiaticização que molda o tecido social é fundamental para a análise proposta nesta pesquisa, uma vez que permite observar instâncias políticas e sociais a partir de suas atuações comunicativas e da influência da lógica midiática sobre essas práticas. O movimento feminista, em particular, constitui-se como um campo de disputas e significados, mobilizando múltiplas pautas que, por sua vez, tornam-se alvo de contramovimentos. É necessário, portanto, considerar os aspectos da relação mútua entre mídia e sociedade, bem como os modos pelos quais a midiaticização contribui para o fortalecimento de contranarrativas que não se opõem a um movimento específico, mas sim às reivindicações plurais propagadas por diferentes atores, coletivos ou individuais.

Os contramovimentos podem ser compostos por uma diversidade de atores com identidades e valores distintos, articulados em oposição a uma ameaça comum representada por diferentes perspectivas feministas (Aragusuku, 2022). Nesse cenário, estudam-se atores individuais e coletivos que se materializam em movimentos e contramovimentos, formulando reivindicações e posições antagônicas. Esta pesquisa concentra-se nas demandas surgidas a partir do século XXI, impulsionadas, segundo Hollanda (2019), por novas formas de ativismo, voltadas à desconstrução de gênero, às sexualidades e à diversidade dos feminismos. Consideramos que as dinâmicas da midiaticização e sua influência nas ações comunicacionais dos movimentos sociais, orientadas à mobilização e visibilidade de suas pautas, constituem um campo relevante de investigação, capaz de revelar as relações interacionais entre esses atores. O aprofundamento de estudos sobre movimentos sociais e contramovimentos parte das bases já consolidadas acerca da midiaticização e de sua lógica, que perpassa a vida social e se manifesta em diversos campos do cotidiano. Movimentos e atores sociais, assim, precisam negociar com essas lógicas para garantir visibilidade e estabelecer conexões com os públicos, em ambientes de poder frequentemente dominados pelos interesses de determinados grupos.

Melhor compreender os processos que têm a comunicação como suporte para o sucesso de uma pauta social ou que impõem entraves à organização civil é um passo importante para ampliar o escopo sobre a mútua influência entre mídia e esfera pública, bem como sobre os

possíveis dilemas estratégicos impostos nas dinâmicas acionadas. Além dos avanços teóricos, esse entendimento pode beneficiar movimentos e outras organizações sociais, oferecendo subsídios para identificar estratégias que representam obstáculos à organização e discussão de determinadas demandas, além de servir como fonte de dados e contribuições práticas para a atuação reivindicatória diante das lógicas midiaticizadas.

Frente ao contexto em que a midiaticização integra a estrutura social de forma a trazer consequências para campos específicos, os quais pretende-se estudar, por servir como um marcador de credibilidade de informações e que pode subsidiar o envolvimento da sociedade, pergunta-se: qual o papel da midiaticização da sociedade no repertório de ação dos movimentos sociais e contramovimentos? Em busca de respostas, esta pesquisa tem por objetivo geral compreender de que forma os processos de midiaticização alteram a visibilidade e mobilização estrategicamente almejados por movimentos sociais e contramovimentos na sociedade contemporânea. Especificamente, pretende-se: a) identificar e descrever o repertório de ação dos movimentos feministas e dos contramovimentos para disseminar suas pautas e mobilizar a opinião pública; b) analisar as trocas comunicacionais e a interação entre movimentos feministas e contramovimentos em torno da oposição entre suas pautas; c) refletir sobre as possibilidades e contradições das trocas comunicacionais impostas pelas lógicas de midiaticização na atuação dos movimentos sociais e contramovimentos feministas.

Compreende-se que o processo de midiaticização da sociedade permite que os sujeitos sociais tenham contato com discursos e posicionamentos de forma intensa e instantânea através da circulação de produtos midiáticos em ambientes variados, resultando em menor possibilidade de controle sobre os sentidos produzidos e em possíveis efeitos indesejados (Braga, 2012). Portanto, esse processo cria a possibilidade de circulação e visibilidade de conteúdos com o intuito de mobilizar e, da mesma forma, municia outros sujeitos sociais a agirem posicionando-se contra o movimento originário, nesse caso, o próprio movimento feminista. Considerando que os atores sociais não têm um dimensionamento preciso de quais resultados serão alcançados e precisam, dessa forma, negociar com lógicas midiáticas, estabelece-se uma relação dinâmica de influência e disputa de sentidos entre atores sociais e a mídia. Assim, defendemos a tese de que as lógicas de midiaticização se manifestam no repertório de ação dos movimentos sociais e dos contramovimentos, contribuindo tanto para a mobilização quanto para a desmobilização em torno das pautas propostas por esses atores.

Para articular essas perspectivas conceituais, a primeira etapa da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica voltada aos processos de midiaticização da sociedade; às teorias de movimentos sociais; à relação entre movimentos sociais e contramovimentos, com foco

específico no movimento feminista e nas perspectivas antifeministas; e à relação interacional entre meios de comunicação e ações coletivas. A pesquisa empírica busca investigar as formas de atuação empregadas por movimentos sociais e contramovimentos a partir de performances características que estruturam suas lógicas de ação. Propomos analisar a realização de estratégias voltadas para a obtenção de espaço nos meios noticiosos, bem como para a construção e gestão de canais próprios de comunicação nos meios digitais, com o objetivo de compreender de que maneira as lógicas de interação nessas arenas, e entre esses atores, influenciam suas práticas e atuações, a partir de uma perspectiva comparativa.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem de natureza qualitativa enquanto modelo ideal para alcançar de forma satisfatória e coerente os objetivos delineados. Ressaltamos que contemplar os diferentes espaços midiáticos construídos e ocupados pelos movimentos sociais é condição essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, propomos o uso de estratégias metodológicas que abarquem o contexto socio-histórico no qual se inserem as temáticas feministas (objeto de estudo), permitindo a compreensão das múltiplas pautas reivindicatórias e das formas de organização mobilizadas. Pretendemos, ainda, compreender o espaço midiático ocupado por esses movimentos e a dinâmica de midiaticização em torno da temática, a fim de discutir os valores presentes na cobertura noticiosa tanto dos movimentos sociais quanto dos contramovimentos.

A estrutura da tese organiza-se da seguinte forma. O segundo capítulo trata da relação entre comunicação e movimentos sociais para ressaltar a importância do campo midiático em ações coletivas e, em seguida, discute as perspectivas teóricas sobre o processo de midiaticização da sociedade, apontando possibilidades de articulação e sua influência em processos cidadãos. O terceiro capítulo apresenta uma breve conceituação das teorias clássicas dos movimentos sociais para, então, discutir conceitos basilares para a tese a partir da Teoria do Processo Político, como repertórios de ação, e a formulação de estratégias para explicar as dinâmicas de visibilidade empregadas para a movimentação no espaço público. O capítulo 4 introduz a perspectiva da relação entre movimentos e contramovimentos, contextualiza as dinâmicas contemporâneas de participação no cenário brasileiro para, em seguida, abordar os objetos da pesquisa, discutindo o movimento feminista e as reações antifeministas pelas lentes desse aporte teórico.

Os capítulos seis e sete tratam sobre os procedimentos metodológicos e o desenvolvimento das análises, respectivamente. O capítulo de análise se divide entre o material coletado em meios noticiosos para a identificação de representantes feministas e antifeministas

e, posteriormente, a análise de postagens do Instagram desses sujeitos através da Análise de Enquadramentos. Por fim, são apresentadas as conclusões obtidas.

2 COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A relação entre movimentos sociais, seus ativistas e os meios de comunicação tem sido amplamente estudada com o objetivo de aprofundar a compreensão das interações comunicativas entre esses atores, bem como da influência da cobertura midiática sobre suas estratégias de ação. Conforme observa Prudencio (2020), a pesquisa em comunicação nos movimentos sociais parte do entendimento de que esses grupos atuam como agentes que formulam demandas dirigidas aos tomadores de decisão. Por meio do ativismo, buscam mobilizar e sensibilizar em torno de causas específicas, empreendendo, assim, um trabalho de comunicação junto a sociedade.

As interações comunicativas são relevantes na tessitura das ações de uma coletividade ao alicerçarem a construção das reivindicações do movimento, possibilitando que suas agendas componham as discussões da esfera pública. Queremos compreender as condições de publicidade para que um público (ou ação coletiva) passe a ter existência e firme sua causa através da complexa e difusa relação com sistemas midiáticos tradicionais e digitais, perpassando ideias como cobertura midiática e hibridismo.

Além disso, consideramos fundamental refletir sobre a atuação ativista na arena midiática em se tratando de estudos feministas, a fim de compreender como o movimento se relaciona publicamente com a sociedade ao articular suas pautas, protagonistas, trajetórias, conquistas passadas e expectativas futuras (Sarmiento, 2018). Para Prudencio e Rizzotto (2021), pesquisas que exploram a interseção entre mídia, gênero e política têm como uma de suas questões centrais a crise da democracia diante da ofensiva conservadora contra a agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual. A ascensão de tendências fascistas, que impactam diretamente mulheres e a população LGBTQIA+, configura uma agenda midiática potencialmente problemática, com implicações sérias para os avanços sociais e políticos conquistados nas últimas décadas.

A dinâmica entre movimentos opostos constitui um dos elementos centrais deste estudo, uma vez que as estratégias e movimentações de grupos adversários influenciam diretamente as decisões midiáticas em torno da definição de agendas e da exploração de oportunidades. Essas decisões não ocorrem de maneira isolada, pois os atores estão inseridos em um contexto amplo e interconectado, sujeitos à influência de múltiplas arenas e relações de poder. Nesse sentido, a presença de oponentes pode, inclusive, representar uma vantagem estratégica para aqueles que buscam ampliar sua visibilidade na mídia. Conflitos entre grupos rivais tendem a atrair maior

atenção jornalística, uma vez que narrativas de confronto são elementos valorizados nas lógicas de produção de notícias tradicionais (Rohlinger, 2015).

O estabelecimento de diálogos com atores internos e externos — incluindo movimentos opositores, governantes e instituições — constitui uma estratégia fundamental para que um movimento social se apresente publicamente e legitime suas ações. De acordo com Chadwick, Dennis e Smith (2016), embora os atores possuam agência, ela é exercida em meio a relações de interdependência com outros sujeitos, estabelecidas por meio de trocas interativas. Assim, atravessam redes e lógicas midiáticas na promoção de seus interesses. Por meio dessas interações, os movimentos se constituem, se transformam e moldam suas estratégias com base em alianças, tensões e disputas. São, portanto, as interações comunicativas que permitem forjar e fortalecer processos de luta social, constituindo os alicerces para a formulação de reivindicações e sua inserção na esfera pública. Nesse cenário, os meios de comunicação desempenham um papel central ao viabilizar interações mais amplas e acessíveis permeadas por construções simbólicas e constrangimentos estruturais (Mendonça, 2006).

Os meios de comunicação impõem constrangimentos que, embora restritivos, são essenciais para conter a disseminação de argumentos que violem os princípios de civilidade no debate público (Mendonça, 2006). Como ressalta Peruzzo (2015), esses meios desempenham um papel incontestável na democracia ao funcionarem como instrumentos de difusão de informação e cultura, além de canais fundamentais para o diálogo com a sociedade. A cobertura midiática de ativistas e movimentos pode, por um lado, favorecer a circulação de perspectivas cívicas e ampliar o alcance de suas pautas, por outro, deve-se considerar os efeitos adversos da atenção negativa que essa exposição pode gerar. A forma como a mídia enquadra determinados atores e discursos influencia diretamente sua legitimidade pública, podendo afetar tanto a recepção de suas demandas quanto a mobilização social em torno de suas causas.

Em um contexto de rápidas transformações, o uso da mídia, seja de massa ou direta, torna-se essencial para a promoção de objetivos e a ampliação da visibilidade de distintos atores sociais. A arena midiática ocupa um papel central nas estratégias adotadas, uma vez que a presença nos meios de comunicação pode impulsionar agendas e expandir sua influência para outras esferas culturais e institucionais. Como destaca Rohlinger (2015), a cobertura midiática é relevante porque tem o potencial de redefinir o debate público sobre determinadas questões, mobilizar públicos estratégicos, reforçar legitimidades e criar oportunidades para mudanças políticas.

Com a consolidação da importância da presença nos meios de comunicação, torna-se fundamental que os atores sociais desenvolvam habilidades para lidar com diferentes canais

mediáticos e compreendam seus interesses, a fim de eleger estratégias eficazes voltadas à mobilização e visibilidade. No entanto, a busca por atenção midiática também envolve riscos, já que profissionais da área podem marginalizar determinadas ideias em detrimento de outras, afetando diretamente a recepção pública dos movimentos (Rohlinger, 2015). Segundo Peruzzo (2015), a cobertura da mídia frequentemente incorpora vieses, moldados tanto pelos interesses comerciais dos veículos quanto pela lógica da espetacularização. Ademais, o enquadramento de temas e atores sociais é condicionado pelas próprias estruturas e dinâmicas dos veículos de comunicação, o que pode impactar significativamente a forma como os movimentos são representados.

O enquadramento noticioso constitui um desafio constante com o qual os atores sociais devem lidar estrategicamente, podendo inclusive utilizar a própria dinâmica imposta pelos meios de comunicação a seu favor, planejando sua presença na cobertura midiática como forma de assegurar a comunicação com a opinião pública (Peruzzo, 2015). Em contextos nos quais oportunidades mais favoráveis não estão disponíveis, a atenção negativa também pode ser explorada de forma estratégica. Embora a visibilidade desfavorável possa tornar determinada agenda aparentemente inviável, dificultar avanços políticos e comprometer a legitimidade de um movimento, Rohlinger (2015) argumenta que a resposta a esse tipo de cobertura pode representar uma oportunidade para descredibilizar narrativas adversárias — classificando-as como desinformação — ou mesmo para adotar o silêncio como estratégia deliberada. Neste último caso, a escolha de não se posicionar publicamente busca evitar os custos associados à defesa de uma causa identificada pela autora como "perdedora".

Uma solução encontrada para disputar os enquadramentos e coberturas produzidos pela mídia tradicional tem sido o controle da própria representação diante do público, por meio do uso de mídias alternativas e das plataformas de redes sociais digitais. Os estudos da era moderna abordavam a comunicação como um processo de disseminação de ideias voltado à construção de identificações coletivas e à difusão de demandas, e a forma como organizações ou coalizões eram retratadas pela mídia de massa era considerada crítica para a conquista de visibilidade e legitimidade. A partir do final do século XX e início do século XXI, entretanto, o pensamento sobre movimentos sociais e comunicação se expandiu, impulsionado pela globalização neoliberal e pelas transformações associadas a esse processo. Os movimentos passaram a atuar para além das fronteiras nacionais e incorporaram as mídias sociais como ferramenta estratégica, com o potencial de alcançar grandes públicos (Bennett; Segerberg, 2015).

“Mudanças na estrutura social, padrões de engajamento político e sistemas de comunicação têm implicações tanto para as formas de organização de protesto quanto para o

papel associado da comunicação” (Bennett; Segerberg, 2015, p. 373, tradução nossa). Nesse sentido, as estratégias de mídia ativista tornaram-se mais numerosas e complexas, ao passo que os tradicionais portões de informação controlados pela mídia de massa foram reconfigurados diante do surgimento de formas alternativas de comunicação. Com a incorporação das redes digitais, novas formas de ação passaram a complementar os repertórios clássicos, como greves e manifestações, agora potencializadas pelos recursos oferecidos pelas tecnologias da informação e comunicação (Prudencio, 2020). Assim, diante de um cenário cada vez mais dinâmico, os atores coletivos atuam em um ambiente midiático que combina as lógicas tradicionais com os modelos emergentes de interação comunicativa.

É comum que movimentos sociais busquem uma audiência simpática à sua causa por meio de plataformas como X, Instagram, entre outras, que permitem a conexão entre indivíduos geograficamente dispersos, mas tecnologicamente cada vez mais experientes. Esses ambientes digitais oferecem possibilidades de interação, conexão e superação de barreiras espaciais, características que contribuem para a continuidade de diversas mobilizações, mesmo em contextos adversos, como foi o caso de inúmeras manifestações durante a pandemia de Covid-19 (Luvizotto, 2022). Por meio de um uso inovador e dinâmico que transformou a capacidade de atuação dos movimentos sociais, as redes de comunicação e informação estabelecidas por esses movimentos e seus ativistas tornaram-se fundamentais para a constituição de uma esfera pública alternativa, estabelecendo uma relação íntima e intensa entre a ação coletiva e o campo comunicacional (Luvizotto, 2022; Della Porta, 2013).

“Ao multiplicar os espaços para a troca de ideias, a Internet também melhora o entendimento mútuo ao permitir o desenvolvimento de múltiplas esferas públicas críticas” (Della Porta, 2013, p. 26, tradução nossa). Nesse sentido, a Internet configura-se como uma ferramenta relevante para a disseminação de conteúdos de caráter democrático e cidadão, bem como para a organização e sustentação de ações coletivas. Assim, aos seus recursos técnicos somam-se os usos e apropriações das tecnologias por parte de diferentes atores sociais (Luvizotto, 2022). Estudos sobre os movimentos sociais contemporâneos reforçam a importância da agência desses sujeitos na definição de como essas tecnologias são utilizadas, além de apontarem a progressiva dissolução das fronteiras entre os papéis de produtores e consumidores de informação.

Os sujeitos que passaram de receptores a produtores de informação também exercem sua própria agência em relação aos fluxos de mídia digital, considerando suas experiências e repertórios individuais. Assim, as ações coletivas não apenas nascem e se desenvolvem a partir das interações comunicativas, mas também as engendram. Nesse campo de oportunidades e

restrições midiáticas, coletivos, ativistas e movimentos sociais se reconfiguram constantemente no próprio ato de interagir, incorporando inovações táticas e sendo enriquecidos e, ao mesmo tempo, impactados, pelas possibilidades oferecidas pelas plataformas digitais (Della Porta; Pavan, 2018). No capítulo três, nos deteremos com mais atenção às relações entre a agência desses atores e as estruturas que permeiam os processos de definição estratégica, inclusive no campo da comunicação.

As potencialidades e os desafios inerentes ao ambiente digital relacionam-se, portanto, a elementos sociais e políticos que reconfiguram o campo de atuação de movimentos e contramovimentos. Isso evidencia a integração dos movimentos sociais com diferentes atores e esferas de ação, concebidas como arenas contenciosas nas quais disputas simbólicas e estratégicas são constantemente travadas (Della Porta; Pavan, 2018). Nesse contexto, as mídias digitais atuam como catalisadoras e organizadoras de demandas individuais que se convertem em ações coletivas, capazes de contribuir para a remodelação da opinião pública, orientar formas de engajamento e mobilização e impulsionar mudanças políticas e culturais. Além disso, essas plataformas desempenham um papel central na busca por visibilidade e legitimação junto à cobertura midiática tradicional.

De acordo com Pavan e Della Porta (2021), as interações contemporâneas são moldadas por diferentes atores políticos que, inseridos em estruturas de oportunidades cada vez mais restritas, recorrem a formas de mobilização mais flexíveis e, por vezes, temporárias para exercer pressão sobre seus adversários ou agendas. A possibilidade de agir com propósito e significado por meio de formas de engajamento menos organizadas faz com que as organizações formais de movimentos sociais deixem de ser, necessariamente, o centro catalisador das demandas. Ainda assim, essas organizações adaptam-se a essa nova realidade, atuando como conectoras entre diferentes esforços de mobilização.

A ascensão da comunicação digital e das ferramentas de redes sociais tornou a mobilização de atores mais acessível, rompendo com o monopólio anteriormente exercido pelos meios tradicionais. Esses espaços comunicativos convencionais detinham o controle sobre a cobertura de eventos e de ativistas, além de concentrar o acesso às arenas de debate, definindo quais questões deveriam ser discutidas e quais posições seriam consideradas legítimas. Embora ainda desempenhem um papel relevante na definição de pautas, esses meios já não o fazem com exclusividade (Staggenborg; Meyer, 2022). Nesse novo cenário, Della Porta e Pavan (2018) destacam que a atuação em ambientes digitais possibilita a conexão entre indivíduos pertencentes a diferentes organizações de movimentos sociais, a partir de uma lógica conectiva na qual o engajamento assume formas mais personalizadas.

Ao analisar como os meios digitais vêm transformando a organização e a dinâmica das ações políticas e coletivas contemporâneas, Bennett e Segerberg (2012) discutem a existência de duas lógicas distintas de ação: a coletiva e a conectiva. A lógica coletiva baseia-se na mobilização de recursos organizacionais para coordenar atividades e incentivar a participação, bem como na formação de identidades coletivas capazes de motivar os indivíduos a se engajarem em uma causa comum. Já a lógica conectiva, por sua vez, centra-se na personalização do conteúdo e é viabilizada pelas plataformas e ferramentas digitais, permitindo uma organização mais flexível, descentralizada e adaptável às preferências individuais.

Movimentos como o Occupy Wall Street utilizaram plataformas digitais para coordenar ações e disseminar mensagens personalizadas, evidenciando a relevância das lógicas de ação conectiva na compreensão das novas dinâmicas de mobilização política. Em sociedades cada vez mais conectadas tecnologicamente, esses movimentos mostram como os laços tradicionais de grupo vêm sendo substituídos por redes sociais fluidas e expansivas. Apesar de os processos contemporâneos de mobilização digital serem marcados por identidades mais flexíveis, eles continuam capazes de orientar ações coletivas de forma significativa.

A formação de ações personalizadas não elimina as preocupações centrais catalisadas por movimentos tradicionais — como a luta pela igualdade de gênero —, porém os mecanismos tornam-se mais personalizados. Para Bennett e Segerberg (2012), essas ações podem coexistir com organizações convencionais, que operam como pano de fundo das redes de protesto. Essa hibridez desafia a aplicação de categorias fixas para definir ações em rede, uma vez que diversos atores institucionais ou ativistas podem, atualmente, executar uma campanha de protesto. Como afirma Prudencio (2020, p. 204), entre padrões de ação mais centralizados no uso das tecnologias para a comunicação e ações digitalmente mediadas, há vários tipos híbridos, como as mobilizações nas redes digitais. “Elas indicam um caminho em direção à ação conectiva, muito embora as redes digitais favoreçam também e muito fortemente a lógica da ação coletiva”.

Sujeitos estão se envolvendo de formas diversas em questões políticas e sociais, refletindo como as ecologias de ação se tornam cada vez mais complexas, o que torna as formas organizacionais difíceis de categorizar. Tentar classificá-las por meio de categorias tradicionais reduz as possibilidades de compreender as estratégias utilizadas pelos atores na mobilização de redes de protesto. A internet transformou a relação dos movimentos sociais com a imprensa, deslocando o debate para além da dicotomia entre online e offline, uma vez que todas as redes de ação contenciosas são relevantes.

Novas formas de participação são criadas a partir de espaços híbridos entre mídias novas e tradicionais, assim como pela incorporação de repertórios históricos e recentes. As interações cross-media afrouxam o controle das elites jornalísticas e políticas por meio da criação de estruturas de oportunidades mais fluídas, que possibilitam intervenções mais oportunas. Os atores passam a ter mais possibilidades de moldar determinadas condições sobre as quais podem intervir, escolhendo a combinação de mídias que julgarem mais eficaz para moldar um evento político. No entanto, o poder no sistema híbrido de mídia é exercido por aqueles que conseguem criar e direcionar os fluxos de informação de forma a atender aos seus objetivos (Chadwick; Dennis; Smith, 2016).

O ativismo digital se reconfigura à medida que as redes sociais possibilitam novas formas de mobilização e engajamento. Prudencio (2014) destaca que, atualmente, o ativismo nas plataformas digitais tende a se estruturar em torno de campanhas específicas, com ênfase na disseminação de informações e na convocação para mobilizar atores coletivos e individuais. No caso da nova direita, a autora observou a predominância de perfis individuais que, por meio das redes, conseguem construir narrativas coesas e definir adversários e problemas comuns. Esse fenômeno reflete a influência da organização e da orientação ideológica sobre o uso estratégico das redes digitais para disseminar enquadramentos e mobilizar audiências (Prudencio, 2020).

No entanto, o uso das mídias digitais para disseminar mensagens com vistas à mobilização social apresenta seus próprios desafios. Embora contribuam para potencializar o poder comunicativo de grupos progressistas e tornem o acesso e a distribuição de informações mais acessíveis, não são incomuns os relatos de remoção de páginas do Facebook voltadas a pautas como a amamentação, ao passo que organizações supremacistas brancas mantêm suas páginas e grupos ativos sem interrupções (Rohlinger, 2015). Plataformas e instituições legais raramente responsabilizam aqueles com maior poder social (Rohlinger, 2022), e a mesma internet que permite a disputa por espaços de comunicação também tem se mostrado um ambiente de manifestação de forças reacionárias e fascistas, bem como de propagação de atitudes anticívicas (Peruzzo, 2015).

A sofisticação algorítmica desempenha um papel crucial na identificação de indivíduos mais receptivos a conteúdos e mensagens anticívicas, por exemplo. A socialização política ocorre, cada vez mais, por meio da exposição a esse tipo de conteúdo, que antes circulava em plataformas como 4chan e Reddit e, atualmente, está amplamente disseminado nas principais redes sociais. Esse cenário evidencia a permanência de espaços digitais hostis a determinados grupos e aos seus direitos, seja por meio de conteúdos gerados pelos próprios usuários, seja pela

amplificação dessas narrativas por outros atores, incluindo veículos de comunicação tradicionais.

Os algoritmos das plataformas digitais também determinam que tipo de expressão política é viável nesse ambiente. As redes sociais compõem um ecossistema de plataformas que concentram a maior parte do tráfego digital e cuja lógica de funcionamento está baseada em predições comportamentais, influenciando diretamente na formação de opiniões e nos processos de tomada de decisão. De acordo com Machado e Miskolci (2019), esse contexto hierárquico e desigual reduz as disputas políticas a uma gramática moral, aproximando-as de uma concepção individualizada de mundo. Em outras palavras, ações coletivas passam a ser fundamentadas em perspectivas individualistas, que buscam soluções pessoais para problemas sistêmicos.

Os grupos de esquerda foram os primeiros a utilizar a rede com maior impacto na opinião pública, beneficiando-se dos baixos custos de disseminação, que favoreciam coletivos ativistas, e do poder dos algoritmos em atrair atenção. Contudo, as características tecnológicas e midiáticas contemporâneas abriram uma janela de oportunidades para a criação e o fortalecimento de grupos de interesse unidos por uma plataforma moral, como o fantasma da “ideologia de gênero” fortalecido pela extrema direita por ocasião das eleições presidenciais de 2018. Através da convergência entre as TICs e a mídia *mainstream*, são pautadas as disputas políticas e mobilizações em um contexto que define os contornos de nossa visão de mundo e de nossa ação política (Machado; Miskolci, 2019).

Os movimentos de oposição podem responder rapidamente às questões e à linguagem que demonstram maior eficácia na mobilização de apoio online. Essa adaptação ágil permite a amplificação de mensagens que podem distorcer o debate público, especialmente por meio da disseminação de desinformação sobre temas sensíveis, como a emergência climática e os direitos das mulheres. Além disso, a proliferação de mitos e distorções nas redes pode fomentar o cinismo em vez do escrutínio, ao enfraquecer a credibilidade tanto dos verificadores de fatos quanto da mídia tradicional. “Na medida em que os novos meios de comunicação social minam a confiança nas determinações oficiais dos fatos, a causa do contramovimento é ajudada” (Staggenborg; Meyer, 2022, p. 33, tradução nossa).

A esperança de que a internet possibilite mais liberdade ou democracia seria, para Morozov (2011), apenas uma suposição que ignora o fato de que descentralização não é sinônimo de democracia. Isso porque forças antidemocráticas, como grupos extremistas e nacionalistas, também se utilizam dessas plataformas para mobilizar em prol de suas convicções. O maior número de ferramentas para produção e disseminação de informações a

um custo mais baixo pode, inclusive, acirrar a polarização na sociedade, uma vez que tais recursos podem ser usados para que os cidadãos redescubram e reforcem suas próprias culturas. Desse modo, desfaz-se a crença de que as diferenças nacionais e culturais tendem a se dissolver, já que elas podem, ao contrário, se intensificar.

Ao se engajarem em diferentes formas de participação política ou social, os cidadãos têm recorrido, cada vez mais, à política contenciosa, desafiando as instituições da democracia representativa. Nesses processos, comunicam-se com aliados e oponentes por meio de diversos canais, tecnologias e organizações de mídia. Quando não são incluídos na cobertura da mídia tradicional, esses atores podem recorrer a diferentes estratégias, como a crítica à mídia convencional, a adaptação às suas lógicas ou, ainda, a criação de mídias próprias, com o objetivo de estabelecer novos espaços de comunicação (Mattoni, 2016).

Essas plataformas transformaram não apenas a mídia tradicional, mas também a dinâmica política da última década, ao facilitarem a acumulação de poder financeiro e político. Empresas como a Meta e Google, por exemplo, tornaram-se atores centrais na publicidade política, impulsionando um ecossistema de agentes alinhados à extrema direita. Esse cenário revela que a ascensão do iliberalismo tem sido marcada pela digitalização do ativismo político, com grandes empresas de tecnologia desempenhando um papel crucial na corrosão de instituições centrais da democracia liberal, como a mídia (Hendrikse, 2021).

Esse contexto ilustra como atores de movimentos sociais compreendem os mecanismos e processos que caracterizam o ambiente midiático e se posicionam ativamente nele, iniciando, desenvolvendo e respondendo aos fluxos de comunicação sobre questões contenciosas. Especialmente por meio das mídias digitais, produzem significados e interpretações ao interagir em um ambiente de mídia que não é neutro, alterando as condições de visibilidade e mobilização em um cenário no qual pessoas e acontecimentos tornam-se mais acessíveis. Para refletir sobre as transformações na relação entre ações coletivas e sistemas de mídia, especialmente digitais, e o dinamismo de lógicas midiáticas e ativistas que interferem em diversos campos sociais, apresentamos os estudos das Teorias das Mídiatizações que elucidam o contexto midiático no qual feminismos e antifeminismos se inserem.

2.1 SOCIEDADE EM MÍDIATIZAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O objetivo deste capítulo é discutir o processo de mídiatização da sociedade a partir de diferentes perspectivas, especialmente socioconstrutivista, focada nas interações e experimentações, e a institucional anglo-saxã que discute a sobreposição de lógicas

institucionais e a assimilação dessas por demais campos sociais. Ademais, relacionar o processo em questão com a importância da mídia configurada em um contexto que pode alterar a atuação e representação de movimentos sociais e contramovimentos e seus repertórios de ação através da comunicação e interação estabelecidas a partir de mudanças em diversos campos sociais, decorrentes das lógicas midiáticas.

Ao apresentar os estudos de mediação da sociedade, discute-se como formas de participação política e social e a cidadania se dão relacionadas a esse processo social e cultural a partir de mudanças de configurações midiáticas e suas consequências para contextos cotidianos e de diversos atores sociais. A intensidade da geração de conhecimento e trocas de informações vivenciadas na contemporaneidade apresentam a necessidade da discussão acerca de movimentos sociais e suas formas de participação junto a uma esfera em processo de mediação.

De acordo com Martino (2019), a mediação é considerada um processo de entrelaçamento e transformação ao envolver uma constante negociação de práticas e sentidos da sociedade e da mídia. “O processo de mediação acontece quando alguns aspectos das práticas sociais são reconfigurados para se ajustar às demandas decorrentes de sua articulação com o ambiente midiático” (Martino, 2019, p. 27). Portanto, as práticas sociais se articulam com o ambiente da mídia ao ganharem novos contornos, desde as atividades mais corriqueiras, como a comunicação e relações cotidianas, até a mediação de diferentes esferas, como a política e religião, por exemplo.

As definições sobre o complexo processo de mediação podem ser compreendidas através de diferentes perspectivas teóricas e Martino (2019) demonstra a necessidade de articular uma conceitualização na tentativa de superar as dicotomias sobre o termo nos estudos de comunicação. O acionamento do termo implica em um rigor conceitual necessário para engajar-se em um quadro teórico e também compreender suas implicações para a pesquisa empírica. Em geral, os estudos se baseiam em compreender a mídia desde um conjunto de dispositivos e aparatos tecnológicos, a um aglomerado de instituições sociais e uma forma de linguagem na elaboração de uma mensagem, que permeiam as interações nos diversos campos sociais.

Apesar do conceito de mediação ainda não estar normalizado, conforme afirma Rüdiger (2015), este autor verifica duas principais formas de entendê-lo. A primeira vê na mediação um fator que possui sua própria lógica e que a impõe em diversas esferas, e a segunda entendendo o conceito como referência conceitual de um expediente metodológico. Ambas as formas se constroem na crença de enxergar os meios de comunicação como uma força que influencia os demais setores da sociedade. Contudo, apesar de defender que a

comunicação impacta na realidade, Rüdiger (2015) faz uma crítica ao acreditar que as determinações sobre influência midiática são utilizadas de maneira trivial, uma vez que é apenas através de sua presença e não influência que, muitas vezes, a comunicação causa tal impacto.

2.1.1 Lógicas de mídia

Para refletir sobre o atravessamento da mídia em outros campos sociais e a reorganização deles a partir da assimilação de novos padrões e suas implicações para os atores envolvidos nesse processo, a abordagem teórica de Hjarvard (2012, 2014) destaca como a mídia se estrutura como uma instituição enquanto seu espaço de influência expande-se para outras instituições e âmbitos da sociedade. É caracterizado como um processo social motivado por diversos atores que recorrem e acionam os recursos midiáticos para suas operações de modo que a sociedade passa a ser permeada pela mídia e esta não seja considerada separada de instituições sociais e culturais.

A fim de explicar a interação midiática com demais campos sociais, Hjarvard (2012) compreende que as diversas instituições necessitam se submeter as lógicas de funcionamento da mídia e, embora ela tenha alcançado certo grau de autodeterminação e autoridade afirmando sua independência, ao mesmo tempo ainda constitui o tecido da sociedade e faz parte desse funcionamento ao se interpor entre outras instituições. Ao analisar a relação entre os meios de comunicação e outras esferas sociais, o autor aplica a perspectiva institucional ao processo de midiaticização por meio da contextualização histórica na qual a mídia alcançou autonomia enquanto instituição, ao caracterizar uma determinada fase onde os meios de comunicação passaram a exercer uma influência predominante em outras esferas. “Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito” (Hjarvard, 2012, p. 64).

Especialmente a partir do século XX em sociedades modernas, altamente industrializadas e com o avanço da globalização, a midiaticização passou a afetar cada vez mais culturas e regiões. Portanto, uma série de mudanças no setor dos meios de comunicação culminaram no status de instituição da mídia, como a criação de ambientes mais comerciais com as forças do mercado a fim de atender seus usuários e o fim do monopólio dos canais de serviço público. Eles ainda possuem funções coletivas na sociedade ao prestar serviços de interesse público que os caracterizam também enquanto instituições culturais e demonstram sua

dualidade anteriormente citada, que determina sua independência e também sua integração com demais instituições (Hjarvard, 2012).

Ao compreender o processo de midiaticização, Hjarvard (2012) evidencia como a sociedade está submetida ou torna-se dependente de uma lógica da mídia. Esse termo, de acordo com o autor, refere-se ao *modus operandi* institucional, estético e tecnológico dos meios “incluindo as maneiras pelas quais eles distribuem recursos materiais e simbólicos e funcionam com a ajuda de regras formais e informais” (Hjarvard, 2012, p. 64). Entretanto, para o autor, a midiaticização não compete à colonização da mídia sobre outros campos, mas é um atravessamento de tais lógicas em outros domínios, integrando dessa maneira diversas práticas sociais e culturais. “Lógica” é uma maneira ampla de descrever o funcionamento particular de toda instituição onde, nesse cenário, os meios de comunicação possuem características específicas e contam com recursos que a mídia controla e torna disponíveis, fazendo com que seja possível a influência em demais instituições (Hjarvard, 2012, 2014).

As várias formas de interferência de lógicas midiáticas estão sempre combinadas com outras lógicas que, em conjunto, podem condicionar a interação social e comunicativa. Alencar e Hjarvard (2023) utilizam o termo “condicionar” para se referir as formas de interação e descartar a noção de “determinação” da mídia nas formas de comunicação e interação. Portanto, compreendem que a lógica midiática não é necessariamente incompatível com outras lógicas institucionais visto que há o estabelecimento de influência em ambos os lados: o mundo exterior se adapta à mídia e ela, por sua vez, também se adapta ao mundo exterior, fazendo com que raramente essas lógicas operem por conta própria.

É uma intervenção dos meios de comunicação sobre outras instituições que se submetem a algumas das regras pelas quais os meios funcionam para ganhar acesso a recursos necessários para suas atividades que são, hoje, intermediadas. Hjarvard (2014) afirma que a mídia se tornou onipresente em quase todas as esferas da sociedade, sendo usada para diversas finalidades, incluindo a coordenação do trabalho e da vida pessoal e familiar ao mesmo tempo em que constitui um espaço comum para a discussão de assuntos de interesse coletivo, fornecendo os meios pelos quais as demais instituições e atores se comunicam e utilizam desses espaços para sua interação de modo a intervir em ambientes como a política e religião organizada.

Passa a não ser mais possível pensar nos meios de comunicação como instituições separadas das demais esferas da sociedade ao assumir seu entrelaçamento com outras práticas. A dependência que certos campos sociais possuem dos recursos de comunicação, mesmo que de maneira mais geral e sutil, é chamada por Hjarvard (2012, p. 67) de midiaticização indireta e

ela se desenvolve quando “uma determinada atividade é cada vez mais influenciada, no que diz respeito à forma, ao conteúdo ou à organização, pelos símbolos ou mecanismos midiáticos”.

A influência do *modus operandi* midiático em outras esferas pode gerar sobreposição de lógicas, combinação que “oferece solo fértil para a mudança social e cultural” (Hjarvard, 2014, p. 37) aqui apresentada como a essência da midiatização. A já conhecida e vivenciada virtualização gera tal sobreposição entre instituições, de forma a tornar as mídias indispensáveis para a interação dentro de instituições, entre instituições e na sociedade como um todo ao necessitarem dos usos dos recursos midiáticos (Hjarvard, 2014).

A perspectiva institucional da midiatização, especialmente a partir da mobilização do pensamento de Stig Hjarvard, compreende o processo através de transformações estruturais e que acontecem a longo prazo ao expressar a presença de certas lógicas de mídia através de recursos e regras, conforme os meios de comunicação são acionados para interações sociais. A mídia é, portanto, constituída como uma instituição relativamente independente que permeia o tecido social fazendo com que suas lógicas sejam acionadas e coexistam com demais instituições.

Deacon e Stanyer (2014) apontam a tendência em superestimar o papel da mídia nos processos de mudança, que pode ser percebida através do uso de expressões como “influência” ou “força moldante” (Hepp, 2012). Os autores defendem o entendimento de um processo multifacetado e não linear da midiatização em que as mudanças provocadas por ela não se referem exclusivamente aos efeitos dos meios, mas combinados com outros aspectos e variáveis culturais, políticas e econômicas. “As TIC ou a mídia só podem transformar as coisas como parte de um grupo de condições que são individualmente necessárias, mas apenas conjuntamente suficientes” (Deacon; Stanyer, 2014, p. 1035).

Ao recusarem a ideia de predominância absoluta da mídia, Hepp, Hjarvard e Lundby (2015) concordam com a necessidade de considerar outras interações em diferentes contextos, visto que a midiatização não é uma via de mão única e seus resultados podem ser diversos a depender do domínio social ou cultural. Ainda os autores afirmam que a pesquisa de midiatização não é sobre os efeitos da mídia, mas sua inter-relação com as mudanças da cultura e sociedade. Não se trata de uma “força motriz” advinda da mídia e dos meios de comunicação, uma vez que outros processos devem ser considerados e eles podem encontrar sua expressão nas mídias. “Em poucas palavras, a pesquisa de midiatização não é sobre 'efeitos lineares', mas sobre a análise de 'influências inter-relacionadas' [...]” (Hepp; Hjarvard; Lundby, 2015, p. 319).

Ao considerar as perspectivas institucional e socioconstrutivista, Hepp (2012, 2014) desenvolve uma conceituação crítica do processo de midiatização a partir do termo “força

“moldante”. “‘Midiatização’ não descreve uma teoria fechada da mudança da mídia, mas, muito mais abertamente, um certo panorama de investigação da inter-relação entre a mudança comunicativa da mídia e a mudança sociocultural” (Hepp, 2012, p. 08). Sem reduzir o processo a uma lógica midiática, o autor reflete sobre a institucionalização da mídia e a reificação da comunicação, levando em consideração não apenas a mídia de massa, mas incluindo a internet e a comunicação móvel. A reificação refere-se ao conjunto de aparatos técnicos que se torna influente na ação humana, como a interface de um aplicativo ou infraestruturas de comunicação, que podem ser uma força de modelagem da mídia.

A sociedade é hoje construída por uma variedade de mídias que oferecem maneiras fundamentais de comunicação, logo, mudanças socioculturais não são relacionadas a um tipo de mídia específica. Nesse cenário, a midiatização é compreendida em um processo mais abrangente no qual determinada esfera “não é apenas midiatizada pela televisão ou pela mídia impressa, mas ao mesmo tempo pela mídia digital [...]” (Hepp, 2014, p.53). Esses aspectos da midiatização fazem com que a sociedade esteja cada vez mais acostumada a se comunicar pela mídia em diversos contextos que em nível temporal, espacial e social são moldados pela comunicação midiática em um processo contínuo, contudo, não linear. A televisão, por exemplo, possui um fluxo contínuo de comunicação mediado tecnologicamente ao permitir que, com a internet, seja possível navegar o tempo todo.

2.1.2 Lógicas de midiatização

Uma perspectiva diferente das desenvolvidas pelos autores supracitados é apresentada pelas obras de José Luiz Braga, que compreende o processo de midiatização a partir de uma abordagem socioconstrutivista focada nas interações e práticas sociais a partir de experimentações e processos tentativos. Seu pensamento perpassa pelas lógicas dos meios, embora considere também atores sociais que carregam suas próprias lógicas desenvolvidas de acordo com um contexto social e histórico. A disputa entre lógicas faz com que elas precisem ser negociadas e repensadas, dinâmica que pode acarretar mudanças para a atuação de movimentos sociais e seus contramovimentos.

Aqui é retomado o conceito de mediação, entretanto em uma perspectiva focada no ponto de vista do indivíduo e seu relacionamento com aquilo que o circunda na sociedade. Nos estudos brasileiros, esse conceito, junto ao da midiatização, sofrem influência da mediação compreendida por Martín-Barbero (2018) a partir da recepção. As reflexões partem de como indivíduos constroem seus olhares e projetam suas expectativas a partir de suas experiências,

ou seja, como a cultura interfere na recepção de produtos midiáticos e, dessa forma, a sociedade se apresenta com uma postura de resistência, interpretando e criando sentidos balizados pelas mediações socioculturais. Barros (2012, p. 88) indica como ambas as concepções, mediação e midiaticização, não se configuram em uma ruptura, mas devem ser vistas como complementares ao considerar a comunicação como um elemento estruturante da cultura. Enquanto a midiaticização vem sendo pensada como uma nova forma de sociabilidade, a mediação “traz já de algum tempo o sentido das interações sociais, que nos dias de hoje se dão essencialmente – mas não exclusivamente – por intermédio da mídia”.

Apoiado em um posicionamento crítico, Braga (2015) leva em consideração a distinção entre “mídia” e “midiaticização”. Enquanto o primeiro estrutura-se por um complexo institucional, o segundo termo refere-se a um processo que não é caracterizado por padrões advindos da Indústria Cultural, mas sim experiências acionadas a partir da tecnologia comunicacional existente e que se desenvolvem em um ambiente social difuso (2018). O autor concorda ser inegável a presença de lógicas midiáticas no que ele chama de “processos interacionais” de demais campos sociais, entretanto, o processo de midiaticização não deve ser reduzido unicamente a influência midiática.

O termo “lógica da mídia” encontra-se empregado em pesquisas ao se referir à penetração de lógicas midiáticas na cultura e sociedade, como uma mudança que acontece de forma inercial. Braga (2015) questiona esse uso indiscriminado do termo, ao defender que é inegável a presença de tais lógicas no processo, entretanto, não se trata de uma característica unidirecional, mas que inclui diferentes apropriações desenvolvidas pelos participantes em um processo comunicacional. Não há uma esfera determinante garantindo que as práticas sociais sejam independentes da mídia e essa, por sua vez, não possui o lugar central no processo.

A partir de padrões socialmente estabelecidos e regras já testadas ao longo do tempo, lógicas da mídia são amplamente estudadas e teorizadas. As lógicas de midiaticização, por sua vez, são descritas pelo autor como lógicas tentativas e experimentais ainda em desenvolvimento em seus usos. Embora o processo algumas vezes também acione os padrões determinados pela mídia, nem sempre há a certeza desse uso que pode, inclusive, se contrapor a essas dinâmicas estabelecidas (Braga, 2015). Devido ao comparecimento do processo nas diversas experiências sociais, diversifica-se os modos de interação que organizam a sociedade e que se deslocam em modelos mais complexos com possibilidades muito variadas disponibilizadas pela midiaticização. Por isso, é um processo consideravelmente mais amplo se comparado simplesmente ao uso dos meios.

Braga (2018) utiliza-se também da conceituação de instituição para reforçar como o seu uso da comunicação é transformado através da midiática da sociedade.

O uso da comunicação por uma instituição é transformado através da midiática da sociedade (Braga, 2018). As instituições constituem padrões de comportamento para assegurar harmonia e manutenção em determinado espaço e esses padrões estabelecidos se dão através da interação humana que subsidiam a interpretação que os indivíduos possuem do mundo e sua realidade. O fenômeno comunicacional está aí implicado para a construção da interação entre participantes e instituições. Entretanto, é nesse cenário que o autor compreende a midiática como modificadora dessas relações ao entender que as instituições sociais e culturais não ditam exclusivamente as regras de interação, mas seu acionamento é capaz de gerar a transformação dessas referidas regras por parte de outras instituições ou participantes na diversidade de reelaborações e ajustes requeridos em circunstâncias não previstas socialmente (Braga, 2018).

A difusão da mídia enquanto instituição pode vir a afetar ou alterar práticas cotidianas, porém, ainda assim, essas têm o potencial de resistir ou até modificar as lógicas da mídia. Hepp (2020) defende que a visão de atores que participam nesse contexto deve ser considerada, visto que atuar sobre a mídia não mais diz respeito apenas aos atores clássicos da própria mídia ou à sua política e regulamentação, mas, cada vez mais, a outras coletividades. Não são mais apenas os atores tradicionais, como jornalistas e outros profissionais de mídia, que influem nos processos de construção da sociedade, mas atores cotidianos, como coletivos e movimentos sociais, que trazem consigo suas próprias lógicas. Esses também compreendem as mídias como fundamentais para as formações sociais contemporâneas e como elas são objeto através do qual o envolvimento e participação política e social podem prosperar (Hepp, 2020).

Por isso, de acordo com a perspectiva socioconstrutivista, o processo de midiática é caracterizado como tentativo e experimental, uma vez que há o tensionamento do que é acionado pelos atores sociais e suas formas de participação na sociedade. “Abre-se um espaço para o tentativo, para o experimental, como necessidade mesmo das condições de ocorrência” (Braga, 2018, p. 308), ou seja, há um certo grau de imprecisão em episódios comunicacionais devido aos diferentes interesses e os conflitos na interação entre interlocutores. Destarte, não basta acionar códigos estabelecidos, visto que uma situação pede, muitas vezes, ajustes em razão da falta de controle e a presença de resultados incertos (Braga, 2017a). Episódios comunicacionais são inferenciais, logo, tentativos.

Braga (2006) assume o processo de midiática enquanto um estado avançado de implementação, ainda não estabelecido, para se tornar “de referência”. Ou seja, processos interacionais na sociedade teriam aquele “de referência” como parâmetro de validade para a

definição de lógicas centrais. “Assim, dentro da lógica de mediatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem, mas se ajustam” (Braga, 2006, p. 11). Em uma perspectiva macrosocial, o autor reflete sobre a mediatização da sociedade que tem nesse processo o principal organizador e direcionador da realidade, dessa forma, não oferece apenas possibilidades pontuais de ações que antes não eram colocadas em prática ou eram feitas de outra maneira, mas é relevante considerar como a teoria da sociedade em mediatização constrói a realidade social através de processos interacionais que levam indivíduos a se adaptarem e interiorizarem tais lógicas.

As interações midiáticas não exigem uma formatação prévia e isso pode produzir efeitos diversos na sociedade uma vez que não há competências sociais definidoras que atendam até mesmo as próprias lógicas do processo. Mas, ainda que incompleto, o processo não é inicial e encontra-se em acelerada implementação em busca de desenvolver-se e tornar-se interacional de referência (Braga, 2006). Por isso, em um contexto marcado por instabilidade de padrões e, conseqüentemente, com resultados imprevistos advindos das interações sociais, os atores são tensionados por mudanças e incertezas que influenciam em suas formas de envolvimento e mobilização política e social. Ao experimentarem diferentes formas de comunicação, incorporam lógicas ao mesmo tempo em que influenciam nos processos midiáticos em busca de contemplar seus interesses, processo que será melhor aprofundado a seguir.

2.2 A SOCIEDADE EM MEDIATEZAZÃO E OS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Instituições midiáticas estão cada vez mais imersas nos processos sociais, orientando formas de participação e colaboração. Portanto, as atuais dinâmicas comunicacionais influenciam na constituição da sociedade e vida social e no modo como se acessa e produz conhecimento através de aspectos como a descentralidade e interatividade. Os diferentes veículos comportam um grande número de trocas informacionais que são cada vez mais intensificadas e, modificações nas estruturas comunicacionais com a instalação de novas lógicas geram mudanças em diversas esferas, inclusive na forma como se compreende a cidadania e sua prática através da participação política e social.

Apesar de manifestações no espaço público ganharem, muitas vezes, destaque no espaço midiático, a sociedade em processo de mediatização viabiliza a construção e circulação de forma viral de mensagens, permitindo ações que estabelecem a constante disputa em torno do tema ou demanda sinalizados inicialmente e pautadas pelos movimentos que almejam visibilidade e

mobilização. Considerando que a participação é uma manifestação da ação cidadã, Dahlgren e Alvares (2013) defendem que os meios de comunicação devem ser vistos como facilitadores dos processos de participação e contribuem na geração de disposições participativas na sociedade.

Em especial as tecnologias digitais atravessam as formas de interação e participação cidadã, trazendo uma nova configuração ao espaço público. Diante da intensificação desse processo, Caballero (2012) reflete criticamente sobre recepção, consumo e produção política do social midiaticizado e as transformações que a comunicação impulsiona em formas de ação coletiva que culminam em possibilidades e limitações. Esse processo possibilita experiências como a ampliação dos graus de participação, proliferação de coletivos sociais de mobilização e demais atividades participativas, mas, contraditoriamente, impulsiona uma progressiva individualização, desconexão com compromissos cívicos, esvaziamento de vínculos comunitários e a negação em participar dos tradicionais modelos de mediação que se tornam inadequados em relação as formas interativas do digital.

Em consonância com as transformações acima apontadas, Carlón (2019) cita que a consolidação de uma cultura de demandas dos indivíduos hiperconectados que buscam programar suas práticas e consumo a partir do próprio tempo, manifesta-se em descompasso aos apelos formais das instituições aos cidadãos tendo como base padrões estabelecidos (através da votação, por exemplo), o que caracteriza, de acordo com o autor, uma profunda transformação nos meios de comunicação de massa, antes tidos como instituições estáveis.

Dahlgren e Alvares (2013) citam como a sociedade tem testemunhado outras alternativas de engajamento fora da política partidária ou do sistema de votação, como o próprio envolvimento cívico emergente em movimentos sociais e outras coletividades. Contudo, apesar de serem desenvolvimentos encorajadores que propõem outras alternativas para pressão sobre os decisores, o fenômeno nomeado “contra democracia” pelas autoras, possui também seu aspecto danoso aos processos democráticos ao incluir o aumento de atividades políticas que expressam sentimentos racistas, ultranacionalistas e outros de caráter antidemocrático. A esfera pública está cada vez mais ligada a canais comunicativos multimídia que, apesar de possibilitarem outras formas de expressão cidadã, também incorporam atributos que são cada vez mais problemáticos no que diz respeito à participação e na dicotomia cada vez mais visível entre políticas institucionais tradicionais e não institucionais.

É um processo caracterizado por Braga (2006) como tentativo e relacionado a experimentação nas formas de comunicação que pode culminar em ações contrárias a civilização e em gestos antidemocráticos. Experimentações como discursos de ódio e *fake news*

que se dão através das *affordances*¹ tecnológicas, são exemplos de experiências negativas que se contrapõem às boas práticas e possibilidades através da produtividade e criatividade. De acordo com o autor, é necessário compreender as lógicas internas de tais experiências, boas e más, e fazer uma crítica a cada processo, ao considerar que o desconhecimento dos riscos da midiática configura consequências, como a atual situação política mundial e sua polarização com o avanço considerável da extrema-direita política (Marcondes, 2022).

Um caminho de investigação sobre a geração de práticas não previstas socialmente se dá, de acordo com Braga (2022), através da compreensão das consequências de exploração da tecnologia disponibilizada que, testada para outros processos interacionais, gera exercícios não previstos ou pretendidos, processualidade caracterizada pelo autor como “invenção social”. São invenções não produzidas pela tecnologia, mas sim por experimentações em circuitos comunicacionais – através de debates, críticas, ações sociais organizadas. As apropriações tecnológicas e comunicacionais são determinantes na condução de ações sociais e políticas e redefine a posição dos atores sociais, gerando novas formas de interação entre mídia, instituições e atores a partir dos novos vínculos entre produtores e receptores.

Muitos modelos de comunicação já utilizados tinham a dinâmica entre emissor e receptor como um processo organizado, previsível e que garantiria uma passagem a fim de alcançar o entendimento inicialmente desejado pelo emissor. No entanto, na medida em que fatores de interferência nas ações da mídia passaram a ser considerados, os modelos inicialmente propostos perderam força, marcando um cenário que constitui novas interações devido às novas formas de circulação de um discurso a partir das diversas ações assumidas e colocadas em prática pelo receptor (Fausto Neto, 2010).

Na tentativa dos participantes em obter sucesso entre suas interações, há a produção de dispositivos interacionais, ou seja, padrões compartilhados, para atender às regras do contexto na qual ocorrem (Braga, 2015). As lógicas da mídia vão se modificando e ajustando em decorrência das apropriações sociais realizadas pelos indivíduos e, ao longo do tempo, os participantes desenvolvem “um conhecimento prático sobre os processos midiáticos, o que acaba interferindo no próprio funcionamento das lógicas interacionais entre público e produtores” (Braga, 2015, p. 22).

Ao obter a possibilidade de, potencialmente, desenvolver as próprias táticas em um processo de interação midiática, atores sociais (individuais ou institucionais) podem interferir em processos antes restritos e parcialmente controlados em determinados circuitos

¹ Termo adotado no sentido de “viabilidades” de acordo com Braga (2020).

institucionais, tendo como consequência a geração de circuitos alternativos na disseminação e visibilidade de um conteúdo. Essas experimentações levam a uma proliferação diferida e difusa fazendo com que determinadas instituições não ditem exclusivamente as regras de interação, mas tenham que interagir com outros setores sociais que não necessariamente têm a legitimidade de seus interlocutores reconhecida (Braga, 2018).

Esse argumento reforça as asserções anteriores a respeito do desenvolvimento de iniciativas participativas na sociedade e, da mesma maneira, o potencial de processos de desinformações e de credibilidade questionável. O campo midiático não determina mais a escolha do seu interlocutor, uma vez que é desafiado por outros participantes que tencionam os padrões estabelecidos nesse campo para gerar conversas e interações através de suas perspectivas e que, anteriormente, eram controladas por outras lógicas. Ao contrapelo do que é habitual e a depender do objetivo buscado, os campos sociais inventam outros modos e táticas a partir das tecnologias midiáticas disponíveis, modificando a hegemonia de seu uso através do processo de mediatização.

O sistema no qual produção e recepção não são mais vistas como instâncias separadas permite a intensa circulação hoje presenciada nas formas de comunicação e que gera repercussões em diversos ambientes, digitais ou mais tradicionais. Ao ultrapassar a situação de recepção, o espectador faz seguir adiante as reações e informações que recebe (Braga, 2012) e o processo de mediatização permite com que sejam retomadas em outros ambientes, na presença de novas mídias e das mídias de massa, na medida em que os sujeitos se movimentam entre elas. Braga (2012) denomina o “fluxo adiante” como a elaboração de comentários sobre qualquer produto com o qual se teve contato, polêmicas, geração de outros produtos, entre outras situações.

Vale ressaltar o entendimento de circulação que, conforme enfatizam Braga (2012) e Fausto Neto (2010), era vista como passagem de um polo a outro em busca de correspondência entre emissor e receptor. Entretanto, “com a percepção de que os receptores são ativos, a circulação passa a ser vista como o espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação” (Braga, 2012, p. 38). Ou seja, a circulação faz com que os discursos se contatem e produzam outras dinâmicas e intenções não passíveis de controle, resultados advindos do aparelho circulatório que quebra protocolos de instituições midiáticas antes tidos como estabelecidos e potencializa a negociação de sentidos.

[...] a circulação é transformada em lugar no qual produtores e receptores se encontram em “jogos complexos” de oferta e de reconhecimento. É nomeada

como dispositivo que é levado em conta para realização do trabalho de negociação e de apropriação de sentidos, regidos por divergências e não por linearidades (Fausto Neto, 2010, p. 11)

A circulação de fluxos contínuos de informações, produtos e *feedbacks* gera circuitos complexos nos quais não prevalecem a lógica de um meio específico ou de um campo social, mas de diferentes articulações que geram uma nova arquitetura comunicacional que abala esferas de legitimidade antes consolidadas, oferecendo, deste modo, novos protocolos e concepções para a própria organização social (Braga, 2012; Fausto Neto, 2010). A diversidade nas formas de interação e de novos participantes comparecendo nos processos produtivos e seus possíveis resultados faz com que se produza de acordo com as reações e respostas alcançadas, o que estabelece negociações de sentidos entre diferentes campos e leva a uma necessidade de processos experimentais por parte da sociedade.

O deslocamento do leitor e suas lógicas de contato junto ao emissor, pontuado por Fausto Neto (2010, p. 14), altera os modos de produção de discursos e sinaliza efeitos contraditórios impostos pelo processo de mediação que “ao instituir a diversidade de formas, possibilitando que o receptor estabeleça outras possibilidades de contatos com novos dispositivos, põem em risco velhas fidelizações [...]”.

Compreende-se que a diluição entre tais fronteiras antes cristalizadas faz com que sujeitos se movam em suas próprias dinâmicas e os sentidos de determinada narrativa ou discussão no espaço público tenham que ser constantemente negociados, consequência que pode gerar para os movimentos aqui estudados, um avanço em seus objetivos de comunicação ou a necessidade de adequação de acordo com as estratégias delimitadas por seus adversários, visto que o intenso processo de circulação coloca esses atores em contato de modo que suas lógicas e estratégias se influenciem constantemente.

Braga (2018) compreende que essa movimentação pode ocorrer devido ao inusitado da situação ou por atitudes críticas dos participantes que tensionam os modos de fazer e agir compartilhados, experimentando e desenvolvendo táticas que divergem das matrizes comunicacionais. Isso porque os participantes de um processo interacional se organizam a partir das interpretações alcançadas no processo de circulação, ou seja, elementos de saída (decisões, textos, vídeos) (Braga, 2017b) de um episódio que circulam e alimentam sucessivos episódios interacionais. Após apropriações de mensagens que circulam em processos diferidos e difusos, essas interações irão retroagir a partir das expectativas de repercussão observadas por atores sociais, com o intuito de se adaptarem às respostas e reações alcançadas.

Nos momentos de apropriação de mensagens, podem ser geradas ações não previstas a partir de outras motivações na circulação de imagens, vídeos, etc., dado que para garantir a interpretação, os receptores partem de suas mediações acionadas naquele episódio, fazendo com que sejam necessárias abstrações que assegurem a decodificação e reconstrução do seu entendimento. As inferências são mobilizadas por códigos diversos: linguísticos, culturais, institucionais, relação entre os participantes e outras condições de mundo que se manifestam de acordo com o acervo do receptor. Esse processo revela a tendência à descontextualização que a mediação pode gerar, em especial quando a internet amplia repercussões para âmbitos muito diversos. Os participantes, de certa forma, editam um produto para serem reinscritos e gerarem sentido naquela determinada conjuntura (Braga, 2006).

Compreende-se que como consequência desses processos de recepção, interpretação e a circulação em fluxo adiante, se desenvolvem na sociedade leituras e objeções de sujeitos que se posicionam no seu agir comunicativo e encontram oportunidades tentativas que podem subsidiar a maior visibilidade para proposições democráticas, mas, da mesma maneira, é um ambiente que fornece as mesmas possibilidades de reivindicação para atores outros que questionam as legitimidades e descontextualizam informações e conteúdos e, ao alcançarem cada vez mais repercussão, articulam mais pessoas que passam também a acionar essas táticas para usos antagônicos e incoerentes com a cidadania. Especialmente na dimensão virtual, de acordo com Hjarvard (2014), é mais difícil controlar o comportamento das pessoas envolvidas, visto que as instituições tornam-se mais frágeis.

As consequências vistas na construção social e cultural da realidade trazidas pela mediação estão conectadas ao surgimento de organizações de mídia de atuação nacional e global que produzem e distribuem produtos simbólicos que mudam as relações de comunicação entre atores e instituições. Na medida em que produtor e receptor podem influenciar no conteúdo, também reajustam suas práticas às condições que são ofertadas pelo fluxo de informações disponibilizadas pelas mídias de massa e as redes sociais digitais. Dada a importância desses meios nas dinâmicas interacionais, os indivíduos são avaliados pela capacidade de mobilizar a cobertura midiática. O acesso aos meios determina a capacidade de os participantes comunicarem e agirem, o que reconfigura as dinâmicas de interação e leva a novas formas de mobilização (Hjarvard, 2012, 2014).

Com o surgimento de canais alternativos de comunicação, eles se apresentam, especialmente através do ambiente digital, como ambientes oficiais e atuam para deslegitimar a grande mídia enquanto instituição confiável. Portanto, frente a mediação dos processos participativos e cidadãos, os recursos da tecnologia digital intensificam a circulação de sentidos

desinformativos e a propagação de discurso de ódio que ganham repercussão suficiente para maior visibilidade pública. Dilemas e contradições são evidenciados ante a concentração de informações e outras lógicas estabelecidas pela midiaticização que questionam processos democráticos (Sena; Volpato, 2022).

Como fruto de fenômenos cada vez mais complexos, para Carlón (2019) a relação entre os meios de comunicação, a midiaticização e os atores sociais resultam em processos que vão além da dualidade entre ações que se dão exclusivamente nos meios de massa e outras apenas nos meios digitais. Para o autor, nem tudo que toma forma nos meios massivos é a representação única da linguagem hegemônica, escândalos e ataques, e nem tudo que toma forma nos meios digitais são movimentos sociais e formas de participação democrática através de uma comunicação horizontal. Em uma relação de interação entre essas esferas, os meios de comunicação de massa podem ocupar papel imperativo como difusor e amplificador de pautas que surgem em ambientes como no X (antigo Twitter), Facebook e outros. De mesma maneira, uma declaração política polêmica que repercute nos jornais gera, por sua vez, manchetes que voltam a circular em vídeos, tweets e mensagens, retroalimentando esse ciclo que Ituassu (2025) nomeia de entrelaçamento das mídias. Através dele, mensagens inicialmente marginais se tornem centrais no debate público.

Esse movimento de interação entre meios digitais e massivos é compreendido por Carlón (2019) como a consolidação de um tipo de circulação de sentido vertical-horizontal. Significa dizer que os conteúdos produzidos em redes sociais, por exemplo, escalam para os meios massivos e esses, por sua vez, se apropriam do material produzido para um alcance e difusão maiores no espaço público. É provável que a mudança de escala alcançada pelos conteúdos de movimentos que surgem em ambientes digitais não aconteceria se outros meios de comunicação tradicionais não assumissem o papel de amplificá-los (Carlón, 2019). De maneira concomitante, há investidas para descredibilizar os meios tradicionais e a legitimidade de seus padrões, sua apropriação de contribuições cívicas e as tensões sobre o controle editorial, ao mesmo tempo em que essas tradicionais organizações amplificam narrativas e discursos que podem estimular críticas e gestos antidemocráticos.

Os processos de circulação entre diferentes ambientes comunicacionais foram aqui elucidados para o entendimento de como narrativas, pautas, discursos e outros produtos resultados de uma interação afetam a forma como a sociedade se organiza de forma participativa através da convergência entre sistemas de comunicação que impulsiona a circulação de maneira dinâmica, fazendo com que processos democráticos se encontrem ora fortalecidos, ora desafiados e relativizados. O reconhecimento da junção entre os meios de massa e os meios

digitais que culminam na formação das lógicas midiáticas e suas interferências em demais campos sociais, ampara a visão institucional do processo de midiática proposta por Stig Hjarvard, centrada em padrões estabelecidos no campo midiático e como a presença da mídia traz implicações para grandes instituições e relações cotidianas. Contudo, ainda não abrange os procedimentos experimentais acionados para diversas situações ainda não estabelecidas e que são permeadas também pelas lógicas dos indivíduos. Diante disso, essa dinâmica pode culminar em entraves aos processos democráticos e cidadãos.

De acordo com Sena e Volpato (2022) as diversas lógicas que compõem os circuitos de comunicação têm como suporte padrões do jornalismo, expectativas da audiência, pressão dos anunciantes e outros aspectos que se complexificam ao considerar as formas de produção, edição e compartilhamento de plataformas digitais, seus algoritmos, entre outras possibilidades. As características que formam esse processo de circulação contemporâneo geram constrangimentos e situações indefinidas ainda sem respostas estabelecidas pela sociedade. São acontecimentos dos quais nem a própria mídia enquanto instituição constituiu um padrão para lidar e, ainda assim, eles orientam a conduta para atuações no campo da mídia.

A potencialidade para a criação de circuitos participativos e democráticos se dá pela possibilidade do “fazer seguir adiante”, possibilitando que as interações sigam em outras direções sem a submissão aos percursos opressores. Por outro lado, as tecnologias da comunicação são também acionadas de formas experimentais em processos eleitorais, deliberativos e reivindicatórios para fins de manipulação, vigilância através de algoritmos padronizadores, para a facilidade de propagação de desinformação e outros processos de circulação que criam seus próprios circuitos (Braga, 2019). “Não basta, então, a potencialidade democratizante dos novos circuitos – esta não se realizará de modo automático, é preciso inventar socialmente encaminhamentos nesta direção” (Braga, 2019, p. 63).

Novas urgências e períodos de instabilidade nas relações interacionais impulsionam inovações favoráveis à sociedade através do ativismo social, entretanto, oferecem espaço também para fatores de risco. A intersecção da vida em sociedade com os meios de comunicação se complexifica devido à dificuldade que as formas de participação democráticas têm para acompanhar o ritmo das transformações do contexto midiático e as profundas implicações ocasionadas pela evolução tecnológica. Experiências contraditórias podem emergir da midiática, processo que não garante o resultado inicialmente esperado em prol de valores democráticos e que pode levar a consequências como a ascensão de governos antidemocráticos (Braga, 2019). O estímulo às experimentações participativas era esperado de ambientes digitais

como as redes sociais que, na verdade, “abrigam não apenas movimentos progressistas, mas também profundamente conservadores” (Carlón, 2019, p. 30, tradução nossa).

Outros efeitos da mediação e formas de circulação contemporâneas, que se dão a partir de uma perspectiva não linear da comunicação, é o desacordo como fonte de hostilidade e violência cidadã. Considerando que a circulação gera diferentes formas de produção, apropriação e criações de circuitos, o desacordo é uma manifestação do processo de mediação que estimula desajustes. Ele pode ser visto entre os meios de massa e digitais que, apesar de se conectarem em suas pautas, demonstram os desajustes em suas lógicas entre, por exemplo, portais de notícias profissionais e contas amadoras ou de um coletivo, como forma de materializar divergências em suas circulações e estratégias discursivas (Carlón, 2019).

Na intenção de evitar o determinismo tecnológico, são ressaltados aspectos das tecnologias da comunicação que tornam possíveis, bem como delimitam e desviam, a participação política e social. Portanto, o panorama contextual a respeito de estruturas sociais, relações de poder, ambiente moldado por lógicas de lucro e consumo, entre outras contingências, faz com que os meios de comunicação não sejam um terreno neutro devido a estrutura na qual se inserem (Dahlgren; Alvares, 2013). Como ambientes nos quais ocorrem grande parte da vida em sociedade, os meios de comunicação, através de seus padrões definidos ou experiências tentativas, conduzem a novas práticas participativas orientadas aos cidadãos, fazendo com que seja necessário a investigação de exemplos que podem surgir para fins distintos: significativas possibilidades para participação democrática e empoderamento cívico ou ações de engajamento em outros domínios não democráticos que possuem, como consequência, a obstrução de culturas mais cívicas.

Novos padrões políticos, sociais e culturais que surgem nesse contexto, podem reconfigurar aspectos democráticos e seu caráter participativo faz parte dos grandes desenvolvimentos e dilemas atualmente enfrentados em relação a esse cenário. Precisamos compreender as estruturas nas quais as ações coletivas se desenvolvem para, então, relacioná-las aos atuais processos vivenciados pela sociedade em mediação. Por isso, iniciamos o capítulo seguinte explorando as características da Teoria do Processo Político que nos fornece os conceitos centrais para compreender a dinâmica relacional entre movimentos e contramovimentos. Em seguida, perpassamos pelos aspectos táticos que envolvem a escolha de repertórios e, por fim, como a mediação se insere nas escolhas estratégicas através da visibilidade almejada.

3 TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Explorando diferentes teorias é possível enxergar a diversidade de aspectos que compõem ações coletivas e formas de manifestações públicas. A partir do contexto das sociedades norte-americanas e europeias, foram desenvolvidas as teorias clássicas de movimentos sociais tendo como base novos fenômenos que divergiam dos movimentos ocorridos em meados dos anos 1930. De acordo com Scherer-Warren e Luchmann (2015), ações coletivas eram especialmente analisadas pela perspectiva de movimentos sindicais na interface nação *versus* classes sociais, voltadas para a luta de classes e o movimento operário, típicos de uma sociedade industrial. Entre os anos de 1930 a 1960, esses tipos de manifestações políticas perderam força, o que resultou em uma reconfiguração de fenômenos coletivos que divergiam dos movimentos que tinham como foco a luta de classes.

As mobilizações e revoluções passaram a ser caracterizadas por movimentos sociais de fato, distantes da ideia da tomada do poder do Estado por meios de revoluções. As ações começaram a acontecer também fora dos campos institucionais e eram protagonizadas por outros atores que pautavam condições e melhora na qualidade de vida naquele momento. Os movimentos que emergiram a partir da década de 1970 se estruturaram em torno de identidades como gênero, etnia e estilo de vida e não se encaixavam nos grandes paradigmas teóricos do século XX, como o marxismo e o funcionalismo (Alonso, 2009). Esses novos fenômenos consolidaram o terreno necessário para as teorias que surgiram no contexto social e político nos anos 1970. A partir de então, três grandes famílias de teoria sobre movimentos sociais foram apresentadas: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A Teoria de Mobilização de Recursos, proposta no contexto estadunidense, tem como foco explicar o processo de mobilização através da racionalidade para a formação das demandas e ações dos movimentos. De acordo com essa abordagem, as origens dos movimentos sociais estão ligadas às queixas de uma sociedade, no entanto, seria a disponibilidade de recursos, como dinheiro, apoiadores, atenção da mídia, aliança com elites, etc., que moldaria esse movimento. A mera existência de frustrações numa dada sociedade e a consciência coletiva sobre elas não levariam à mobilização de pessoas, seria necessária a efetiva mobilização de recursos para fazer com que os indivíduos se envolvessem em um movimento possível (Fadaee, 2014).

A teoria enfatiza a racionalidade e organização com o intuito de explicar o processo de mobilização e, desse modo, a organização dos movimentos se daria através da reflexão sobre os custos e benefícios da ação, considerando recursos materiais, humanos e de organização.

Alonso (2009) afirma que a adesão da teoria foi inexpressiva na América Latina e Europa por privilegiar a racionalidade e negar aspectos simbólicos da cultura. Através de uma perspectiva crítica, Melucci (1989, p. 52) enfatiza que os autores que trabalham com esse modelo de mobilização de recursos “veem esta ação como meros dados e não conseguem examinar seu significado e orientação”.

Em contrapartida, a TNMS é guiada por uma perspectiva cultural que surgiu em contraponto aos estudos que teorizavam os movimentos sociais como ações economicistas e deterministas. A mudança macroestrutural ocorrida nas sociedades industriais ao longo do século XX fez surgir uma nova sociedade e novos temas sociais para as mobilizações coletivas, na qual o aumento de direitos deu lugar a novos padrões e a uma dominação feita através do controle da informação e de símbolos culturais (Alonso, 2009). “Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual (Melucci, 1989, p. 58).

Os sujeitos dos NMS surgem como grupos de pressão não definidos por sua classe e ocupação no espaço social, mas pelas formas de vida que se opõem aos rumos tomados pelo desenvolvimento econômico, atuando na busca por democratização social. Melucci (1989, p. 60) nomeia as novas formas de ação coletiva como redes de movimento, “isto é, uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva”. São organizações formais e também informais que conectam grupos e indivíduos imersos na vida cotidiana, com uma rede de trocas (de pessoas e informações) e que constituem grandes mobilizações que podem surgir para fins específicos, como mobilizações a favor da descriminalização do aborto.

De acordo com Goss e Prudencio (2004), os NMS tematizam questões de gênero, sexualidade, étnicas e outras anteriormente restritas à esfera privada. Muitos desses movimentos, conhecidos por serem identitários, colocam em debate temas que afetam a estrutura e constituição social, como o movimento feminista que provocou transformações na concepção de gênero e, conseqüentemente, na hierarquia entre gêneros em diversos espaços, como o doméstico e o profissional. (Goss; Prudencio, 2004). Portando, agora de ordem cultural, os movimentos se encontram cada vez menos definidos no espaço social e transbordam o quadro político para pautarem exigências morais (Touraine, 2006), conectando simbolicamente atores sociais (individuais ou não) a uma articulação em rede de movimentos sociais.

Essa teoria nos auxilia a compreender os contornos do movimento feminista que é, em parte, orientado por valores e códigos culturais para subsidiar suas pautas e escolhas em busca de mudanças na própria estrutura social. No entanto, não descartamos para nossa análise o

caráter estratégico e a mobilização de ferramentas e recursos que os ativistas necessitam para o alcance de seus objetivos, como a mobilização social e visibilidade, junto à sociedade ou ao sistema político. Com seu enfoque estratégico e organizacional, a TMR descarta qualquer traço cultural e simbólico de ações coletivas. A TNMS, por sua vez, acentuou em sua perspectiva os aspectos simbólicos, a construção identitária e de emoções coletivas, no entanto, com menos relevo ao ambiente político e recursos materiais disponíveis e necessários para a organização da mobilização (Alonso, 2009).

Embora possuam abordagens distintas, as teorias podem se complementar sem fragmentar o objeto de estudo, permitindo assim que autores de diferentes linhas dialoguem e avancem em direção a uma convergência ao adotarem conceitos uns dos outros. “As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas” (Alonso, 2009, p. 72). Os movimentos sociais se caracterizam por uma organização descentralizada e flexível, com contornos ambíguos e englobam conexões tanto formais quanto informais entre ativistas e organizações, através das quais circulam recursos, valores, informações (Alonso, 2009).

Para compreender como os atores ora se relacionam com estruturas sociais, ora com estruturas políticas, acionamos a Teoria do Processo Político por seu foco no ambiente macropolítico através da estrutura de oportunidades políticas e sem deixar de considerar aspectos culturais por meio do conceito de repertório. Também desenvolvida por pesquisadores estadunidenses, essa teoria se alicerça em conceitos que não deixam de considerar o caráter racional e organizativo dos movimentos, entretanto, prioriza a compreensão da estrutura de incentivos e constrangimentos políticos que determinam as escolhas estratégicas dos sujeitos em sua ação (Alonso, 2009).

3.1 TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO

Através de um trabalho histórico, Tilly analisou variações de contestações políticas, contribuindo para a compreensão das diversas formas de ação coletiva e mudança social numa perspectiva de longos períodos na história da França e Inglaterra. Com isso, o autor identificou como grandes mudanças, como a urbanização e a industrialização, relacionavam-se com as mobilizações. Essa visão das estruturas abrange a relação da ação coletiva com o campo político, com foco em ações contestatórias e como a “ascensão e a queda dos movimentos sociais marcam a expansão e a contração das oportunidades democráticas” (Tilly, 2010, p 137).

Os movimentos sociais são entendidos por Tilly (2010) como uma forma de política contestatória por elaborarem reivindicações que conflitam com interesses do objeto da reivindicação. O autor salienta que os movimentos sociais por ele referido não fazem alusão a qualquer ação popular em favor de uma causa, a pessoas ou organizações que apoiam uma causa, mas refere-se a um conjunto de interações e práticas que combinam: característica de campanha (campanhas de reivindicações coletivas dirigidas aos seus alvos), repertório (conjunto de empreendimentos reivindicativos) e demonstrações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) referentes à causa.

É o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” (EOP) que direciona a compreensão em parâmetros políticos sobre essa teoria. Os movimentos são entendidos nas dinâmicas de confronto entre o Estado e os grupos organizados e, assim como a Teoria de Mobilização de Recursos, a TPP considera a coordenação entre ativistas como necessária para produzir a ação coletiva. No entanto, a teoria acrescenta um elemento cultural à sua explicação, através do qual essa coordenação dependeria da solidariedade. “A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” (Alonso, 2009, p. 55).

Entretanto, um movimento irá se configurar diante de oportunidades políticas favoráveis. De acordo com Tarrow (2011), a estrutura de oportunidades políticas surge para responder o porquê de alguns movimentos emergirem em determinado período e não em outros e por qual motivo alguns se mostram mais hábeis na manipulação de símbolos culturais se comparados a outros. A EOP se estrutura como um conjunto de pistas e condições que facilitam ou constroem o surgimento de ações coletivas de caráter contestatório. As oportunidades políticas são, de acordo com o autor, um conjunto de fatores que incentivam o envolvimento na política contestatória, enquanto que as ameaças são os fatores que desencorajam as formas de ação, como a repressão, por exemplo. Essa estrutura pode se dar como resultado das mudanças de interação entre Estado e sociedade, pela presença de potenciais aliados nos espaços de poder, pela maior penetrabilidade das instituições políticas nas reivindicações da sociedade, e pelo nível de tolerância às manifestações públicas.

A partir das mudanças de oportunidades e restrições, o confronto político² ocorre quando pessoas comuns, que não possuem recursos próprios e acesso às instituições

² O termo “*Contentious politics*” utilizado por Sidney Tarrow é empregado nesse trabalho a partir da tradução de Bringel (2012) que utiliza os termos “política contestatória” ou “confronto político” que abarcam idealmente o sentido de contestar/confrontar, contestação/confronto (*contend/contention*), e preservam o sentido de oposição e conflito.

representativas, entram em confronto e desafiam elites, o Estado ou outros opositores. Para isso, mobilizam um dos únicos, ou o único, recurso disponível para a ação do movimento que é formado por cidadãos comuns que se colocam contra seus oponentes e esses, por sua vez, se encontram mais bem equipados em termos de poder e acesso a outros recursos. Atores sociais reivindicam através de repertórios contestatórios conhecidos e os expandem através de inovações na ação e a criação de novas oportunidades, eventualmente utilizados em outros ciclos de disputa (Tarrow, 2011).

Dentro da teoria política, consolidou-se a noção de repertório que foi delineada por Charles Tilly. Ao longo de suas considerações sobre o conceito, o autor inicia com uma abordagem mais estruturalista e racionalista e, posteriormente, o apresenta com bases relacionais ao trazer dinâmicas culturais e abre espaço para *agency* (agência) em suas análises de interações conflituosas (Alonso, 2012). Portanto, os repertórios centram-se em formas de ação selecionadas pelos atores para a interação contenciosa através de um processo deliberado de escolha. Tilly (2010) cita vigílias, comícios, demonstrações, declarações nos meios de comunicação, panfletagem, entre outros, como um conjunto variável de atividades a ser chamado de “repertório dos movimentos sociais”. A noção de repertórios amplia a dimensão cultural desconsiderada da Teoria da Mobilização de Recursos e contribui para nossa reflexão sobre as formas de ação estudadas de movimentos sociais e seus contramovimentos.

Como criações culturais aprendidas, os repertórios de ação emergem a partir de práticas empregadas historicamente e se adaptam às circunstâncias, às reações dos oponentes, à atuação de autoridades variadas e ao posicionamento de aliados. Grupos e atores sociais acumulam histórias e memórias de contenção, o que permite, por exemplo, que trabalhadores saibam organizar greves porque gerações anteriores já recorreram a essa prática (Tarrow, 2011). Cada uso é particular, pois uma passeata nunca será exatamente igual a outra, mas, ainda assim, reconhecível como tal. No longo prazo, os repertórios sobrevivem e se difundem por meio de inovações bem-sucedidas (Alonso, 2012), representando atividades com as quais os grupos já estão familiarizados e das quais selecionam aquelas mais adequadas para a mobilização (Alimi, 2015). Trata-se de um processo que fortalece a confiança e estimula a participação.

De acordo com Alimi (2015), o termo repertório implica a noção de desempenho, isto é, o que a ação coletiva fará e o que se espera que ela performe, e também de inovação, uma vez que essa performance envolve experimentar ou imitar repertórios previamente observados e transmitidos. Assim, não se trata de performances individuais, mas de formas de interação entre pares ao longo da ação coletiva, que são empregadas estrategicamente e, por isso, geram novas oportunidades a serem exploradas em outros ciclos de contenção (Tilly, 1993). “É a

interação contenciosa que ocorre em várias arenas e a interação entre elas que molda repertórios e fornece o contexto para o processo de aprendizagem pelas partes envolvidas” (Alimi, 2015, p. 419, tradução nossa).

Alonso (2012) explica que Charles Tilly concentrou-se no manejo das performances no uso dos repertórios em confrontos políticos, consolidando a ideia de repertório como um conjunto de performances. Nesse contexto, a interação pode gerar situações inesperadas que dão origem a novas formas de contestação. Essa dinâmica amplia o conjunto de possibilidades e abre espaço para aspectos contingentes e dramáticos, ou seja, para as formas pelas quais os ativistas percebem suas escolhas em ação, dramatizando e comunicando não apenas suas demandas, mas também suas identidades (Pereira; Silva, 2020).

Diferentes repertórios de ação são introduzidos, adotados e moldados a partir da interação entre fatores internos e externos, como o público geral, movimentos de oposição e atores estatais. No âmbito interno dos movimentos, a escolha desses repertórios visa fortalecer a identidade coletiva, mobilizando emoções como orgulho, raiva e coragem, fundamentais para sustentar o engajamento dos participantes e consolidar uma identidade comum. As autoridades, por sua vez, detêm o controle sobre os meios de coerção e a intensidade da repressão pode influenciar a adoção de repertórios mais ou menos violentos. Na relação com os contramovimentos, as lideranças podem optar por estratégias de neutralização dos adversários, seja por meio do confronto direto, seja pela deslegitimação de suas narrativas (Alimi, 2015).

De acordo com Alonso (2012), uma vez que o repertório pressupõe margem para interpretação, antagonistas que recorrem a um mesmo tipo de ação podem adaptá-lo a diferentes rotinas, ou aplicá-lo de maneira distinta, como no caso de um abaixo-assinado pró ou contra o aborto. É o uso que confere sentido à ação. Portanto, os atores sociais reivindicam e se mobilizam por meio de repertórios contestatórios e criam novas oportunidades em um processo deliberativo de escolha estratégica construída em momentos de mobilização.

Em todas essas interações, a mídia exerce um papel central, sendo frequentemente acionada para influenciar a opinião pública e moldar percepções sobre a legitimidade dos atores em disputa. A construção e modificação dos repertórios utilizados pelos atores ocorrem por meio de relações comunicativamente mediadas, em diferentes arenas, e são moldadas pelas estratégias empregadas ao longo do confronto político. Inseridos no contexto desta pesquisa, refletimos também como a mediação influencia essa dinâmica, moldando as interações entre movimentos sociais, o público e as instituições com o emprego da performance contenciosa que pressupõe, também, a circulação de informações. Como destaca Âlcantara (2016, p. 320), os repertórios são “sempre produto de relações sociais e interações comunicativas, sejam elas

mediadas por tecnologias ou não”. A partir da percepção dessa interrelação entre os aspectos comunicativos e os repertórios de ação contenciosa, Mattoni (2013) aprofundou o conceito de repertórios de comunicação.

Mattoni (2013) traça uma analogia entre os repertórios de ação e os repertórios de comunicação, destacando que ambos estão situados em contextos culturais e históricos mais amplos e são dinâmicos, pois se transformam ao longo do tempo conforme o ambiente midiático e as práticas ativistas se modificam. Para delinear o conceito de repertórios de comunicação, a autora considera duas dinâmicas principais: as práticas de conhecimento da mídia, que dizem respeito ao domínio que os ativistas têm sobre o funcionamento do ambiente midiático; e as práticas de mídia relacional, ou seja, aquelas voltadas à interação com tecnologias, veículos e profissionais da mídia. Essas práticas podem ser adaptadas às lógicas tradicionais dos meios de comunicação, operar em confronto com elas, ignorá-las ou ainda apostar em formas alternativas de comunicação (Mattoni, 2013).

Levando em consideração as dinâmicas e os conhecimentos que envolvem o campo midiático e a atuação dos movimentos sociais e seus atores, Mattoni (2013) define os repertórios de comunicação como o conjunto de práticas de mídia ativista concebidas como possíveis pelos atores do movimento. Essas práticas são desenvolvidas em diferentes estágios da mobilização e têm como objetivo atingir públicos diversos, tanto internos quanto externos ao movimento, como, por exemplo, o público geral ou os alvos específicos do protesto. Estudos podem investigar variações desses repertórios em distintos contextos ao longo do tempo e, embora seja difícil mapear empiricamente toda a gama de práticas de mídia ativista que podem compor um repertório específico, é possível observar as práticas efetivamente mobilizadas em determinada ação e, a partir delas, inferir a existência de um repertório de comunicação.

Após delinear anteriormente as relações entre os movimentos sociais e o campo da comunicação, passamos agora a explorar o processo de formulação de escolhas estratégicas e de repertórios, que se dá por meio de relações mediadas comunicativamente em diferentes arenas e entre diversos atores no decorrer do confronto político. Nas obras de Tilly, a transferência de repertórios é compreendida como um processo relacional, disputado entre os agentes em interações conflituosas (Alonso, 2012). Historicamente e culturalmente enraizados, os repertórios são condicionados pelas estruturas de oportunidades políticas, nas quais experiências sociais específicas influenciam a adoção de determinadas formas de ação, no entanto, alterações são perceptíveis a depender dos atores envolvidos. Enquanto os detentores de poder tendem a repetir estratégias já bem-sucedidas, fixando-se em repertórios mais rígidos,

os desafiantes costumam adotar repertórios mais flexíveis, apostando no fator surpresa e na inovação como diferenciais (Alonso, 2012).

Considerando que os repertórios de ação são selecionados e modificados pelos atores de acordo com suas capacidades e com as circunstâncias específicas de uma sociedade, e que suas performances se definem nos terrenos das disputas e improvisos, buscamos compreender como essas construções e modificações ocorrem por meio de escolhas estratégicas. Para isso, partiremos da relação entre agência e estrutura, com base nas noções de arenas e jogadores desenvolvidas por Jasper (2004, 2015).

3.2 ENTRE REPERTÓRIOS E ESTRATÉGIAS

Os atores, definidos na literatura como *players* (jogadores), podem ser indivíduos, grupos, redes ou organizações que buscam atenção e influência. Diante de diferentes dilemas, precisam definir objetivos estratégicos para responder a momentos de contenção, reagir a outros atores ou adaptar-se às dinâmicas da arena em que atuam. Portanto, a relevância dos objetivos pode mudar de acordo com circunstâncias externas, além de mudarem ao longo do tempo com o surgimento de novos objetivos e interpretações (Jasper, 2004). Ao pensar em movimentos sociais, eles podem ser compostos por uma coleção de indivíduos ou organizações que estão trabalhando juntas estrategicamente para atingir um propósito compartilhado. Portanto, são os jogadores que tomam as decisões, se desentendem entre seus aliados, mas permanecem em momentos de contenção. Embora indivíduos e organizações enfrentem dilemas, desafios e tenham aliados, jogadores simples (indivíduos) se diferem dos complexos (organizações) por suas emoções e seus objetivos próprios, que podem diferir do todo (Jasper, 2024).

As arenas, por sua vez, são espaços com regras e recursos específicos nos quais os atores realizam suas ações, como a mídia (em sua configuração física) ou a opinião pública (em sua configuração metafórica), sendo capazes de incentivar ou inibir certos tipos de interação. Para atuarem de maneira eficaz nesses espaços, os atores dependem de recursos e habilidades, incluindo posições estratégicas que lhes conferem, por exemplo, controle financeiro ou poder de mobilização (Jasper, 2004; Jasper; Moran; Tramontano, 2015). As normas e dinâmicas institucionais de um campo moldam tanto a reputação de um movimento quanto suas oportunidades de visibilidade na mídia e influenciam a forma como os grupos respondem aos dilemas da interação contenciosa. Assim, os jogadores podem também explorar as especificidades de uma arena em benefício próprio (Rohlinger, 2015). Como moldam os

repertórios dos movimentos, as arenas se influenciam mutuamente, e a conquista em uma pode resultar em perdas em outras.

Essa dinâmica de influência e interação entre arenas e jogadores insere-se no debate sociológico sobre agência e estrutura. As arenas moldam os jogadores e influenciam suas decisões ao estabelecer quais ações podem levar aos resultados desejados. No entanto, essas esferas não devem ser tratadas de forma isolada uma vez que os movimentos sociais e seus atores dispõem de um leque diverso de ações e preferências na busca por seus objetivos. Ainda que diferentes contextos culturais e institucionais condicionem as estratégias adotadas, as interações também são profundamente marcadas pelas escolhas dos próprios agentes (Jasper, 2004). Essa ênfase na agência pode ser observada inclusive nos últimos trabalhos de Tilly sobre repertórios, nos quais o autor busca afastar-se de um viés excessivamente estruturalista para incorporar de forma mais explícita o papel da agência nas interações conflituosas, destacando como os atores manejam os repertórios de forma estratégica (Alonso, 2012).

Organizações de movimentos sociais, por exemplo, são agentes de mobilização que produzem e socializam normas e também arenas/espços de construção e experimentação que assumem múltiplas formas. Portanto, não são apenas determinadas por outras arenas, mas se adaptam criativamente a elas através de suas escolhas que são tomadas ao considerar o ambiente no qual a organização e mobilização se desenvolvem (Della Porta *et al.*, 2017).

Em resposta às teorias com foco estrutural, nas últimas décadas mais atenção foi dada aos movimentos culturais, como o movimento feminista, em uma virada que Jasper e King (2024) definem como “cultural-estratégica”. Ela permitiu que pesquisadores considerassem uma gama mais ampla de motivos, ideologias, emoções e objetivos, como eles são construídos, como atraem atenção da mídia e como afetam decisões estratégicas. Como argumentam Maney *et al.* (2012, p. xvi, tradução nossa) “nós fomos além de suposições estritas de racionalidade para reconhecer os papéis importantes das emoções, ideologias e identidades para aqueles que tomam decisões difíceis”.

Rohlinger (2022) destaca que compreender a relação entre estrutura e agência é fundamental para analisar a participação política na era digital, pois permite situar indivíduos e grupos dentro de um sistema social mais amplo e identificar os fatores que privilegiam certos atores em detrimento de outros. Um exemplo disso é a menor repressão enfrentada por grupos compostos por indivíduos com maior poder social, uma vez que tanto as plataformas digitais quanto as instituições legais tendem a responsabilizá-los com menos frequência por comportamentos negativos associados à participação política.

Esse contexto permite compreender que as capacidades dos atores não são distribuídas de maneira equitativa dentro de uma arena, afetando diretamente a dinâmica entre movimentos e contramovimentos. As conquistas de um movimento podem impulsionar a contramobilização de seus adversários, e, para obter vantagem, os jogadores buscam reposicionar seus oponentes em arenas estratégicas onde suas opções sejam limitadas e desfavoráveis (Jasper; Moran; Tramontano, 2015). À medida que os conflitos se expandem por diferentes espaços, certas arenas podem beneficiar mais um grupo do que outro, alterando o equilíbrio de poder e as chances de sucesso nas disputas. Essa dinâmica entre os jogadores está em constante transformação, acompanhando a emergência de novas arenas, a entrada de novos atores e a reconfiguração dos repertórios estratégicos conforme as oportunidades mais vantajosas. Em um contexto político marcado por mudanças entre restrições e possibilidades para a ação coletiva, tanto os objetivos quanto as estratégias midiáticas podem se redefinir ao longo do tempo (Rohlinger, 2015).

Portanto, estruturas sociais, redes, normas institucionais e lógicas específicas podem impor restrições às escolhas de repertórios de ação, fazendo com que as opções disponíveis para os atores sociais sejam frequentemente limitadas. Essas escolhas estratégicas também são moldadas pela interação com oponentes e pela circulação de táticas, que podem ser criadas ou apropriadas de outros movimentos, especialmente quando os atores atuam simultaneamente em múltiplas arenas. A estratégia, nesse sentido, torna-se um elemento central na definição dos repertórios, sendo essencial para compreender seus impactos, tendências e transformações ao longo do tempo (Jasper, 2004; Jasper; Moran; Tramontano, 2015). Ela permite comparar diferentes movimentos e observar as dinâmicas entre manobras e contramanobras, como no confronto entre o movimento feminista e os atores antifeministas.

Dentre os diversos fatores que moldam a formulação estratégica de um movimento, especialmente em sua relação com a mídia, temos como exemplo os recursos financeiros e humanos. No que se refere aos recursos humanos, a capacidade de liderança desempenha um papel central ao mitigar conflitos internos, unificar membros sob uma identidade comum e enquadrar questões de modo a atrair um público mais amplo. Já o acesso a recursos financeiros influencia diretamente as respostas dos atores e movimentos aos desafios impostos pelo relacionamento com a mídia, determinando como e onde promover suas pautas, moldar a cobertura midiática e decidir entre responder publicamente a determinadas questões ou adotar o silêncio estratégico (Rohlinger, 2015). Cabe destacar que movimentos com maior acesso a esses recursos podem contar com profissionais ou equipes especializadas na gestão de sua

comunicação e visibilidade midiática, enquanto aqueles com menos capital financeiro frequentemente dependem do ativismo voluntário para sustentar suas estratégias de mídia.

A relação entre oponentes e aliados constitui outra dinâmica fundamental que influencia a tomada de decisão estratégica em relação ao ambiente midiático. Grupos adversários moldam suas estratégias de acordo com o contexto político vigente, buscando constantemente reformular o debate público e enquadrar suas posições de modo a ocupar o centro das atenções. Um exemplo recorrente é a ocupação do espaço público por meio de manifestações que tendem a provocar reações de contramobilização por parte dos oponentes, empenhados em conter ou reverter as mudanças propostas. Além disso, atores políticos podem “pegar carona” em eventos e ações já em curso para obter visibilidade midiática, aderir ao debate nos termos estabelecidos por um dos lados, reformular a narrativa ou, estrategicamente, optar pelo silêncio. Em qualquer dessas situações, a definição da estratégia deve estar alinhada à maximização dos próprios objetivos e à neutralização dos esforços do campo adversário (Rohlinger, 2015).

Cada uso de um repertório estratégico de ação é particular e a margem para interpretá-lo e adaptá-lo elucidada como “apesar de dividirem um repertório, antagonistas se valem de rotinas diferentes ou das mesmas diferencialmente” (Alonso, 2012, p. 26). Da mesma forma, a emergência de ameaças e oportunidades políticas torna a formação de coalizões com aliados um processo complexo. Embora possam cooperar para garantir acesso a recursos e avançar objetivos comuns, também há disputas internas para evitar perdas políticas e assegurar protagonismo dentro do movimento. Nessas circunstâncias, grupos aliados podem tanto atuar de maneira coordenada quanto concorrer entre si, priorizando seus interesses específicos em detrimento de uma agenda compartilhada (Rohlinger, 2015).

Contudo, a formulação de estratégias não é um processo puramente intencional ou racional, envolve também dinâmicas emocionais. Como discutido anteriormente, é necessário ir além de suposições estritas de racionalidade para reconhecer os papéis centrais das emoções, ideologias e identidades nas decisões difíceis tomadas por ativistas. Ao expressar e processar emoções, esses atores escolhem palavras, imagens e ações que visam despertar sentimentos específicos em seus interlocutores. Ao considerar que fatores contextuais encorajam ou desencorajam determinadas escolhas, e que os ativistas precisam decidir quais mensagens e afetos mobilizar, Maney *et al.* (2012, p. xxiv, tradução nossa) afirmam que:

Ativistas não criam estratégias no vácuo. O provável sucesso ou fracasso de sua estratégia dependerá de sua adequação às circunstâncias às quais ela é aplicada. Se e como os ativistas interpretam suas circunstâncias é um produto das culturas simbólicas das quais eles fazem parte.

As orientações estratégicas estabelecem estruturas para a tomada de decisão, considerando tanto os processos de mudança social quanto os meios mais eficazes para alcançá-la. Essas diretrizes operam como lógicas gerais que orientam a escolha de táticas, as quais não são formuladas de maneira isolada, mas em um contexto dinâmico de interação com outros atores. Esse processo implica avaliar como determinadas táticas serão percebidas e respondidas, ponderar os efeitos restritivos de estratégias anteriormente empregadas e estimar sua eficácia no ambiente específico em que se inserem (Downey; Rohlinger, 2008). As considerações estratégicas, portanto, são centrais para a definição das táticas, ou seja, das ações concretas utilizadas para atingir os objetivos traçados. Enquanto a estratégia diz respeito ao planejamento para alcançar determinados objetivos, as táticas representam uma subdivisão dessas preocupações, relacionadas à execução das ações (Smithey, 2009).

O conceito de repertórios sugere que, em determinados momentos, os atores devem escolher entre as opções disponíveis para suas formas de ação. Pereira e Silva (2020) argumentam que a definição dessas formas de ação pode ser compreendida como as táticas adotadas, como greves, ocupações ou, então, táticas de enquadramento interpretativo. Os autores também incorporam duas perspectivas para a definição das táticas. Primeiro, os ativistas desenvolvem táticas de ação de acordo com as oportunidades e ameaças apresentadas, se adaptando estrategicamente às possibilidades da arena. Segundo, de acordo com abordagens culturalistas, argumentam que as táticas não são meios neutros, mas envolvem rotinas emocionais e morais na tomada de decisão.

Movimentos podem criar oportunidades por meio de táticas efetivas de ação através da inovação e adaptação, ao mesmo tempo em que são inspiradas e limitadas pela disponibilidade de recursos, oportunidades, conflitos, história e ideologia do grupo, situações essas que recomendam algumas táticas em detrimento de outras (Smithey, 2009). Portanto, não apenas os incentivos externos à escolha são relevantes para a definição de estratégias, mas a cultura é também decisiva. As decisões são tomadas por critérios múltiplos que podem provocar perdas, danos e disputas entre movimentos – por exemplo, a adoção de estratégias entre aquelas que são compatíveis com a identidade do ativista e aquelas melhor aceita pela opinião pública (Pereira; Silva, 2020).

Embora não seja nosso objetivo desenvolver uma teorização extensa sobre cada termo técnico ou ação possível dentro do vasto leque de estratégias que podem ser adotadas, queremos compreender como os conceitos e teorias mobilizados dialogam entre si, uma vez que sugerem uma compatibilidade analítica. A partir da triangulação entre repertório, táticas estratégicas e

performance, Pereira e Silva (2020) explicam que os repertórios investigam como os ativistas recorrem a formas de ação historicamente variadas, cujas escolhas podem ser organizacionais e/ou fundamentadas em valores e identificações. As táticas estratégicas são colocadas em prática por meio da performance, de modo dramático ou criativo, adaptando-se às interações e aos contextos em que ocorrem. “Eles irão às ruas com roupas e bandeiras que reforcem a transmissão dos significados desejados, adaptando seus *slogans* aos últimos acontecimentos políticos” (Pereira; Silva, 2020, p. 633-34).

Dado o contexto aqui construído, no qual atores e ativistas recorrem criativamente a acervos de conhecimento acumulado e mobilizam recursos midiáticos, Volpato (2022) entende que a midiáticação se insere como parte dessa dinâmica ao se optar pelas possibilidades de mobilização e direcionamento no campo da política contestatória. Os atores fazem uso das práticas e estratégias disponíveis por meio da experimentação, em busca de caminhos que se mostrem mais eficazes. Nesse processo, acionam recursos midiáticos e negociam com as lógicas da mídia, procurando atingir seus objetivos de uma forma que faça sentido para o conjunto de atores envolvidos (Volpato, 2022).

Se entendemos a midiáticação como um processo de mudança social e cultural em que a mídia passa a atravessar os campos sociais e a participar de interações nos diversos âmbitos da vida cotidiana, podemos compreender como também os repertórios são permeados pela mídia, através de alterações em formas consolidadas ou pela emergência de formas de ação disruptivas (Volpato, 2022, p. 101).

Em seu estudo sobre os campos do ativismo político na Grã-Bretanha, Chadwick (2017) observa táticas e estratégias experimentadas para incorporar a internet e as novas mídias nas campanhas do Partido Trabalhista. Essas práticas revelam uma adaptação a um sistema de mídia híbrido, no qual os atores alternam entre diferentes lógicas, tanto das mídias tradicionais quanto das “novas”, em suas tentativas de mobilização. Além disso, ao assumirem o papel de audiência ativa, os ativistas de movimentos contemporâneos acumulam conhecimento sobre o ambiente midiático por meio da produção, circulação, reprodução e transformação de diversos conteúdos de mídia. Trata-se de um tipo de conhecimento midiático essencial, que molda as interações entre os atores do movimento e os ambientes de mídia nos quais estão inseridos (Mattoni, 2013).

A midiáticação favorece um processo de movimentação nos repertórios já sedimentados na medida em que recursos midiáticos contemporâneos são frequentemente acionados carregando as lógicas e padrões construídos no campo da mídia. Contudo, tensionamentos são proporcionados pelo atravessamento da mídia nos repertórios e que instauram processos de

negociação, apropriação e ressignificação. “É nesse âmbito que se dão parte das escolhas e formulação das estratégias, e que se podem perceber algumas das contradições dos processos de midiaticização” (Volpato, 2022, p. 102).

Como observamos no capítulo 2, os processos de midiaticização se inserem nas interações e escolhas estratégicas dos movimentos e de seus atores, que negociam com esses processos com o intuito de influenciar o campo midiático a partir de suas próprias lógicas, desafiando e transformando padrões convencionais. Como pontuam Jasper e King (2024), as regras que definem quem pode acessar determinada arena podem ser aplicadas, ignoradas, distorcidas ou utilizadas estrategicamente como arma nos conflitos. Os jogadores, inevitavelmente, procuram modificar essas regras em benefício próprio. Nesse campo de disputas, a visibilidade torna-se um elemento central para compreender como as interações estratégicas orientam práticas que buscam ocupar espaços e atrair atenção no ambiente midiático.

3.3 VISIBILIDADE MIDIÁTICA E MUDIATIZADA

Para Brighenti (2007), a visibilidade deve ser tratada como um campo que permite refletir sobre uma variedade de fenômenos e mecanismos sociais e políticos, como a produção e o consumo do visível. Na sociedade contemporânea, marcada pelo alto fluxo informacional e pela intensa disputa pela atenção da audiência, seja enquanto público ou enquanto consumidor, a visibilidade torna-se condição essencial para a existência social e para que determinados fatos adquiram notoriedade no espaço público. Trata-se, portanto, de uma questão política, na medida em que é disputada por aqueles que se consideram privados dos espaços que a conferem, como a mídia.

Segundo Trivinho (2011), a visibilidade midiática tornou-se um imperativo, uma evidência da existência por meio da superexposição, sendo necessário fazer-se presente para o outro. Em uma cultura baseada no culto cotidiano a figuras heroicas, que podem se manifestar no imaginário social por meio de ícones esportivos, lideranças de diversos tipos ou celebridades midiáticas, essas figuras são fomentadas por discursos promocionais de instâncias legitimadoras, como os meios de comunicação. A velocidade das transformações tecnológicas e suas possibilidades, por sua vez, levou o desejo por atenção às suas últimas consequências (Trivinho, 2011).

Refletir sobre os processos de visibilidade implica considerar as transformações ocorridas em distintos aspectos do processo comunicativo, especialmente no que diz respeito à transição da visibilidade mediada por veículos tradicionais para aquela possibilitada pelas novas

tecnologias da informação e comunicação. Nesse sentido, Thompson (2008) recorre à relação entre visibilidade e poder político para ilustrar a relevância e as implicações dessa dinâmica. Antes do desenvolvimento da mídia impressa e de outros meios de comunicação, a visibilidade de líderes políticos dependia de sua presença física diante de uma audiência, o que o autor denomina situação de co-presença. Com o avanço das tecnologias de mediação, a visibilidade passou a se desvincular da presença física, alterando profundamente os modos de constituição e exercício do poder.

Thompson (2008) introduz o conceito de interação mediada para destacar que o tipo de interação hoje disponível pode ser distendido espacialmente e ampliado ou comprimido temporalmente, dependendo das características do meio utilizado. Diferentes formas de mídia, portanto, instigam diferentes formas de visibilidade. A imprensa escrita, por exemplo, é um espaço de visibilidade gerenciado e organizado por meio de práticas editoriais humanas. O rádio constrói uma forma de visibilidade que opera por meio do som e não de imagens, ilustrando a noção de que visibilidade não deve ser confundida com visualidade. A televisão, por sua vez, emprega diversos recursos técnicos para organizar a atenção, construindo regimes específicos de visibilidade com o uso de ângulos, tempo, tomadas e enquadramentos (Bucher, 2012).

Essas dinâmicas redefiniram a natureza das interações sociais, com implicações significativas para a construção da visibilidade no espaço público contemporâneo. Comunicação e visibilidade operam em função da formação da opinião pública, uma vez que a esfera de visibilidade pública torna disponíveis temas de interesse comum a serem introduzidos no debate público. Para Gomes (2008), essa esfera é a dimensão da vida social que se torna visível e acessível ao conhecimento público, é em seu interior que fatos, circunstâncias e negociações se transformam em temas do debate público e midiático. A prática democrática, portanto, estabelece relações fundamentais com a cena midiática, compreendida como um espaço de exposição, debate e disseminação, essencial para a condução de temas de interesse coletivo e para a produção de decisões políticas (Gomes, 2008).

De acordo com Maia (2008), a esfera de visibilidade midiática é constituída pelo conjunto de emissões dos meios de comunicação, em suas diversas modalidades, e promove uma complexa relação entre os atores do sistema político e os da sociedade civil. Em democracias deliberativas, a mídia constitui uma instância fundamental de geração de visibilidade, conferindo existência pública a temas que, anteriormente, poderiam não ter alcançado o mesmo grau de problematização, alcance e audiência. Tornar um tema visível é passo essencial para estabelecer processos comunicativos entre sujeitos, ampliar compreensões e, em seguida, conquistar apoio e mobilização em torno de uma causa ou projeto. Compreende-

se, assim, que a necessidade de uma competência comunicativa na rotina da mobilização envolve operar tanto na lógica das mídias quanto por meio de outros recursos e instrumentos de comunicação que introduzam novas agendas na cena pública (Mafra, 2007).

Nesse sentido, os meios de comunicação desempenham papel crucial ao oferecer espaços de visibilidade para movimentos sociais que buscam articular formas de mobilização pontuais ou contínuas. Esses atores operam com ações voltadas à obtenção de ampla ou média visibilidade, estabelecendo conexões e promovendo engajamentos comunicativos em ambientes online e offline. A interação com os meios de comunicação, em um campo marcado por disputas e pela definição de significados, permite que esses movimentos intervenham na esfera pública, influenciando debates em curso e exercendo pressão coletiva. Ao conquistar espaços de visibilidade, constroem legitimidade, mantêm sua presença no imaginário público e fomentam reflexão e apoio contínuos (Marques; Nogueira, 2012; Sgorla, 2010).

À medida que a presença nas esferas de visibilidade pública é fundamental para agendas que almejam ampla mobilização social, movimentos sociais que desconsideram os processos comunicacionais contemporâneos tendem a desconhecer a dinâmica comunicativa da sociedade, o que limita suas possibilidades de tematizar suas causas e alcançar reconhecimento. Para que um processo comunicativo efetivo seja estabelecido, é essencial identificar e acionar mecanismos capazes de conferir visibilidade às pautas defendidas (Mafra, 2007).

Contudo, enquanto instituição que confere visibilidade a eventos, pessoas, grupos, controvérsias e narrativas, a mídia pode determinar essa condição segundo seus próprios termos, enquadrando agendas sob discursos de desprezo e condenação ou, ainda, eliminando-as por meio da invisibilização (Dayan, 2013). Os meios de comunicação podem colocar pautas ou atores em uma zona de supervisibilidade, na qual qualquer ação ganha proporções amplificadas. Representações midiáticas de imigrantes como criminosos, por exemplo, ilustram como formas de pânico moral podem ser seletivamente dirigidas a grupos minorizados e como o reconhecimento social está inserido no campo da visibilidade, ou seja, distorções na visibilidade geram distorções nas representações sociais (Brighenti, 2007). Assim, o acesso a espaços de visibilidade é pré-condição para exercer controle sobre a produção de representações.

O acesso de diferentes públicos (elites e grupos do sistema político *versus* sujeitos da opinião pública) aos meios de comunicação é desigual. É um espaço de acesso restrito no qual grupos de interesse político ou econômico tem mais oportunidades de propor uma agenda política. Já o conjunto de cidadãos ou atores coletivos não contam com tais acessos e recursos e, por isso, buscam produzir fatos noticiosos que rompam as barreiras impostas. Embora sub-

representados nos debates públicos, lutam por visibilidade através de demonstrações diversas, operando com alto grau de teatralidade, dramatização e apelo emocional para romperem com a invisibilidade no circuito dos media (Maia, 2008).

Nesse sentido, através de disputas e negociações para alcançar os benefícios advindos da dinâmica com os meios de comunicação, surge a necessidade de estratégias voltadas à conquista da visibilidade. Nesse contexto relacional de influências, torna-se fundamental a elaboração de um planejamento que permita tanto a ampliação da absorção das lógicas midiáticas quanto a incorporação de uma gramática própria pelos movimentos e organizações (Sgorla, 2010). Uma dimensão estratégica da comunicação voltada à mobilização é a dimensão espetacular, que busca chamar a atenção, despertar o interesse e capturar a audiência, promovendo a existência pública de uma causa por meio da visibilidade (Mafra, 2007).

A apresentação dos temas de interesse requer um investimento planejado por parte dos atores sociais, com o intuito de inseri-los na mídia. A mídia, por sua vez, exerce papel ativo ao favorecer ou desfavorecer determinadas pautas, incluir ou excluir acontecimentos e enquadrar os fatos segundo suas próprias lógicas. De acordo com Marques e Nogueira (2012), as estratégias elaboradas para a manutenção da visibilidade pública são essenciais para que as informações legitimadas por organizações ou movimentos alcancem os produtores de mídia e, simultaneamente, permaneçam em sua memória. É comum, na tentativa de administrar a visibilidade e fazer repercutir discursos e versões do próprio interesse no ambiente midiático, a construção de estratégias e contra-estratégias, táticas que se chocam e pressões e contrapressões esperadas do jogo político (Maia, 2008).

Como dito anteriormente, estar visível é requisito fundamental para a circulação de informações e, conseqüentemente, para a busca por legitimação de atores e movimentos sociais. Trata-se da conquista de um tipo de presença e reconhecimento no âmbito público, capaz de atrair atenção para uma situação específica, uma figura social ou uma causa a ser promovida (Stasiak, 2014; Thompon, 2008). Na medida em que ser anônimo é visto como um estigma nesse campo de disputas, ser visível passou a ser entendido como um direito pela visibilidade em termos próprios. Isso é permitido, até certo ponto, pelos usos e apropriações da internet.

Determinadas tecnologias midiáticas, anteriormente restritas ao campo especializado, com suas lógicas e linguagens próprias, tornaram-se acessíveis e foram incorporadas ao cotidiano de atores diversos, que também participam dessas dinâmicas (Sgorla, 2010). Com o advento das tecnologias digitais, observa-se a construção de espaços de negociação e trocas argumentativas que ampliam as oportunidades para que os movimentos sociais conquistem visibilidade e consolidem um repertório de experiências compartilhadas com grupos que

partilham identidades e aspirações comuns. Dessa forma, novos meios demandam novas estratégias, que influenciam diretamente os regimes de visibilidade pública (Stasiak, 2014).

Com o avanço das tecnologias digitais, os meios de comunicação passaram a possibilitar a construção de uma imagem de si acessível a um número cada vez maior de pessoas, ampliando assim as formas de visibilidade proporcionadas pela mídia. Essa modalidade mais íntima de apresentação de si favoreceu o surgimento de novas formas de interação, viabilizadas pelo uso e apropriação das mídias sociais. Dayan (2013) nomeia esse processo como paradigma da visibilidade. Para o autor, a privação de espaços de controle da visibilidade impediu os indivíduos de manejar a sua própria representação e, como consequência da privação, esses atores buscam a conquista da visibilidade através, por exemplo, da constante exposição em ambientes digitais. Os usuários parecem não se importar em serem monitorados e expostos constantemente, visto que a preocupação está em não desaparecer para não se tornar invisível.

Hansen (2006, p. 11) define o espaço midiático de visibilidade pública como um “espaço relacional sobre o qual incidem pressões dos diversos atores sociais em busca por transformar o poder comunicacional em poder de influência sobre as disposições políticas”. Trata-se de um espaço relacional, pois os atores da sociedade civil exercem influência nos processos comunicativos e na esfera pública por meio das escolhas que realizam, constituindo uma dimensão simbólica de um espaço discursivo em que diferentes agentes disputam influência. Além disso, as estruturas de propriedade e controle, bem como as relações de força no mercado midiático, operam diretamente nessas interações.

Essa abordagem permite compreender como tais interações e estruturas de poder moldam as estratégias de visibilidade das mobilizações almejadas por esses atores sociais (Hansen, 2006). Como destaca Lasta (2017, p. 4), essa dinâmica “consequentemente, também reconfigura os processos de visibilidade e de legitimidade das organizações, ao passo que, insere outras possibilidades de ser reconhecido/reconhecedor e de se relacionar a partir da apropriação/uso dos mais diversos media digitais”. Portanto, como delineado na seção anterior, apesar da agência dos atores na apropriação tecnológicas, esses espaços continuam permeados por constrangimentos e assimetrias de poder, os quais dificultam a visibilidade de determinadas temáticas na esfera pública, favorecendo algumas causas em detrimento de outras (Marques; Nogueira, 2012). As desigualdades impostas nesse campo podem comprometer a transição da visibilidade à efetiva participação e mobilização.

As esferas de atuação passam a ser reformuladas a partir de um novo tipo de visibilidade, marcado pelas características do digital. Há uma seleção prévia do que será visível, estruturada conforme os atributos dos ambientes digitais, o que implica uma proposição ao outro, que pode

ser aceita ou não (Lasta, 2017). Assim, as assimetrias geradas nesse campo de disputa o transformam em um espaço estratégico, no qual o acesso e o domínio de determinados dispositivos e tecnologias ampliam essas desigualdades. Como destaca Brighenti (2007), quando algo ou alguém se torna mais ou menos visível, é preciso considerar quem está atuando sobre essa visibilidade e reagindo a esse campo, portanto, quais relações estão sendo moldadas nesse processo.

Essa dinâmica expressa uma dualidade associada às possibilidades trazidas pelo desenvolvimento da Web 2.0: por um lado, ampliou-se a possibilidade de expressão, facilitando a visibilidade de contrapúblicos e o exercício da cidadania cotidiana; por outro, introduziram-se tecnologias acessíveis de vigilância, acompanhadas de uma sensação de desempoderamento diante da possibilidade de invisibilidade imposta por esferas de poder (Bucher, 2012). Esperava-se que a descentralização das instâncias de produção e recepção, promovida pelas TICs, superasse a falta de autonomia imposta pelos meios tradicionais, regidos por suas próprias normas. Contudo, essa autonomia tampouco se concretiza de maneira plena no cenário contemporâneo.

Sabendo que os meios de comunicação são espaços que conferem alta visibilidade às pessoas que deles participam (Brighenti, 2007), o desenvolvimento de novos campos de ação e interação transforma rapidamente as relações de poder. A visibilidade passa a ser um processo que não pode ser completamente antecipado, mas que se define ao longo das interações (Stasiak, 2014). A tentativa de coordenar ações estrategicamente no espaço midiático da visibilidade gera confrontos que extrapolam a oposição inicial entre atores e alteram suas estratégias, provocando, assim, transformações contínuas e alimentando novas estratégias que se situam na fronteira entre visibilidade e segredo (Maia, 2008).

A própria natureza da internet e a amplificação das formas de visibilidade por ela proporcionadas tornam esse fenômeno ainda mais complexo, dificultando o controle sobre o fluxo de conteúdos. Indivíduos passaram a criar e disseminar informações variadas, tornando praticamente inviável o controle sobre todas as representações que circulam. A ascensão da mídia digital inclusive redefine o que significa governar sob constante escrutínio público (Ituassu, 2025). Desse modo, emergem riscos que vão além da preservação da imagem pública ou do alcance de metas planejadas pelos emissores, ampliando também as possibilidades de ataques, denúncias e exposições indesejadas. Novas formas de acontecimentos mediados podem, assim, subverter e fragilizar apresentações cuidadosamente planejadas para uma audiência (Thompson, 2008). A visibilidade configura-se, portanto, como uma “via de duas mãos”, podendo fortalecer ou enfraquecer os objetivos pretendidos (Brighenti, 2007).

A busca por visibilidade e legitimidade leva em consideração essa nova dinâmica, que explora seus vieses a serviço de causas próprias, sustentando o poder, ainda que com os riscos inerentes à visibilidade incontrolável. As transformações tecnológicas que proporcionaram essa visibilidade de “dupla face” (Thompson, 2008, p. 27) dificultaram o encobrimento de comportamentos privados de líderes políticos e outras figuras públicas, possibilitando que “empreendedoras de visibilidade” (Dayan, 2013) manejem, na medida do possível, tanto a própria representação quanto o poder da visibilidade alheia. Na tentativa de minimizar os danos oriundos da exposição indesejada, atores e organizações passam a adotar estratégias de contenção dos níveis de visibilidade.

Esses atores recorrem ao arsenal tecnológico disponível para impedir que determinadas questões de interesse público venham à tona, ou mesmo para obscurecer a compreensão sobre certos fatos, especialmente em contextos de crises reputacionais ou escândalos midiáticos. Silva e Baldissera (2023) identificaram nove estratégias utilizadas por organizações com o intuito de influenciar nos níveis de (in)visibilidade. São elas: desvio do foco para outras pautas (positivas); geração de novos fatos; investimento financeiro na remoção de enfoques prejudiciais; infiltrações para alterar o rumo de discussões; compra de audiência; contratação de influenciadores digitais; transferência da visibilidade indesejada para concorrentes; utilização de recursos automatizados de desinformação; e exploração de mecanismos de busca para otimizar a visibilidade.

Em estudo empírico, os autores exemplificam essas estratégias com o caso das ações do iFood para desmobilizar o movimento Breque dos Apps, entre 2020 e 2021. A empresa contratou agências especializadas em marketing e comunicação que mobilizaram recursos para redirecionar a atenção pública a um ponto mais favorável, mitigando os danos de suas fragilidades expostas e modulando a opinião pública e a percepção de públicos diretamente envolvidos (Silva; Baldissera, 2023). Como nesse caso, as estratégias de redução de visibilidade podem ter como consequência a desmobilização de temas de interesse público.

A visibilidade configura as condições para que um público se manifeste, implicando diretamente na formação e movimentação desses públicos. Obstáculos que impeçam determinadas questões de alcançar a atenção pública e que inibam o envolvimento coletivo dificultam os processos de mobilização. Trata-se de dinâmicas que geram tensões entre campos de força opostos e instauram condições desfavoráveis à mobilização, operando, portanto, como processos de desmobilização que limitam a visibilidade e, eventualmente, a ação (Pimenta; Henriques; Machado, 2020).

Para Silva (2019), a desmobilização consiste no estabelecimento de barreiras que podem impedir ou frear ações coletivas. O autor argumenta que mobilização e desmobilização são “faces opostas de uma mesma lógica comunicativa sobre os públicos, operando, em frequência inversa, com temas de grande relevância, como os conflitos de poder e sentido” (2019, p. 3). Parte-se, assim, do entendimento de que a mobilização requer a coletivização em torno de uma causa social, enquanto a desmobilização aciona dinâmicas comunicativas que impedem esse processo.

Henriques (2010) define a coletivização como o compartilhamento de uma causa e de seu imaginário, construindo um sentido coletivo de ação que confere estabilidade ao processo de mobilização. A coletivização envolve o reconhecimento de um aspecto como problemático; sua assunção como questão pública; a percepção da ação como uma possibilidade real de transformação; e a justificativa moral da causa, fundamentada em valores socialmente compartilhados, como a preservação ambiental, por exemplo. O estudo desenvolvido por Silva (2019, p. 14) argumenta que a desmobilização se baseia em pressupostos contrários aos da coletivização, ao buscar demonstrar que o problema não é concreto, não é de interesse público, não tem solução possível ou não está ancorado em valores amplos.

A percepção e a produção de conhecimento também podem ser desafiadas na formação de públicos. Henriques (2017) denomina essa dimensão de cognitiva e aponta obstáculos como a ausência de dados e transparência; a complexidade das informações (por vezes técnicas ou especializadas); a distribuição desigual do conhecimento; e a superabundância de informações, fenômeno acentuado pelas tecnologias digitais e pela difusão indiscriminada de conteúdos nas plataformas.

A dimensão performática é outro meio de organizar-se e expressar-se como público e garantir a coletivização. São formas conhecidas e visíveis de movimentação no espaço público, como protestos e passeatas. Nessa dimensão se identificam também entraves de acesso e performance através, por exemplo, da desigualdade nos recursos de informação e comunicação (Henriques, 2017). Essas dinâmicas, que são centrais na constituição de públicos que buscam possibilidades de visibilidade no espaço público são, de acordo com Henriques (2017, p. 63), políticas por envolverem a livre circulação de informações, opiniões e manifestações, “[...] aspectos em permanente disputa e tensão na sociedade e que se localizam no cerne do ideal democrático”.

Em suma, o espaço moldado pelas novas tecnologias permite que instituições e organizações disputem atenção pública a partir de diferentes níveis de poder e recursos; que aspectos marginalizados sejam revelados por meio da exposição incontrolável; e que lutas

sociais e políticas se articulem como parte inseparável da visibilidade dos eventos em si. “Assim, essa nova configuração das rotinas dos campos e atores sociais no contexto midiático – por intermédio da adoção de características da cultura da mídia – passou a compor as principais táticas para a visibilidade social” (Sgorla, 2010, p. 7).

O desejo pela visibilidade representa a busca pelo êxito e distinção e o não conhecimento do outro. Como observa Volpato (2020, p. 122), “enquanto movimentos sociais tentam lançar luz em determinados temas, inserir pautas na esfera pública tornando-as visíveis, outros atores com as quais dividem um contexto e que participam dessa dinâmica podem estar agindo justamente no sentido contrário”. Ofuscar o outro, motivado por uma lógica de competição típica da realidade capitalista (Trivinho, 2011), compromete a própria causa, que pode se diluir na disputa por visibilidade. Estar fora da visibilidade pública e, portanto, fora do espaço midiático, significa estar ausente de oportunidades de reconhecimento e comunicação. Isso suscita a reflexão sobre até que ponto a adaptação às regras impostas pela gestão do espaço digital se torna onerosa para mobilizações em prol de agendas democráticas.

Tornar-se visível é, portanto, um jogo de poder no qual os arranjos, arquiteturas e designs específicos de cada mídia importam, especialmente no que diz respeito à visibilidade tecnologicamente estruturada (Bucher, 2012). Nesse sentido, demarcar o campo de visibilidade torna-se sinônimo de seguir a lógica de otimização imposta por tais sistemas, ainda que isso acarrete a confusão entre transparência, verdade e o desejo de ser visível a qualquer custo.

No cenário atual, os meios de comunicação ocupam o centro da visibilidade pública, impondo lógicas específicas de acesso, fazendo com que movimentos sociais sejam pressionados a se adequar às normas midiáticas sob pena de invisibilidade. Nesse sentido, a visibilidade midiática atua como um mecanismo de controle, exigindo desses atores a negociação de seus repertórios de ação e comunicação com os saberes instituídos pelo campo midiático. Volpato (2022) observa que a exigência coercitiva da visibilidade gera problemas relacionados à autopromoção, superexposição e violação da privacidade, pressionando os sujeitos a adotarem comportamentos que favoreçam sua inserção no espaço do visível.

Contudo, essa relação também permite movimentos em sentido inverso. Na ausência de padrões estáveis de interação, movimentos sociais experimentam modos alternativos de visibilidade, com base no conhecimento sobre o funcionamento midiático, ainda que isso implique riscos à sua coerência político-ideológica. As dinâmicas da visibilidade midiática envolvem, por um lado, concessões e adaptações às regras da mídia e, por outro, tentativas de transgressão disruptiva. São dinâmicas que fazem com que os movimentos precisem equilibrar sua exposição, evitando tanto a invisibilidade quanto a estigmatização (Volpato, 2022).

Diante do exposto, seguimos a abordagem de Volpato (2022, p. 133) sobre os processos de mediação e sua relação com a configuração de espaços de visibilidade, partindo do pressuposto de que “as dinâmicas interacionais nos espaços de visibilidade envolvem não apenas relações entre atores, mas entre atores e arenas, com lógicas convergentes e divergentes, que se alteram mutuamente, levando a uma série de contradições e nuances que precisam ser exploradas”. Compreendemos que as estratégias de visibilidade são construídas em processos decisórios que envolvem, em sua totalidade, a análise de produtos e interações mediadas, bem como o conhecimento dos bastidores das tomadas de decisão estratégica. No entanto, nossa intenção é tomar conhecimento das negociações e movimentações que ocorrem a nível público-midiático entre movimentos e contramovimentos e suas mobilizações também a nível público.

Para a compreensão de como repertórios de ação e comunicação são negociados em busca de garantir a visibilidade desejada, precisamos situar as disputas entre atores antagônicos que também permeiam as relações de adaptações e concessões estudadas até o momento. Por isso, seguimos para o próximo capítulo para situar os atores que se diferenciam em orientações políticas e ideológicas, ora progressistas, ora regressivas a partir da literatura sobre contramovimentos sociais.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS, CONTRAMOVIMENTOS E ATIVISMOS CONTEMPORÂNEOS

Para distribuírem e controlarem seus conteúdos e posicionamentos em busca de visibilidade e mobilização, os atores políticos e sociais necessitam considerar não apenas as estruturas de mídia e eventos sociais, como também a influência dos grupos de oposição nesse processo. Por isso, para demarcar conceitualmente a relação entre nossos objetos de estudo, mobilizamos a teoria dos contramovimentos. Em seguida, partimos para uma breve contextualização histórica sobre as diferentes vertentes desenvolvidas sobre ações coletivas no cenário brasileiro, e também suas reformulações contemporâneas como fundamentais para explorar as atuações feministas e antifeministas situadas em um contexto político e social dinâmico.

Desse modo, finalizamos o capítulo abordando os movimentos sociais feministas e a relação dialógica e interacional entre movimentos e contramovimentos desenvolvida até aqui. Para isso, perpassamos pelas gerações dos feminismos e de seus impactos democráticos, bem como das pautas e dos atores que compõem os antifeminismos, ambos inseridos nas novas formas de organizações coletiva evidenciadas pelas transformações ocorridas no contexto político a partir de 2013.

4.1 DINÂMICA MOVIMENTO-CONTRAMOVIMENTO

Os movimentos sociais são uma forma de participar ativamente em processos cidadãos e que, apesar das diversas perspectivas teóricas, podem ser caracterizados como ações coletivas que ambicionam mudanças sociais. Devido à sua mobilização, visibilidade e transformações sociais e políticas almejadas e, eventualmente, alcançadas, eles suscitam a oposição de certos grupos, compreendidos como contramovimentos, que pretendem impor uma contramobilização ao se opor às suas ações e ao seu sucesso.

Diversos autores sustentam que os contramovimentos devem ser analisados por meio dos mesmos recursos e categorias analíticas utilizados para a compreensão de movimentos sociais, pois sua dinâmica interacional produz convergências de valores, táticas e objetivos (Mottl, 1980; Aragusuku, 2022; Lo, 1982). Compreende-se que existe uma relação de influência e jogo de ações entre movimentos e contramovimentos sociais, contudo, esse último sendo negligenciado pelo campo de estudos de movimentos sociais. Por isso, os estudos sobre as dinâmicas entre movimento-contramovimento é um campo mais recente comparado aos

estudos de outras formas de ação coletiva. No geral, esses focam em mobilizações de caráter progressista e na análise das características, processos e organizações dos movimentos sociais (Silva; Pereira, 2020; Fadaee, 2014).

Por meio de buscas por “contramovimentos sociais” em 2022 nos acervos dos sites Periódicos CAPES, Scielo e Google Acadêmico, identificamos uma carência de pesquisas sobre o termo. Foram encontrados: 1 Tese (na área de Ciência Política), 2 dissertações (1 em Ciências Sociais e 1 em Desenvolvimento Rural), 1 Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), 10 artigos (1 em Comunicação, 1 em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente, 3 em Ciência Política, 3 em Sociologia, 1 em Desenvolvimento Territorial Sustentável e 1 em Administração). A seleção dos estudos foi feita não apenas pela identificação do uso da palavra “contramovimento”, mas também pela sua mobilização teórica ou empírica. Portanto, alguns trabalhos não foram considerados uma vez que apenas mencionavam o termo, sem defini-lo ou aplicá-lo a um contexto específico.

Dentre as pesquisas selecionadas, muitas são estudos de caso que não se aprofundam no arcabouço conceitual e, quando o fazem, apoiam-se nos mesmos referenciais teóricos internacionais já conhecidos. Com exceção do artigo de Silva e Pereira (2020), da área da Sociologia, que foi o único trabalho encontrado que realiza uma revisão sistemática da literatura baseada apenas no conceito de contramovimentos e sua relação de influência com os movimentos sociais. Por esse motivo, propomos esse aprofundamento no arcabouço teórico a respeito do conceito.

Melhor compreender a presença de contramovimentos na sociedade é imperativo, visto que suas dinâmicas são um elemento crítico em assuntos políticos e sociais contemporâneos e interferem na estrutura de oportunidades políticas ao criarem obstáculos e conflitos junto aos movimentos sociais. É através do aprofundamento a respeito dessa dinâmica que será possível contribuir para o entendimento de como ocorre a mudança social. De acordo com Silva e Pereira (2020), eventos de protestos contemporâneos deixaram à mostra as fragilidades do campo de estudos no Brasil para abordar mobilizações contestatórias que podem acontecer a partir de segmentos dominantes e uma escassa preocupação com processos de organização e mobilização de tais segmentos.

O foco desta seção, portanto, é a compreensão do processo conflitivo dos quais movimentos e contramovimentos sociais fazem parte, levando em conta sua diversidade de atores sociais que, por vezes, pode envolver a contramobilização de classes dominantes ou de grupos conservadores. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a atuação e desempenho de um contramovimento na contemporaneidade frente às constantes disputas

narrativas na esfera pública e os impactos que podem ser causados na manutenção dos valores cidadãos participativos e de sociedades democráticas que devem ser fortalecidos através da atuação de movimentos sociais.

O termo “contramovimento” nem sempre é utilizado de forma exclusiva para designar movimentos opositores; diferentes estudos e áreas de pesquisa empregam variadas expressões. Além de contramovimentos (Rohlinger, 2017; Staggenborg; Skoczylas, 2017; Fadaee, 2014), encontramos termos como *opposing movements* (Fadaee, 2014; Meyer; Staggenborg, 1996), grupos ou mobilizações conservadoras e de direita (Rohlinger, 2017), *backlash* (Reger, 2012) e denominações específicas para o campo feminista, como antifeminismo (Schreiber, 2017) e mobilização de mulheres conservadoras e de direita (Rohlinger, 2017). Essa compreensão e a escolha teórica adotada foram aprofundadas a partir da experiência proporcionada pelo estágio de pesquisa internacional (BEPE)³ realizado em 2024. Sob a supervisão da Profa. Dra. Deana Rohlinger, docente do Departamento de Sociologia da Florida State University (FSU), desenvolvemos um estudo exploratório e qualitativo que combinou revisão bibliográfica e entrevistas em profundidade com pesquisadoras da área. Esse processo permitiu analisar o surgimento do conceito de contramovimentos, as iniciativas antifeministas e as dinâmicas comunicacionais empregadas para mobilizar públicos, elementos que fortaleceram a atual pesquisa de doutorado e ofereceram bases para a compreensão do antifeminismo como uma tendência que ultrapassa o contexto nacional, operando por meio de redes globais.

Para confrontar a tendência de estudos “movimentocêntrica” (Silva; Pereira, 2020, p. 28) no país, consideramos ser necessária uma pesquisa mais abrangente sobre contramovimentos em vista das divergências entre autores sobre seu conceito e surgimento. Os estudos da teoria movimento-contramovimento surgiram nas décadas de 1960 e 1970, principalmente após o crescimento e disseminação de ações sociais coletivas nos Estados Unidos e Europa que abordavam questões de direitos das mulheres, direitos civis, direitos da comunidade LGBTQIAPN+, meio ambiente, dentre outros (Fadaee, 2014), e sob o prisma de que não é possível compreender por completo um movimento social sem examinar seus opositores/contramovimentos, uma vez que a interação entre ambos influencia suas estratégias, formas de atuação e mecanismos por traz da mobilização (Corredor, 2019; Lind; Stepan-Norris, 2011). Nesse sentido, as ações coletivas organizadas como oposição constituem-se como movimentos sociais por si próprios (Corredor, 2019).

³ Estágio financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (processo nº 2024/04850-3) durante o segundo semestre de 2024 nos Estados Unidos, com pesquisa sobre estratégias de mobilização e influência em processos democráticos de contramovimentos feministas nos Estados Unidos.

Em um estudo clássico que estabelece uma definição para o termo, Mottl (1980) interpreta contramovimentos como grupos intrinsecamente conservadores e compostos por atores de classes dominantes que se sentem ameaçados por movimentos sociais, ou seja, querem defender o *status quo* das tentativas de mudanças por parte de “subalternos”. Ele ainda defende que os participantes de um contramovimento buscam uma base ideológica para mobilizar os apoiantes a discordarem de uma mudança social. Algumas características desse movimento é o uso de uma única ideia como alavanca ideológica e objetivos particularistas com foco em uma única reivindicação, preocupando-se principalmente em se opor do que promover um programa particular próprio.

Lo (1982), por sua vez, defende que os contramovimentos reagem contra uma mudança social, mas também podem defendê-la de acordo com seus objetivos. Logo, podem ser mobilizações à direita ou à esquerda do espectro político e seus atores não são definidos por sua classe e estratificação social, visto que os movimentos nem sempre recorrem a questões econômicas para suas demandas. Zeller (2022, p. 376, tradução nossa) afirma que mobilizações conservadoras há muito tempo também geram contramovimentos. A “contra mobilização” é um processo reativo das forças sociais que respondem às ameaças, organizando a resistência contra mudanças ou oportunidades alteradas” por um movimento. Para o autor, é crucial compreender que contramobilizações não são um produto da atuação de grupos de extrema-direita, mas também um princípio dos ativistas que respondem a esses grupos.

Meyer e Staggenborg (1996) e Fadaee (2014) conjugam da mesma posição ao rejeitarem o argumento de que os contramovimentos são definidos por suas características ideológicas e protagonizados apenas por um determinado grupo. Eles devem ser caracterizados de acordo com seu surgimento, posterior e em resposta a um movimento social, e a construção de seus enquadramentos a repertórios devem ser feitos em referência direta ao seu opositor. “Em outras palavras, os contramovimentos se formam para resistir e desafiar as mudanças [...]” (Fadaee, 2014, p. 17, tradução nossa). Outra compreensão pode ser encontrada no trabalho de Dorf e Tarrow (2014) que, a partir dos estudos sobre política contenciosa, apresentam os atores sociais que iniciam um ciclo de confronto como “movimento” enquanto que aqueles que respondem a ele podem ser definidos como “contramovimentos”.

Essa abordagem é definida por Blais e Dupuis-Déri (2011) com mecanicista, comum em análises de oposição entre feministas e seus adversários para a compreensão de seus discursos, estrutura de oportunidades políticas, identidade coletivas, entre outros aspectos. Os autores propõem uma concepção híbrida para a definição do que é um contramovimento ao se aprofundar no masculinismo (em geral, com motivações antifeministas). Esse movimento pode

ser delineado como reacionário por mobilizar-se em nome de uma classe dominante e se opõe a um grupo dissidente, portanto, apresenta um aspecto mecanicista e também ideológico.

De acordo com Kalm e Meeuwisse (2023), tanto os pesquisadores que adotam a linha normativa ou ideológica (que classificam os movimentos opositores entre progressistas *versus* conservadores), quanto os estudiosos que focam na abordagem mecanicista (foco em estratégias e enquadramentos) possuem a deficiência de assumir apenas tais motivações para a mobilização e não consideram as condições morais que a motiva. Assim como outros estudos empíricos aqui citados, os autores utilizam como exemplo a própria interação entre o movimento feminista e os antifeminismos para ilustrar uma inter-relação mais complexa para além da designação ideológica. As reivindicações morais, como a teoria de gênero, são as que encontram forte oposição por parte de grupos antifeministas.

O movimento feminista e seus opositores foram objeto de estudos para a compreensão do chamado “*backlash*”, que teve proeminência nos anos 1980 nos Estados Unidos e foi aprofundado por autoras como Mansbridge e Shames (2008) e Thomas (2008). Esse termo pode ser traduzido de maneira literal como “reação”, uma resposta a uma ação feita, por exemplo, por um movimento social com o intuito de desafiar a ordem estabelecida e a reação a essa tentativa de mudança.

Mansbridge e Shames (2008) usam a compreensão de poder coercitivo e poder como capacidade para a definição de *backlash*, termo que representa a ação de um grupo de atores desfavorecidos que objetiva a transformação de uma realidade. Representa, portanto, a perda do poder como capacidade (capacidade de ter interesses e preferências atendidos de forma a gerar resultados) de quem representa o atual *status quo* e esses, por sua vez, produzem uma reação (*backlash*) para recuperar o *status* perdido. Essa reação pode se apresentar através da coerção, “(como ridículo, condenação, ostracismo, censura) ou formas muito menos sutis (como assassinato, estupro, espancamentos, linchamentos ou outras formas de violência) direcionadas contra agentes de mudança ou líderes de mudança” (p. 625-26, tradução nossa).

Mansbridge e Shames (2008) acreditam que o *backlash* se altera ao longo do tempo em resposta às condições e relações que são mutáveis na sociedade. Portanto, é um processo de resistência dinâmica que provoca reações e respostas e afetam o curso e as estratégias adotadas pelos movimentos de formas variadas, de modo que eles podem usar da reação para promover seus objetivos, recuar diante da situação ou mudar suas estratégias em antecipação. As autoras mantêm uma oposição neutra e não ideológica a respeito do termo ao afirmarem que *backlash* não é obrigatoriamente uma reação da maioria contra uma minoria, visto que essa última pode também iniciar uma reação caso se sinta ameaçada em termos de poder.

Existem algumas hipóteses que elucidam o surgimento dos contramovimentos a partir da estrutura relacional de conflito construída com o movimento social e a ameaça gerada a um movimento opositor. Um dos argumentos estabelece que grandes ações de visibilidade e a emergência por si só de um movimento inicial seria a condição de surgimento do contramovimento (Banaszak; Ondercin, 2010), visto que grupos da população sentiriam seus interesses, práticas e modos de pensar ameaçados pelas propostas demandadas. Existem, por sua vez, argumentos que defendem que apenas a visibilidade ou emergência de um movimento social não é suficiente para incentivar o surgimento de opositores, mas sim as conquistas reais por parte dos atores iniciais na medida em que elas criam de fato ameaças concretas e urgentes alcançadas, por exemplo, pelos êxitos políticos (Meyer; Staggenborg, 1996; Banaszak; Ondercin, 2010; Zald; Useem, 1983; Parrillo, 2008).

Levando em consideração sua análise empírica a respeito da mobilização em eventos públicos de grupos feministas e antifeministas, Banaszak e Ondercin (2010) defendem em seu estudo que a interatividade entre as ações dos movimentos e seus contramovimentos pode assumir as duas principais formas: cada um pode reagir às ações ou ao sucesso do outro, ou são os efeitos práticos através da aprovação de legislações que inspiram opositores.

A formação de contramovimentos é um processo complexo que certamente envolve diversas condições, desde a visibilidade do surgimento de uma mobilização, a obtenção de sucessos políticos dos movimentos sociais e o ambiente de oportunidades e ameaças, fazendo com que os atores modulem suas atividades ao observarem mudanças que podem ser favoráveis, utilizando-as estrategicamente para seus objetivos. Os contramovimentos podem também serem chamados de “emergentes”, pois alguns conflitos nunca progredem para além dos desafios preliminares, que envolvem a perturbação e deslegitimação de um movimento inicial. Contudo, quando amadurecem, os contramovimentos se aprimoram e expandem seus objetivos e repertórios de ação e transitam para o que Meyer e Staggenborg (1996) denominam movimentos opostos ou de oposição. Eles se definem através da dinâmica de vitórias e derrotas não definitivas que contribuam para perpetuar um conflito por décadas.

Os autores Meyer e Staggenborg (1996, p. 1630, tradução nossa) afirmam que “qualquer movimento social de potencial significado político gerará oposição”. A oposição contínua altera o ambiente em que os movimentos atuam e configura-se, portanto, em um elemento crítico de influência na oportunidade política que os atores sociais enfrentam. De acordo com Rezende (2016), repertórios de ação podem ser empregados por diferentes atores sociais, inclusive por seus oponentes, para atuação na mesma arena política e social, contudo, adaptando suas estratégias e particularidades no avanço de suas pautas.

É possível notar que a mobilização de movimentos opostos é semelhante em táticas e repertórios, fazendo com que determinem suas atividades de acordo com as ações do outro. (Kalm; Meeuwisse, 2023; Zald; Useem, 1983). “A oposição pode dar origem a outros movimentos sociais que se concentram na mesma questão, mas que mantêm uma agenda alternativa e perseguem um objetivo bastante diferente (por exemplo, os direitos ao aborto e os movimentos antiaborto)” (Fadaee, 2014, p. 9-10, tradução nossa). Para Parrillo (2008), o processo de interação entre movimento e contramovimento é dinâmico à medida que cada lado tenta desarmar ou deslegitimar o outro, além de praticar ações como bloqueio de acesso à recursos, prejudicar a imagem pública do seu opositor ou até mesmo intimidar e ameaçar diretamente os ativistas do movimento. É uma relação que pode alterar o caminho adotado pelos atores coletivos e os termos estabelecidos no debate.

A emergência de contramovimentos pode exercer diferentes papéis no êxito de um movimento social. Eles podem, por um lado, impulsionar a remobilização de ativistas, fortalecendo seus objetivos; por outro, podem enfraquecer o movimento original ao tentar detê-lo e minar suas metas. Em ambos os casos, há similaridades táticas e discursivas entre os atores, como exemplificam as disputas em torno dos direitos das mulheres. Enquanto o movimento feminista associa esses direitos à igualdade em todas as esferas sociais, contramovimentos podem reivindicar a proteção das mulheres com base em uma lógica que inclui, por exemplo, restringi-las ao ambiente doméstico (Fadaee, 2014). Ao longo do tempo, ambos tendem a adaptar suas táticas e repertórios e a adotarem organizações estruturais e ideologias similares.

A batalha que incentiva o surgimento e ação de um contramovimento torna-se uma disputa sobre valores, política e identidade, logo, os contramovimentos respondem a ameaças de diversas naturezas: econômica, simbólica, moral e cultural. Staggenborg e Meyer (2022) indicam o aborto no contexto estadunidense como um exemplo de disputa política que se tornou, ao longo do tempo, um conflito moral ao gerar mudanças nas relações de gênero. Em vista disso, o movimento pelo direito ao aborto não ameaça interesses comerciais corporativos, visto que envolve uma disputa sobre quem defenda o direito das mulheres *versus* o direito do feto e outros conflitos a respeito de gênero.

Outra divergência presente na literatura refere-se à estrutura dos contramovimentos: enquanto alguns autores os consideram formalmente organizados, outros apontam sua flexibilidade. Lo (1982) argumenta que, à semelhança dos movimentos sociais, os contramovimentos devem apresentar uma estrutura organizativa, com mobilização de membros, liderança definida e atuação exclusiva como movimento. Assim, por exemplo, pequenas empresas que se unem em defesa de interesses de mercado não se enquadrariam nessa

definição. No entanto, essa formulação parece estar ancorada no contexto histórico específico em que foi produzida, não necessariamente refletindo as formas contemporâneas de mobilização no Brasil, que podem assumir outras características e práticas.

Os contramovimentos são formados por atores sociais, redes e organizações que compartilham interesses comuns, articulando-se a partir de uma oposição dialética contínua com elites e autoridades (Corredor, 2019). Essa dinâmica também serve como meio de ampliação de recursos e acesso à mídia e a cargos políticos (Lind; Stepan-Norris, 2011). Sua composição é heterogênea, reunindo indivíduos, organizações e redes que, mesmo sem uma identidade coletiva ou vínculos formais, se unem em torno de uma insatisfação comum. (Aragusuku, 2022).

Na análise de Aragusuku (2022) sobre o movimento antigênero, observa-se a articulação entre lideranças cristãs pró-família e feministas radicais em torno da oposição às demandas de gênero defendidas pelo movimento feminista e LGBTQIA+. O autor identifica uma rede complexa, composta por atores individuais (padres, pastores, ativistas católicas, feministas contrárias às identidades trans, liberais-conservadores, entre outros) e coletivos (centros católicos, igrejas evangélicas, partidos de direita, movimentos conservadores, feministas radicais, etc.). Essas alianças evidenciam sobreposições de posicionamentos que se conformam como uma nova rede articulada pela alteridade e por uma ameaça comum. Assim como os movimentos, os contramovimentos também sustentam campanhas e repertórios de ação. No entanto, seus participantes não estão fixos nessa posição e mantêm vínculos com outros grupos de pertencimento, revelando maior flexibilidade de composição em comparação às organizações dos movimentos sociais.

A atuação mútua entre movimentos e contramovimentos visa promover mudanças sociais que, por sua vez, podem ameaçar os interesses de grandes indústrias ou elites governamentais. A entrada de novos atores nesse conflito compõe o que Zeller (2022) define como uma interação triádica entre mobilização, contramobilização e autoridades estatais. Como apontado anteriormente, as mobilizações mais suscetíveis à oposição são aquelas que pautam questões na agenda pública ou impactam diretamente o campo político, levando o Estado a restringir a arena de atuação dos ativistas diante de desafios (Meyer; Staggenborg, 1996; Fadaee, 2014).

O Estado e as elites políticas podem atuar como aliados estratégicos na mobilização. Dorf e Tarrow (2014) analisam um contramovimento cultural nos EUA, na década de 1960, que, por meio de *lobby*, buscou aprovar leis contrárias ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa atuação impulsionou a pauta dentro do movimento LGBTQIA+, ampliando sua

visibilidade pública e pressionando os governos a responderem, inclusive com apoio de aliados influentes (Staggenborg; Meyer, 2022). Como discutido, a aprovação de legislações que favoreçam os objetivos de uma mobilização é um indicativo de sua influência e tende a intensificar a oposição.

Atores sociais que defendem o *status quo* geralmente possuem vantagens políticas estruturais. O apoio de elites políticas é, inclusive, uma condição para o surgimento de contramovimentos (Parrillo, 2008), dada sua desproporcional capacidade de acesso a recursos como informação, atenção, financiamento e inserção em esferas governamentais. Oportunidades institucionais e recursos disponíveis influenciam o desenvolvimento e a durabilidade dos movimentos opositores, que dependem do apoio de aliados para sustentar suas ações e alcançar resultados (Staggenborg; Meyer, 2022). Em geral, movimentos e contramovimentos disputam apoio, buscam oportunidades para ampliar seu poder e frequentemente travam batalhas indiretas por meio de estratégias legais e da mobilização de diferentes segmentos sociais, como as elites, para pressionar autoridades (Zald; Useem, 1983).

Governos podem “canalizar recursos, conferir legitimidade e fornecer liderança a um movimento social” (Lo, 1982, p. 120, tradução nossa). Um caso que demonstra a influência de aliados através de mudanças no sistema político é a afinidade, no contexto estadunidense, entre o Partido Democrata e o Movimento de Mulheres de um lado, e o Partido Republicano e movimentos antifeministas de outro. Para Banaszak e Ondercin (2010, p. 08, tradução nossa), essa dinâmica de afinidade “significa que esperamos que os movimentos antifeministas encontrem oportunidades quando os republicanos estiverem no poder”.

Os atores sociais que compõem um contramovimento entendem seus valores e demandas como justas e até moralmente superiores (Aragusuku, 2022) e uma das alternativas utilizadas para angariar legitimidade na esfera social é a presença construída em meios de comunicação de massa ou digital. De acordo com Meyer e Staggenborg (1996), os contramovimentos oferecem suas bandeiras e posicionamentos à mídia como uma das formas de mobilizar seus apoiadores e são incentivados a se envolverem em atividades de grande visibilidade para, assim, também atraírem atenção midiática.

A partir da discussão sobre a dinâmica entre movimento e contramovimento e a diversidade de definições e vertentes que definem conceitualmente os contramovimentos, adotamos uma abordagem mecanicista para caracterizar e compreender a relação interacional feminista e antifeminista. Defendemos que contramovimentos não assumem um caráter necessariamente conservador, uma vez que os enquadramentos e ações se ajustam no decorrer da disputa entre os movimentos opositores, de acordo com as oportunidades e restrições

políticas ou as ameaças identificadas pelo sucesso político do adversário, por exemplo. Ainda que o antifeminismo sustente esse caráter ideológico conservador e a disputa entre esses atores seja permeada por aspectos morais, foram as conquistas e avanços feministas recentes, junto ao fortalecimento do conservadorismo, que provocaram o *backlash* de seus opositores.

Recorremos a seguir a uma contextualização sobre as atuações sociais contemporâneas, especificamente a partir do contexto brasileiro. Esse referencial nos oferecerá subsídios para situarmos esses movimentos e seus ativismos nas estruturas políticas em que estão inseridos, amparando nossa visão de que é a disputa contenciosa e interacional entre atores antagônicas que define movimentos e contramovimentos, e não seu caráter ideológico, adotando táticas e repertórios de acordo com os temas estabelecidos no decorrer do embate.

4.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

A realidade no contexto brasileiro e suas transformações ao longo de diferentes processos históricos, políticos e econômicos faz com que a pesquisa sobre movimentos sociais oscile de acordo com a maior ou menor visibilidade conquistada pelas mobilizações ao longo dessas mudanças. De acordo com Scherer-Warren e Lüchmann (2015), os movimentos sociais nunca saíram de cena no contexto da pesquisa brasileira, embora eventualmente percam certos espaços de debate a depender do período. Os próprios movimentos se transformam, alguns se institucionalizam, ampliam, complexificam seus repertórios de ação e incluem novos temas e formas de participação no cenário político e social.

Pretendemos nesse momento elencar os ciclos de protestos e suas principais narrativas produzidas de acordo com cada período histórico no Brasil e também as principais teorias sobre movimentos sociais predominantes em dado momento. Gohn (2019, p. 95) compreende a categoria “protesto” como “aquela que se expressa em ações coletivas de participação social que ocorrem na esfera pública e se apresentam sob inúmeras formas, tais como: movimentos, manifestações, coletivos sociopolíticos e culturais, marchas, abaixo assinado, ocupações [...]” entre outros. De acordo com a autora, o país viveu cinco ciclos histórico-políticos distintos, a começar em meados de 1970, e nos períodos que correspondem a esses ciclos é possível observar mudanças em repertórios de ações e de colaboração de atores sociais

Como resistência ao regime militar, teve início um ciclo de lutas para a reivindicação de direitos sociais básicos e o crescimento de um associativismo local através de associações comunitárias que buscavam a transformação social. A partir da década de 1980 deu-se início a um novo ciclo, tanto nas práticas dos movimentos como em relação a produção acadêmica,

marcado pela transição democrática e mudanças na conjuntura política, como o retorno das eleições. Surgiram, portanto, diversos movimentos, a citar o de gênero, sindicais e movimentos no campo. Nesse período, a abordagem teórica se desenvolveu a partir do eixo identitário e culturalista, com o crescimento de movimentos denominados étnicos, de gênero e etários. Os dois primeiros ciclos mencionados possuem em comum a busca pelo fortalecimento dos direitos básicos da sociedade civil e a reconstrução da cidadania (Gohn, 2019).

O terceiro ciclo de lutas se deu a partir da promulgação da Constituição de 1988 e teve como foco a atuação participativa por meio de canais institucionalizados e atuação via políticas públicas. Ou seja, a ação se alterou do polo da sociedade civil para representantes da sociedade e suas demandas junto ao Estado e outros canais de participação institucionais. O uso e desenvolvimento de abordagens teóricas institucionalistas cresceu nesse momento, como a Teoria da Mobilização Política, até então pouco utilizada, a fim de analisar as relações institucionais dos movimentos sociais que passaram a participar de conselhos, formulação de políticas públicas e outros. De acordo com Gohn (2013a), o tipo de ativismo predominante na década de 1990, que tinha uma abordagem reivindicativa em décadas anteriores, tornou-se mais propositivo e estratégico com o intuito de envolver a população em projetos sociais e não em grandes manifestações, de forma a seguir as diretrizes de uma organização e tendo como fundamento a participação cidadã. Um exemplo são as organizações não governamentais (ONG's), de caráter plural e sem perfil ideológico definido que substituíram as organizações da década de 1980 caracterizadas como militantes, decisivas para a queda do regime militar.

No quarto ciclo, as participações através de esferas institucionais públicas continuaram a acontecer de maneira predominante, com ativistas e associações atuando como representantes em espaços como fóruns e conselhos e outras estruturas de poder. Além disso, as vias de negociação junto a esfera estatal também se destacaram, com conquistas e avanços em leis, como a Lei Maria da Penha. Outra característica marcante desse ciclo foi a articulação dos movimentos sociais no plano internacional como resultado, por exemplo, do movimento antiglobalização no final dos anos 1990 e da repolitização dos movimentos no final dos anos 2000 através das transformações na realidade sociopolítica. Nesse contexto, destacou-se a renovação de teorias passadas para a análise dos movimentos, como os vieses neomarxistas e os socialistas libertários (Gohn, 2019).

Finalmente, no quinto ciclo de protestos, destaca-se o ativismo entre jovens escolarizados e predominantemente de classe média e o uso das novas tecnologias digitais. Sem filiações e compromissos com movimentos tradicionais ou partidos, os atuais ativistas não possuem pertencimento fixo e atuam em função de causas através de relações horizontais e

autônomas. Essa nova forma de organização foi vista nas Jornadas de Junho de 2013 no país com os “novíssimos sujeitos” que entraram em cena tomando as ruas e representaram uma onda de movimentos e coletivos que passaram a estar presentes no campo de pesquisa (Gohn, 2019). Às novas abordagens de pesquisa e ação dos atores sociais, soma-se o fortalecimento das redes e mídias digitais em relação a participação política e social, com destaque para o papel das diferentes mídias na estruturação e construção das mobilizações.

De acordo com Gohn (2019), o segundo momento do quinto ciclo de protesto tem como continuidade as mobilizações nas ruas, contudo, marcadas por conservadores e neoliberais que, a partir de 2013, passaram a defender o desmonte de direitos e políticas sociais e a busca por suporte às suas ideias por meio do liberalismo. Para a autora, organizações movimentalistas, como o Movimento Brasil Livre (MBL), passaram a defender propostas contraditórias e em oposição aos direitos sociais e culturais modernos e, apesar de apresentarem-se como um movimento de renovação da política, constituem o retorno de movimentos nacionalistas do passado. Assim como Gohn, pesquisas de autores como Choucair, Alves e Maia (2025) e Machado e Miskolci (2019) elencam os protestos de rua de 2013 como um ponto de inflexão no cenário político brasileiro e nas formas de ação coletiva.

Com a transformação da conjuntura política, econômica e social, as mobilizações e formas de protesto se alteraram e se reinventaram, cenário que distingue atuais movimentos daqueles do século XIX e XX por apresentarem diferentes demandas, graus de organização, abrangência e experiências, ora mobilizados através de marchas e protestos, ora por políticas institucionalizadas. As novas formas de ativismo que estavam emergindo passaram a se organizar em grandes manifestações via plataformas digitais para a convocação às ruas de sujeitos simpatizantes de suas causas que se sensibilizam a primeiro momento com uma questão social (corrupção política, por exemplo) e podem, posteriormente, se tornarem ativistas de um movimento social (Gohn, 2013a).

Tendo em vista o cenário da participação política contemporânea, os novos ativismos mobilizam-se em prol de causas sociais e atuam, em muitos casos, via redes de mobilizações ou organizações cívicas que se entrecruzam em sua atuação com os movimentos sociais tradicionais (Gohn, 2013b). A partir da reordenação e das mudanças no contexto político, outros atores se mostraram relevantes para a compreensão da nova conjuntura e das dinâmicas conformacionais predominantes. Nesse sentido, tanto os ativismos de esquerda ou progressistas, como os de direita do espectro político, são expressões de um ecossistema de ações regidas por lógicas comuns (Tatagiba et al., 2022).

Ainda que os protestos desse período tenham começado diversos em termos de posições ideológicas, as diferenças entre o teor das propostas e posicionamentos transpareceram de modo que se sobressaíram discursos e ideologias contrastantes e cristalizados, fazendo com que atores vinculados a partidos e movimentos tradicionais de esquerda fossem até mesmo expulsos em alguns momentos das mobilizações (Choucair; Alves; Maia, 2025). Como resultado, nos anos subsequentes, presenciamos uma guinada à direita no país com o questionamento do resultado das eleições presidenciais de 2014, o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, para citar alguns acontecimentos que marcaram a ascensão de discursos conservadores.

A reorganização das forças políticas se deu a partir de novas práticas ativistas e comunicacionais, nas quais o peso de determinadas pautas fez com que milhares de pessoas, com orgulho de serem de direita (Choucair; Alves; Maia, 2025), tomassem as ruas e se colocassem cada vez mais contra os direitos das chamadas minorias. Alguns autores (Machado; Miskolci, 2019; Butler, 2024) associam essa reação aos avanços das transformações implementadas pelas políticas progressistas a partir dos anos 2000, fazendo com que grupos conservadores e líderes populistas idealizem um passado supostamente melhor e mais estável e alimentem uma gramática política baseada no medo e em retóricas moralistas aliados a um contexto de crises econômicas (Chagas; Massuchin, 2022).

Apesar das críticas aos movimentos e políticas identitárias, é curioso notar que um dos pilares dos ativismos online de direita, identificado por Chagas e Massuchin (2022), se baseia na construção de uma identidade comum, mobilizando setores da sociedade que se sentem excluídos e precisam, portanto, reivindicar seu lugar. Os autores elencaram outras estratégias de ação desse movimento, como o humor agressivo e o deboche como repertórios midiáticos, a circulação de conteúdo desinformativo e, por fim, a coordenação de ações para gerar a impressão de consenso na opinião pública. É principalmente através da disputa de arenas digitais, como os assuntos mais comentados do X, que criam a percepção de ampla participação da opinião pública, prática facilitada por processos de automatização.

Ações midiáticas de ativismo político se fortaleceram à medida que o cenário político se reorganizou, favorecendo disputas contenciosas induzidas por lógicas algorítmicas, conforme a mobilização de repertórios morais (Machado; Miskolci, 2019), e contribuindo para um ecossistema de desinformação e fluxos informacionais polarizados e sensacionalistas (Choucair; Alves; Maia, 2025). A análise de Orso e Massuchin (2025) acerca das práticas ativistas da extrema direita brasileira no entorno digital revelou o compartilhamento de repertórios discursivos entre uma pluralidade de atores, incluindo a radicalização por meio de

ataques e da desqualificação de opositores, como profissionais da mídia tradicional e políticos individualmente, conectados principalmente pelo sentimento antiesquerdista. É comum, ainda, observar altos volumes de publicações, a reprodução de conteúdos provenientes de meios alternativos da extrema direita e a eventual exclusão de postagens por violarem regras das plataformas mais utilizadas por esses grupos, como X, WhatsApp, Facebook e Telegram.

O uso de repertórios mais transgressores sem aparente constrangimento quando comparado a movimentos de esquerda (Chagas; Massuchin, 2022), contribui para que perspectivas conflitivas impulsionadas por plataformas digitais sejam cada vez mais exploradas por vertentes conservadoras. A promoção de enquadramentos conspiracionistas, que alimentam a crise de confiança nas estruturas democráticas e difundem discursos *antistablishment* (antissistema), representa parte relevante desse modelo de ação digital da extrema direita. Para Cesarino (2022), a atual infraestrutura midiática possui propriedades cibernéticas que facilitam a ação tática de grupos como os bolsonaristas, que produzem conteúdos de forma orgânica e deliberada, com padrões recorrentes de narrativa e *design*. Portanto, compreendemos que grupos dessa natureza encontram ressonância no modelo de negócios da plataformização e figuram entre aqueles que melhor conseguem usufruir de suas lógicas.

Ainda que movimentos de esquerda tenham explorado o potencial da internet para o seu ativismo, como as próprias Jornadas de Junho e outras mobilizações internacionais que aconteceram no mesmo período, que pareciam confirmar vieses mais otimistas sobre o potencial democratizador da arena virtual, passamos desde então a observar outros usos políticos dessas novas tecnologias, muitas vezes cooptadas para os fins dos movimentos conservadores que vem sendo aqui enfatizados. Em consonância com o avanço do conservadorismo na América Latina ligado ao esgotamento do ciclo progressista das últimas décadas na região (Luvizotto, 2025), a comunicação continuou a ser não apenas uma ferramenta estratégica, mas um campo de disputas contenciosas potencializadas pelas novas tecnologias.

Como lembram Bülow, Gobbi e Dias (2022), organizações da sociedade civil de fato utilizam as tecnologias da comunicação para a promoção de reivindicação e formas de desobediência civil, como os grupos de ativistas *hackers* desde a década de 1990, ou então para a organização e pressão em prol do avanço da ampliação de direitos, como o movimento Black Lives Matter e as próprias greves feministas na região. Para Gohn (2019), foi o movimento feminista um dos que mais avançou no combate à desigualdade e respeito às diferenças culturais, se destacando por suas iniciativas e formas de protesto frente a ascensão dos grupos conservadores na última década.

Apesar do desenvolvimento de mobilizações como essas e de tecnologias de cunho cívico, foi a partir de meados de 2010 que pesquisas passaram a denunciar a concentração de poder a partir de modelos de negócios estruturados por empresas de tecnologia e, com isso, os consequentes escândalos relacionados a coletas massivas de dados e invasão de privacidade que ampliaram a vigilância e repressão da sociedade até mesmo pelos Estados (Bülow; Gobbi; Dias, 2022). Foram inseridos nesse cenário de uso estratégico da comunicação e da estrutura algorítmica cada vez mais aprimorada das plataformas de mídia digital, que discursos radicais e desinformativos se consolidaram e marginalizaram movimentos e ativismos com menores recursos em termos financeiros e de alcance. O efeito positivo da democratização da comunicação foi capturado por uma lógica que prioriza o populismo ou o radicalismo, tensionando os aspectos do liberalismo democrático (Ituassu, 2025).

Fato é que à medida em que os acontecimentos recentes abriram espaço para a radicalização, presenciamos transformações nas formas de ação política com o uso das tecnologias que transcendem posicionamentos exclusivamente pessimistas e otimistas em relação ao seu potencial, bem como foi superada a noção de separação das ações entre arenas presenciais ou virtuais. Diante desse contexto, “a articulação entre redes digitais e a ação fora das redes aponta para um modelo híbrido de mobilização social, que combina elementos da tradição com as inovações tecnológicas” (Luvizotto, 2025, p. 13).

Bülow, Gobbi e Dias (2022) sustentam que o ativismo digital é representado por práticas híbridas e para analisá-lo devemos olhar para além das divisões rígidas entre atores situados no sistema político e na sociedade civil. Ou seja, suas práticas se constroem através das fronteiras entre o Estado, partidos políticos e movimentos sociais que empregam repertórios virtuais e presenciais sobrepostos. Consideramos necessário refletir sobre como as redes digitais passaram a ser cruciais para a atuação e integração dos novos ativismos, apesar da diversidade de definições que o termo pode abranger, uma vez que esta pesquisa almeja compreender um movimento e um contramovimentos com modelos organizativos diversos inseridos nessa dinâmica híbrida de atuação e forma de organização.

Novos modelos organizativos surgiram em consonância com um ambiente político e comunicacional mais aberto e descentralizado, no qual um número maior de atores passou a participar do estabelecimento da comunicação política (Casero-Ripolés; López-López, 2025). Particularmente na América Latina, Rincón e Uribe-Rincón (2025) observaram que o processo de midiaticização apresentou duas características principais: a campanha eleitoral permanente para garantir popularidade e o crescente personalismo, ambas decorrentes do enfraquecimento de partidos políticos como mediadores entre o político e seus eleitores.

Particularmente no Brasil, é notável a crescente interação entre partidos e movimentos sociais, que estabelece um cenário de oportunidades, uma vez que ativistas podem ter maior acesso aos decisores políticos, mas também restrições com a possibilidade de cooptação de processos estratégicos. Com possíveis riscos e benefícios para ambos, Almeida e Lüchmann (2022) ressaltam como o fenômeno dos mandatos coletivos aplicam lógicas e práticas organizacionais dos movimentos na competição partidária na intenção de reconfigurar a interação com os partidos no país, ao mesmo tempo em que reconhecem a necessidade de acesso a esses centros de decisões e buscam disputa-lo. Essas candidaturas representam como os novos ativismos reconfiguram sua atuação junto ao sistema político apoiando candidaturas individuais ou coletivas ou lançando candidaturas de membros do movimento.

A análise dos mandatos coletivos eleitos em 2020 nas eleições municipais indica que a maioria dos vínculos está associada com os movimentos sociais de defesa do direito das mulheres negras e grupos LGBTQIA+, diferentes de movimentos de renovação que não investiram na disputa por meio de candidaturas coletivas (Almeida; Lüchmann, 2022). No entanto, as candidaturas individuais e ativistas ocupantes de cargos no interior do partido através do ativismo partidário, revelam uma militância que se estrutura de formas variadas para a conexão com a sociedade civil por meio do repertório eleitoral.

Diversos parlamentares em atuação no país ganharam proeminência nas plataformas de rede digital e o alcance angariado serviu, posteriormente, como um trampolim para sua candidatura, como é o caso MBL, grupo de ativismo digital que evoluiu para organização política e que ilustra a adaptação e institucionalização dos movimentos políticos contemporâneos que surgiram nos ambientes digitais (Brodbeck; Prudencio, 2025). Lucas Pavanato (PL-SP), por exemplo, ingressou no ativismo político através do grupo e hoje é vereador da cidade de São Paulo. Da mesma maneira, o fundador do MBL, Renan Santos, busca viabilizar a sua candidatura à Presidência da República através do recém criado partido Missão (projeto partidário do próprio movimento) e tem apostado em discursos inflamados e posições extremistas em suas redes digitais. De partidos políticos a movimentos sociais, diferentes atores são capazes de orquestrar campanhas na arena digital propiciadas por processos de automatização.

Com esse redirecionamento à institucionalidade conectada ao ativismo digital, são produzidos realinhamentos entre movimentos e Estado que desafiam interpretações da ação coletiva como necessariamente disruptiva e orientada apenas ao confronto com elites políticas. É possível questionarmos, inclusive, um dos eixos centrais da estratégia conservadora recente de autodefinição como antissistema ao mesmo tempo em que lançam candidatos “não políticos”

que, ao alcançarem relevância, garantem a ocupação de cargos decisórios (Luvizotto, 2025; Ituassu, 2025) e passam a operar nos sistemas partidários tradicionais tanto criticados por figuras como Nikolas Ferreira e Jair Bolsonaro (Brodbeck; Prudencio, 2025).

No intuito de superar visões exclusivamente críticas sobre os resultados da interação entre ativistas, movimentos e Estado que a interpretam como forma de cooptação, a literatura recente evidencia como ativismos políticos adaptam suas atuações e repertórios para navegar entre diferentes públicos e plataformas e, mesmo quando buscam institucionalização formal, não perdem a capacidade de mobilização e visibilidade digital (Brodbeck; Prudencio, 2025). A compreensão das dinâmicas contemporâneas de participação e mobilização, portanto, reflete as disputas em torno das definições e formas de ação que podem, nesse sentido, negar ou tensionar dimensões institucionais formais de atuação.

Nesse contexto, não poderíamos deixar de incluir os coletivos, forma organizativa comum entre ativistas feministas na América Latina (Zaremborg; Almeida, 2022), muitas vezes associadas pela literatura como organizações inovadoras que possuem características como horizontalidade e autonomia em relação à política institucional e pela tentativa de se diferenciar de formas tradicionais de ação coletiva, como partidos e organizações de movimentos sociais (Pereira; Medeiros, 2022). Thibes et al. (2020), por exemplo, destacam seu número variável de integrantes, o foco em temas específicos, baixa formalidade que os diferencia dos movimentos sociais tradicionais e a organização, sobretudo, por meio de redes.

As autoras ressaltam as transformações nos atores coletivos que emergiram nas duas últimas décadas, com destaque para a utilização das tecnologias digitais que possibilitam as redes como modo de organização, atuações transnacionais e a intensificação de mobilizações de diferentes ordens (identitárias, conservadoras, religiosas, entre outras). Essas formas organizativas associadas às ações conectivas fazem com que a vinculação formal a uma organização seja cada vez menos necessária para o envolvimento em uma causa ou movimento, possibilitando maior mobilidade entre coletivos e outros formatos organizativos (Thibes et al., 2020). Já para Pereira e Medeiros (2022), os coletivos não necessariamente possuem uma definição fixa, uma vez que modelos organizativos não possuem rigidez, mas são permeados por nuances e estão em constante transformação.

O fortalecimento de novos atores e o uso experimental dos repertórios contribuem para que as definições das novas formas de atuação fiquem borradas, como argumentam Chagas e Massuchin (2022). Para os autores, alguns grupos podem adotar a categoria “movimento” no intuito de legitimar suas agendas, enquanto outros podem evitar se reconhecer como ativistas, termo que seria interpretado como uma expressão de luta de grupos minorizados ou seja,

associado ao ativismo progressista e/ou identitário. Esse processo decorre de associações metonímicas que influenciam a adoção ou rejeição de modelos organizativos ou táticas em função dos significados conectados a eles (Pereira; Medeiros, 2022). Ou seja, as associações simbólicas são centrais para afirmar significados na própria definição dos atores que disputam identidades e a própria legitimidade da ação política.

Assim como estruturamos este estudo por meio de uma análise interativa entre atores antagônicos, a prática da ação coletiva e a disputa simbólica só podem ser compreendidas como um processo relacional e dinâmico, no qual a participação se dá a partir de uma teia de relações vinculadas a causas e a determinados atores, conforme pressupõe a lógica da ação conectiva, e se constrói também através de relações de conflito com atores, partidos e movimentos. Resgatamos definições teóricas que permitem compreender essas dinâmicas e suas intersecções, acompanhando as transformações dessas abordagens em consonância com o contexto político e social.

Gohn (2013b) defende que os movimentos sociais e formas de associativismo no Brasil não desapareceram, mas se alteraram frente a essa mudança de conjuntura. Existem definições clássicas para a qualificação do tipo de ação coletiva que deve ser caracterizada como movimento social. Para a autora, são movimentos aqueles que possuem uma identidade, construída a partir de suas necessidades e do processo contencioso, possuem um opositor e se fundamentam em um projeto de sociedade usado para conscientizar os indivíduos. Eles possuem certa continuidade, buscam por políticas de inclusão e algumas de suas práticas consistem na pressão e mobilização, além de serem compostos por atores coletivos que se articulam em redes.

Na definição apresentada por McCammon *et al.* (2017), podemos considerar grupos de indivíduos (ativistas) que desafiam, de forma coletiva, autoridades, coordenam seus esforços por meio de organizações, redes e comunidades e utilizam, muitas vezes, meios públicos para expressarem sua resistência. O ativismo em si pode ocorrer também dentro de instituições utilizando métodos para convencer líderes institucionais a alterarem determinadas políticas. É um tipo de ativismo institucional praticado por atores progressistas e conservadores na atual dinâmica política brasileira e que podem lançar mão de repertórios institucionais, como lobbys e audiências públicas (Carlos, 2024).

Assim como Gohn, Martins (2018) afirma que os movimentos sociais surgiram de forma clássica e desenvolveram-se através de diversos formatos, mas que, de maneira geral, sempre possuem como perspectiva a ampliação de direitos sociais. No entanto, não deixa de considerar o que denomina de “movimentos sociais regressivos”, compostos por atores que visam

promover ações de regressão de direitos e limitar a posse de bens materiais, simbólicos e sociais. Apesar de terem ganhado proeminência a partir das Jornadas de 2013 no país, são um fenômeno em ascensão internacional que formulam estratégias especialmente nas mídias digitais e possuem concepções reacionárias (Martins, 2018).

Identificamos o uso do termo também por Della Porta (2023) em sua análise do contexto global e nacional italiano durante a pandemia de Covid-19, denominando atores coletivos que visam retornar a um estado ou comportamento anterior reacionário, ou seja, oposto à mudança política e social, ou menos inclusivo. Ao contrário dos movimentos progressistas, definidos pela autora como aqueles que reivindicam por uma inclusão mais ampla dos cidadãos e compartilham da atenção à justiça social, os regressivos buscam a reversão da extensão de direitos em nome de seus privilégios e na busca pela realização pessoal, pelo individualismo e em nome da hierarquia.

Concordamos com as definições que compreendem os movimentos sociais como sujeitos unidos por uma identidade, que expressam seus interesses em torno de uma causa e de um posicionamento, possuem um projeto e o fazem por meio de ações coletivas permanentes, com diferentes métodos, visando a conquista de direitos cidadãos. Contudo, acrescentamos a atuação dos movimentos sociais regressivos, classificados pelos autores (Martins, 2018; Della Porta, 2023) como aqueles de caráter conservador e reacionário, que possuem interesses bem definidos e também se utilizam de estratégias variadas de atuação. Sendo assim, assumem igualmente características como a existência de opositores, uma identidade e/ou bandeira de luta, um projeto de sociedade e práticas de mobilização social, características observadas hoje em atuações que se diferem das formas tradicionais de movimentos sociais.

Nesse sentido, defendemos que as características que compõem a dinâmica movimento-contramovimento servem ao nosso propósito de abarcar as atuações de dois movimentos e seus respectivos ativismos que devem ser compreendidos a partir do mesmo quadro analítico e considerando a relevância da natureza conflituosa e da sobreposição entre arenas que caracterizam o hibridismo de seus repertórios atuais. Suas práticas de ativismo digital podem ou não estarem vinculadas a organizações formais de movimentos sociais e a ideologia de seus atores podem ser plurais. Em ambas as formas organizativas, seus objetivos e práticas assumem orientações tanto democráticas quanto autoritárias e, como ponto em comum, promovem publicamente causas contenciosas (Bülow; Gobbi; Dias, 2022).

Para atender nossa premissa de compreender as dinâmicas comunicacionais e os repertórios de ação entre movimento feminista e antifeminista, consideramos, nesse universo plural das ações coletivas, as redes de movimentos sociais facilitadas pelo desenvolvimento

tecnológico, sobretudo pelas plataformas de redes sociais digitais, e que não estão necessariamente vinculadas a organizações formais, apesar de serem compostas por uma diversidade de atores e de estabelecerem relações com outras organizações. A partir de posições políticas e ideológicas definidas, esses atores atuam na criação de oportunidades e no tensionamento de lógicas, impulsionando dinâmicas que podem evidenciar tanto um espírito comunitário quanto a autonomia individual. Conforme exposto por Castells (2013), as ações dos movimentos sociais em rede possuem caráter espontâneo, são pouco burocráticas, podem ser efêmeras e encontram no ambiente digital o suporte para a articulação e mobilização fora de organizações formais. Ainda assim, se utilizam também de meios de comunicação de massa, redes offline e da ocupação do espaço público.

Em seguida, tratamos dos dois movimentos, feminista e antifeminista, e suas formas de ativismo. Eles atendem aos pressupostos até aqui delineados e ilustram as práticas adotadas como consequência das atuais dinâmicas políticas e de ação coletiva. Especialmente o antifeminismo que se fortaleceu enquanto uma expressão dos movimentos autoritários e conservadores que vêm pautando esse cenário desde meados de 2013 e o feminismo que, historicamente, atua na linha de frente para o avanço de direitos e no fortalecimento das formas de participação cidadã.

4.3 FEMINISMOS E ANTIFEMINISMOS

Compreendemos que os processos de midiatização da sociedade descritos no capítulo 2, orientam comportamentos ativistas que viabilizam alterações nas formas de mobilização e contramobilização. A fim de compreender as movimentações e interações entre movimentos antagônicos diante da circulação e das lógicas midiáticas, refletimos sobre as pautas e mobilizações dos feminismos e antifeminismos contemporâneos que são perpassados por esses processos, ao mesmo tempo em os tensionam para consolidar suas lógicas tentativas, estabelecendo mudanças significativas nas formas de participação e sua relação com a comunicação. Na sequência, discorreremos sobre o movimento feminista e, em seguida, contextualizamos seu campo de oposição, o antifeminismo, a fim de compreender sua consolidação por meio da disputa política.

4.3.1 Gerações do Movimento Social Feminista

Neste momento, pretendemos refletir a respeito do movimento feminista através da sua complexa história de formação e como ele é situado de acordo com o contexto em que está inserido. Apesar de tratar da contextualização geral dos movimentos, faremos também um recorte a partir do contexto brasileiro, visto que ele possui suas particularidades e diferenças temporais se comparado a diferentes países. No entanto, no Brasil e em outras localidades, é comum que a história do feminismo seja contada através da metáfora das ondas, termo sobre o qual iremos brevemente discorrer a fim de apresentar as visões que divergem a respeito dessa classificação geral, visto que pode ser um recurso de necessidade científica e analítica, contudo, arbitrário.

De acordo com Chaparro (2022), a forma como as ondas do movimento tem sido promovida torna-se problemática por ser um emprego com limitações e omissões que ignoram as contribuições de mulheres de contextos não hegemônicos, visto que a história que elas contam refere-se especialmente ao feminismo norte-americano. Essa metáfora das “ondas” deixa de fora “os esforços de mulheres de cor, lésbicas, pobres e trabalhadoras, ‘lavando’ grande parte da história feminista (Reger, 2012, p. 8, tradução nossa).

Por sua vez, as autoras Perez e Ricoldi (2019, p. 04) defendem que o uso da ideia de ondas serve para “organizar a realidade, apontando tendências do movimento feminista, mas não deve ser limitadora da sua análise desconsiderando a trajetória, contradições e diversidade do campo social”. Portanto, apesar de defenderem o uso do termo que contribui para a compreensão dos ciclos dos movimentos sociais feministas, é imprescindível seu emprego de forma crítica, ressaltando seu potencial e também suas limitações. Para as autoras, a metáfora carrega um sentido de coexistência, representa a continuidade de pautas entre períodos e seu uso serve de referência para o debate na compreensão de uma realidade local.

Em concordância com Perez e Ricoldi, Garrido-Rodríguez (2021) acredita que a metáfora pode ser compreendida como a continuação de ciclos e pontua que essa forma de divisão não é exclusiva do movimento feminista e utiliza a ideia de ciclos de protesto de Sidney Tarrow para ilustrar como movimentos sociais em geral não permanecem estáveis ao longo do tempo, mas apresentam mudanças de estratégias de acordo com a interação entre diversos atores. Portanto, não se trata de um conceito homogêneo, ele retrata diferentes fases de mobilizações.

A arbitrariedade na classificação das fases do movimento existe, determinando o número de ondas nomeadas, quando começam e terminam, quais eventos fazem parte de uma

onda e assim por diante. Contudo, optamos pelo emprego do termo para fins didáticos na sistematização sobre o desenvolvimento do movimento feminista e recuperação da vasta literatura que se utiliza da metáfora. Ainda assim, sem considerar as “ondas” como universais e deixar de explicitar a existência de outros termos e classificações utilizadas, pois um uso crítico e contextualizado são soluções plausíveis para esse emprego.

Alvarez (2014, 2019), por exemplo, utiliza o termo “momento” para evitar que a heterogeneidade e diversidade do movimento sejam encobertos. Adotamos também o termo “gerações”, como proposto por Reger (2012, 2017), para situar diferentes grupos feministas sem assumir uma ruptura entre ondas. A autora defende esse uso especialmente para o feminismo contemporâneo por permitir reconhecer a coexistência de múltiplas gerações, apesar das diferenças entre elas. Em seguida, elencamos as principais características e conquistas utilizando o termo “ondas” para facilitar a identificação de cada período, mas também apresentamos outras denominações e compreensões possíveis. Apesar de essa divisão ter origem nos movimentos estadunidenses e europeus, o foco principal será nos acontecimentos brasileiros, considerando as especificidades temporais, sociais e políticas de cada contexto.

De maneira geral, a primeira onda do feminismo tem como marco a conquista do sufrágio, em intervalos distintos de acordo com a localidade: em 1920 nos Estados Unidos, em 1932 no Brasil, e no Reino Unido o processo se deu entre 1918 e 1928. Na América Latina como um todo, esse período de lutas e conquistas se deu entre 1927 até 1961 (Perez; Ricoldi, 2023). Apesar de ter seu auge na luta sufragista, de acordo com Costa (2005) as primeiras manifestações no Brasil apareceram na primeira metade do século XX e principalmente através da imprensa feminista e mulheres incorporadas às lutas sindicais e outras organizações de cunho socialista, anarquista e liberal. Costa (2005) destaca a criação do Partido Republicano Feminista que teve como objetivo mobilizar mulheres na luta pelo sufrágio e também a Associação Feminista, outra organização ativa e com influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo.

Com a ampliação da luta sufragista nos anos 1920, as mulheres que lideraram a luta eram, em sua maioria, de classe alta e média e academicamente educadas, além de ocuparem postos de trabalho em alguns casos, sendo professoras e funcionárias públicas, por exemplo. Portanto, o movimento era representado por um grupo mais ou menos homogêneo de mulheres que lideraram mobilizações em torno de demandas por direitos sociais e políticos. Costa (2005, p. 03) salienta que esse ciclo do movimento teve um caráter conservador ao reforçar papéis e estereótipos de gênero “na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternais como justificativa para suas demandas”.

Com a conquista do direito ao voto, o movimento começou a se desarticular e, algumas décadas depois, com o golpe militar de 1964 no Brasil e mais tarde em demais países latino-americanos, o movimento feminista, assim como outros, foram silenciados e proibidos. Em meio ao autoritarismo dos anos 1970, teve início a chamada segunda onda ou geração do movimento.

Esse momento foi impactado pelo movimento feminista internacional que atravessava um contexto de lutas políticas na década de 1960, na esteira dos movimentos civis e de contracultura (Perez; Ricoldi, 2023). No Brasil, surgiu como consequência do processo de modernização social que incluiu a ampliação do sistema educacional e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, além da mudança comportamental afetiva e sexual e outras novas experiências cotidianas que se conflitavam com os padrões tradicionais (Costa, 2005). Em linhas gerais, esse segundo ciclo reivindicou mais direitos no contexto opressivo das ditaduras e foi marcado por um amplo movimento que articulava as lutas por democratização junto as lutas contra as formas de opressão em relação as mulheres.

Apesar de as características desse ciclo serem um consenso entre diversos autores da literatura, Alvarez (2014) interpreta alguns traços dos campos feministas brasileiros e latino-americanos de maneira alternativa através dos “momentos”. Segundo a autora, a conhecida segunda onda corresponde ao primeiro momento do movimento feminista, marcado por sua heterogeneidade e pluralidade, ao contrário da hegemonia contada em “histórias oficiais” (referindo-se exclusivamente a oposição às ditaduras). O conhecimento comum deixou de considerar outras formas de atuação, como a articulação de militantes no interior do movimento negro e suas próprias reflexões sobre feminismo e racismo, às quais não se sentiam interpeladas pelo feminismo que se configurava como hegemônico naquele momento (Alvarez, 2014).

Ao propor pensar a teoria feminista a partir do Sul Global, Matos (2010) defende que experiências do Norte não são traduzíveis para as latino-americanas, visto que principalmente no Brasil, as mobilizações surgem em oposição e em negação aos avanços do neoliberalismo, modelo do qual advém o feminismo hegemônico. Compreende-se que o feminismo brasileiro possui suas próprias “vicissitudes e idiosincrasias históricas e não foram (ou são) utilizados ou recrutados (não por inteiro) pelas estratégias de cunho neoliberal” (Matos, 2010, p. 74).

Já a terceira onda, no caso do Brasil, foi marcada pela crescente atuação das organizações não governamentais (ONG's) inseridas em um amplo contexto internacional, a citar como exemplo as Conferências de Direitos Humanos da década de 1990, a Eco-92 (ou Rio-92) em 1992, a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, em Beijing, e a tenda Planeta Fêmea. Foram momentos que marcaram as principais características das ONG's

feministas com a profissionalização de suas ações. Uma ressalva importante é a emergência do termo “interseccionalidade” que marca esse terceiro período especialmente nos Estados Unidos, enquanto que no Brasil ele é considerado parte integrante da chamada “quarta onda” vivida atualmente (Perez; Ricoldi, 2023). O conceito refere-se à discriminação de gênero enfrentada pelas mulheres em conjunto com outras identidades sociais como a etnia, que influencia nas formas de discriminação vivenciadas.

Com o intuito de incluir a temática de gênero na agenda pública e transformar a situação anteriormente vivenciada durante o período ditatorial, houve uma convergência e união entre diversos movimentos urbanos e populares junto ao movimento feminista no momento da redemocratização, com uma guinada nesse ciclo rumo a participação política mais expressiva que passa a entender a participação institucional como importante espaço de atuação para a busca de uma sociedade mais igualitária. Nesse momento, também se multiplicaram as formas de organização do movimento por meio de associações de bairro, sindicatos, entre outras organizações que compuseram um feminismo de caráter popular e com certa diluição de barreiras ideológicas para integrar essa diversidade do campo (Matos, 2010).

Apesar das diversas formas de organização se unirem em prol da mobilização, a atuação do movimento em nível institucional não foi um processo fácil de ser totalmente assimilado. Costa (2005) pontua que essa perspectiva de atuar através do Estado representava um obstáculo na luta pela autonomia do movimento. Era necessário reconhecer, contudo, a importância dessa capacidade de atuação para influência por meio de leis e políticas públicas, por exemplo, ao mesmo tempo em que permitiria a fiscalização e pressão por meio do aparelho estatal para a garantia de equidade.

Em uma perspectiva alternativa, Alvarez (2014) decide por nomear esse ciclo de “segundo momento” a partir da similar reflexão com demais autores de que as ONG’s figuraram como atores mais visíveis nos campos brasileiros e latino-americanos nos anos 1990. No entanto, a autora reforça que nesse momento houve também a proliferação de feminismos “no plural” entre mulheres populares, sindicalistas e militantes, além de comissões, assessorias e partidos (como o Partido dos Trabalhadores no Brasil) que foram importantes articuladores e disseminadores do campo feminista.

É precisamente nessa conjuntura que Alvarez (2014) adiciona a disputa no terreno discursivo em relação ao “gênero”, visto que, por um lado, ele forneceu uma gramática compartilhada entre diversos atores que se identificaram com o feminismo ao facilitar as “traduções feministas”. Por outro lado, o termo pode representar uma disputa ou cooptação

neoliberal para vestir-se de uma face mais humana, multicultural e participativa para o desenvolvimento.

As narrativas que representam os diversos ciclos que compõem os feminismos podem divergir quanto às estratégias de atuação. Algumas defendem a necessidade de engajamento junto à esfera pública e estatal, em busca de articulações políticas e sociais voltadas ao bem-estar coletivo. Outras, porém, veem esse campo como um espaço privilegiado de acesso a recursos econômicos e sociais que, ao invés de promover igualdade, acentuam as desigualdades existentes nas relações de poder (Alvarez, 2014).

Após essa breve contextualização que envolve a diversidade de atuação do movimento feminista com a escolha pelo uso do termo ondas, gerações e momentos, o intuito principal é situar a nomeada quarta onda, ou então, a atuação contemporânea dos movimentos em meio à amplificação do uso das tecnologias da informação e comunicação e a evidente e crescente disputa de demandas e narrativas entre atores e seus contramovimentos sociais. Além disso, apresentar tais discussões com foco em um contexto de ativismos que provocam transformações sociais e os possíveis dilemas e consequências para a prática da participação cidadã.

4.3.2 Movimento Feminista Contemporâneo

Na literatura existente, é comum encontrar o termo “quarta onda” para se referir ao atual momento vivenciado pelo movimento feminista, contudo, sem a existência de um consenso entre os autores da área a respeito do melhor termo para defini-lo, quando se iniciou e quais suas características. Nesse sentido, optamos também pelo uso do termo “feminismo contemporâneo” empregado por Reger (2017) para referir-se a atual geração do movimento. Compreendemos que, apesar da indefinição teórica a respeito desse momento, é válido ressaltar o papel dos meios de comunicação, em especial dos ambientes digitais, para a difusão feminista e como ela tem produzido impactos políticos, sociais e culturais através dos feminismos plurais.

Como parte dessa pluralidade, são citados e teorizados na obra de Buarque de Hollanda (2018) feminismos de várias cores, crenças e gêneros que amplificaram suas vozes e fazem parte de toda a história do movimento: os feminismos negro, indígena, asiático, lésbico, radical, protestante e o transfeminismo. Portanto, abarcamos nesse trabalho as múltiplas identidades automeadas e oriundas de diversas articulações e organizações que constroem e configuram o movimento. Pela variedade de identidades que o compõem, muitas mulheres não se sentem ou sentiam-se acolhidas em determinados grupos ou variáveis feministas, levando-as a atuarem a partir de sua atividade feminista em outras organizações não rotuladas com esse termo (Reger,

2012). Isso reforça a compreensão de que o feminismo está em todos os lugares e perpassa diversas agendas, organizações e movimentos.

Para captar as multiplicações e reconfigurações que caracterizam os feminismos contemporâneos e que Alvarez (2019) observou no Brasil através de suas imersões no campo entre 2013-2014 e, posteriormente, em 2019, a autora emprega a noção de “*assemblage*” ou “*ensamblage*”. É um termo de complexa tradução para o português brasileiro, mas que a autora o descreve como uma maneira de organizar entidades heterogêneas através de uma lógica alternativa na qual as partes envolvidas ainda podem seguir seu curso particular de ação. Compreendemos que remete a ideia de agenciamento, reforçando a agência de atores heterogêneos que se relacionam. Trata-se de uma ótica utilizada por Alvarez (2019) para a compreensão dos múltiplos ativismos feministas que se combinam e recombinaem através de relações dinâmicas para se transformarem e transformarem seu entorno, desestabilizando parâmetros e práticas políticas estabelecidas.

Buarque de Hollanda (2018) acredita que a quarta onda do referido movimento teve seu início em 2010 através da aparição em manifestações públicas, apesar de ter alcançado maior amplitude a partir de 2015 como reação ao projeto de lei 5069/2013 que dificultava o acesso de vítimas de estupro aos cuidados médicos necessários. A autora identifica uma série de características como pertencentes aos ativismos contemporâneos que tomaram forma a partir de junho de 2013 e que também são marcas dos feminismos, como a busca por horizontalidade, a recusa de liderança e linguagem política marcada pela performance.

Em concordância com a horizontalização dos movimentos e o diálogo intermovimentos, Matos (2010) compreende que a quarta onda teve início nos anos 2000 com caráter antiliberal, preocupada com perspectivas de justiça social e atualmente articulada aos desafios contemporâneos impostos pelo sistema capitalista. Especificamente pela ótica da construção do movimento no Sul Global, a autora defende e conceitua uma quarta onda definida pela democratização de gênero no âmbito das instituições e pela revitalização da agenda dos feminismos a partir da globalização das agendas locais (Matos, 2010). Desde então, a atual difusão feminista produz consequências em diversos âmbitos: das políticas governamentais, demandas de ação de cooperação internacional, penetração na cultura popular que influenciam, inclusive, nas reflexões subjetivas e identitárias, até a integração do feminismo com outros movimentos através de campanhas e outras atividades de mesmo caráter (Matos, 2010).

Perez e Ricoldi (2023, 2019), por sua vez, consideram as Jornadas de Junho de 2013 o marco da quarta onda, momento de maior popularização da organização de jovens em coletivos. Além disso, ressaltam em seu trabalho a expansão contemporânea desse ativismo por meio da

internet, sua possibilidade de atuação transnacional, aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo (gordofobia, por exemplo), exploração de diversas vertentes feministas (como a comum intersecção junto aos movimentos negros e LGBTQIA+), o retorno às ruas em grandes protestos, autonomia e lutas em torno de questões ainda a serem resolvidas advindas de outras ondas, como a violência de gênero.

A associação desse momento do movimento a atuação digital foi comumente chamada por alguns autores de “ciberativismo” para denominar o uso de ferramentas digitais na comunicação e socialização política de atores sociais e o grande alcance associado a elas. Trata-se de um ciclo em desenvolvimento, mas que, de acordo com Perez e Ricoldi (2019, p. 19) “pode-se afirmar que o movimento feminista brasileiro estaria em uma quarta onda, que pode ser definida como digital, interseccional, fluida e plural”.

Em contrapartida a essa classificação da quarta onda, Alvarez (2014) interpreta o atual ciclo vivenciado no Sul Global como um terceiro momento na trajetória do feminismo e que é marcado, assim como demais autoras pontuam, por um fluxo horizontal de discursos e práticas plurais com a multiplicação de campos feministas. Chamado pela autora de *sidestraming*, essa complexa formação feminista se remodela continuamente, especificamente no Brasil, a partir das Jornadas de Junho de 2013 e com o retorno das manifestações nas ruas, figuradas pela autonomia das chamadas “feministas jovens” – atoras heterogêneas que se articulam com diversos movimentos, disputam espaços e poder e fazem com que a hegemonia do campo seja indeterminada com a multiplicação dos feminismos plurais da cidade e do campo.

Ainda ancorados na obra de Alvarez (2014), a noção de campos discursivos de ação usada na compreensão do movimento, oferece um novo aparelho interpretativo para a área. Os campos discursivos de ação envolvem atores individuais e coletivos e lugares sociais, culturais e políticos, para além de uma mera organização voltada a determinada problemática, ou seja, atores diversos se articulam por meio de redes político-comunicativas e de práticas, ideias e discursos compartilhados, mesmo que parcialmente. “Os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo” (Alvarez, 2014, p. 19).

A perspectiva teórica e interpretativa que enquadra os feminismos como campos discursivos de ação reflete a atuação contemporânea ativista que ao longo do texto vem sendo identificada: um campo em constante movimento que se articula formal e informalmente, situado em espaços diversos e com limites de poder que são constantemente desafiados e reapropriados, constituído por diversas interlocuções. São espaços que, de acordo com Alvarez

(2019, p. 79, tradução nossa), constituem formações políticas onde “a cidadania é construída e praticada, os direitos são imaginados e não apenas exigidos, as identidades e as necessidades são forjadas, a subjetivação é promovida e o poder e os princípios são negociados e contestados.”

Permeados por desigualdades e relações de poder, os campos feministas de ação se estabilizam, reconstroem-se e reconfiguram-se baseados nas alianças e disputas internas e externas de outros movimentos, incentivam determinadas práticas e ao mesmo tempo reprimem outras, sempre em fluxo contínuo e gerando outros campos frutos das interações dinâmicas nas quais se inserem. Portanto, atualmente, as múltiplas expressões mostram a crescente popularização dos feminismos que se encontram, de acordo com Chaparro (2022), na “crista da onda” de países do Sul Global, nos quais muitas estratégias de resistência são desenvolvidas, apesar do caráter global assumido pelos feminismos contemporâneos.

Apesar das especificidades dos feminismos do Sul Global, é possível identificar diversas similaridades com as características do movimento estadunidense, o que contribui para configurar o caráter global do feminismo. Para Reger (2012), os feminismos contemporâneos manifestam-se por meio de uma variedade de formas organizacionais voltadas à transformação cultural e institucional. Seus ativistas atuam em múltiplos níveis por meio de redes organizacionais e interpessoais, construindo identidades que transcendem os limites geográficos. Assim, o contexto de atuação do movimento feminista não se limita ao nível nacional, mas também se articula no âmbito comunitário e se faz presente em diferentes espaços (Reger, 2012).

Nesse sentido, as atuações feministas contemporâneas estão articuladas aos desafios impostos pelo conservadorismo moral e pela agenda neoliberal (Biroli, 2019) e sua superação certamente contribui para o pleno exercício da democracia pela participação democrática, visto que os movimentos questionam sistemas políticos, sociais e culturais que, em muitos casos, restringem direitos a determinados grupos e impõem limites a democracia. Defendemos que os feminismos fazem avançar iniciativas que promovem a igualdade e autonomia, aspectos que devem ser estruturados a partir das discussões sobre gênero para enfrentar questões históricas associadas às relações de poder.

A participação das mulheres na esfera pública é limitada por diversas hierarquias e opressões que têm origem na vida privada, decorrentes das responsabilidades socialmente atribuídas a elas nesse âmbito. Tais restrições fazem com que, segundo Biroli (2018), não seja possível enfrentá-las a partir de uma concepção abstrata de cidadania. Os feminismos, desde fases anteriores do movimento, reivindicam a conexão entre experiências privadas e pessoais e

as estruturas políticas mais amplas. Atualmente, defendem que práticas como a divisão sexual do trabalho e a economia do cuidado, entre outras, não sejam desconsideradas enquanto fatores determinantes das possibilidades de participação (Biroli, 2018). “É exatamente nesse sentido, o de lançar luz sobre os poderes que tem destruído as condições da democracia na atualidade, que os feminismos adquirem relevância” (Kozicki; Bonatto, 2022, p. 11).

Alguns autores aqui referenciados sobre o tema, utilizam uma noção de democracia radical ou não liberal para dar ênfase às contribuições feministas para as demandas democráticas, tendo como norteador um movimento revolucionário e que se constrói contra a ordem social vigente que é alicerçada em uma visão neoliberal de democracia. Apesar de um notório posicionamento político e ideológico que define um enquadramento para a discussão, nos parece evidente a contribuição incontornável que esses trabalhos dão para o avanço de uma democracia participativa e para maiores questionamentos e reflexões de noções como, por exemplo, espaço público, igualdade e cidadania. Para Miguel e Biroli (2013), os feminismos contemporâneos oferecem contribuições que redefinem fronteiras de estudos literários e contribuem também para um olhar mais aprofundado da realidade social.

Para Mouffe (2013), a formação de uma cidadania universal, fundamentada em uma posição pretensamente neutra que afirma que todos são livres e iguais, inviabiliza o reconhecimento de divisões e antagonismos sociais, relegando essas diferenças à esfera privada. Essa perspectiva, centrada unicamente na liberdade individual, acaba por reforçar estruturas de subordinação feminina. Nesse sentido, “uma das contribuições básicas do feminismo às nossas ideias sobre a democracia foi ter levantado a cortina sobre essa esfera privada” (Phillips, 2013, p. 294). Ao ignorar a relevância particular da vida política, perpetua-se a manutenção da ordem estabelecida que, dentre outras coisas, limita a atuação política das mulheres. A prática democrática requer relações igualitárias em todas as esferas da vida social e, ao ampliar os espaços nos quais a democracia deve se efetivar, os feminismos evidenciam que desigualdades e hierarquias vivenciadas na esfera privada e individual contradizem os princípios da cidadania. Afinal, “por trás da fachada dos direitos iguais à participação e ao voto, ela segue como antes da luta por esses direitos e sua conquista” (Phillips, 2013, p. 292).

Os feminismos lançam luz sobre o patriarcado ao aprofundar a discussão sobre como ele reduz as oportunidades de participação das mulheres, contribuindo para que permaneçam à margem da representação e dos espaços convencionais da política. Para Phillips (2013), é democraticamente relevante que os representantes reflitam a composição sexual e racial da sociedade como um todo, e a discrepância entre a proporção de mulheres no eleitorado e a de mulheres eleitas evidencia a necessidade de mecanismos que promovam a representação

igualitária dos grupos sociais. A carência de representação e de acesso aos espaços decisórios constitui, portanto, um problema democrático, na medida em que algum grupo está sendo beneficiado de forma desproporcional.

Ainda que a representação política não espelhe a composição da sociedade, Biroli (2018) destaca que a ação organizada de mulheres atua por meio de outras estratégias, para além das disputas eleitorais, buscando influenciar o Estado e ampliar a visibilidade de suas pautas. Para isso, recorrem a campanhas, protestos, marchas e à atuação em outros espaços institucionais. A autora defende que essas alternativas imprimem perspectivas de gênero às instituições, sendo possível articular a “participação nos espaços formais à atuação de movimentos e organizações feministas e de mulheres” (2018, p. 182). Um exemplo histórico dessa atuação no âmbito estatal foi o chamado Lobby do Batom, conduzido pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)⁴, que apresentou trinta emendas com reivindicações de direitos das mulheres à Assembleia Constituinte, convocada para a elaboração da nova Constituição, promulgada em outubro de 1988. Esse período foi significativo para o movimento feminista, demonstrando “que no caso brasileiro tem havido conexão entre o alargamento da democracia e a participação das mulheres [...]” (Biroli, 2018, p. 205).

Os efeitos da participação desigual não atingem a todas da mesma maneira na medida em que não se esgotam nas relações de gênero. São consideradas outras clivagens que tornam a seletividade democrática mais complexa, como as convergências entre raça, classe, etnia, geração, religião e sexualidade. O conceito e a importância da interseccionalidade foi construída principalmente pelos feminismos negros e socialistas, na década de 1960 e 1970 no Brasil, que fizeram com que o termo adentrasse, inclusive, na academia para melhor compreensão das desigualdades sociais, mas a discussão sobre experiências e necessidades de mulheres plurais se estabeleceu em meados do século XX (Biroli, 2018).

Lélia Gonzalez, intelectual e ativista brasileira, foi uma das precursoras no país a colocar no centro de suas análises uma abordagem interseccional, que hoje se representa como um instrumento de emancipação política e crítica “às formas analíticas tradicionais de produção do conhecimento” (Rios; Sotero, 2019, p. 02). No cenário internacional, Crenshaw foi responsável por ter cunhado o termo quando, nos anos 1980 e 1990, seu trabalho estendeu as ideias presentes no campo interdisciplinar emergente de gênero e estudos femininos. A autora concretizou a crescente consciência da natureza interconectada das opressões e deu nome a esse conceito,

⁴ Resultou da atuação de grupos feministas e surgiu como proposta específica no VII Encontro Nacional Feminista, em Belo Horizonte (MG), em 1985.

fazendo com que as feministas passassem a reconhecer as múltiplas fontes de dominação presente na vida das mulheres (Roth, 2017).

Carneiro (2003) compreende que o feminismo esteve, durante muito tempo, aprisionado por uma visão eurocêntrica das mulheres que o incapacitou de reconhecer as desigualdades presentes dentro do próprio movimento, a despeito especificamente da identidade biológica. Mulheres negras ativistas que atuaram e que ainda atuam em diversas organizações a nível nacional contribuem para que temas fundamentais da agenda feminista sejam considerados à luz dos efeitos da discriminação racial que provoca violências no imaginário social e nas relações sociais concretas (Carneiro, 2003).

Além das categorias de classe e raça serem articuladas ao gênero nas últimas décadas, sexualidade e geração são exemplos de categorias que ganharam maior força analítica e de mobilização devido a diversificação de padrões organizacionais e de formas de expressão por meio de coletivos desde a década de 2000. Os atuais feminismos, em geral, rejeitam a ideia de um feminismo universal para defender sua pluralidade através dos diversos eixos mencionados acima (Perez; Ricoldi, 2023). Biroli (2018) cita algumas frentes de atuação contemporânea: violência, ampliação da participação feminina na política, direito às creches e defesa de direitos reprodutivos e sexuais.

O expressivo viés interseccional presente nas mobilizações feministas contemporâneas, tanto nos discursos quanto nas formas de autodenominação, foi impulsionado pela internet, que ampliou o acesso ao conhecimento e promoveu o debate sobre as múltiplas formas de discriminação e desigualdade. Esse processo também foi influenciado por outros fatores apontados por Rios, Perez e Ricoldi (2018), como a expansão das universidades federais e a adoção do sistema de cotas, que fortaleceram as mobilizações sociais. Um exemplo representativo da chamada nova geração do feminismo no Brasil, que expressa suas articulações interseccionais na esfera pública, foi a “Primavera Feminista”, termo amplamente utilizado pela mídia para se referir à série de manifestações feministas ocorridas em 2015. De acordo com Brito (2017), também denominada “Primavera das Mulheres”, essas ações tiveram início no Rio de Janeiro por meio de convocações feitas via internet, em resposta ao PL 5069/2013 e em rechaço às ações de seu autor, o então deputado federal Eduardo Cunha. Tais mobilizações destacam-se por articular temas centrais para os feminismos, como a violência contra as mulheres e a descriminalização do aborto.

Em suma, consideramos essencial adotar uma posição crítica na reflexão sobre hierarquias e desigualdades a partir de clivagens interseccionais, uma vez que a produção do gênero não ocorre de maneira uniforme para todas as mulheres, podendo levar algumas a

ocuparem posições mais vantajosas nas formas de participação. Ainda que não haja unanimidade entre as posições adotadas pelas ativistas, a interseccionalidade integra um movimento brasileiro que busca reafirmar sua cidadania de maneiras diversas, apropriando-se do espaço público e reformulando-o, com ênfase na desigualdade de gênero.

Para refletir a pluralidade atual dos feminismos, a diversidade de pautas defendidas por expressões políticas e sociais muito diversas, vamos utilizar a temática do aborto que, muitas vezes no Brasil, ressurgem em espaços decisórios políticos e que se conforma em um limite na construção de uma agenda comum entre ativistas feministas de diferentes vertentes. Essa agenda, que se tornou também objeto de estudo, está intimamente ligada à construção e expansão da cidadania, visto que esbarra em questões e restrições da autonomia da mulher e controle ao seu corpo, ao seu prazer sexual, envolvendo também o debate sobre direito a saúde.

O adoecimento, a liberdade, os acessos e as restrições são também atravessados pelas perspectivas racial e de classe. Biroli (2018) e Carneiro (2003) apontam, em suas obras, a diferenciação social nas políticas relacionadas ao aborto, que marginalizam determinados grupos, sendo as mulheres de baixa renda aquelas que, em geral, recorrem ao procedimento em condições precárias, o que frequentemente impacta os índices de mortalidade materna. Discutir o aborto é também ampliar o debate sobre os limites da cidadania e, conseqüentemente, da democracia. Nesse sentido, a atuação dos movimentos feminista e LGBTQIA+ tem sido fundamental ao fortalecer o debate público sobre o direito ao exercício da sexualidade, a discriminação e o questionamento das relações de gênero convencionais.

Justiça reprodutiva e as complicações de um aborto inseguro são, no Brasil, conjugados na interface entre política, direitos e religião, que leva a interpretações e protestos muito diversos a partir das diferentes denominações religiosas, por exemplo, e também de espectros feministas. Biroli (2018) menciona que o feminismo liberal pode acolher essa agenda em prol da igualdade pelos direitos reprodutivos e sexuais, entretanto, não sem deixar de estabelecer as noções de indivíduo e universalidade que não reconhecem as diferenças, desigualdades e privilégios inseridos no contexto político e social. No momento da produção desse capítulo teórico, estavam em andamento discussões sobre o PL 1.904/24 que representa mais um capítulo na disputa jurídica e política a respeito do direito ao aborto.

De autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), o projeto visa equiparar a prática do aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, em qualquer caso, sob o argumento da viabilidade fetal após esse período. Diante do caráter conservador e das conseqüências geradas para gestantes, profissionais da saúde e para a legislação vigente a

respeito do aborto no país⁵, o PL provocou grande repercussão na imprensa e entre o movimento feminista e antifeministas, que buscaram mobilizar a opinião pública contra ou a favor da medida. Como será melhor aprofundado no capítulo metodológico, com a intensidade de trocas e movimentações midiáticas e o acionamento de numerosos repertórios compartilhados entre diversos aliados, esse episódio permitiu uma análise das interações midiáticas entre movimentos e contramovimentos.

O conflito se desenrolou ao longo do mês de junho de 2024 e um momento decisivo da disputa se deu no dia 12, com a aprovação da urgência do PL em apenas 23 segundos em votação simbólica, ou seja, sem registro do voto de cada deputado no painel eletrônico. Os projetos com urgência podem ser votados diretamente no Plenário, órgão de deliberação de casas legislativas, sem passar antes pela análise de comissões temáticas da Câmara para que, por exemplo, a discussão seja aprofundada por especialistas e pela sociedade civil e para que seja feita a emissão de pareceres sobre sua constitucionalidade e legalidade. Sendo assim, a tramitação do projeto se torna mais ágil. É importante destacar que o PL surgiu em resposta a uma disputa jurídica a partir do Conselho Federal de Medicina (CFM), que proibiu médicos de realizarem a assistolia fetal em casos de aborto previstos em lei decorrentes de estupro. O Supremo Tribunal Federal (STF), alegando abuso de poder regulamentar, suspendeu os efeitos da norma, decisão que resultou, no mesmo mês, na criação do Projeto de Lei nº 1904/2024.

Na medida em que sua discussão permanece sendo feita em um ambiente marcado pelo desequilíbrio de forças e representação de mulheres, “vivemos, assim, um momento de intensificação da reação, especialmente no Congresso Nacional, mas também de grande disposição entre as mulheres, algumas delas bastante jovens, para disputar a agenda de construção dos direitos” (Biroli, 2018, p. 172). São as ativistas do movimento as principais agentes sociais que, na contemporaneidade, têm atuado por meio de protestos, manifestações públicas e articulações no ambiente digital para questionar as discussões morais em torno de suas pautas, bem como outras que se apresentem como antidemocráticas ou impliquem restrições de direitos. Essas ações também se voltam contra a agenda conservadora que, notoriamente, vem se fortalecendo no país desde meados de 2013. Um exemplo expressivo dessas mobilizações foi a manifestação conhecida como “#EleNão”, realizada em diversas cidades brasileiras em 2018, em repúdio ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro, figura marcada por um discurso político de viés conservador. Essa foi uma das maiores manifestações

⁵ Existem três casos nos quais o aborto é legalmente permitido no Brasil. São eles: gestação resultado de estupro, independentemente da idade gestacional; em caso de presença de risco de vida para a mulher; e gravidez de feto anencefálico.

de mulheres já realizadas no Brasil, representando a popularização dos feminismos e evidenciando a importância do movimento na luta política e social.

Como exemplo também do uso de *hashtags* que marcam o ativismo contemporâneo feminista e o uso de repertórios digitais, foi a liberação da votação em 2023, feita pela então ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, que pedia a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Na ocasião, muitos movimentos a favor do julgamento utilizaram as redes sociais para viralizar *hashtags* em apoio, assim como grupos opositores, de contextos diversos, posicionaram-se em tais ambientes para aumentar os estigmas sobre o assunto.

Os avanços na agenda de gênero, especialmente a partir de 2003 e no contexto atual do movimento feminista, têm provocado, de forma cada vez mais acentuada, a oposição de atores identificados com o antifeminismo. Frequentemente, esses atores se articulam em torno de uma agenda moral, pautada por valores conservadores e por um eixo ideológico que busca enquadrar as questões de cidadania sob tais premissas, gerando controvérsias e disputas públicas que caminham na contramão da ampliação dos debates e da construção de direitos voltados a uma sociedade menos discriminatória. Muitas das propostas associadas aos direitos reprodutivos, que visam a ampliação do campo da cidadania, são, nesse contexto, enquadradas como “incompatíveis com os princípios morais que regem nossa sociedade” (Ávila, 2019, p. 168).

4.3.3 Antifeminismo

Ainda que seja complexa a tarefa de analisar fenômenos que estão em curso na sociedade, pretendemos aqui nos aprofundar nas dinâmicas reacionárias e de oposição que permeiam as agendas e a mobilização do movimento feminista. Nossa compreensão do antifeminismo parte de perspectivas sociológicas a respeito de movimentos sociais e seus contramovimentos, e não de uma epistemologia feminista, de modo a enquadrar as ações e a oposição materializados no antifeminismo como um contramovimento que rejeita e engendra uma disputa em termos políticos e sociais ao que considera ser a agenda feminista.

Em seu artigo sobre antifeminismo e movimentos pró-vida nos Estados Unidos, Schreiber (2017) utiliza “movimentos conservadores” e “antifeminista” como termos intercambiáveis, visto que as mulheres e ativistas conservadoras citadas no estudo são explicitamente antifeministas. Empregaremos também esses termos visto que analisamos um contramovimento que é conservador e antifeminista e que reage em oposição aos feminismos e suas agendas.

No mundo todo, o crescimento da direita, seus discursos e narrativas, é atravessado por questões de gênero (Sarmiento; Elias; Marques, 2023). Da mesma forma no Brasil, o antifeminismo contemporâneo pode ser observado em paralelo à ascensão do movimento conservador e à intensificação de uma guerra cultural marcada pela influência político-religiosa. A partir de 2010, intensificou-se a oposição a uma agenda de direitos humanos promovida pelo então governo do Partido dos Trabalhadores (PT), envolvendo temas como o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e outras questões enquadradas como ameaças à família. Essas novas camadas de resistência se materializaram, entre outros momentos, nas Jornadas de Junho, em 2013, nas quais grupos pautados por valores éticos e morais passaram a direcionar suas críticas a movimentos como o feminista e o LGBTQIA+, além de outros voltados à promoção da igualdade, que passaram a figurar como alvos políticos (Sosa, 2019; Avelar *et al.*, 2022).

Diante de um cenário de indeterminação democrática na América Latina como um todo (Sosa, 2019) e de resistência global a programas e legislações que promovem a igualdade sexual e de gênero (Corredor, 2019), muitas mulheres participaram das eleições de 2018 no Brasil em chapas de direita e com posicionamentos antifeministas. “[...] Mulheres de direita são quadros estratégicos nos movimentos e partidos políticos, uma vez que se diferenciam das mulheres feministas e de esquerda e, ao mesmo tempo, oferecem face e corpo feminino para as ideologias de direita” (Sarmiento; Elias; Marques, 2023, p. 64). Essa participação contribuiu para a legitimação do conservadorismo nas esferas pública e política, agora marcadas por discursos contrários às políticas de gênero e reforçou a articulação entre religiosidade, visões conservadoras e racismo, no sentido de desvalorizar e demonizar ainda mais grupos sociais historicamente definidos como desviantes de um ideal de feminilidade adequada, ou seja, branco, racializado, patriarcal e heteronormativo (Avelar *et al.*, 2022).

Embora a oposição ao movimento feminista em contextos de ascensão de governos conservadores e de extrema direita não seja um fenômeno recente, a aderência e a formulação de seu discurso se modificam conforme o contexto histórico e político. Nos últimos anos, o movimento antifeminista tem se destacado por uma atuação mais estruturada, marcada pela organização em partidos políticos, participação em disputas eleitorais e ocupação de cargos institucionais relevantes. Ainda assim, se mantém orientado por uma narrativa centrada na defesa do núcleo familiar e na suposta necessidade de combater valores que seriam considerados ameaças a esse ideal, entre eles as agendas feministas e os posicionamentos vinculados à esquerda política (Galetti, 2023).

É notável, portanto, uma estreita relação do antifeminismo com alianças feitas na esfera política junto a atores considerados conservadores para fortalecer seu protagonismo e manter questões ideológicas e com respeito a gênero na discussão de pautas públicas e, de acordo com Sarmiento, Elias e Marques (2023), através do uso de pautas ligadas ao movimento feminista em suas expressões públicas. No Brasil, esse contramovimento dissemina seus discursos através de estratégias de pressão política e alianças político partidárias, especialmente junto a extrema direita populista (Garraio; Toldy, 2020), fazendo com que o espectro político seja um importante fator de adoção ou rejeição ao movimento. De acordo com Rodrigues (2023), uma pessoa feminista é associada ou identificada como pertencente a esquerda do espectro político brasileiro, rotulação de grande carga moral e ideológica atualmente.

Apesar de não enquadrar o antifeminismo como um contramovimento, o trabalho de Elder, Greene e Lizotte (2021) identifica esse forte valor simbólico no fato das pessoas se identificarem como feministas ou antifeministas, assim como progressistas ou conservadoras, como acontece nos Estados Unidos. Desde a década de 1980, os liberais e democratas (com visões mais progressistas) são mais propensos a posicionarem-se em prol de crenças feministas, assim como os Republicanos (de ideologia mais conservadora) passaram a defender valores familiares em detrimento de pautas feministas. Portanto, a estrutura política baseada nas preferências partidárias influencia ou determina a decisão dos sujeitos nessa identificação.

Além das disputas em torno de questões políticas e legislativas resultadas dos avanços de pautas progressistas, a narrativa antifeminista faz sua oposição também na esfera moral, com argumentos contrários a posicionamentos e comportamentos considerados pelos setores conservadores e religiosos como um abalo nas configurações “tradicionais” de família. Para Galetti (2023), além de crença de que o feminismo incentiva o ódio aos homens, o antifeminismo considera a teoria e prática feministas exageradas, opressoras e nocivas para homens e mulheres.

A temática familiar é um forte tópico de disputa entre os feminismos e a reação conservadora, especialmente religiosa, que têm o intuito de frear amplas transformações sociais alcançadas ou pautadas, como a união homoafetiva e aspectos sobre gênero no ensino escolar. Além de ser uma oposição que almeja retomar e aprofundar o controle do corpo e das subjetividades de mulheres, representa também uma cruzada moral contra a agenda da igualdade de gênero (Biroli, 2018; Sanders; Jenkins, 2022), canalizando inseguranças frente as transformações que representam ameaças aos valores e preferências culturais, sociais e políticas já estabelecidos. É um processo que, sem dúvida, redimensiona valores cidadãos e contribui para limitações democráticas, apesar do significativo apoio popular.

Em resumo, podemos compreender que a atuação do movimento antifeminista se baseia, dentre várias pautas, na defesa da religiosidade, casamento, maternidade, defesa da família “natural” com a união monogâmica entre homem e mulher (partindo da alegação de que os feminismos objetivam o desmantelamento dessas instituições), resgate da moralidade conservadora, defesa da concepção binária de feminilidade e masculinidade fixados nos atributos sexuais, combate a descriminalização do aborto, liberdade sexual (compreendida como promiscuidade e “libertinagem”) e a diversidade sexual (Oliveira, 2020). São narrativas que visam reiterar estruturas de poder e privilégio com a legitimação de suas normas de gênero.

Sendo tantas dimensões da vida disputadas na esfera pública que não seriam poucas as controvérsias. Apesar da atuação contrária à violência de gênero e a luta por mais mulheres na atuação política, as vertentes feministas, das mais progressistas às liberais, disputam questões como o ideal de maternidade e a descriminalização do aborto, essa última gerando visões contrastantes na sociedade brasileira e representando um dos principais limites na construção de uma agenda comum entre mulheres que atuam na política institucional. Da mesma maneira, além de se oporem às políticas de equidade e justiça de gênero, o contramovimento ressignifica pautas e objetivos de luta de grupos feministas e progressistas (Sarmiento; Elias; Marques, 2023), típica dinâmica interacional entre movimento e contramovimento, mas se diferenciam em relação à maneira como enquadram o problema. Apesar de explorarem em seus discursos temas de questão pública, como violência contra a mulher, não avançam nas discussões sobre as estruturas sociais que sustentam essa violência (Sarmiento; Elias; Marques, 2023).

Identificamos na literatura duas das pautas centrais para as reações conservadoras. A disputa histórica em torno da descriminalização da prática do aborto, que permanece atrelada à discussão moral que rejeita a visão progressista de compreensão da sociedade. Esse contexto moral e ideológico engloba também discussões em torno da categoria “gênero”, especialmente complexa e fonte para a geração de muitas contranarrativas contemporâneas. O gênero e a expressão derivada desse termo, a “ideologia de gênero”, evidenciam um processo ocorrido não só no Brasil, mas globalmente, que os colocam como capazes de produzirem engajamento e ação políticas no centro de disputas sobre a forma legítima de operar as políticas públicas de Estado (Teixeira; Bulgarelli, 2023).

A plataforma comum entre diversos governos de extrema direita é de que gênero é uma ameaça à família e, com uma aguda oposição ao termo e seus possíveis efeitos políticos e sociais, surge a “ideologia de gênero” como estratégia de lideranças para maior apoio popular. Em diversos países, a expressão representa de uma “cola simbólica” (Biroli, 2019, p. 79) entre setores que, em geral, possuem interesses distintos (cristãos conservadores de diferentes

religiões, assim como profissionais do direito, psicologia, etc., e líderes populistas), mas que se unem para bloquear certos avanços em torno do tema. Para Sanders e Jenkins (2022), em um cenário global, o compromisso com o essencialismo biológico explica a coalizão antifeminista organizada por esses estranhos aliados.

A chamada ideologia de gênero ganhou mais destaque e visibilidade na esfera pública em meados de 2014 em países da América do Sul. Entretanto, ela remonta a década de 1990 como resposta aos ganhos dos movimentos feminista e LGBTQIA+ durante as conferências mundiais da ONU a partir dos embates entre o movimento feminista e grupos religiosos conservadores (Biroli, 2019; Corredor, 2019; Teixeira; Bulgarelli, 2023; Cupac; Ebetürk, 2022). A Conferência de Pequim de 1995 e outras que promoveram discussões e enquadramentos favoráveis sobre direitos reprodutivos e sexuais e sua inclusão, a nível internacional, em políticas públicas, são exemplos que marcaram essa dinâmica da oposição.

Também em resposta ao produtivo ativismo feminista desse período, uma reação antifeminista se materializou através de ONG's conservadoras que, ao reconhecerem que seus valores estavam sendo desafiados e revertidos por práticas progressistas, incluindo avanços a respeito do aborto, decidiram seguir a mesma "receita" feminista e construíram uma poderosa presença na ONU para obterem maior alcance, alianças e mudanças políticas para sua agenda. Utilizaram diversas estratégias "copiadas" competitivamente das ONG's feministas, como a construção de argumentos com base em dados e justificativas científicas, produção de relatórios com objetivos educacionais e reivindicação de superioridade moral em seu enquadramento sobre o direito das mulheres. Por meio da socialização de normas e condutas da ONU, essas organizações antifeministas buscaram replicar os resultados do movimento opositor fazendo com que as ONG's feministas começassem a atuar em resposta, estabelecendo, dessa forma, uma constante dinâmica de espelhamento observada ainda hoje entre esses movimentos (Cupac; Ebetürk, 2022).

Apesar da diversidade de atores que passaram a representar o antifeminismo, eles mantiveram uma estrutura unificadora através da defesa da "família natural". Articulando uma linguagem para impedir a suposta desnaturalização da família, os documentos e declarações oficiais publicados pelo Vaticano fornecem explicações que afetam as concepções feministas de gênero, ao alegarem os "perigos" que elas representam. Uma das táticas utilizadas por meio da linguagem e narrativa foi a definição de tipos de feminismos feita pela organização religiosa com o "feminismo de equidade", uma vertente que busca igualdade legal e moral e de fato contribui para a melhora do mundo; e o "feminismo de gênero", criador da ideologia de gênero

com o intuito de destruir a unidade familiar por meio do aborto e diversas formas de sexualidade que desagregam sexo de gênero (Corredor, 2019).

O primeiro uso do termo “ideologia de gênero” foi feito no âmbito do Vaticano pelo Papa João Paulo II, em 2001, quando ele declarou que conceitos enganosos sobre a missão da mulher estavam sendo promovidos por certas ideologias sobre gênero (Corredor, 2019). Em 2004, como Diretor da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger redigiu uma carta aos bispos para ressaltar o potencial do “gênero” para destruir os valores femininos importantes para a igreja. Como Papa Bento XVI, em 2012, permaneceu sustentando os argumentos de que essa “ideologia” nega o poder criador de Deus e representa um exercício excessivo de liberdade. Seu sucessor, o Papa Francisco, deu continuidade a esse posicionamento afirmando que os defensores do gênero são pessoas que têm como alvo a criação em si.

Essa postura do Vaticano intensifica o poder de espectros aterrorizantes do gênero no cenário político global para impedir ameaças às suas visões de mundo (Butler, 2024; Corredor, 2019). Atores católicos, protestantes, evangélicos e políticos de direita se uniram em torno dessa agenda para a promoção de objetivos políticos. Além da atuação de figuras religiosas na produção de uma matriz ideológica a respeito de gênero e feminismo, argumentos espalhados por diversos outros atores políticos na América Latina ganharam expressão regional. Em sua análise sobre vídeos e cartazes de protestos ocorridos na América Latina em 2016 e 2017 contra a ideologia de gênero, Biroli (2019) identifica como esses argumentos compareceram nos enquadramentos das mobilizações. Essas tiveram o mesmo teor de manifestações ocorridas na Europa com destaque para políticas de educação sexual incluídas nos planos nacionais e o reconhecimento do casamento igualitário. De acordo com a autora (2019, p. 82), três principais enquadramentos foram usados para atacar essas temáticas:

a) a família ameaçada pela ação de lobistas feministas e LGBTQ, que estão introduzindo mudanças nas leis e políticas públicas contra os valores da maioria;

b) elites econômicas globais, organizações internacionais e elites nacionais globalizadas em conluio promovem um novo tipo de colonização por meio da agenda de gênero, contra as tradições nacionais;

c) Necessidade de os pais retomarem sua autoridade na educação infantil para reduzir a interferência que o Estado, grupos feministas e LGBTQ têm sobre as crianças que figuram como os principais “alvos”.

É válido ressaltar que o movimento Escola sem Partido surgiu e ganhou relevância no Brasil nesse período com o intuito de combater a “doutrinação marxista” nas escolas e, posteriormente, incorporou a noção da ideologia de gênero no debate sobre o Plano Nacional

de Educação em 2014. Criado em 2004 por Miguel Nagib, o objetivo inicial do movimento era impedir uma suposta conspiração de esquerda operada por professores, indicando em seus argumentos que a ideologia propagada iria interferir na produção de materiais didáticos para incentivar a homossexualidade e hiperssexualização das crianças e promover o fim da família tradicional por meio da bandeira da igualdade de gênero e da doutrinação ideológica (Biroli, 2019; Teixeira; Bulgarelli, 2023).

A defesa de uma reforma educacional que excluísse os conceitos considerados “políticos” das escolas lentamente se aproximou da agenda antigênero e, com a expansão evangélica no cenário político, tornou-se comum a promoção de campanhas contrárias aos direitos que envolvem gênero e sexualidade (Teixeira; Bulgarelli, 2023). Alinhado a esse movimento e a campanha feita por evangélicos conservadores, o então eleito Presidente em 2018, Jair Bolsonaro, destacou o combate a essa suposta ideologia em seu primeiro discurso (Biroli, 2019).

De acordo com Butler (2024) as eleições nacionais se tornaram um dos espaços mais poderosos de influência antigênero sendo tema, nos últimos anos, de eleições no Brasil, Colômbia, França, Reino Unido, Suíça, Equador, Alemanha e Costa Rica. Portanto, além das origens católicas e outros protagonismos assumidos por líderes religiosos frente ao tema, a “ideologia de gênero” tornou-se também um significante para políticos que combatem movimentos e agendas feministas e LGBTQIA+.

O contexto marcado pelo adensamento dos feminismos e suas conquistas provocam, na mesma medida, o aprofundamento das reações antagônicas de grupos conservadores a essa expansão. De acordo com Biroli (2018), são grupos que mobilizam diferentes recursos para fazer valer suas visões e impõem obstáculos materiais, simbólicos e institucionais que dificultam a atuação das mulheres e alimentam a exclusão de demais atores que acabam por ser caracterizados pelas reações contrárias como meramente ideológicas. Contudo, além de ser uma reação contra os movimentos progressistas, a ideologia de gênero busca acabar com o medo e a ansiedade que, na realidade, possuem outras fontes frutos da sociedade contemporânea: emergência climática, violência generalizada, intensificação da precariedade econômica e a expansão dos poderes policiais.

“Observando a dinâmica da transnacionalização antigênero e da extrema direita e vendo a transnacionalização como um processo impulsionado pelos discursos e (inter)ações dos não liberais” (Caiani; Tranfić, 2024, p. 424, tradução nossa), organizações antifeministas emergem

globalmente, inseridos no contexto do crescente populismo e iliberalismo⁶, sob a justificativa de protegerem os valores familiares e a infância e transnacionalizam um discurso de senso comum exemplificado pela busca de um inimigo a ser nomeado. É uma definição essencial para movimentos conservadores que, ao longo do tempo, já elegeram para esse papel de “culpado” os imigrantes, a mídia e os “globalistas” (Butler, 2024; Sanders; Jenkins, 2022).

Esses movimentos opositores responsabilizam comunidades vulneráveis pelo estado precário do mundo, insistindo que suas reivindicações políticas são forças destrutivas, ao mesmo tempo em que os contramovimentos mobilizam essas mesmas forças para fazer valer seus valores. É uma forma de *backlash* que divide as mulheres e as culpam por questões que, na verdade, deveriam ser direcionadas para atores institucionais, culturais, sociais e econômicos que promovem desvantagens ao gênero. Além de a retórica do *backlash* se concentrar na divisão entre as mulheres, ela também obscurece as disparidades relacionadas às múltiplas identidades que se sobrepõem, como raça, sexualidade, classe (Thomas, 2008), entre outras identidades que possuem maior relevância nos feminismos atuais.

Além disso, também utilizam como estratégia um referencial jurídico que ataca a ideia de novas formações históricas de liberdade e igualdade e criam uma guerra cultural que utiliza do medo de uma invasão e sua interferência na estabilidade da categoria “sexo”. Atores conservadores se tornam ativistas para promoverem suas plataformas políticas, ou frustrar outras, por meio dessas estratégias. Mesmo que esses argumentos e estratégias de ação surjam de diferentes localidades, com finalidades que divergem entre si, eles são unificados e amplificados por partidos políticos, organizações globais, igrejas e redes de plataformas digitais como uma rede em expansão (Butler, 2024).

Nesse cenário de disputas e implementação de estratégias, a constituição de uma linguagem de diretos fez com que o poder legislativo se torne uma arena de disputa e promoção de políticas antifeministas, como o crescente número de projetos de lei antigênero e antiaborto. A elaboração de leis trava batalhas pelos direitos das mulheres e justifica o contínuo investimento na ideia de que as instituições públicas estão “contaminadas” pela ideologia e incentiva a ação contínua de parlamentares em torno do tema (Teixeira; Bulgarelli, 2023; Sanders; Jenkins, 2022).

Diante do contexto político e moralmente conservador que marca a emergência do antifeminismo contemporâneo, tanto em âmbito nacional quanto internacional, Sanders e

⁶ Iliberalismo é empregado aqui como uma ideologia que atua na contra mão dos direitos fundamentais da democracia liberal, contornando ou negligenciando princípios essenciais como igualdade legal, liberdade política e civil (Hendrikse, 2021; Brown, 2010).

Jenkins (2022) identificam padrões recorrentes nas dinâmicas desse movimento político conservador: o essencialismo biológico presente no antifeminismo; a demonização de feministas por lideranças religiosas, políticas e populistas; a apropriação de discursos e táticas legislativas pelas campanhas antifeministas; e o uso de estratégias jurídicas para contestar direitos. Destaca-se ainda o papel central das mídias e plataformas digitais na difusão desses conservadorismos antifeminista. Analisando mensagens veiculadas em 70 grupos bolsonaristas, Popolin, Sabbatini e Sarmiento (2024) evidenciam a circulação de uma retórica que posiciona a população LGBTQIA+ como inimiga da família, das religiões cristãs e do Estado, associando suas pautas à chamada “ideologia de gênero” e à destruição da família tradicional. Além disso, observam-se distorções das reivindicações feministas, reforço de estereótipos baseados no senso comum e a produção de representações negativas sobre as mulheres.

Compreendemos que, atualmente, o movimento antifeminista atua por meio dessas esferas, com essas características mencionadas e se conecta globalmente através da rejeição a políticas progressistas, sobretudo aquelas relacionadas ao gênero e à descriminalização do aborto. Por isso, optamos pela análise desses fenômenos através das perspectivas de um contramovimento, assim como proposto pelo estudo de Corredor (2019). A autora analisa campanhas antigênero pela perspectiva teórica de contramovimentos, agenda intrinsicamente conectada ao antifeminismo por utilizar contraestratégias voltadas ao movimento feminista.

Com base na literatura existente, a autora indica as condições fundamentais que dão origem às atividades de um contramovimento e que são observadas no movimento antigênero e, para este estudo, no antifeminismo. São elas: as atividades antigênero e antifeminista não atuam através de instâncias isoladas e descoordenadas de resistência, mas operam dentro de contramovimentos distintos e coordenados para derrotar a agenda feminista e LGBTQIA+; envolvem atores coordenados, bem organizados e com bons recursos; surgiram em resposta a um movimento social que desafia os arranjos existentes e perceberam seus interesses como ameaças; frente aos sinais de sucesso dos movimentos desafiadores, os contramovimentos se organizaram por meio de aliados políticos e para a obtenção de recursos (Corredor, 2019).

Também identificamos no estudo de Andrade (2023) a possibilidade de compreender o antifeminismo pela ótica de um contramovimento a partir da relação dialética construída entre atores opostos como resultado do avanço do movimento feminista e o crescimento em paralelo das demandas e agendas do contramovimento. Além disso, esse movimento reacionário pode ser caracterizado enquanto um movimento por possuir uma identidade definida e um projeto de sociedade (Oliveria, 2020).

Ao tenta derrubar práticas, instituições e políticas criadas para revisar a expandir os direitos de liberdade e igualdade, o contramovimento materializa danos que estão longe de serem problemas de um grupo específico, mas representam um desafio à democracia pluralista. Como mencionamos anteriormente, a prática da participação cidadã, neste estudo reafirmada pelos feminismos, vem sendo tensionada pela midiatização da sociedade que perpassa também a movimentação antifeminista. Por isso, acreditamos na relevância de situar as mobilizações contemporâneas e suas formas de ação, que vão ao encontro da atuação dos movimentos aqui estudados. Seguiremos para o próximo capítulo para descrever nossa abordagem metodológica e pontuar as decisões tomadas em relação aos procedimentos a serem realizados.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, esta pesquisa elege uma abordagem híbrida, de natureza qualitativa enquanto modelo ideal para alcançar de forma satisfatória e coerente aos objetivos propostos. De acordo com Bauer e Gaskell (2008), para uma compreensão adequada de acontecimentos sociais, a investigação empírica exige a observação dos acontecimentos, técnicas de interpretação material e uma análise sistemática. Nesse sentido, a investigação recorre a escolhas metodológicas que incorporam o contexto sócio-histórico no qual estão inseridas as temáticas feministas (foco de estudo), permitindo uma compreensão aprofundada das pautas reivindicatórias e de suas formas de organização. Além disso, buscamos compreender o espaço midiático dos quais os movimentos e atores sociais participam e a construção da midiatização em torno da temática. Esse enfoque possibilita a discussão dos valores presentes na cobertura midiática do movimento social e do contramovimento.

É fundamental salientar que o movimento feminista, historicamente marcado por sua atuação política e por reivindicações no campo social, cultural e econômico, demanda uma contextualização e aprofundamento das formas simbólicas produzidas e das disputas de significados que permeiam sua representação midiática ao longo do tempo. Nesse contexto, torna-se essencial compreender as contranarrativas que emergem em resposta a esses movimentos, bem como os posicionamentos defendidos por ativistas, de modo a descrever as dinâmicas espaço-temporais que constroem sua atuação e a formulação de posicionamentos em torno da percepção de instituições do campo da mídia.

Assim, em um primeiro momento, de modo a, “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2009 p. 40), um estudo bibliográfico de cunho documental contempla os temas que alicerçam a pesquisa empírica e que foram explorados na revisão de literatura. Esse levantamento envolveu as dinâmicas dos movimentos sociais, com enfoque no feminismo, os processos de mobilização e contramobilização, a apropriação da comunicação e das tecnologias da informação por esses movimentos, além do papel da mídia e do processo de midiatização da sociedade.

O referencial teórico permitiu a construção de duas principais perspectivas para alicerçar a análise empírica. Em primeiro lugar, sabemos que as lógicas de midiatização são observadas nas interações com estruturas e suas respectivas regras por meio de apropriações tentativas que podem se alterar ao longo do tempo, no decorrer do jogo político. Por isso, pretendemos descrever os repertórios de ação e, possivelmente, de comunicação dos atores a serem

analisados, a fim de compreender as lógicas predominantes em sua comunicação e como a cobertura midiática pode orientar suas escolhas diante de episódios de oportunidades políticas.

Em segundo lugar, essa etapa da revisão de literatura, desenvolvida tanto na pesquisa conduzida no país quanto durante o estágio de pesquisa internacional (BEPE) realizado na Florida State University (FSU) em 2024, foi fundamental para compreender o antifeminismo contemporâneo, suas pautas e os principais atores envolvidos. A partir dessa revisão, estabelecemos três hipóteses que subsidiaram a estruturação metodológica da pesquisa:

H1) O movimento feminista contemporâneo e seu contramovimento, o antifeminismo, apresentam caráter difuso. Portanto, se manifestam em diversas esferas da sociedade e interligam-se a uma ampla gama de pautas que também compõem as agendas de outros movimentos;

H2) No Brasil, ambos os movimentos possuem forte atuação na esfera política, refletindo uma tendência global na qual o crescimento do conservadorismo ocorre, em grande parte, por meio da ação de partidos e atores políticos;

H3) As organizações tradicionais de movimentos sociais já não são os principais catalisadores das demandas individuais, uma vez que a ação coletiva é também moldada por interações entre diferentes atores políticos. Esse cenário contribui para a geração e alcance de mudanças políticas e culturais, para a ampliação da cobertura midiática e para a reconfiguração da opinião pública, especialmente em uma estrutura de oportunidades políticas estreitas (Pavan; Della Porta, 2021).

Observamos que o movimento feminista atua tanto em instâncias institucionais quanto na esfera da sociedade civil, por meio de coletivos e organizações não governamentais. Essas diferentes formas de atuação refletem a diversidade interna do movimento e a amplitude de suas pautas. Em contrapartida, o movimento antifeminista é predominantemente representado por líderes e figuras políticas caracterizados por uma atuação fortemente atrelada ao conservadorismo político, ainda que também se utilize da conexão e ressonância de conteúdo junto a influenciadores digitais. A trajetória política de algumas dessas figuras ilustra esse fenômeno, evidenciando como a visibilidade conquistada nas redes digitais de comunicação tem sido um trampolim para a atuação em cargos públicos. Foi a partir dessa contextualização da atuação e das hipóteses formuladas que os meios de coleta e análise foram definidos.

Com base no cenário delineado por meio da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível definir com clareza os meios de análise para compreender como o embate entre feminismos e antifeminismos se desenvolve na arena midiática e de que forma os atores envolvidos estruturam seus repertórios de mobilização e confronto. Optamos por focar nas

pautas para observar os atores que atualmente representam as principais agendas dos movimentos, processo que se deu por meio da coleta e análise de matérias jornalísticas sobre a pauta em questão. Em seguida, realizamos a coleta de postagens em perfis do Instagram dos atores identificados por meio da cobertura jornalística, processos descritos nas seções seguintes.

5.1 COLETA E EXPLORAÇÃO DO MATERIAL – MEIOS NOTICIOSOS

Apresentamos a pré-análise detalhando a seleção e organização do material que conduziram à construção do *corpus* da pesquisa. Coletamos as inserções de ambos os movimentos na mídia noticiosa por meio do Google Notícias ao longo de 2025. A utilização desse motor de busca é válida na medida em que revela a inserção desses movimentos em distintos ecossistemas informacionais, abrangendo veículos de mídia profissional e alternativa, em níveis local, regional e nacional (Volpato, 2022). Dessa forma, torna-se possível mapear as interações estabelecidas entre os atores e os diferentes agentes midiáticos, bem como identificar padrões de engajamento e circulação de suas narrativas.

Soares (2012) argumenta que as reportagens atuam como fóruns nos quais enquadramentos concorrentes disputam espaço na construção social dos significados. Dessa forma, torna-se fundamental analisar as dinâmicas de poder social e político que permeiam esses debates, uma vez que são nesses espaços que se desenvolvem as principais reivindicações feministas e as respostas de seus opositores. Em uma sociedade em processo de midiatização, a construção e circulação viral de mensagens viabiliza ações que estabelecem uma disputa constante em torno dos temas pautados por movimentos que buscam visibilidade e mobilização, inclusive na imprensa tradicional.

Propomos essa abordagem por sua semelhança, em alguns aspectos, com a pesquisa desenvolvida por Volpato (2022). Em seu estudo, foram analisadas menções a movimentos sociais por meio de notificações do Google Notícias e do monitoramento de postagens em plataformas digitais, a fim de identificar padrões e táticas empregadas para ampliar visibilidade e inserção nos meios noticiosos. Embora o referido estudo tenha como objeto duas organizações de movimentos sociais estruturadas em torno de pautas políticas, sua relevância reside na compreensão das distintas lógicas midiáticas que orientam suas interações. Dialogamos com essa abordagem ao considerar a midiatização como um elemento central na mobilização e difusão das agendas dos movimentos analisados.

Assim como Volpato (2022), consideramos os eixos de tempo e espaço diante da necessidade de recortes na amostra selecionada. Os atores políticos e sociais se engajam em

uma diversidade de interações midiáticas, tornando inviável acompanhá-las por um longo período de tempo. Para compreender oportunidades e constrangimentos, semelhanças e diferenças entre suas atuações, observamos que acontecimentos recentes, em nível nacional, giraram em torno de pautas tradicionalmente consideradas feministas, como as discussões sobre assédio sexual. No entanto, grande parte das mobilizações decorreu da disputa em torno do aborto, sendo a proposição do Projeto de Lei nº 1904/2024, que foi popularmente denominado “PL da gravidez infantil”, o episódio que desencadeou ampla mobilização nacional.

A partir da seleção desse episódio, pudemos identificar os atores envolvidos e seus respectivos repertórios, semelhante à Análise de Eventos de Protesto (AEP) empregada por Carlos (2024). Para a autora, protestos constituem episódios de mobilização, enquanto eventos correspondem a unidades analíticas menores que podem combinar marchas, performances, atos públicos e outros eventos de protesto. Embora tenhamos analisado eventos contestatórios que incluem ações institucionais e extrainstitucionais, organizadas por atores estatais e não estatais, característica que difere do estudo citado, análises desse tipo, ao envolver percepções públicas, contribuem para compreender os enquadramentos de um movimento e os resultados de suas atividades, além de evidenciar que eles não existem isoladamente de outros atores (Fillieule; Jiménez, 2003).

Esse episódio, que se desenrolou ao longo de junho de 2024, desencadeou uma série de movimentações e interações contenciosas que concentraram grande atenção midiática. Optamos por abordá-lo por se tratar de um capítulo representativo dos avanços e retrocessos relacionados ao tema e por permitir a observação dos diversos repertórios acionados e dos atores que atualmente interagem por meio desses na disputa pelo controle da narrativa para influenciar a opinião pública. Diante da intensa cobertura jornalística, realizamos buscas no Google Notícias utilizando os termos e combinações: PL antiaborto por estupro; PL do estupro; PL do aborto; PL antiaborto; e PL da gravidez infantil. Por meio dessas palavras-chave, que foram popularmente associadas ao projeto, recuperamos 157 matérias jornalísticas do mês de junho de 2024.

Para os objetivos propostos nesta pesquisa, optamos por desconsiderar 36 matérias da amostra, uma vez que não atenderam a critérios que julgamos necessários. Foram excluídos os conteúdos que não mencionavam nenhuma ação tomada ou repertório acionado por um dos lados do debate, tendo a intenção exclusiva de contextualizar o teor do PL ou, ainda, por destacarem outros projetos ou situações ocorridas em diferentes localidades, mas que surgiram nas buscas por conterem o termo “aborto”. Também foram descartados sites da Câmara ou do Senado. Assim, compõem nossa amostra 121 matérias jornalísticas.

O material foi classificado tendo como base o modelo proposto por Volpato (2022) que classifica as matérias jornalísticas de acordo com o tipo de veículo (imprensa, veículo de nicho, portais de notícias ou outros) e âmbito de circulação (local ou nacional). Contudo, para os propósitos dessa pesquisa, acrescentamos as categorias sobre a reprodução de fontes de ambientes digitais nas matérias, para a observação de mídias advindas de plataformas de redes sociais digitais, e quais foram os atores citados (representantes contra ou a favor do PL). Essas classificações estão descritas no Apêndice A.

Reconhecemos que o uso de materiais de fontes jornalísticas pode conter recortes e descrições enviesadas, no entanto, acreditamos que nossa seleção de veículos de diversas orientações pode atenuar esses efeitos. Além disso, compreendemos que as notícias desse período certamente não foram a totalidade da cobertura existente sobre o PL, mas foram suficientes para encontrar padrões que mostrem como os atores transitaram nesse espaço e para identificar os principais envolvidos.

Capturamos as notícias diretamente no site dos jornais e portais e geramos arquivos em PDF. Em seguida, organizamos os dados em uma planilha do Excel, indicando data de publicação, movimento social ou outro ator político mencionado, título, definição do tipo de veículo e seu âmbito de circulação e link de acesso. Dentre os atores, movimentos e organizações citados em todas as matérias, foram considerados aqueles que fizeram algum tipo de ação ou tomaram um posicionamento frente ao assunto e, a partir dessa seleção, foi realizada a coleta de material em suas redes sociais, analisado na seção 7.

Como será detalhado na análise dos meios noticiosos, nas seções seguintes, as notícias destacaram personalidades bastante diversas, de influenciadores digitais e cantores a organizações e entidades da sociedade civil. No entanto, não caberia realizar a seleção para posterior análise das postagens de todos, uma vez que nosso foco é nos representantes efetivos e ativistas feministas ou antifeministas. Ou seja, nem todos os que manifestaram posicionamentos a favor ou contra o projeto, como, por exemplo, um apresentador em seu programa de televisão, podem ser considerados representantes de um movimento e agentes políticos que mobilizam repertórios com fins estratégicos em busca de visibilidade pública para suas causas. Foi com base nesse critério que delimitamos a seleção dos atores analisados.

Nos Apêndices B e C, os quadros demonstram todos os atores identificados nos meios noticiosos, envolvidos contra ou a favor do PL. Apesar de nem todos terem sido selecionados para a coleta de postagens de acordo com os motivos explícitos anteriormente, todas as marcas de posicionamentos de diferentes atores foram consideradas no sentido de observar os aliados de cada lado da disputa, bem como os enquadramentos do Presidente e outros representantes

dos ministérios governamentais, de entidades e movimentos, como será observado ao longo da análise.

5.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL – ANÁLISE DE ENQUADRAMENTOS

Para a análise dos materiais coletados nas plataformas de redes sociais, que constituem os espaços de atuação e circulação dos movimentos e ativistas, recorreremos a técnica de Análise de Enquadramentos (AE). Consideramos a abordagem apropriada como forma de analisar os aspectos discursivos de mobilizações políticas, visto que o conceito de *frame*, ou enquadramento, possibilita a compreensão do uso estratégico da linguagem nesses processos de mobilização e permite a construção de discursos persuasivos e motivadores para uma ação (Aragusuku, 2022).

Diante do nosso recorte e do hibridismo dos atores que representam os movimentos que queremos compreender, não seria viável desenvolver uma análise comparativa entre estruturas de organizações ou recursos ou, então, da quantidade de seguidores que, não necessariamente, representa influência e engajamento. Queremos observar como os campos feministas e antifeministas enquadram, circulam e buscam mobilização para suas demandas explorando oportunidades políticas. Certamente ter em posse recursos materiais influenciam nesse processo, contudo, diante da possibilidade de circulação inesperada viabilizada pelo processo de midiaticização, ela pode contribuir para favorecer ou restringir quadros políticos e culturais.

Na disputa para legitimar o argumento público, a mídia se coloca como um importante mediador ao atribuir importância aos fatos, contudo, além de atender às lógicas e incentivos dessa arena para garantir visibilidade, novos usos podem ser tensionados pela apropriação. São as brechas observadas e aproveitadas através das apropriações midiáticas que podem viabilizar disputas e direcionamentos e estabelecer novas formas de comunicação política.

A partir da análise da relação entre os processos de enquadramento e os movimentos sociais, Benford e Snow (2000) propõem que as ações coletivas podem ser compreendidas por meio da AE. Ela viabiliza a identificação das distintas formas de apresentação de uma situação e sua influência sobre a percepção pública, moldando a tomada de decisão e a avaliação dos problemas destacados. O verbo *framing*, ou seja, enquadrar, refere-se a esse trabalho de significação de eventos ou ideias (Benford; Snow, 2000) e os produtos desse trabalho de enquadramento são os enquadramentos de ação coletiva (*collective action frames*).

Os quadros de ação coletiva constituem um fenômeno dinâmico que envolve tanto a agência, isto é, o trabalho e a organização dos movimentos sociais e de seus ativistas, quanto a

contestação, uma vez que produzem interpretações capazes de divergir ou desafiar enquadramentos já estabelecidos. Esses enquadramentos são construídos à medida que os integrantes do movimento negociam um entendimento compartilhado sobre determinada situação, identificam os responsáveis pelo problema e articulam estratégias para a mobilização. Assim, o processo de enquadramento contribui para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais, ao possibilitar a análise da formulação de discursos e da mobilização em torno de causas específicas.

O conceito de enquadramento pode ser operacionalizado a partir da investigação de problemas, do diagnóstico de suas causas, da formulação de julgamentos morais e da proposição de soluções possíveis para a questão analisada (Maia; Choucair; Sanglard, 2022). Portanto, o sucesso das estratégias de ação coletiva na mobilização depende, em grande medida, da forma como essas tarefas essenciais são abordadas, a começar pela identificação do problema e suas causas (enquadramento diagnóstico), da proposição de soluções para o problema identificado (enquadramento prognóstico) e, por fim, da convocação para a ação (enquadramento motivacional).

O sucesso do enquadramento vai depender dos processos de alinhamento associados ao desenvolvimento, geração e elaboração dos quadros de ação coletiva e, dentre eles, o processo estratégico. Esse envolve o desenvolvimento de enquadramentos para atingir um propósito, ou seja, é um processo deliberativo e direcionado a determinados objetivos. Para isso, Benford e Snow (2000) identificam quatro processos básicos de alinhamento: *frame bridging*, *frame amplification*, *frame extension* e *frame transformation*. Eles são definidos pelos autores da seguinte maneira:

- *Frame bridging*: é a ligação de dois ou mais quadros ideologicamente congruentes, mas ainda estruturalmente desconectados entre movimentos e indivíduos ou então entre a organização e sentimentos ou grupos da opinião pública ainda não mobilizados. Como afirma Prudencio (2014) é o trabalho de relações públicas das mobilizações que conecta as demandas de um grupo com o restante da sociedade.

- *Frame amplification*: a amplificação de enquadramento envolve a idealização, o esclarecimento ou o fortalecimento de valores ou crenças existentes. Um dos principais fatores que afetam se um enquadramento oferecido ressoa ou não com o público potencial tem a ver com a medida em que ele se baseia em valores culturais, crenças e narrativas já existentes, por isso, os movimentos buscam amplificá-los, apresentando argumentos para além daqueles já mobilizados.

- *Frame extension*: a extensão de enquadramento implica a extensão do quadro principal de uma O.M.S. para incluir questões e preocupações que se presume serem importantes para potenciais adeptos, mas não correspondem aos objetivos primários do movimento. Esse alinhamento reforça o fato de que os processos de enquadramento são frequentemente contestados e negociados, nem sempre sob o controle rígido do movimento. É o quadro resultante da troca argumentativa (Prudencio, 2014).

- *Frame transformation*: refere-se à mudança de entendimentos e significados antigos e/ou à geração de novos, em outras palavras, é o desenvolvimento de um novo quadro para interpretar os acontecimentos.

Outro processo sobreposto a esses alinhamentos estratégicos discutidos acima é a contestação de *frames* (Benford; Snow, 2000). Os quadros de ação coletiva são continuamente reconstituídos durante o curso da interação que ocorre no contexto de campanhas e ações de mobilização. Esses processos estão sujeitos a contestações e disputas constantes que podem se manifestar de diferentes formas, tais como: contraenquadramento por parte de oponentes do movimento, da mídia e do público espectador que culmina em uma disputa de enquadramentos; conflitos internos dentro do próprio movimento em relação à definição dos enquadramentos; e a interação dialética entre os enquadramentos adotados e os eventos que emergem ao longo do tempo (Benford; Snow, 2000). Esse contexto reforça a pertinência de investigar disputas de enquadramentos entre grupos antagônicos e como ocorrem em arenas multiorganizacionais complexas afetadas por quadros culturais e políticos e pelas condições e lógicas tentativas impostas pelo processo de mediação.

Em suma, ao mobilizarmos a AE para a investigação empírica dos perfis do Instagram, consideramos o seguinte panorama teórico delineado pela literatura:

a) As disputas de enquadramentos são travadas na arena política configurando-se como embates entre ativistas do movimento e seus opositores, nos quais diferentes interpretações da realidade são constantemente negociadas e contestadas (Benford, 1997);

b) A estrutura de oportunidade exerce um papel central na definição dos quadros interpretativos dos movimentos, podendo tanto restringir quanto favorecer a formulação e disseminação de determinados enquadramentos (Benford; Snow, 2000);

c) O processo de enquadramento é conduzido por ativistas e participantes dos movimentos. Assim, tanto os feminismos como os antifeminismos operam por meio de *frames* (quadros interpretativos) que orientam a percepção da realidade e mobilizam ações coletivas em prol de suas respectivas agendas (Benford, 1997).

A AE pode assumir abordagens qualitativas ou quantitativas, bem como perspectivas dedutivas ou indutivas (Maia; Choucair; Sanglard, 2022). No presente estudo, optamos por uma abordagem mista, combinando elementos dedutivos e indutivos. Essa escolha se justifica pelo fato de que a definição das categorias analíticas será parcialmente orientada pelo conhecimento disponível na literatura e por estudos anteriores que apontam enquadramentos recorrentes. No entanto, a análise do material empírico também permitirá a identificação de novos padrões e a organização dos dados de forma coerente com a amostra, possibilitando uma atualização e refinamento dos quadros interpretativos.

Segundo Benford (1997), as disputas de enquadramento envolvem a formulação de versões específicas da realidade que visam mobilizar apoiadores, influenciar a mídia e direcionar a ação para determinados alvos de mudança. Portanto, a escolha metodológica permitirá a identificação das estratégias e abordagens utilizadas nos conteúdos coletados. Além disso, possibilitará o contraste entre as coberturas midiáticas e a análise dos vieses subjacentes à produção jornalística, destacando as retóricas e narrativas que orientam a construção das representações sobre os movimentos e suas pautas.

Para proceder para a análise empírica final, consideramos pertinente a triangulação entre o levantamento bibliográfico, a análise de enquadramento das postagens em redes sociais e a análise das menções em meios noticiosos. Ela se relaciona aos objetivos específicos propostos que, em síntese, consistem em descrever repertórios de ação, analisar trocas comunicacionais e refletir sobre as lógicas de mídiatização nessas interações, processos resumidos e relacionados no quadro a seguir. Além disso, optamos ainda por incorporar nos capítulos analíticos reflexões acerca de conceitos e teorias que julgamos necessários para situar melhor a análise e as escolhas metodológicas realizadas, conforme será observado nas seções seguintes.

Quadro 1 – Etapas do processo metodológico

Metodologia	Forma de análise	Investigação	Objetivos da tese que se relacionam às formas de investigação
(1) Exploratória	Pesquisa bibliográfica	Literatura sobre temas relacionados à midiática; movimentos e ativismos feministas e contramovimentos antifeministas; identificação das principais pautas de ambos os movimentos e principais oportunidades políticas.	Geral- compreender de que forma os processos de midiática alteram a visibilidade e mobilização estrategicamente almejados por movimentos sociais e contramovimentos na sociedade contemporânea.
(2) Descritiva e analítica	<i>Clipping</i> e codificação de matérias jornalísticas	Identificar os atores a serem analisados; descrever os repertórios de ação que aparecem na arena midiática; observar as interações midiáticas.	a) identificar e descrever o repertório de ação dos movimentos feministas e dos contramovimentos para disseminar suas pautas e mobilizar a opinião pública;
			c) refletir sobre as possibilidades e contradições das trocas comunicacionais impostas pelas lógicas de midiática na atuação dos movimentos sociais e contramovimentos feministas.
(3) Descritiva e analítica	Análise de enquadramentos	A partir das características dos conteúdos coletados, observar os padrões e aspectos de interações midiáticas; as condições oferecidas pela midiática na medida em que orienta comportamentos; descrever os repertórios de ação que aparecem na arena midiática.	Geral- compreender de que forma os processos de midiática alteram a visibilidade e mobilização estrategicamente almejados por movimentos sociais e contramovimentos na sociedade contemporânea.
			a) identificar e descrever o repertório de ação dos movimentos feministas e dos contramovimentos para disseminar suas pautas e mobilizar a opinião pública;
			b) analisar as trocas comunicacionais e a interação entre movimentos feministas e contramovimentos em torno da oposição entre suas pautas.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

6 ANÁLISE DOS FEMINISMOS E ANTIFEMINISMOS NOS MEIOS NOTICIOSOS

6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI nº 1904/2024

A partir da análise da circulação nos meios noticiosos, identificamos as consequências das movimentações ou as ações que impulsionaram a visibilidade pública e, conseqüentemente, levaram à cobertura midiática. Com a observação das repercussões e das movimentações que se deram publicamente, identificamos os atores envolvidos, os repertórios estratégicos acionados e as demais arenas em que se mobilizaram. Diante da comparação entre feminismos e antifeminismos, foi possível observar como esses atores conquistaram visibilidade a partir das oportunidades criadas e, assim, estabelecemos as convergências nas suas práticas e diferenças e semelhanças em sua atuação.

As menções aos atores de ambos os lados do conflito tiveram origem, inicialmente, na disputa jurídica entre o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em abril, o CFM emitiu uma norma que proibiu médicos de realizarem a assistolia fetal em casos de aborto previstos em lei decorrentes de estupro e, em resposta, o PSOL protocolou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando abuso de poder regulamentar. O ministro Alexandre de Moraes suspendeu os efeitos da norma, decisão que resultou, no mesmo mês, na criação do Projeto de Lei nº 1904/2024 como reação e na intensificação das mobilizações em torno da questão do aborto.

Diversas matérias, inclusive, contextualizaram a disputa pela descriminalização do aborto como um processo marcado por avanços e retrocessos, envolvendo tentativas de mudança legislativa, notas técnicas do Ministério da Saúde e acenos de diferentes governos às bancadas religiosas para assegurar apoio parlamentar e da sociedade. É importante destacar que, segundo as matérias jornalísticas recuperadas, o CFM tem sido alvo de críticas por sua postura ideológica conservadora, que remonta à sua atuação durante a pandemia de Covid-19, quando se alinhou aos negacionismos do então presidente Jair Bolsonaro e contra a comunidade científica. A entidade tornou-se um pivô dos embates sobre o aborto legal, provocando divisões dentro da própria classe médica e gerando manifestos contrários ao conselho. Nesse contexto, aliado à defesa do PL, o presidente do CFM, durante sessão no Senado destinada à discussão do tema (detalhada nos parágrafos seguintes), proferiu frases de forte apelo emocional que contribuíram para a disputa de enquadramentos em torno da pauta.

Nossa coleta busca compreender o desenrolar dessa disputa, marcada pela batalha judicial entre movimentos e ativismos pró-vida e pró-escolha, que reverberou na defesa de

outras pautas feministas, e observar como ela se expandiu por meio da cobertura e circulação midiáticas. Como mencionado anteriormente, passaram a ser noticiadas as principais negociações políticas estratégicas que se transformaram em fatos midiáticos, como a inclusão do projeto em regime de urgência e sua aprovação mediante acordo entre parlamentares, seguidas pelas articulações da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) para suavizar o texto do PL e do PSOL com pedidos de arquivamento. Em uma das matérias, uma entrevistada destacou a apresentação de “projeto atrás de projeto” como exemplo das constantes investidas que tomam forma na arena judicial contra os direitos das mulheres.

Outra evidência de que a disputa em torno do aborto é travada, dentre outras, nessa arena, aparece na fala de Sóstenes Cavalcante, autor do PL, noticiada por alguns veículos, em que o deputado condiciona a retirada da proposta à desistência do PSOL de sua ação no STF, sob o argumento de que o partido estaria judicializando a política. Também destacamos os argumentos de especialistas e ativistas contrários à proposta contidos no material analisado, que a classificaram como uma estratégia para negociar votos nas próximas eleições municipais, já que a pauta costuma ressurgir em períodos eleitorais, bem como como um aceno do deputado (e presidente da Câmara dos Deputados), Arthur Lira (PP-AL), à bancada evangélica em busca de apoio. Além disso, algumas matérias interpretaram o projeto como um ataque ao governo Lula e ao ministro Alexandre de Moraes, como consequência de outras disputas políticas, com o intuito de enfraquecer midiaticamente a imagem positiva do governo.

6.2 ATORES POLÍTICOS ENVOLVIDOS

A partir da melhor compreensão do desenrolar da disputa, a coleta nos meios noticiosos também permitiu identificar os atores políticos envolvidos. Observamos que, conforme indica a literatura, o movimento feminista é composto por uma diversidade de ativismos, como organizações sociais, coletivos, campanhas e outras formas de mobilização, em constante interação com o Estado. Essa atuação se dá por meio de propostas legislativas, da participação em vias eleitorais (como a bancada do PSOL), do apoio e da articulação com deputados, bem como da cobrança de posicionamentos do governo no enfrentamento a políticas regressivas. Nesse episódio analisado, acionaram repertórios tradicionais, como atos nas ruas e coleta de assinaturas e responderam de maneira reativa às movimentações da oposição.

Em relação ao antifeminismo, identificamos que os principais atores envolvidos na regressão dos direitos em questão são parlamentares que atuam por meio de propostas conservadoras e de instrumentos jurídicos para implementá-las, mas, em seus posicionamentos,

elegem como inimigos o governo, na tentativa de enquadrar o presidente como favorável ao aborto, os parlamentares de esquerda e o ativismo desses atores e do movimento feminista. Essa movimentação borra as fronteiras entre sua representação política, institucionalidade e participação civil, conectando-as à sociedade e explorando as oportunidades abertas por um projeto político conservador e populista em ascensão no Ocidente, adotando repertórios baseados em disputas retóricas e narrativas.

Observamos uma alta rejeição ao PL por parte da sociedade, em contraste com o que geralmente ocorre com pautas da direita radical, o que também se refletiu nos conteúdos jornalísticos recuperados. Um dos principais argumentos do contramovimento foi negar a criminalização de crianças e adolescentes, sendo esse o mote central da campanha dos ativismos feministas, junto às penas que seriam aplicadas às mulheres. Em contrapartida, algumas matérias explicaram que as medidas socioeducativas também configuram formas de punição e destacaram como líderes religiosos, embora contrários ao aborto, se posicionaram contra a criminalização de mulheres. Foi o caso da entrevista com Dom Angélico, bispo brasileiro próximo a Lula, que divergiu publicamente da posição da CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil). Nesse contexto, mesmo após o auge da disputa em torno da temática, os veículos seguiram mencionando o PL, ressaltando como outros atos e movimentos passaram a incorporar a pauta.

Diante da rejeição da opinião pública, observamos movimentações de Arthur Lira e aliados em torno da possibilidade de indicar uma mulher para a relatoria do texto, enquanto a bancada evangélica se mostrava irredutível quanto à redação da proposta, mesmo diante de tentativas de negociação. Além do arquivamento decorrente da intensa disputa, a deputada federal Renilce Nicodemos (MDB-PA), integrante da bancada evangélica, solicitou a retirada de sua assinatura como coautora do projeto. Mesmo diante do iminente fracasso, Sóstenes negava o “engavetamento” do PL, afirmando que a repercussão era positiva porque “estava tudo dominado” junto aos demais parlamentares. Houve ainda aumento no número de assinaturas em apoio ao projeto, como noticiado pela CNN em 24 de junho, além de uma coletiva de imprensa realizada pela bancada pró-vida ao “final” da disputa.

O campo progressista, por sua vez, seguia atuando na arena jurídica, com as deputadas Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS) solicitando a devolução do PL e articulando, junto à bancada, a coleta de assinaturas para extinguir a tramitação em regime de urgência da proposta. Com o apoio de sua bancada, Sâmia também apresentou, no dia 20, um PL destinado a assegurar e facilitar o acesso ao aborto legal, o que foi enquadrado, por alguns

poucos veículos de viés conservador, como uma tentativa de criminalizar profissionais da saúde que se recusassem a realizar o procedimento por motivos de crença religiosa ou moral.

Considerando que as movimentações tiveram origem em disputas políticas e jurídicas, notamos que as menções aos movimentos e outros jogadores não decorreram, necessariamente, de esforços intencionais em busca de visibilidade na esfera midiática, mas também da necessidade de contextualizar o conflito, que naquele momento se tornou um dos focos centrais de debate na opinião pública. Em muitos casos, portanto, essas referências desempenharam a função de fonte de informação ou de ilustração do tema abordado. As organizações feministas mais citadas foram o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), o Projeto Vivas, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a campanha Nem Presa Nem Morta, a Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto e o Coletivo Juntas, associado ao PSOL. Com menor frequência, apareceram menções à Cepia, Criola, Curumim, Marcha Mundial das Mulheres, Geledés e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Outras organizações de caráter regional foram mencionadas em veículos locais ou regionais, como a Secretaria de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), a Articulação de Mulheres Brasileiras em Pernambuco, a Articulação Igreja em Saída e a União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro). O Movimento Olga Benário e o partido Unidade Popular (UP) apareceram apenas no jornal socialista A Verdade, enquanto a organização Católicas pelo Direito de Decidir foi citada em matérias que trataram do posicionamento da CNBB, para servir como contraponto. Entre os parlamentares, as falas e publicações de Sâmia Bomfim e Erika Hilton (PSOL-SP) foram as mais destacadas e repercutidas.

Em um dos textos recuperados, foi mencionada a campanha “Criança Não é Mãe”, organizada, segundo o veículo, por 18 entidades do setor, enquanto que outro veículo, ao abordar as manifestações presenciais, indicou que foram convocados por mais de 60 grupos ligados à defesa dos direitos da mulher. Esses exemplos evidenciam a heterogeneidade do movimento e sua capacidade de desenvolver articulações e alianças (como ilustram as citações ao MTST), o que pode indicar duas principais escolhas estratégicas: a união de organizações, ainda que diversas, em torno de uma pauta comum para fortalecer a oposição ao PL, e a superação de limitações de recursos, ampliando as chances de garantir maior cobertura midiática. No que se refere às personalidades contrárias ao projeto de lei, as matérias citam não apenas organizações ou deputados, mas também especialistas de áreas correlatas, como representantes da OAB e de cargos públicos. Pesquisadoras igualmente tiveram destaque, sendo frequentemente acionadas por meio de comentários ou entrevistas completas.

O mesmo foi feito em relação ao antifeminismo, mas restrito a portais alinhados a um posicionamento de direita, como a Gazeta do Povo, que mencionou como fonte especialistas como médicos, advogados e representantes de organizações como o Instituto Isabel, igualmente alinhado com essa perspectiva ideológica. Esse foi um dos principais veículos no qual apareceram argumentos favoráveis ao PL, reafirmando a viabilidade do feto e a alternativa da adoção, além de descrever o procedimento de assistolia fetal com o intuito de defender sua crueldade, a partir de um vídeo da ONG Live Action. Em resposta a um parecer da OAB contrário ao projeto, o portal convidou especialistas que classificaram seu conteúdo como ideológico e pouco técnico. Outro portal de notícias de orientação conservadora e liberal chegou a transcrever, na íntegra, um vídeo produzido pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), conhecido por seu engajamento digital e defesa de pautas conservadoras.

Dessa forma, em relação às representações antifeministas, as matérias destacaram as lideranças políticas (especialmente deputados) que assinaram o projeto, enfatizando, inclusive, a presença de mulheres entre os apoiadores. Embora a maioria fosse composta por deputados, o campo antifeminista dividiu espaço nas notícias com atores do movimento feminista, frequentemente mencionados em conjunto com essas organizações para ilustrar os argumentos de cada lado. Identificamos, assim, quando o conteúdo se destinava a contextualizar o cenário político envolvendo os parlamentares e quando essas figuras acionaram repertórios que passaram a circular midiaticamente.

Notamos que os deputados acionaram recursos e dinâmicas diversas para transitar na arena ativista, concentrando atenção em lideranças, articulando-se com figuras religiosas, como o pastor Silas Malafaia, e buscando representações femininas como forma de conferir maior legitimidade junto a esse segmento da população. Além do autor do projeto e de Arthur Lira, os principais nomes usados nessas movimentações e aparições midiáticas foram as deputadas federais Júlia Zanatta (PL-SC), Bia Kicis (PL-DF) e Chris Tonietto (PL-RJ). Os parlamentares também participaram ou incentivaram a presença na Marcha pela Vida⁷, defenderam a pauta pró-vida e organizaram coletivas de imprensa. Por meio de práticas de ativismo digital, procuraram manejar questões morais e mobilizar sua base de apoio na internet, transitando entre as fronteiras da sociedade civil e do sistema político.

Observamos também um alinhamento político coeso entre os aliados que, assim como no movimento feminista, pode se explicar justamente pela heterogeneidade e capilaridade do contramovimento. Essa característica foi recorrente na cobertura noticiosa, que destacou ações

⁷ Marcha que acontece em várias cidades do país e promove a defesa da vida desde a concepção, com foco na conscientização contra o aborto.

conjuntas, como a homenagem ao movimento pró-vida na Câmara e a publicação de cartas abertas ou posicionamentos, no entanto, sem convocação de atos presenciais. Nesse sentido, a atuação do contramovimento revela que sua organização, ainda que descentralizada, se dá sobretudo no ambiente digital para garantir influência por meio de alcance e engajamento, e envolve uma variedade de atores e formas de atuação de um movimento que é identitário e que se organiza em consonância com o que propõe a teoria movimento-contramovimento.

O posicionamento da CNBB em favor do PL evidencia o caráter religioso da proposta, bem como o envolvimento de atores vinculados a esse campo. Alguns dos termos utilizados para representar a ala conservadora defensora do projeto foram “bancada evangélica” e “parlamentares pró-vida”, por exemplo. A declaração de Sóstenes à Folha de S. Paulo, de que o tema seria uma provação para Lula entre os evangélicos, ilustra como essa agenda está inserida em um contexto e mensagem política ainda mais abrangentes de disputas de valores. Nessa mesma fala, o autor do projeto afirmou se tratar de uma resposta ao STF, sendo mais uma ação estratégica na arena jurídica, cujo efeito buscava, entre outros aspectos, repercussão midiática. Em movimento de aproximação com esse grupo, o então ministro Silvío de Almeida discursou em uma igreja evangélica de perfil mais progressista, conforme noticiado, utilizando passagens bíblicas e conectando o tema aos direitos humanos⁸.

Os conteúdos recuperados retratam, portanto, as tentativas de parlamentares evangélicos e conservadores de avançar projetos das chamadas “pautas de costumes”, que incluem também, de acordo com alguns veículos, temas como a ocupação de terras. Em matéria assinada na Carta Capital, a organização Intervezes estabeleceu uma conexão entre os signatários do projeto de lei e aqueles que figuram como produtores de desinformação socioambiental, com impactos negativos sobre a Amazônia Legal. O texto detalha o *modus operandi* desse grupo, que combina o uso de ideias extremistas, pautadas em bases religiosas institucionais e instrumentalizadas e nas emoções como estratégia para a disputa narrativa. É um movimento caracterizado pela convergência de interesses e pela articulação política entre setores econômicos, que atua com o objetivo de alterar a legislação e intensificar a pressão no Congresso, dinâmicas clássicas que compõem a atuação de contramovimentos, lançando mão de investimentos em publicações pagas nas mídias digitais.

⁸ Uma forma encontrada por ativistas evangélicos progressistas para lidar com questões delicadas como aborto. Veja mais em Silva e Tatagiba (2022).

6.3 CIRCULAÇÃO MIDIATIZADA

Além de possibilitar a identificação dos atores que representam posicionamentos feministas e antifeministas, como já mencionado, o material também permitiu observar as formas de circulação midiaticizada. Postagens nas redes, especialmente nas plataformas X e Instagram, foram utilizadas por diversos veículos tanto como fonte de informação quanto como recurso para ilustrar posicionamentos. Em alguns casos, o próprio conteúdo dessas postagens tornou-se pauta, seja para expressar diretamente uma posição, seja para comentar a repercussão de temas que concentraram atenção no ambiente digital, caracterizando um processo típico de circulação midiaticizada. Assim, consideramos que, em determinadas situações, a repercussão inicial na internet, em especial nas plataformas, é uma condição necessária para que haja cobertura midiática que, de outro modo, talvez não atendesse aos incentivos jornalísticos e não garantiria espaço na mídia tradicional.

Outro exemplo do que consideramos representar interações midiaticizadas e que contribuíram para a manutenção da visibilidade do episódio das manifestações, foram os posicionamentos e comentários de diferentes figuras públicas, como atores, cantores e influenciadores digitais, que se tornaram notícia inclusive nos meios de entretenimento, circulando, portanto, para além de veículos e editorias políticas. Observamos um processo de circulação que depende tanto da atuação desses jogadores quanto dos incentivos oferecidos pela mídia, de modo que a visibilidade alcançada acaba sendo convertida em cobertura noticiosa. Nesse contexto, veículos destacaram, por exemplo, o posicionamento contrário ao PL de cantores como Daniela Mercury e Filipe Ret, bem como dos apresentadores Luciano Huck, em seu programa, e Fátima Bernardes, em um evento de empreendedorismo.

Entre os posicionamentos favoráveis à proposta que geraram repercussão, destacaram-se as falas do ator Juliano Cazarré e da atriz Cássia Kiss. Cazarré defendeu a vida recorrendo a enquadramentos como a viabilidade fetal e a possibilidade de entrega para adoção, enquanto Kiss divulgou um vídeo em parceria com o Centro Dom Bosco, uma associação católica. A repercussão chegou ao cenário internacional, com a autora britânica J. K. Rowling, conhecida tanto pela criação da saga Harry Potter quanto por suas falas transfóbicas, que manifestou em seu perfil no X apoio às pessoas que se posicionaram contra o PL.

A circulação midiaticizada e sua conversão em coberturas noticiosas se deram, em grande parte, por meio dos posicionamentos divulgados pelos principais grupos ou figuras envolvidas em suas redes sociais. Um exemplo foi a declaração de Sóstenes à Globo News, que gerou reações de Érika Hilton em seu perfil no X. Em movimento contrário, quando uma integrante

do PSOL publicou a expressão “PL dos Estupradores”, cinco deputados do Partido Liberal (PL) protocolaram no STF um pedido de retirada do post. De modo semelhante, a cada pronunciamento do presidente, críticas de grupos antiaborto eram publicadas nas redes sociais e, em seguida, convertidas em notícia.

Esse episódio uniu, em determinados momentos, diferentes atores, contrários ou favoráveis ao PL, em torno das críticas à ausência de posicionamento mais claro do presidente e de seu governo. No entanto, foi a intensificação dos protestos que impulsionou reações oficiais, como em falas durante eventos públicos nos quais Lula reafirmou ser pessoalmente contrário ao aborto, mas defendeu que o PL nada tem a ver com a realidade. Já a primeira-dama, Janja, manifestou-se contra o PL em suas redes sociais, seguida por diversas ministras e, de acordo com uma matéria do Poder360, baseada em postagens no X, entre os dias 15 e 16 daquele mês, 14 ministros do governo se posicionaram contra a proposta.

6.4 REPERTÓRIOS ACIONADOS

Além das matérias que apenas contextualizaram o conflito e registraram o posicionamento de diferentes porta-vozes, outras ações decorrentes da situação geraram fatos políticos relevantes e criaram oportunidades de cobertura, especialmente os atos presenciais organizados pelo movimento feminista em diferentes cidades do país, amplamente noticiados. Diante de uma oportunidade política marcada pela rejeição ao PL e pela disposição da arena em repercutir críticas a ele, as ativistas feministas aproveitaram as condições oferecidas, convertendo a interação contenciosa em manifestações que garantiram visibilidade e exerceram forte pressão pública. Essa visibilidade se projetou tanto na imprensa tradicional, em nível local e nacional, quanto na internet, uma vez que diversas matérias destacaram as repercussões críticas e os protestos realizados nas ruas e nas redes sociais digitais.

Notamos que a cobertura ocorreu principalmente no dia 13/06, após a aprovação da urgência do PL, e, em menor intensidade, nos dias 15, 20 e 21, acompanhando a continuidade da mobilização dos movimentos nos atos cuja reivindicação central passou a ser o arquivamento do projeto. Em alguns veículos de esquerda, a organização desses atos foi atribuída às centrais sindicais e a partidos políticos, enquanto outros destacaram o protagonismo de organizações de mulheres, movimentos sociais feministas e outros movimentos aliados, além da presença de parlamentares. Para além desse repertório acionado, uma das matérias recuperadas citou a atuação da organização “Nossas”, que mobilizou assinaturas para pressionar Lira, bem como a possibilidade de participação em enquetes virtuais, como a promovida pela Câmara. Outro

veículo mencionou a plataforma criancanaoemae.org, utilizada para pressionar deputados, além do lançamento de um manifesto organizado e assinado por lideranças femininas religiosas.

A enquete virtual do site da Câmara dos Deputados também se tornou notícia por indicar a rejeição da sociedade brasileira ao projeto, já que, como resultado a maioria dos participantes declarou discordar totalmente da proposta, inclusive entre evangélicos e católicos. Dessa forma, a enquete foi acionada enquanto um repertório de disputa entre os movimentos para garantirem a “vitória” com a maioria dos respondentes, incentivando seus interlocutores a votarem, como será melhor detalhado na análise das postagens. Outras pesquisas foram noticiadas para mostrar as milhares de menções ao PL nas redes digitais e como a pauta passou a dominar a opinião pública, alcançando a maioria dos brasileiros.

Notamos que, diante da oportunidade representada pela rejeição ao PL e ao que ele representa, alguns veículos destacaram que organizações ligadas ao movimento pró-vida publicam informações falsas em suas redes sociais sobre aborto, métodos contraceptivos e a chamada ideologia de gênero, ainda que sem mencionar diretamente os grupos ou seus representantes. Em especial, a Folha de S. Paulo noticiou uma desinformação divulgada por Sóstenes, que alcançou mais de 1 milhão de visualizações em suas contas no X e no Instagram. Nessa publicação, o deputado afirmou que as campanhas contrárias ao PL seriam uma cortina de fumaça de movimentos “abortistas” e “esquerdistas”, cujo objetivo seria patrocinar o assassinato de bebês para uso pela indústria de cosméticos. O deputado recorreu a fontes já desmentidas, além de vídeos e informações falsas. Na mesma direção, parlamentares como Eduardo Girão passaram a apostar no mote de que crianças estariam sendo assassinadas (em referência ao feto) como forma de mobilizar sentimentos.

Em contrapartida, foram citados os argumentos utilizados pelo movimento feminista como um todo ou por ativistas entrevistadas, tais como a caracterização da proposta como um retrocesso, a abertura para a possibilidade de criminalização de crianças e adolescentes, a necessidade de ampliar a proteção às vítimas em vez de criminalizá-las e a defesa da educação sexual nas escolas, tema constantemente barrado pela oposição. Além disso, as entrevistadas frequentemente incorporaram recortes de raça e classe para apontar a população que seria mais afetada caso a proposta fosse aprovada. Veículos mais alinhados à esquerda progressista, inclusive, atribuíram à comunicação empreendida pelos ativismos feministas a força necessária tanto para o arquivamento do PL quanto para a mobilização massiva nas ruas.

Os argumentos de especialistas estritamente contrários ao aborto e em defesa do PL foram veiculados apenas em portais de alinhamento político conservador, que concentraram sua cobertura em atacar os movimentos sociais, os feminismos e o governo, além de terem

alegado que os defensores do aborto criaram narrativas e desinformações por meio de *slogans* simplistas que distorceram o debate. O fato de a repercussão de posicionamentos alinhados ao movimento conservador ocorrer exclusivamente em veículos desse espectro, evidencia a rejeição do PL pela mídia *mainstream* e exemplo disso é que apenas o portal Gazeta do Povo repercutiu uma postagem do deputado federal e pastor evangélico Marco Feliciano (PL-SP), publicada em seu perfil no X, na qual afirmava que o governo estaria usando o projeto “antiaborto” como cortina de fumaça para encobrir o escândalo da compra de arroz (leilão anulado pelo governo após indícios de irregularidades). Notamos, portanto, uma tentativa de redirecionar o debate público para críticas em relação à imagem e popularidade do atual governo, atuação que será mais evidenciada na análise de postagens do Instagram.

As ações contenciosas de enfrentamento cobertas pela mídia consistiram, em sua maioria, em formas usuais de contestação e performance, como mobilização de manifestantes e seus atos de protesto. A realização de enquetes, a coleta de assinaturas e a divulgação das agendas dos locais de manifestação foram amplamente difundidas por veículos de comunicação alinhados à esquerda política. Em uma das ocasiões, manifestantes estavam caracterizadas com roupas inspiradas nas personagens da série *O Conto da Aia* (capas vermelhas e gorros brancos), em referência à subjugação feminina imposta pelo regime distópico descrito pela autora das obras que deram origem à série de TV. Essa estética e performance foram aprendidas e replicadas, pois foram empregadas anteriormente em manifestações feministas em diversos países, como Estados Unidos e Argentina⁹.

Duas pesquisadoras mencionadas nos veículos contextualizam o uso desse símbolo inclusive no Brasil e uma delas, a socióloga Angela Alonso, destacou que a tática de dimensão teatral adotada pelas manifestantes remonta ao movimento abolicionista. Uma inovação que notamos, mencionada nas matérias, é a circulação de ilustrações e charges que também se apropriaram dessa simbologia com o intuito de serem compartilhadas, especialmente nas plataformas X e Instagram, com imagens como a do Cristo Redentor vestido de aia. *Hashtags* igualmente reapareceram como ferramentas de protesto, conforme aponta uma matéria do portal Catarinas (dedicado a pautas feministas), ao destacar como o ativismo digital feminista tem usado #CriançaNãoÉMãe diante de outras ameaças advindas do Congresso.

⁹ Veja mais detalhes em: <https://revistamarieclaire.globo.com/direitos-reprodutivos/noticia/2024/06/como-o-conto-da-aia-the-handmaids-tale-se-tornou-simbolo-mundial-protestos-em-defesa-ao-aborto.ghtml>

Figura 1 – Protesto noticiado pelo veículo Brasil de Fato



Fonte: Brasil de Fato¹⁰

Outros repertórios acionados incluíram manifestações em frente à Câmara dos Deputados (no dia 19) e à sede do Partido Liberal (PL), em São Paulo, onde as manifestantes foram novamente trajadas como personagens da série O Conto da Aia e, por meio da performance, entregaram uma coroa de flores em frente à Câmara, em referência à morte da infância das meninas que seriam criminalizadas com a eventual aprovação do projeto de lei. No entanto, esses episódios foram noticiados por poucos veículos, como Brasil de Fato e BBC. Embora a ação da coroa de flores tenha provocado uma resposta do autor do PL, ela será retomada na análise das publicações porque não gerou repercussão na imprensa.

Veículos de comunicação alinhados à esquerda chegaram a divulgar previamente a agenda de manifestações previstas para o dia 13 de junho, data posterior à aprovação da urgência do PL, ocasião que concentrou o pico mais expressivo de cobertura midiática. Por sua

¹⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/19/mulheres-engrossam-coro-contra-pl-do-estupro-na-camara-nao-queremos-voltar-a-idade-media/>

vez, os demais jornais, especialmente da imprensa tradicional, noticiaram as manifestações apenas durante ou após sua realização.

Os antifeministas, por sua vez, não dependeram da mobilização de massas ou da realização de atos contenciosos tradicionais. Sua visibilidade se deu, sobretudo, por meio da atenção noticiosa decorrente de fatos políticos gerados, como o pedido de aprovação em regime de urgência do PL, o acordo articulado com aliados na Câmara para que a urgência, de fato, fosse aprovada, e as homenagens prestadas ao movimento pró-vida por parlamentares. Além disso, se manifestaram por meio de críticas à atuação do STF, da participação de representantes em entrevistas, como a deputada Bia Kicis (PL-DF), na CNN, e o deputado Sóstenes Cavalcante, no programa Fantástico, de posicionamentos públicos de figuras conhecidas e do uso do espaço político-institucional para ouvir exclusivamente fontes contrárias ao aborto. Uma das pesquisadoras citada observou que essa última prática remete a uma abordagem já conhecida nessa arena.

Pouco antes do “engavetamento” da proposta, no dia 17, foi organizada uma sessão no Senado Federal, pelo senador Eduardo Girão, para discutir a temática do aborto, motivada pela repercussão gerada pelo projeto. Durante uma das falas proferidas, foram exibidas imagens da execução da assistolia fetal, mas que não foram transmitidas pela TV Senado, fato que gerou incômodo em Girão. Reiterando a estratégia de geração de fatos e imagens com forte apelo simbólico e político, o senador solicitou a realização de uma encenação, interpretada por uma contadora de histórias profissional, que simulava um feto gritando durante o procedimento de aborto. A performance irritou outros parlamentares e foi noticiada por alguns veículos como uma tentativa de submeter mulheres à mais sofrimento. Foi destacado, ainda, a baixa representatividade da bancada feminina, uma vez que as participações foram de especialistas e parlamentares contrários à interrupção da gravidez.

6.5 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Algumas principais observações foram possíveis a partir da coleta e análise da cobertura noticiosa em torno do projeto de lei. O movimento feminista, ainda que possua um direcionamento voltado à institucionalidade (por meio de alianças políticas ou representação eleitoral, por exemplo), recorreu a repertórios de confronto e ações disruptivas como estratégias necessárias para mobilização e visibilidade frente à ameaça representada pelo PL. Por outro lado, o antifeminismo converteu em cobertura noticiosa os enquadramentos articulados nos espaços digitais, sustentando sua visibilidade por meio de interações midiáticas e da

circulação nos meios de comunicação. Como apontado por um dos veículos, esse cenário provocou divisões entre os próprios aliados: enquanto alguns consideraram essa condução como um “tiro no pé”, outros defenderam que a controvérsia fortaleceu a imagem de defensores radicais, interpretado como algo positivo.

Apesar do destaque dado à atuação digital, que será posteriormente aprofundada na análise das postagens, a cobertura da mídia tradicional constituiu um importante elemento para a legitimação das posições em disputa, além de contribuir para a ampliação do alcance dos discursos, tanto favoráveis quanto contrários ao projeto, em razão do forte apelo mobilizado. A movimentação na arena midiática foi fundamental, como observamos na realização das coletivas de imprensa, na participação de representantes em entrevistas e na circulação de conteúdos que geraram grande repercussão nas plataformas digitais. Diante da disposição da arena para críticas ao PL e aos seus representantes, as coberturas aconteceram em jornais locais e regionais, que evidenciaram seus movimentos sociais locais e o alinhamento desses atos às mobilizações e aos enquadramentos que também circularam nos veículos de abrangência nacional, interessados no fato político que estava gerando uma disputa contenciosa.

Os objetivos efetivamente pretendidos pelos atores não podem ser precisamente determinados, uma vez que nossas observações se limitam às repercussões observadas na disputa pública. No entanto, as ações antifeministas podem ser interpretadas como oportunidades criadas voltadas para conquistar visibilidade na imprensa, mesmo que negativa, diante de uma disputa dinâmica na qual prevaleceu os enquadramentos feministas. Sem sucesso em estabelecer diálogo em torno de uma questão moralmente disputada, o espaço concedido às entrevistas e às fontes ligadas ao movimento feminista foi maior, inclusive para análises mais abrangentes sobre o contexto da proposta, bem como sobre a mobilização do movimento em âmbitos nacional e local.

Embora a atuação antifeminista se resumiu em estratégias usadas para a disputa do jogo político, certamente se beneficiou da repercussão midiática para criar novas oportunidades que atendessem aos incentivos dessa arena. Com a disputa de sentidos e a utilização de controvérsias e desinformação, esses atores foram também acionados pela imprensa tradicional, uma vez que posições conflituosas entre opositores tendem a atrair maior atenção jornalística, com o confronto sendo valorizado nas lógicas da cobertura midiática tradicional (Rohlinger, 2015). Ainda que seus enquadramentos tenham sido marginalizados se comparado aos adversários políticos, inferimos que, ainda assim, buscaram explorar estrategicamente a cobertura negativa.

Apesar de as menções aos parlamentares e aliados antifeministas terem ocorrido, em grande parte, em função de sua condição política, elas também se deram pelo papel desses atores como representantes de conflitos e pautas de caráter moral, de acordo com as nomeações utilizadas nas próprias notícias. Atuaram de maneira bastante semelhante e, em alguns casos, articulados na construção de repertórios de ação, especialmente através de notas de posicionamento e de ações judiciais (às quais o movimento feminista respondeu), além das práticas de ativismo nas redes sociais para circular nesses meios. Determinadas postagens, oriundas de ambos os grupos em questão, tornaram-se objeto central de discussão por concentrarem muita atenção nas plataformas, com destaque para o caso de desinformação envolvendo o deputado Sóstenes.

A interação contenciosa promovida pelos atores analisados pode ser compreendida como uma estratégia voltada à obtenção de visibilidade, tanto nas plataformas digitais quanto, potencialmente, na imprensa. Esses atores dialogaram com diferentes organizações e profissionais e exploraram a relação com celebridades ou figuras de referência para converter a atenção concentrada, principalmente nas redes digitais, em inserção direta nesse circuito. Notamos essa dinâmica especialmente no caso dos grupos antifeministas, enquanto a oposição a eles obteve ainda maior repercussão a partir dos atos presenciais organizados, que conseguiram concentrar atenção pública de maneira significativa, o que se mostrou relevante para os veículos. Essa visibilidade não se restringiu a uma cobertura efêmera, porque embora algumas matérias tenham sido publicadas nos dias dos atos, outras se estenderam, indicando permanência na agenda midiática.

A visibilidade alcançada foi ampla e de alcance nacional para ambos os movimentos. No entanto, o movimento feminista também apareceu significativamente em veículos regionais, especialmente aqueles alinhados à esquerda, e, de modo geral, foi retratado de forma mais positiva se comparados aos defensores do PL, cuja presença na mídia, por vezes, serviu mais aos veículos interessados no fato político em si. A Tabela 1 quais foram os principais tipos de veículos recuperados, demonstrando a ampla cobertura nacional e da imprensa tradicional, bem como da categoria “Outros”, representando os posicionamentos de ONG’s e organizações desse tipo, bem como partidos políticos, por exemplo.

Tabela 1 – Quantidade e tipo de veículo das matérias jornalísticas que compõem o *corpus* da análise

Tipo de veículo	Quantidade de matérias jornalísticas
Imprensa	69 (57,02%)
Veículo de nicho	28 (23,14%)
Portais de notícias	9 (7,44%)
Outros	15 (12,40%)
Total	121 (100%)

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Ambos os grupos transitaram nas duas arenas, digital e imprensa tradicional, o que refletiu seu hibridismo. Assim, estiveram ora condicionados pelas lógicas de circulação dos veículos tradicionais (cujos incentivos favoreceram atores contrários ao PL), ora conseguiram tensioná-las, sobretudo por meio do ativismo digital e, no caso do movimento feminista, pela pressão exercida por meio das mobilizações presenciais. Queremos salientar que consideramos relevante observar a inserção de mídias advindas de plataformas de redes sociais digitais para ilustrar uma situação ou que se tornaram o foco da notícia, pois nos indicam formas midiáticas de circulação, como no exemplo abaixo na matéria do veículo Poder360.

No material recuperado, 37 matérias jornalísticas (30,58%) reproduziram algum tipo de mídia do ambiente digital para esses propósitos. No caso da imagem acima, após a indignação mobilizada pelo movimento feminista e pela mídia de que a pena para as mulheres que realizassem o aborto seria maior que a dos estupradores, de acordo com a proposta do PL, seu autor anunciou, por meio de uma publicação nas redes sociais, que como solução iria incluir no projeto aumento da pena do crime de estupro. Foi por meio desse comentário e da sua captura de tela que a imprensa passou a noticiar a decisão.

Figura 2 – Ação noticiada pelo veículo Poder360

The image shows a screenshot of a news article from the website Poder360. The article is titled "Autor de PL 'antiaborto' diz que irá propor aumentar pena de estupro" (Author of anti-abortion bill says he will propose to increase the penalty for rape). The sub-headline reads: "Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) sugere que criminosos cumpram até 30 anos pelo crime após críticas ao texto que equipara aborto a homicídio" (Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) suggests that criminals serve up to 30 years for the crime after criticisms of the text that equates abortion to homicide). Below the headline is a photograph of Sóstenes Cavalcante, a man in a blue suit and glasses, speaking. To the right of the article are social media sharing icons for Facebook, WhatsApp, Telegram, and a menu icon. Below the article is a text block that reads: "Depois da repercussão negativa, o deputado foi às redes sociais dizer que irá propor no texto um aumento em 20 anos para o crime de estupro. Nas redes sociais, Sóstenes disse que 'vai continuar lutando a favor da vida e da família'." (After the negative repercussion, the congressman went to social media to say he would propose in the text an increase of 20 years for the crime of rape. On social media, Sóstenes said that "he will continue fighting for life and family"). Below this text is a screenshot of a social media post from the profile of "sostenescavalcante". The post text says: "Como autor do projeto PL1904/2024 também vou propor ao projeto o aumento da pena do crime de estupro para 30 anos. Vou continuar fazendo o meu trabalho e lutando a favor, da vida e da família." (As the author of project PL1904/2024 I will also propose to the project the increase of the penalty for the crime of rape to 30 years. I will continue doing my job and fighting for life and family). The post also shows a profile picture, a verified account status, and a timestamp of "11 min" with a "Ver tradução" (View translation) link.

Fonte: Poder360¹¹

No Capítulo 7, seguiremos para a análise das postagens coletadas no Instagram a partir do mapeamento desenvolvido nessa etapa.

¹¹ <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/autor-de-pl-antiaborto-diz-que-ira-propor-aumentar-pena-de-estupro/>

7 ANÁLISE DOS FEMINISMOS E ANTIFEMINISMOS NO INSTAGRAM

Damos início a análise da amostra coletada nos perfis do Instagram selecionados com a apresentação de alguns dados gerais sobre as postagens que compõem o nosso *corpus*. Ainda que nossa intenção seja analisar a disputa de enquadramentos entre os atores, consideramos relevante observar os recursos oferecidos pela plataforma da empresa Meta por compreender que a atuação desses atores é conformada pelos incentivos oferecidos de acordo com essa mídia. Portanto, analisamos como os recursos foram experimentados, demonstrando o processo de midiaticização através da disputa de *frames* empregados. Isso não quer dizer que as ações dos movimentos analisados sejam completamente ou predominantemente orientadas pelas lógicas da plataforma, mas que, através das nossas inferências, podem ser observadas como a visibilidade é materializada para os usuários, bem como as formas de mobilização empregadas por meio dos repertórios acionados.

Não podemos ter um dimensionamento preciso das regras que definem quais publicações terão mais relevância de modo a obter maior visibilidade ou engajamento, visto que a estrutura algorítmica em questão não torna público seus mecanismos de circulação. Nesse sentido, os atores analisados também necessitam testar e se adaptar, através dos recursos e incentivos que orientam sua atuação, com vistas a garantir circulação, características que ficam mais evidentes com alguns dados das postagens.

A diversidade dos ambientes midiáticos em que esses movimentos se inserem exige uma coleta de dados variados, uma vez que determinados grupos privilegiam o Facebook como espaço para debates e posicionamentos políticos, enquanto outros buscam ampliar a visibilidade de suas pautas por meio do Instagram, ambas plataformas relevantes para a esfera de visibilidade pública. Contudo, a partir da pré-análise, observamos que os atores e organizações que compõem o movimento feminista utilizam, preferencialmente, o Instagram para disseminação de seu conteúdo, enquanto que os discursos antifeministas se concentram em diversas redes, como Facebook, Instagram e X. Notamos também que, em casos em que tinham perfis em diversas plataformas, os conteúdos eram semelhantes ou iguais.

Por isso, diante da necessidade de comparar a atuação de movimentos e contramovimentos em torno da temática em questão, optamos por utilizar apenas a plataforma Instagram. Além disso, encontramos dificuldades na coleta de postagens na plataforma X, tanto de maneira manual, como automatizada, na medida em que a plataforma não permitia recuperar a totalidade dos dados que buscávamos. Consideramos também que, diante da alta quantidade

de postagens coletadas, em vista da pluralidade de atores selecionados, o número de material recuperado do Instagram foi suficiente para essa análise de cunho qualitativa.

Fizemos a extração das postagens do Instagram realizadas no mês de junho de 2024 por meio do site Fanpage Karma¹², que oferece ferramentas de monitoramento de plataformas de redes sociais e possibilita exportar dados de postagens de um período selecionado em planilhas de Excel, viabilizando o manejo dos dados. As planilhas apresentam a data da postagem, o conteúdo disponível no campo de texto, o número de interações por meio de reações, comentários e compartilhamentos, bem como o link para acessar a publicação.

A partir das planilhas importadas diretamente do FanpageKarma, fizemos a seleção de todas as publicações de cada ator que retratavam o objetivo da pesquisa. Portanto, selecionamos aquelas que faziam referência, de maneira exclusiva ou não, ao PL 1904. Foram consideradas as publicações disponíveis no *feed* do perfil de cada um, nos formatos de imagem ou vídeo/*reels*¹³. Observamos que transmissões de vídeo ao vivo (*lives*) foram feitas e publicadas posteriormente, no entanto, devido ao tempo de duração desse formato, não consideramos seu conteúdo, apenas o conteúdo de vídeos curtos e/ou aqueles que faziam referência a essas *lives* relacionadas ao PL. Foram analisados ao total 1.173 postagens (642 do movimento feminista e 531 representando os conteúdos antifeministas).

Em uma nova planilha do Excel, identificamos os detalhes que nos interessavam nas postagens com vistas a apreender os enquadramentos e repertórios ali presentes. Portanto, criamos as seguintes categorias de análise: Perfil e link da publicação / Data da Postagem / Qual o problema e o culpado identificados / Qual a consequência desse problema / Qual a ação necessária / Outras notas (anotações sobre formatos, *hashtags*, publicações colaborativas, etc.). A partir da esquematização desses dados, optamos por apresentar os resultados e discussões a partir da separação por datas que correspondem as diferentes fases do conflito, uma vez que identificamos alterações nos *frames* e formas de ação em decorrência da interação contenciosa. Desse modo, primeiramente analisamos a fase inicial do desenrolar da tramitação do projeto, até o dia 12 de junho, seguida pelo momento da reação feminista, a partir do dia 13 e, por fim, do dia 18 ao dia 30 de junho, o desfecho do evento.

Consideramos duas principais limitações ao realizar a análise dos dados. Primeiro, por justamente focar apenas nas práticas de um evento selecionado, não consideramos as tentativas

¹² A plataforma foi utilizada em sua versão paga, adquirida para os fins desta pesquisa com os recursos da bolsa de pesquisa.

¹³ Vídeos curtos, dinâmicos e verticais que podem ter a duração de até 3 minutos. Possui ferramentas nativas relativamente simples de edição, como a inserção de música, texto, efeitos.

e os padrões praticados em outras situações conflitivas que poderiam evidenciar outras nuances das disputas entre movimento e contramovimento. Também não é possível perceber quais os padrões de comunicação praticados pelos movimentos de forma recorrente em outros episódios, ligados às suas lógicas próprias, independentemente de seu resultado em termos de visibilidade. No entanto, em decorrência da seleção numerosa e da diversidade dos atores, certa recorrência de enquadramentos e marcas de repertórios presentes puderam ser observadas, o que nos permitiu compreender suas formas de operar nos meios digitais, por meio de uma pauta que representa o contexto moral e ideológico defendidos por eles também em outras agendas.

Como dito anteriormente, a seleção dos atores teve como base as citações a eles nas matérias jornalísticas recuperadas. No entanto, ao iniciar a coleta, identificamos que alguns dos perfis citados não publicaram sobre o PL e temas correlatos no período, portanto, não foram considerados para a análise. Além disso, ao dar início a análise e ao desenvolvimento dos enquadramentos, notamos que diversas publicações foram feitas de maneira colaborativa por mais de um perfil através do recurso oferecido pela plataforma ou, então, o vídeo ou imagem tinham sido postados inicialmente em um perfil de mesmo posicionamento e recompartilhado, com os devidos créditos da origem do material no texto que acompanha o *post*. Por isso, usamos essas informações para identificar mais perfis que fizeram parte do apoio ou resistência ao PL e que são ligados a algum tipo de movimento ou ativismo. Nos Apêndices B e C, identificamos quais foram esses perfis e aqueles citados inicialmente nos meios noticiosos e quais foram identificados nas publicações colaborativas.

Nos quadros a seguir, esquematizamos por categorias os atores selecionados e apresentamos a quantidade de atores analisados por categoria, bem como a quantidade de publicações coletadas e analisadas. As categorias foram criadas a partir da descrição própria em seus perfis ou da maneira como estavam classificados em seus sites. A composição das categorias sofreu pequenas variações em relação ao movimento e ao contramovimento para representar os dados da amostra. Nesse sentido, enquanto o movimento feminista é composto por O.M.S, campanhas ativistas, coletivos e frentes organizadoras, nessa mesma categoria apenas identificamos uma O.M.S. do lado antifeminista.

Nos Apêndices B e C, estão descritas as definições de cada categoria organizativa, bem como a identificação de cada um dos atores, a quantidade de seguidores e postagens selecionadas de cada perfil e uma breve descrição de sua atuação. A escolha desses atores e seu perfil no Instagram permite uma visão ampla da dinâmica do feminismo contemporâneo no Brasil e sua interação com o público e com o debate político na esfera digital, dados que condizem com a revisão de literatura mobilizada no estudo.

Quadro 2 – Quantidade de atores feministas selecionados por categorias

Movimento Feminista		
Categoria organizativa	Quantidade de atores por categoria	Quantidade de posts por categoria
Organizações de movimentos sociais, campanhas, coletivos e frentes organizadoras	25	294
ONGs e outras organizações da sociedade civil	25	143
Parlamentares	11	167
Mandato coletivo	1	22
Sindicatos	3	15
Liderança religiosa	1	1
Total	66	642

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quadro 3 – Quantidade de atores antifeministas selecionados por categorias

Movimento Antifeminista		
Categoria organizativa	Quantidade de atores por categoria	Quantidade de posts por categoria
Parlamentares	26	338
Parlamentares e lideranças religiosas	4	150
Lideranças e organizações religiosas	5	17
Organização de movimento social	1	11
Pessoas influentes ou profissionais especialistas	3	7
ONGs e outras organizações da sociedade civil	1	7
Frente parlamentar	1	1
Total	41	531

Fonte: Elaborado pela própria autora.

7.1 ENQUADRAMENTOS E MARCAS DE REPERTÓRIO

7.1.1 Publicações antifeministas dos dias 04 a 12 de junho

Inicialmente, observamos que, entre os atores selecionados, alguns passaram a publicar sobre o PL apenas nos dias 11 ou 12 de junho, isto é, próximos à votação da urgência do projeto, enquanto apenas 12 haviam se manifestado antes desse período. Ainda assim, apesar da heterogeneidade dos atores, o objetivo geral dos conteúdos convergiu, naquele momento, para angariar apoio político para a aprovação da urgência.

Nesse sentido, inferimos que os atores empregaram um repertório orientado à política institucional para o enquadramento do problema, mas recorreram à comunicação com a sociedade como forma de pressionar politicamente, especialmente os deputados, visando garantir a aprovação da urgência do PL. Embora a decisão se desse no âmbito parlamentar, buscaram mobilizar a sociedade por meio dos recursos do Instagram, capazes de assegurar não apenas visibilidade, mas também pressão política suficiente para interferir nessa esfera. Essa dinâmica evidencia a interação entre diferentes esferas, envolvendo influências não apenas entre canais midiáticos, mas também entre circuitos digitais e a política institucional.

Para tanto, os enquadramentos diagnósticos e prognósticos mobilizados por parlamentares, organizações de movimento ou institutos e lideranças religiosas concentraram-se em classificar como “aborto tardio” a prática realizada após a 22ª semana de gestação, apresentada como responsável pelo “homicídio de bebês inocentes”. A prática da assistolia fetal foi enquadrada como promotora de uma suposta “cultura da morte”, sendo a aprovação do projeto apresentada como a solução “humanitária”. Por meio de uma tática de “choque”, identificada por Rocha (2020) em outras atuações do movimento antifeminista, esses atores utilizaram réplicas de fetos em sua comunicação e até mesmo em intervenções políticas, como discursos no plenário, com o objetivo de sensibilizar e acionar sentimentos de injustiça associados ao quadro “morte”. Tratam-se de escolhas que reforçam, no enquadramento, o uso simbólico atrelado às emoções na dinâmica do contramovimento para consolidação de apoio com base em matrizes emocionais (Jasper, 2018).

Figura 3 – Postagem da vereadora Priscila Costa

Fonte: Perfil da vereadora Priscila Costa no Instagram¹⁴

Atreladas ao enquadramento primário que prevaleceu até meados do dia 12, algumas variações diagnósticas e prognósticas surgiram de forma secundária e anteciparam a definição das principais figuras eleitas como adversárias após a intensificação da reação do movimento feminista. Observamos, por exemplo, críticas à atuação do STF, entendida como uma interferência excessiva na esfera legislativa, bem como o antagonismo entre a interrupção da gravidez e os valores cristãos, interpretado como resultado de uma suposta “inversão dos valores contemporâneos” que, segundo esses atores, moldaria a realidade atual. Além do STF, especialmente na figura do ministro Alexandre de Moraes, alguns parlamentares mencionaram “militantes esquerdopatas” e a “lacrolândia”. A mídia e as feministas, por sua vez, foram citadas apenas em uma publicação de Messias Donato (Republicanos – ES) nesse primeiro momento.

Visto que o movimento feminista não era a principal figura adversária, mas parte de um ecossistema mais amplo identificado como cultura “esquerdopata”, inferimos que as molduras se apoiaram em um horizonte cultural compartilhado entre os atores e os interlocutores para gerar ressonância. Conteúdos publicados pelas deputadas Zanatta (PL – SC) e Tonietto (PL – RJ) e pelo deputado Nikolas (PL – MG) ilustram o caso. Esses parlamentares apontaram o Ministério das Mulheres e sua então ministra como antagonistas das “mulheres de verdade”,

¹⁴ <https://www.instagram.com/reels/C8FII5xOFHu/>

por sua suposta atuação ideológica. As acusações tratavam de temáticas trans e de gênero, mas foram relacionadas também a críticas ao governo e ao tema do aborto e do PL. Os quadros foram ampliados para criar novas interpretações, mesmo sem conexão prévia entre os eventos, utilizando símbolos familiares e aproveitando o adensamento da onda conservadora, na qual o aborto representa a suposta inversão de valores, ou seja, de uma compreensão progressista do mundo (Rocha, 2020).

Além disso, trechos de debates como esses no plenário ou em comissões especiais eram compartilhados nos perfis dos deputados para demonstrar sua atuação e circular esse conteúdo polarizante. Embora não explorassem a complexidade da causa, tais publicações parecem contribuir para a construção de uma narrativa estratégica nas redes, focada em dinâmicas híbridas de atuação e em contestações diretas.

Figura 4 – Postagem do deputado Messias Donato com incentivo ao engajamento digital



Fonte: Perfil do deputado Messias Donato no Instagram¹⁵

¹⁵ <https://www.instagram.com/reels/C7zydGcvxg1/>

Figura 5 – Postagem do padre Paulo Ricardo com incentivo ao engajamento digital



Fonte: Perfil do padre Paulo Ricardo no Instagram¹⁶

A ampliação do *frame* primário para abarcar o tema com maior movimentação naquele momento se concretizou em repertórios que iam além da atuação institucional, todos estruturados pelos recursos algorítmicos e pelas lógicas do Instagram. Até a aprovação do projeto, o foco permaneceu em incentivar os usuários a pressionarem seus deputados, sugerindo a publicação de vídeos ou o uso da *hashtag* #PL1904SIM. Cinco perfis utilizaram essa ou outras *hashtags* relacionadas ao movimento pró-vida ou, ainda, *hashtags* amplas voltadas à visibilidade, como #brasil e #fyp, no caso da Senadora Damares Alves (Republicanos – DF).

A abreviação de For Your Page, “FYP” (Página Para Você) remete a página principal da plataforma TikTok, na qual vídeos são recomendados pelo algoritmo para cada usuário. Nesse caso, o intuito de seu uso como *hashtag* pode representar a circulação do conteúdo também nessa outra plataforma, bem como a tentativa de aparecer nas publicações recomendadas pelo algoritmo, uma vez que foi usado em conjunto com #brasil, por exemplo, de ambas as plataformas aos usuários, que possuem pouco controle percebido sobre qual conteúdo será ativamente recomendado.

A busca por maior engajamento e alcance nas publicações, vinculadas às *affordances* do Instagram, também se evidenciou em um *post* no qual um deputado relatou ter aceitado o

¹⁶ <https://www.instagram.com/p/C8DRkGbBTXU/>

“desafio” de outro parlamentar de publicar seu apoio ao PL, desafiando três colegas a fazerem o mesmo, em uma espécie de corrente de apoio, se adaptando, assim, à lógica institucional da plataforma para gerar circulação e pressão política. Inferimos que, como alternativa a codificação imposta exclusivamente por outros meios, incentivaram os usuários a seguirem seus perfis para acompanharem atualizações sobre o PL, a fim de garantir sua interpretação dos acontecimentos como fonte de notícia. Nesse sentido, conteúdos informativos sobre o andamento do projeto foram frequentemente publicados em vídeos ou *lives* diretamente do plenário, fornecendo a informação mais atualizada possível.

Ao mesmo tempo em que esses atores precisavam se estabelecer como referência de informação e criar novos espaços de comunicação para além do enquadramento da mídia tradicional (Mattoni, 2016), aproveitando a descentralização da produção de conteúdo nas redes e o alcance de seus perfis, não descartaram a importância de transitar na imprensa para ampliar a repercussão digital, e vice-versa. Raphael Câmara incentivou o compartilhamento de uma matéria publicada por ele no jornal Folha de S. Paulo, e Chris Tonietto foi a única parlamentar, antes do dia 12, a participar de um debate na CNN com a organização feminista CFEMEA, publicando um trecho de sua fala.

O único repertório identificado que propôs mobilização presencial foi o convite para a Marcha pela Vida, feito por alguns parlamentares mais atuantes no movimento pró-vida e pelo movimento Brasil Sem Aborto. Essa O.M.S. (a única antifeminista identificada nesse evento) apenas se vinculou à atuação política dos deputados e senadores, uma vez que os repertórios acionados foram a entrega de um convite aos parlamentares para um jantar promocional e a sessão solene organizada na Câmara em homenagem ao movimento pró-vida. Mais uma vez, identificamos que os repertórios institucionais se mostraram a principal forma de ação.

Com a aprovação da urgência do PL, no dia 12, inferimos que os enquadramentos de diagnóstico e prognóstico foram mantidos, sobretudo o incentivo ao acompanhamento do trâmite do projeto e à pressão contínua sobre os parlamentares para a nova votação. Observamos que, em um vídeo publicado por Bia Kicis logo após a aprovação, em colaboração com outros perfis, a senadora aparece ao lado de outras parlamentares para reforçar a narrativa da importância da aprovação do projeto para as famílias e para as mulheres brasileiras. Essa narrativa, replicada em outros conteúdos, circulou tanto em vídeos quanto em imagens editadas com elementos gráficos. Nesse caso, evidenciamos o potencial de ressonância de um *frame* e sua variação conforme o porta-voz e seus interlocutores, buscando correspondência com símbolos sociais e culturais estabelecidos. Mais uma vez, o enquadramento é mediado pelas

TICs e depende dos formatos e da presença midiática para garantir ressonância, especialmente junto ao público feminino.

De modo geral, compreendemos as dinâmicas de midiaticização até esse momento a partir dos repertórios de ação que buscaram estabelecer comunicação com a sociedade, se adequando aos incentivos da plataforma, como o uso de *hashtags* e a publicação de vídeos de apoio ao PL. A visibilidade gerada por essas ações impacta a atividade política, evidenciando a interação entre diferentes esferas e, neste caso, a atuação política institucional permeada pela atividade midiática digital. A atividade parlamentar também buscou maior visibilidade por meio da agilidade na atualização dos interlocutores sobre o PL, com a publicação de vídeos diretamente do plenário, posicionando-se, inclusive, como fonte de informação. No entanto, os enquadramentos centrais e sua ampliação foram garantidos não apenas pelas *affordances* das plataformas, mas também pela busca da cobertura na imprensa tradicional.

No desenrolar da disputa, a partir da aprovação da urgência, as narrativas passaram a ser estruturadas em torno da refutação dos oponentes, como analisaremos a seguir.

Quadro 4 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.1

Atores feministas e antifeministas citados ao longo da seção
Messias Donato
Júlia Zanatta
Chris Tonietto
Nikolas Ferreira
Dameres Alves
Raphael Câmara
Movimento Brasil Sem Aborto
Bia Kicis

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quadro 5 – Resumo dos enquadramentos e repertórios antifeministas dos dias 04 a 12 de junho

Enquadramentos	Repertórios	Viabilidades do Instagram associadas aos quadros e repertórios
Morte	Circulação e confronto na arena digital	<i>Hashtags</i>
Inversão de valores (por vezes associada à princípios cristãos)	Mobilização presencial na Marcha Pela Vida	<i>Lives</i>
Ligação com outras pautas - questões de gênero	Circulação na imprensa tradicional	Incentivos de engajamento (post, use a hashtag, compartilhe, etc.)
	Aprofundamento e estudo da fé cristã	Perfil como fonte de notícias
	Performance – entrega da coroa de flores	

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Nota: Os repertórios “Performance – entrega da coroa de flores” e “Aprofundamento e estudo da fé cristã” serão descritos a seguir.

7.1.2 Publicações feministas dos dias 04 a 12 de junho

Devido à pluralidade dos atores selecionados, inicialmente separamos a análise das publicações do primeiro período por categorias organizativas. No entanto, observamos que os repertórios acionados e os enquadramentos mobilizados eram semelhantes, quando não idênticos. É possível compreender, portanto, a heterogeneidade do movimento feminista articulada a uma organização em rede que, mesmo composta por atores diversos, alinhou molduras interpretativas e compartilhou repertórios associados a elas. A hibridez da composição e da atuação do movimento evidencia a prevalência da lógica conectiva (Bennett; Segerberg, 2012), que permite a coexistência de atores institucionais e ativistas na execução de campanhas de protesto e na formação de redes de ação contenciosa.

Observamos a mesma lógica conectiva no antifeminismo através da personalização e descentralização organizativa. Contudo, a convergência entre o movimento feminista pode ser observada principalmente por meio de uma viabilidade do Instagram que permite a realização de várias publicações de maneira colaborativa. A ferramenta *collabs* (ou posts colaborativos) possibilita que uma mesma publicação seja compartilhada por diversos perfis, aparecendo simultaneamente no *feed* de todos eles. Esse recurso evidenciou a escolha de repertórios e enquadramentos comuns, alinhados entre si.

Parte dos perfis analisados realizou publicações entre os dias 4 e 5 de junho, enquanto outros passaram a abordar a pauta a partir do dia 10. As variações entre esses períodos concentraram-se, principalmente, no alerta aos usuários sobre a discussão do tema e, depois, na intensificação do apelo por pressão sobre os parlamentares com a aproximação da votação da urgência do projeto. Em ambos os casos, o repertório mais acionado foi a pressão política por meio do site criancanaoemae.org, que possibilitava o envio de e-mails aos parlamentares, bem como o uso recorrente de *hashtags* nas publicações, como #PL1904Não e #CriançaNãoÉMãe e, nos dias seguintes, #PLdaGravidezInfantil.

Entre os dias 3 e 5, o projeto ainda era referido exclusivamente como PL 1904, e o objetivo central era alertar os interlocutores sobre a possível votação da urgência, incentivando o acompanhamento do trâmite e o início da mobilização digital por meio do site mencionado e da divulgação de uma petição pública. Foram repertórios inclusive mencionados na cobertura noticiosa. A partir do dia 10, já nomeado como PL da Gravidez Infantil, as estratégias de pressão permaneceram vinculadas ao site e às *hashtags*, e sobretudo O.M.S., coletivos e campanhas ativistas, incentivaram a marcação de amigos nos comentários para ampliar a circulação de informações sobre o PL, bem como a realização de conversas interpessoais sobre o tema.

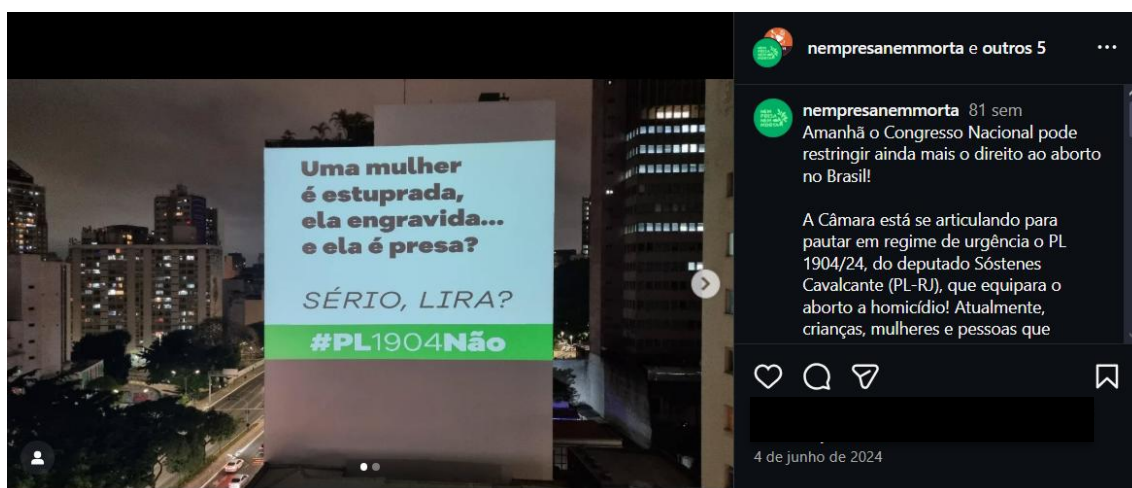
Observamos variações conforme o tipo de organização, sendo que algumas adotaram uma comunicação mais institucional, por meio da divulgação de notas e posicionamentos públicos, incluindo a exigência do cumprimento de diretrizes consideradas seguras pela ONU. Notas de repúdio e repertórios dessa natureza tendem a não gerar ampla visibilidade na arena digital, por não atenderem, necessariamente, aos incentivos e lógicas de funcionamento do Instagram. No entanto, posicionamentos provenientes de organizações especializadas (como aquelas vinculadas à área médica ou ao campo do direito, por exemplo) concentram atenção pública ao mobilizar o respaldo de especialistas, conferindo maior relevância e favorecendo sua inserção no circuito midiático tradicional (Volpato, 2022), assim como aconteceu ao analisar as reportagens jornalísticas veiculadas.

Além das ações predominantemente digitais e o incentivo à comunicação interpessoal, também criaram oportunidades de diálogo com a população para além das plataformas de mídia, através de projeções de textos em prédios de grandes capitais que alertavam sobre o PL 1904, ainda que a ação tenha sido compartilhada posteriormente no Instagram. O perfil @projetemos é frequentemente acionado como um repertório já consolidado em outras campanhas e mobilizações ativistas progressistas, organizado inteiramente de forma digital por meio de seu site e perfil no Instagram. Outro repertório recorrente mobilizado pelo movimento feminista foi o “twittaço”, coordenado entre diversos perfis com o objetivo de inserir suas pautas nos

*trending topics*¹⁷. Buscou-se, assim, visibilidade e trânsito nessa arena central de disputa política, por meio da viralização de *hashtags* capazes de direcionar a atenção pública.

De modo geral, as ações pareciam buscar fortalecer e ampliar a mobilização digital como forma de pressão política, de maneira semelhante ao observado no campo antifeminista. Inferimos que vídeos produzidos em colaboração com figuras públicas, como a atriz Luana Piovani, tiveram como objetivo ampliar a visibilidade das pautas e angariar apoio por meio da influência dessas personalidades. Foi também nesses ambientes digitais que alguns movimentos sociais incentivaram a participação presencial em reuniões de organização. Assim, atos virtuais e postagens desse tipo evidenciam como as interações midiáticas são percebidas pelos atores como estratégias acionadas de forma articulada a outras modalidades de ação social já conhecidas e disponíveis (Volpato, 2022).

Figura 6 – Projeção de texto em prédio em alerta ao PL 1904



Fonte: Perfil da campanha Nem Presa Nem Morta no Instagram¹⁸.

Apenas uma ação presencial de caráter performático foi identificada nesse período e, nesse caso, o Instagram foi utilizado como espaço de divulgação e posterior circulação difusa do evento. Tratou-se de uma dinâmica relacional de ação e resposta entre os dois campos em disputa. No dia 11, a organização feminista CFEMEA, em conjunto com outras organizações e lideranças, entregou uma coroa de flores (elemento típico de velórios) em frente à residência oficial da Presidência da Câmara dos Deputados. A ação fez referência ao luto por meninas que têm suas infâncias e vidas interrompidas pelo estupro e pela obrigatoriedade de levar adiante a

¹⁷ Assuntos, palavras-chave ou *hashtags* mais comentados e populares em tempo real na rede digital X, impulsionados pelo alto engajamento.

¹⁸ <https://www.instagram.com/p/C7z-eJ1v3Qu/>

gestação como consequência. Em resposta, no mesmo dia, o deputado Sóstenes publicou a entrega de outra coroa de flores, simbolizando, segundo sua publicação, o luto dos deputados pelas “crianças assassinadas ainda no ventre”.

Compreendemos que, em função da dinâmica do confronto político, marcada no dia 11 pelo avanço do PL e às vésperas da votação, a atuação exigiu o acionamento de táticas extrainstitucionais (marchas, atos, performances, etc.) capazes de produzir uma resposta imediata e influenciar a opinião pública em torno da discussão do projeto. A performance ilustrou o trabalho de *framing* a partir de significados contenciosos e do uso tático das emoções, especialmente a ideia de infâncias injustiçadas, comunicando o enquadramento por meio de recursos simbólicos, sendo a coroa de flores a representação desse quadro central. Na interação contenciosa, observamos a apropriação dessa performance ativista por parte do campo antifeminista, possivelmente como estratégia para disputar sentidos e ampliar visibilidade, incorporando tanto lógicas do Instagram quanto práticas ativistas ao exercício parlamentar.

Figura 7 – Registro da entrega de uma coroa de flores feita em frente à Câmara dos Deputados pelo deputado Sóstenes Cavalcante



Fonte: Perfil do deputado Sóstenes Cavalcante no Instagram¹⁹.

¹⁹ <https://www.instagram.com/p/C8FvFp5Rp4e/>

Figura 8 – Registro da entrega de uma coroa de flores feita em frente à Câmara dos Deputados pelo movimento feminista



Fonte: Perfil da organização Cfemea no Instagram²⁰.

Associados às marcas de repertórios viabilizados, tanto de forma presencial quanto virtual, identificamos que os enquadramentos primários se concentraram nas consequências da eventual aprovação do PL, com destaque para a criminalização de mulheres, crianças e profissionais de saúde, para o absurdo representado pela equiparação da prática do aborto ao crime de homicídio simples e para o retrocesso imposto ao aborto legal. Apenas algumas organizações, sobretudo da área da saúde, enquadraram o tema como uma questão de saúde pública, enfatizando a ausência de bases científicas. As O.M.S. e os coletivos também mobilizaram um enquadramento recorrente nos feminismos, centrado na rejeição ao controle dos corpos das mulheres.

Em contrapartida aos enquadramentos antifeministas centrados na “morte de bebês”, algumas organizações feministas destacaram a desigualdade no acesso ao aborto legal, em certos casos evidenciando clivagens de raça e classe, bem como o consequente aumento da prática clandestina. Por fim, parte dos atores atribuiu a situação à falta de representação política, uma vez que, desde o início das postagens, os adversários foram identificados como parlamentares específicos, sobretudo os mais atuantes, como Sóstenes Cavalcante (autor do projeto), Arthur Lira (responsável por permitir a votação), Chris Tonietto (uma das deputadas mais atuantes na pauta pró-vida), além da extrema-direita e de sua bancada fundamentalista e religiosa, conforme apontado pelos atores feministas.

²⁰ <https://www.instagram.com/p/C8HwRREngX0/>

Enquanto o discurso religioso foi recorrente nas postagens de diversos parlamentares a favor do PL e nas publicações do Pe. Paulo Ricardo, que compartilhou dos enquadramentos e repertórios antifeministas, a vinculação religiosa nos quadros feministas apareceu, nesse momento, apenas no perfil das Mulheres Evangélicas pela Igualdade de Gênero (Mulheres EIG). Esse coletivo promoveu uma interpretação cristã alternativa sobre o aborto, afirmando que a fé não é compatível com a tentativa de criminalização da prática. Esse quadro evidencia a inovação nos enquadramentos e repertórios empregada a partir de uma reinterpretação de bíblia alinhada aos direitos, em resposta a uma disputa pela ressignificação política entre fé e conservadorismo (Silva; Tatagiba, 2022).

No caso do Pe. Paulo Ricardo, a vinculação religiosa foi mobilizada como *frame* prognóstico e também motivacional, uma vez que ele incentivou o estudo da doutrina católica como forma de ação, valendo-se, inclusive, do aspecto comercial da plataforma e da visibilidade conquistada pela agenda nesse momento, para a venda de um curso próprio. Inferimos também que essa figura religiosa fez uso de aspectos da cultura de influenciadores políticos digitais e estratégias de marketing, como a monetização de conteúdo e produtos, para comunicar agendas antifeministas ou de claro posicionamento político (von Sikorski et al., 2025), evidenciando a interconexão do uso e estruturas de plataformas como essas para a monetização e amplificação do discurso político.

Já no perfil Mulheres EIG, os repertórios acionados foram os mesmos compartilhados pelos demais atores feministas, como o incentivo ao *twittaço* e à pressão política por meio do site. Outra estratégia utilizada pelo movimento para estimular o engajamento político na plataforma foi a publicação de carrosséis de imagens com frases personalizadas dirigidas a diferentes religiões, como “Sou umbandista, PL 1904 não”. O reconhecimento das subjetividades integrou uma narrativa ampla de apoio, convertendo escolhas e vivências individuais em engajamento político (Paiva, Teixeira, 2024) no ambiente virtual.

Assim como o contramovimento, os feminismos mediaram seus enquadramentos por meio das *affordances* do Instagram, especialmente através da mobilização digital voltada à pressão parlamentar e ao uso de *hashtags*, estratégia que se consolidou como uma das principais formas de articulação política do movimento nas plataformas digitais (Paiva, Teixeira, 2024). O enquadramento central também foi comunicado por meio de uma performance presencial, que gerou uma resposta direta do campo antifeminista. Em ambos os casos, a plataforma foi utilizada como espaço de registro e circulação, permitindo que as ações repercutissem posteriormente nas interações midiáticas e, potencialmente, transitassem pela esfera de visibilidade, direcionando a opinião pública, assim como os demais repertórios acionados.

Quadro 6 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.2

Atores feministas e antifeministas citados ao longo da seção
CFEMEA
Sóstenes Cavalcante
Chris Tonietto
Pe. Paulo Ricardo
Mulheres Evangélicas pela Igualdade de Gênero (Mulheres EIG)

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quadro 7 – Resumo dos enquadramentos e repertórios feministas dos dias 04 a 12 de junho

Enquadramentos	Repertórios	Viabilidades do Instagram associadas aos quadros e repertórios
Retrocesso	Pressão parlamentar e disputas por meio das plataformas de mídia	<i>Hashtags</i>
Criminalização	Performance – entrega da coroa de flores	Publicações colaborativas
Saúde pública	Circulação e disputa na imprensa tradicional	<i>Twittaço</i>
Vieses ideológicos	Encontros presenciais de movimentos sociais	Incentivos de engajamento (post, use a hashtag, compartilhe, etc.)
Controle dos corpos das mulheres	Projeção em prédios de grandes cidades	Sites para a promoção de petições e envio de email
Desigualdade de acesso ao aborto legal e aumento do aborto clandestino (em algumas publicações com recortes de raça e classe)	Perfil como fonte de notícias	Simulação de padrões jornalísticos
Interpretações alternativas da fé	Associação a pessoas famosas	Uso da influência de indivíduos conhecidos, aspecto promovido pelas plataformas digitais
	Notas de repúdio	

Fonte: Elaborado pela própria autora.

7.1.3 Publicações feministas dos dias 13 a meados de 17 de junho

Enquadramentos

Optamos por seguir com a análise das ações do movimento feminista, uma vez que, apesar da mobilização digital e dos “alertas” difundidos em rede e dirigidos à sociedade, a

urgência do PL foi aprovada em função de alianças parlamentares e interesses políticos. Diante desse avanço, o movimento respondeu à vitória da oposição intensificando a disputa pela opinião pública por meio de seus enquadramentos. A partir desse momento, a disputa de *frames*, assim como os repertórios mobilizados pelo campo antifeminista, passou a ser pautados pelas ações feministas, invertendo a dinâmica interacional observada anteriormente.

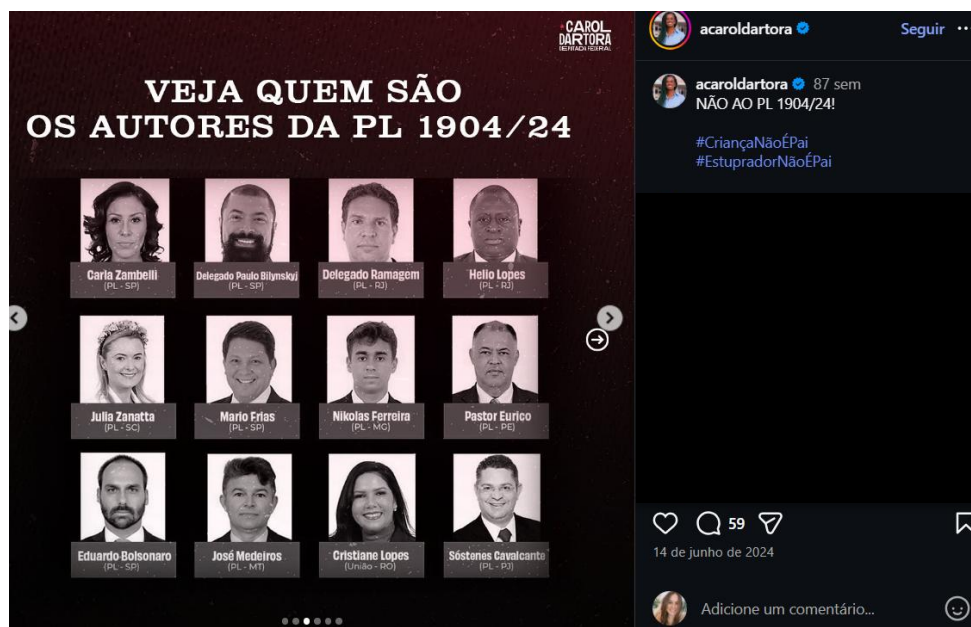
Nesse período, alguns perfis passaram a publicar e acionar repertórios apenas após a intensificação da mobilização, revelando o acionamento de uma rede de apoio feminista ampliada, tanto no ambiente digital quanto no presencial. Embora houvesse variações pontuais nos repertórios conforme os atores, o eixo central dos enquadramentos convergiu para a revitimização de meninas e adolescentes, principais vítimas do crime de estupro que recorrem aos serviços de aborto legal. Diante da possibilidade de que mulheres e meninas fossem obrigadas a levar adiante gestações decorrentes de violência sexual, seja por dificuldades de acesso ao procedimento legal, seja pela descoberta tardia da gravidez, especialmente no caso de crianças, a indignação diante dessas injustiças constituiu o principal motor das manifestações que passaram a ser convocadas.

O alinhamento das molduras interpretativas entre os atores feministas acerca das consequências do PL permaneceu em consonância tanto com as interpretações da mídia tradicional quanto com aquelas amplamente compartilhadas na sociedade, como evidenciamos na análise da repercussão nos meios noticiosos. Esse apoio manifestou-se na presença de indivíduos nos atos e na ampla circulação de imagens, vídeos e notícias na imprensa sobre as mobilizações. De modo semelhante, observamos no ambiente digital um apoio contínuo às interpretações formuladas pelos feminismos, evidenciado inclusive pelo próprio discurso antifeminista, que criticou a predominância das narrativas da oposição nas plataformas e sua capacidade de dominar o debate.

Não obstante, a mobilização e o alinhamento de mulheres e feministas em oposição ao PL 1904 possibilitaram sua renomeação como “PL da Gravidez Infantil”, denominação que também se disseminou por meio da *hashtag* #PLdaGravidezInfantil, além de variações como “PL do Estupro” e “PL do Estuprador”. Esses termos comunicaram a principal moldura interpretativa desse momento, ancorada em afetos de forte ressonância com os interlocutores, a injustiça vivida por crianças vítimas de violência sexual, gerando indignação. A identificação dos adversários também integrou o trabalho de *framing*, ao eleger parlamentares que apoiaram o PL como inimigos das mulheres, sobretudo em razão da forma como a votação ocorreu, interpretada como uma negociação política com seus direitos. Foi recorrente a publicação de

imagens de deputados e senadores favoráveis ao PL, utilizando dessa arena para associar diretamente figuras políticas individuais ao problema em questão.

Figura 9 – Exemplo de publicação identificando os apoiadores do PL 1904



Fonte: Perfil da deputada Carol Dartora no Instagram²¹.

Por fim, ressaltamos que houve um tímido enquadramento religioso, para além das publicações das organizações de cunho religioso já mencionadas. A campanha ativista Nem Presa Nem Morta fez um *post* colaborativo com As Católicas remetendo ao *frame* de proteção das crianças vinculada a um santo e sua oração.

Repertórios acionados

Esse trabalho de *framing* soube aproveitar a convergência interpretativa com a imprensa tradicional, evidenciando a importância da interação com essa arena para a obtenção de visibilidade e inserção no espaço público. Nesse sentido, foi recorrente o compartilhamento de imagens de matérias jornalísticas sobre o avanço do projeto, como forma de atestar a legitimidade de seus enquadramentos. Ressaltamos também que a plataforma não possibilita a inserção de links nas publicações feitas no *feed*, por isso também acreditamos que os *prints* eram postados. A CUT, por exemplo, enquanto fez publicações que demonstravam sua atuação como portal de notícias, realizando análises e noticiando o andamento do PL, descrevia no texto

²¹ https://www.instagram.com/p/C8MxpgbgPIz/?img_index=3

de apoio “Saiba mais nos stories”, sendo que, nesse formato, era possível a inserção de um link que direcionasse ao seu site.

Assim como observamos na análise da cobertura noticiosa, houve a circulação midiática de ONGs e outras organizações da sociedade acionadas para entrevistas em programas jornalísticos, como o CFEMEA e Instituto Liberta, e trechos dessas participações circulavam posteriormente nesses perfis. Da mesma maneira, foi comum a participação de deputados e deputadas, favoráveis e contrários ao projeto, em debates promovidos por veículos de mídia, sendo que os “cortes” em vídeos foram amplamente utilizados como publicações. A deputada Luciana Genro (PSOL – RS) compartilhou um trecho da entrevista de Sóstenes ao programa jornalístico Fantástico, contribuindo, dessa forma, para esse ciclo de circulação midiática de um produto, nesse caso televisivo, na rede digital. Ela aproveitou, inclusive, do assunto político em alta para reforçar seu posicionamento, como foi o caso de outra publicação sua relembrando uma antiga entrevista na qual era candidata à presidência da república.

As deputadas do PSOL, Sâmia Bonfim (SP) e Fernanda Melchionna (RS), foram as que mais circularam nessa arena como representantes da oposição ao PL, concedendo entrevistas e participando desses debates nos programas jornalísticos. A disputa contenciosa fica evidente nesses embates e gera a oposição entre atores interessados em disputar enquadramentos, lógica de atuação que se mostra interessante tanto para a circulação e a visibilidade, de acordo com a lógica das plataformas, quanto para a cobertura noticiosa. Os parlamentares de ambos os lados da disputa, conseguem, dessa forma, ampliar o alcance de seus posicionamentos, seja pela condição institucional de deputado, seja por meio de práticas ativistas, como no caso das deputadas citadas, que possuem histórico de atuação em movimentos sociais.

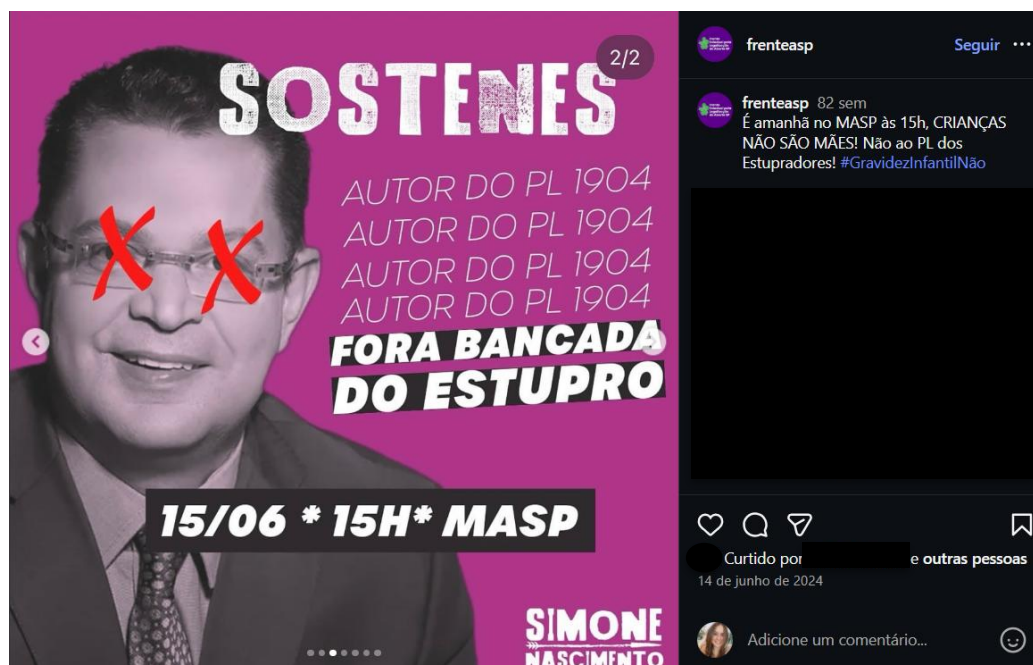
Apesar da convergência nos enquadramentos, observamos que algumas dessas organizações privilegiaram repertórios distintos de ação, como a publicação por organizações da sociedade e sindicatos de notas de repúdio em seus perfis e/ou sites, além de ações alinhadas aos incentivos das plataformas digitais, como o estímulo a comentários, compartilhamentos e publicações colaborativas com coletivos e movimentos. Também seguiram acionando repertórios digitais de pressão direta na disputa política, como o site criancanaoemae.org, a veiculação de um abaixo-assinado virtual e o incentivo à disputa do resultado da votação no site da Câmara. Ainda assim, todas estimularam a mobilização coletiva imediata, e algumas participaram ativamente dos atos convocados.

Na amostra do material antifeminista, identificamos a menção a um possível repertório associado ao campo feminista que teria acionado conhecimentos e acesso às tecnologias disponíveis. Um ataque *hacker* a sites foi denunciado por alguns parlamentares defensores do

PL, que representa uma ação ativista conhecida e que serviu de suporte aos enquadramentos antifeministas que alegavam posturas antidemocráticas e intolerância em relação aos seus posicionamentos. Não podemos confirmar a autoria dos ataques, uma vez que o único indício identificado foi uma matéria do jornal O Globo²² que relata que uma conta no X teria assumido a coordenação da ação. É possível atribuir a iniciativa ao lado da disputa que se opõe ao projeto, considerando que os ataques aconteceram de forma simultânea e em apoio aos protestos presenciais contra o PL, como informado por uma reportagem do jornal Metrôpoles²³.

A convocação para a mobilização teve início no dia 13, com os primeiros atos presenciais realizados no mesmo dia em diversas cidades e, nos dias subsequentes, em outras localidades. Nessa etapa da resposta feminista, compreendemos que as *affordances* do Instagram viabilizaram a organização da ação coletiva, na medida em que, sobretudo O.M.S., campanhas, coletivos e parlamentares, publicaram imagens e textos de convocação para atos nacionais, com indicação de cidades e horários. As principais *hashtags*, #CriançaNãoÉMãe, #PL1904Não e #PLdaGravidezInfantil, acompanharam essas postagens e também outras ações associadas aos repertórios de mobilização anteriormente descritos.

Figura 10 – Publicação com informações sobre o ato presencial feminista



Fonte: Perfil da Frente Estadual SP Pela Legalização do Aborto no Instagram²⁴.

²² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/06/15/por-apoio-ao-pl-do-aborto-hackers-derrubam-site-de-eduardo-bolsonaro-e-colocam-tuite-antigo-de-lula.ghtml>

²³ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ataque-hacker-derruba-sites-de-deputados-a-favor-do-pl-do-aborto>

²⁴ https://www.instagram.com/p/C8NJjRjvz_p/?img_index=3

Mais uma vez, o Instagram desempenhou papel central na circulação difusa dos registros das manifestações, bem como de entrevistas e debates veiculados em diferentes canais de comunicação. No caso dos vídeos dos atos, muitos foram compartilhados com símbolos compatíveis com a lógica da plataforma, como a utilização do formato *reels* acompanhado por músicas que também operavam como comunicadores de enquadramento. A canção mais utilizada foi “O Que Se Cala”, de Elza Soares, cuja letra politizada defende a livre expressão e integra o álbum *Deus é Mulher* (2018), voltado a temas como empoderamento feminino e a denúncia de desigualdades. Especificamente o *reels* do ato publicado com essa música foi compartilhado nos perfis de diferentes tipos de atores, revelando a interação midiaticizada no processo de circulação, no qual nem sempre o conteúdo será original, mas recompartilhado constantemente entre a rede.

O uso de tendências, músicas em alta ou que sejam populares contribuem para o aumento da visibilidade. Os enquadramentos também se manifestaram em outros portadores de significado, como o uso das cores verde e roxo no design das publicações e o incentivo para que as pessoas produzissem e/ou levassem seus lenços de cor verde²⁵ para os atos, símbolos identitários do movimento. Também a escolha da Câmara dos Deputados como cenário de uma das manifestações, simbolizando os responsáveis pelo problema, as vestimentas de Aia, associadas a personagens de uma história sobre opressão de gênero, e, por fim, o principal *slogan* entoado pelos ativistas: “Criança não é mãe, estuprador não é pai”.

Algumas O.M.S e, especialmente, parlamentares com histórico ativista, recorreram a lembrança de manifestações passadas nas quais essa dinâmica se repetiu. Foi lembrada a resposta feminista ao PL 5069/2013 que também propunha restrições ao acesso ao aborto legal, de maneira que as ruas foram tomadas pelo movimento que entoou, como reação, “Fora Cunha”, em referência ao então deputado federal Eduardo Cunha, autor da proposta. Alguns meses depois, ele foi afastado da presidência da Câmara e, posteriormente, teve o mandato cassado. Além de comparar a situação como uma forma de aviso à Lira, são registros fundamentais para a construção da memória do movimento e que atestam seus resultados e permanência, contribuindo na mobilização coletiva.

Ativistas e parlamentares que registraram as mobilizações passadas através de histórias pessoais promoveram a personalização e intimidade típicas de uma cultura de influenciadores,

²⁵ O uso do lenço é associado como símbolo do direito ao aborto na América Latina, com inspiração nas manifestações argentinas. O lenço em si é também inspirado no movimento argentino Mães da Praça de Maio, um grupo de mulheres que protestou, em 1977, contra o desaparecimento de seus filhos durante a ditadura militar instaurada no país entre 1976 a 1983.

marcados, por vezes, pelos recursos oferecidos pela plataforma em questão, como foi o caso do uso da *hashtag* #tbt (*throwback Thursday*) pela vereadora da cidade de São Paulo, Amanda Paschoal. Nesse caso, a tendência compartilhada entre usuários do Instagram de publicar memórias nostálgicas às quintas-feiras foi utilizada para enquadrar um conteúdo politicamente e possivelmente atingir um maior número de usuários com o emprego de uma *hashtag*.

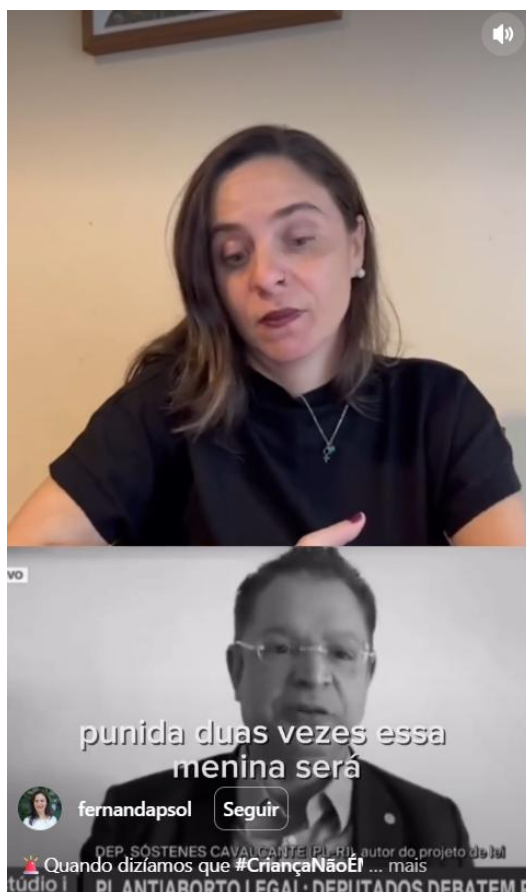
A construção dos significados contenciosos acompanhou o desenrolar do conflito e, nesse momento, o repertório de mobilização da ação coletiva passou a se sobrepôr aos repertórios de pressão exclusivamente digitais, ainda que esses tenham sido acionados pontualmente, principalmente pelas ONGs, parlamentares e frentes parlamentares. Essas escolhas evidenciam como o movimento feminista, com seus ativistas, reagiram aos incentivos contextuais de acordo com suas trajetórias de mobilização, em consonância com abordagens culturalistas que destacam a preferência por determinadas táticas e identidades coletivas, mesmo diante das exigências interacionais do conflito. A construção dos *frames* ocorreu de forma múltipla, combinando padrões compartilhados de mídia, como o recurso às lógicas da imprensa tradicional, dada a necessidade de presença nessa arena, e com a negociação dos “modos de fazer” próprios do Instagram, visando garantir uma circulação diferida e difusa característica dos processos de mediação.

Nesse ponto, ressaltamos a dinâmica de atuação híbrida de deputados e vereadoras. Todos se articularam, de alguma maneira, ao movimento feminista e às suas convocações para os atos, por vezes participando presencialmente e, como mencionado anteriormente, algumas também circularam em debates e entrevistas em veículos tradicionais. Inclusive, em razão do histórico ativista de algumas dessas parlamentares, contribuíram para a cobertura de movimentos e coletivos por parte das mídias de massa interessadas em fatos políticos do país como um todo. No entanto, nessa fase do conflito, foram esses os atores que mais acionaram os recursos da plataforma para além do registro das mobilizações para circulação posterior.

Com frequência, esses parlamentares compartilharam vídeos de sua atuação no plenário, ressaltando a força do movimento feminista, juntamente com discursos de repúdio que fizeram uso dos mesmos enquadramentos aqui identificados. Também foi comum o compartilhamento de vídeos editados em resposta aos seus adversários, como o vídeo da deputada federal Carol Dartora (PT – PR) em resposta ao debate com a deputada Chris Tonietto, ou ainda os trechos do debate de Fernanda Melchionna com Júlia Zanatta, vídeo igualmente compartilhado por Luciana Genro. Notamos a possível intenção desses atores de concentrar atenção em outras plataformas que podem priorizar o aspecto político e nas quais se encontra boa parte de seus adversários. Assim, deputados, deputadas e vereadoras compartilharam seus posicionamentos

ou chamadas à ação por meio da imagem de suas publicações feitas na rede social X. Inclusive, o então Ministro dos Direitos Humanos, Silvio de Almeida, realizou a primeira publicação sobre o tema no dia 12, posicionando-se como representante contrário ao PL, imagem que também compartilhou em seu perfil no Instagram.

Figura 11 – Publicação da deputada Fernanda Melchionna em reação ao vídeo do deputado Sóstenes Cavalcante



Fonte: Perfil da deputada Fernanda Melchionna no Instagram²⁶.

Devido à sua atuação enquanto políticos eleitos, esses atores também expandiram seus enquadramentos para abranger temáticas como a importância das questões relacionadas à saúde pública e à cultura machista, contudo, sempre acionando as viabilidades das plataformas, como as *hashtags* já mencionadas e vídeos com a transcrição das falas, interpretados aqui como possibilidades de garantir maior alcance e entendimento. Em algumas de suas entrevistas, Sâmia Bomfim ressaltou a importância da repercussão da disputa na imprensa, bem como a

²⁶ <https://www.instagram.com/reels/C8VQ4bMudH7/>

necessidade da contínua pressão nos meios digitais (incentivada por alguns parlamentares), evidenciando a interrelação entre essas arenas.

Na mesma esteira de atuações institucionais e extrainstitucionais, a frente parlamentar, juntamente com outros movimentos, promoveram a participação na Marcha da Maconha. Certamente, aproveitaram uma oportunidade de mobilização articulada a uma marcha de caráter tradicional e simbólico para estender a questão do aborto como parte de movimentos antiproibicionistas e, através do *frame bridging*, reforçando pontes ideológicas com movimentos congruentes nesse sentido.

Quadro 8 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.3

Atores feministas e antifeministas citados ao longo da seção
Nem Presa Nem Morta
As Católicas
CUT
CFEMEA
Instituto Liberta
Luciana Genro
Sóstenes Cavalcante
Sâmia Bomfim
Fernanda Melchionna
Arthur Lira
Amanda Paschoal
Carol Dartora
Chris Tonietto
Júlia Zanatta
Silvio de Almeida

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quadro 9 – Resumo dos enquadramentos e repertórios feministas dos dias 13 a 17 de junho

Enquadramentos	Repertórios	Viabilidades do Instagram associadas aos quadros e repertórios
Retrocesso	Pressão parlamentar e disputas por meio das plataformas de mídia	<i>Hashtags</i>
Criminalização e revitimização	Performances e atos presenciais	Publicações colaborativas
Saúde pública	Circulação e disputa na imprensa tradicional	<i>Twittaço</i>
Culpabilização de figuras políticas	Renomeação do PL	Incentivos de engajamento (post, use a hashtag, compartilhe, etc.)
Cultura machista	Atuação como portal de notícias	Sites para a promoção de petições e envio de email
Desigualdade de acesso ao aborto legal e aumento do aborto clandestino (em algumas publicações com recortes de raça e classe)	Participação em atos de outras temáticas	Memes e ferramentas para edições satíricas
Interpretações alternativas da fé	Compartilhamento de histórias pessoais	Símbolos identitários a partir das viabilidades
Barganha política	Notas de repúdio	Uso de caracteres especiais para contornar mecanismos de moderação
	Possível ataque cibernético	
	Memória do movimento	

Fonte: Elaborado pela própria autora.

7.1.4 Publicações antifeministas dos dias 13 a meados de 17 de junho

Enquadramentos

Nesse período, observamos que os enquadramentos antifeministas tiveram como foco responder diretamente aos argumentos e repertórios feministas, devido ao sucesso da mobilização e à visibilidade alcançada pelo lado adversário. Uma vez que a reação do movimento feminista provocou alterações no curso da disputa, o contramovimento precisou se adequar a essa movimentação, fazendo uma evidente construção de enquadramentos em referência aos argumentos feministas, dinâmica típica da relação movimento–contramovimento. Inferimos que, no momento em que se sobressaiu a interpretação de que o movimento antifeminista, sobretudo os parlamentares, estaria defendendo estupradores e sendo contra a vida, esse contramovimento empreendeu um trabalho de *frame extension*, pois manteve

alguns posicionamentos de defesa ao PL, ao mesmo tempo em que houve um alargamento dos argumentos em direção a temáticas caras às interpretações que estavam ali estabelecidas.

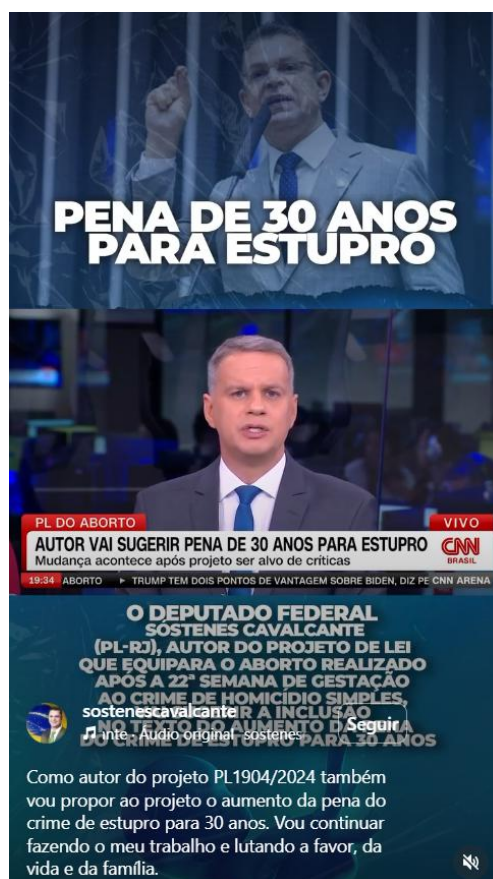
Na medida em que as principais mobilizações feministas aconteciam a partir do dia 12, já no dia 13 de junho muitos atores antifeministas começaram a rebater os principais enquadramentos, com foco na negação da punição de mulheres e crianças gestantes. Grande parte das publicações continha, ao menos, uma postagem em que se ressaltava como “eles” estariam, de fato, defendendo a vida da mulher e do bebê e que, na verdade, crianças e adolescentes são inimputáveis perante a lei, não havendo fundamento para afirmar que seriam criminalizados. Para retomar a narrativa e sustentar a ideia de que o PL representava a proteção de gestantes e não a retirada de direitos das mulheres, ressaltaram os possíveis riscos do aborto para a saúde física e psicológica da gestante, bem como a possibilidade de flexibilidade da pena para as mulheres, de acordo com possível decisão judicial, como um caminho para a não criminalização.

Duas principais soluções foram pautadas para contornar as críticas e a cobertura negativa do projeto e circularam de maneira intensa nas postagens, independentemente do ator que as publicou. Primeiro, as mulheres deveriam seguir com a gestação, uma vez que a adoção era apresentada como uma solução que permite o nascimento do feto, ignorando quaisquer outras consequências dessa via. Em conjunto com essa alternativa, o autor do projeto prometeu propor o aumento da pena para crimes de estupro, fortalecendo a punição e, principalmente, com a intenção de minar um dos principais argumentos feministas, baseado na ideia de que a mulher seria punida com uma pena ainda maior do que a de seu agressor. O contramovimento pareceu circular essa solução de maneira intensa não apenas nas redes digitais de seus apoiadores, mas também na mídia televisiva, uma vez que houve diversas postagens com trechos de reportagens que anunciavam a medida.

Outra mudança observada no enquadramento foi a vinculação religiosa, empregada de maneira mais pontual do que no período anterior. Em contrapartida, o uso de argumentos científicos apareceu de forma constante em boa parte das publicações, e alguns atores equilibravam seu tom religioso com afirmações, segundo eles apoiadas na ciência e na medicina, de que haveria vida antes das 22 semanas de gestação, uma vez que o feto já poderia sentir dores, por exemplo. De acordo com uma das postagens de Chris Tonietto, trata-se, portanto, de enxergar a racionalidade dos argumentos e aprovar o projeto como uma obrigação moral, na mesma medida em que frases como “o inferno se levantou contra nós” foram recorrentemente publicadas.

Frases como “não tem nada a ver com religião”, mobilizadas para defender a viabilidade fetal, e “a ideologia de esquerda vale mais do que a ciência?”, proferidas pelo pastor evangélico Silas Malafaia, são exemplos de como o movimento antiaborto aciona argumentos de cunho secular para a defesa de um horizonte cultural compartilhado com movimentos conservadores em geral (Rocha, 2020), o que faz dessa pauta e da defesa da “cultura da vida” questões de manutenção da ordem conservadora. Como observamos em nossa amostra, uma publicação do Instituto Isabel atualizou seus interlocutores sobre o andamento do projeto e seu posicionamento contrário a pautas como o “banheiro trans” e a popularmente conhecida “PEC das drogas”, temáticas que compõem esse leque de agendas conservadoras.

Figura 12 – Publicação do deputado Sóstenes Cavalcante a partir da reportagem do veículo CNN



Fonte: Perfil do deputado Sóstenes Cavalcante²⁷.

²⁷ <https://www.instagram.com/reels/C8LVNyORcQt/>

Figura 13 – Publicação do pastor Silas Malafaia



Fonte: Perfil do pastor Silas Malafaia no Instagram²⁸.

O estudo de Orso e Massuchin (2025) aponta que celebridades nacionais com as quais a esquerda política pode contar com apoio, tornam-se destinatárias de ataques da extrema-direita. Assim como observamos em nossa amostra, atores enquadrados como adversários pelo antifeminismo remetem ao *backlash* em relação aos avanços progressistas, sendo alguns deles famosos e influenciadores que, em alguns casos, também estavam associados à Rede Globo e à grande mídia. Com ainda mais ênfase nos segmentos progressistas, os enquadramentos diagnósticos permaneceram criticando a atuação do STF, bem como de feministas, “abortistas” e do governo do PT.

Apenas as publicações de Sóstenes passaram, ainda no dia 14, a dar maior ênfase às críticas à figura de Lula especificamente, cobrando seu posicionamento sobre o assunto e acusando-o de enganar a comunidade religiosa. Assim como o movimento feminista, o contramovimento em questão usou de recordações de políticas e projetos apoiados por partidos de esquerda e pelo atual governo que, segundo ele, restringiram a aplicação de penas mais duras a criminosos e facilitaram a “cultura da morte” por meio da prática do aborto, como a votação contrária a projetos que propunham a castração química de violentadores sexuais. Utilizando

²⁸ <https://www.instagram.com/reels/C8PkHpdsdAk/>

vídeos antigos do ex-presidente Bolsonaro defendendo essas políticas, inferimos que buscaram associar a imagem do movimento a esse líder da direita política e reforçar a ideia de que, na verdade, defendem as mulheres por meio de projetos como esses.

Repertórios acionados

Uma vez que a arena midiática estava inclinada a tecer críticas ao PL e aos seus apoiadores, os atores antifeministas passaram a dispor, com maior intensidade, das *affordances* digitais disponíveis para garantir visibilidade e apoio, bem como para se posicionar no debate público, recorrendo raramente a ações de inserção territorial. Diferentemente do período anterior, no qual houve ao menos o envolvimento de alguns desses atores na Marcha Pela Vida, neste momento observamos apenas uma fala de Bia Kicis acerca de sua participação nessa mesma marcha, porém realizada em Washington (EUA), na qual incentiva seus colegas a fazerem o mesmo, além da participação do deputado estadual Gilberto Cattani (PL-MT) em uma passeata em defesa do PL. No entanto, não encontramos informações mais detalhadas sobre a organização e a divulgação desse único repertório de mobilização presencial acionado, o qual se assemelha às mobilizações feministas.

Figura 14 – Publicação do deputado Gilberto Cattani na passeata em defesa do PL



Fonte: Perfil do deputado Gilberto Cattani no Instagram²⁹.

Inferimos que a principal forma de articulação do contramovimento se deu por meio das plataformas digitais com a contestação aos adversários que passou a dominar suas narrativas,

²⁹ <https://www.instagram.com/p/C8PjaqsM27O/>

não só através de ações no judiciário, mas sobretudo de publicações e circulação digital, repertórios que não demandam mobilização de massas. Essa atuação conectiva foi observada a partir do aumento de publicações colaborativas realizadas com a ferramenta do Instagram, cujo uso havia sido identificado anteriormente apenas no movimento feminista, além da ampla circulação de conteúdos recompartilhados entre esses atores, como um carrossel publicado pelo Brasil Paralelo (produtora audiovisual e digital), com argumentos “abortistas” refutados por um especialista, muito compartilhado entre parlamentares.

Observamos maior foco na interação contenciosa a partir da ausência de aprofundamento das soluções propostas por alguns desses atores, bem como na forma de publicação dos conteúdos. Foram recorrentes vídeos cujo objetivo central era o deboche do movimento adversário, reagindo a ações específicas por meio do uso de memes e edições que reforçavam o caráter satírico da mensagem, sem, contudo, desenvolver enquadramentos que extrapolassem a classificação da posição feminista como absurda e a conclamação à “defesa da cultura da vida”. A frase proferida em um dos vídeos do Capitão Alden, na qual questiona “Por que não agir antes das 22 semanas?”, em crítica às mulheres que não realizam o aborto antes dessa idade gestacional, desconsidera outras situações que podem estar associadas ao contexto da gestante e reforça o padrão de denúncia sem explorar a causa para soluções concretas.

Figura 15 – Meme publicado pelo deputado Paulo Bilynskij



Fonte: Perfil do Instagram do deputado Paulo Bilynskij³⁰.

³⁰ <https://www.instagram.com/p/C8P-4iVvrkO/>

Enquadramentos contenciosos que promovem ideias simplificadas e de rápido consumo parecem circular com maior facilidade segundo as lógicas da plataforma e, como sustentam Chagas e Massuchin (2022), favorecem estratégias em ambientes sistêmicos de desinformação. Foi frequente observar em postagens com enquadramentos diretamente contrários aos do feminismo, que denunciavam uma suposta inversão de valores e defendiam punições mais severas, afirmações de que a questão seria simples de compreender, como no vídeo da deputada estadual “Índia” Armelau (RJ-PL), no qual ela declara explicar o contexto de forma simples e com suas próprias palavras, a fim de garantir que todos entendam.

Figura 16 – Publicação de deputada “Índia Armelau”



Fonte: Perfil da deputada “Índia” Armelau no Instagram³¹.

Esse vídeo, assim como os de outros atores, foi editado com o uso de ferramentas do Instagram que permitem respostas às “caixinhas de perguntas” enviadas pelos seguidores, bem como do efeito nativo “green screen”, que possibilita a gravação de vídeos com outras mídias de fundo utilizadas para ilustrar o argumento em questão. Essas *affordances* que viabilizam a editabilidade e fácil replicabilidade de conteúdos (Cesarino, 2022) de acordo com os padrões

³¹ <https://www.instagram.com/reels/C8QDdSDJ6hI/>

impostos pela plataforma, impulsiona enquadramentos que parecem ser “orgânicos” e autênticos, conferindo maior confiança a esses atores/influenciadores e maior distanciamento de veículos profissionais ou especialistas.

Esse recurso também foi empregado por Nikolas na única publicação realizada por ele nesse período. Embora tenha produzido um vídeo relativamente longo para os padrões do Instagram (cerca de seis minutos), a ferramenta permitiu a apresentação de “provas” para sustentar suas afirmações, com a exibição de documentos oficiais e notícias jornalísticas, características que remetem ao modelo jornalístico baseado na apresentação de fatos e números, bem como a comportamentos como olhar diretamente para a câmera ou falar ao microfone (Bauer, 2024). Soma-se a isso o fato de esses atores se colocarem como fontes confiáveis de informação, característica identificada anteriormente nesta análise, e, simultaneamente, promoverem proximidade com seus interlocutores, simplificando e personalizando o conteúdo para revelar uma suposta narrativa ideológica de esquerda.

Evidenciamos o sistema híbrido de mídia (Chadwick, 2017), marcado pela sobreposição entre as lógicas da mídia digital e da mídia de massa, observado também nas publicações feministas que recorreram a vídeos ou imagens apresentando fatos e dados a respeito de gravidez infantil e estupro de vulneráveis no país, reforçando seus enquadramentos de criminalização das vítimas. Nesse contexto, nos interessa refletir sobre como as *affordances* tecnológicas refletem os ideais de produção e distribuição de conteúdo, possibilitando o estabelecimento de enquadramentos com maior potencial de visibilidade e a negociação com pressupostos da imprensa tradicional.

Ainda que ambas as formas de ativismo tenham recorrido a esse tipo de recurso, a principal diferença que observamos reside no teor conspiracionista presente nas publicações do contramovimento. Parte significativa dessas postagens não apenas criticava a suposta disseminação de “fake news” e a manipulação promovida pela esquerda e seus aliados, como também atribuía tais práticas à necessidade de ocultar intenções relacionadas à liberação total do aborto ou à sua “sanha em matar”. Caberia, então, aos atores favoráveis ao projeto revelar a verdade aos seus interlocutores, incentivando o compartilhamento dessas “revelações” entre perfis, com o objetivo de barrar os interesses da “propaganda abortista” que “relativiza a vida”, comparando a prática, mesmo quando legal, à escravidão ou a um “holocausto silencioso”.

Inferimos que, na mesma medida em que o uso de determinados recursos pode garantir maior visibilidade e circulação, como músicas e filtros populares, em resposta aos incentivos dessa arena, tais recursos também podem ser estrategicamente contornados para que enquadramentos e repertórios desinformativos ou polarizantes continuem a ser propagados e

normalizados. Desse modo, o gerenciamento das regras da plataforma assegura tanto o acionamento do algoritmo quanto a possibilidade de que esses conteúdos sejam facilmente acessados em mídias populares e convencionais. Um exemplo da flexibilidade adotada por esses perfis, utilizada para elaborar enquadramentos passíveis de circulação no Instagram, foi observado não apenas nas publicações com viés conspiratório, mas também em conteúdos feministas e antifeministas que recorreram ao uso de caracteres especiais para escrever termos como “morte” e “aborto” (m*ort3; ab@rto), contornando possíveis mecanismos de moderação da plataforma e evitando que o conteúdo fosse proibido ou removido.

Na tentativa de negociar com os limites impostos pela arena, conteúdos ou contas podem ser integralmente bloqueados, como ocorreu com a conta do TikTok do vereador de São Paulo, e ex-militante do Movimento Brasil Livre (MBL), Lucas Pavanato (PL). De acordo com o relato em seu perfil no Instagram, ao “defender a vida”, sua conta teria sido suspensa sem explicações, o que o levou a criticar a suposta ausência de liberdade de expressão. As postagens realizadas nesse período em seu Instagram, por sua vez, concentraram-se no confronto direto com participantes das manifestações contrárias ao PL, com o objetivo de filmar suas reações. Conforme identificado por Volpato (2022), trata-se de um tipo de ação referencial do MBL, que consiste na inserção no território do oponente com o uso de câmeras para registrar a interação como oportunidade de angariar visibilidade na internet ou na imprensa, repertório ativista que passa a ser incorporado também à atividade parlamentar de Pavanato.

A importância atribuída pelo movimento antifeminista às disputas de enquadramento nas redes digitais também ficou evidente nas falas desses atores, compartilhadas em trechos extraídos de suas participações em entrevistas ou da própria tribuna do Senado, como no caso de Bia Kicis. A deputada leu uma publicação feita por um perfil desconhecido do X para afirmar que o movimento pró-aborto teria origem na eugenia, utilizando um posicionamento contrário ao PL para sustentar que, ao menos nas redes digitais, ela e seus aliados poderiam estabelecer um contraponto a comentários considerados antidemocráticos, como aquele que ela havia lido.

Com intenção semelhante, ao ser questionado sobre o resultado de uma pesquisa da Câmara que indicava a rejeição da população ao PL, o senador Girão afirmou preferir confiar na fidedignidade das plataformas digitais, especialmente o X, uma vez que o termo “PL 1904 Já” figurava entre os *trending topics* da rede, concebida por ele como um espaço livre, e questionou o que denominou de “sistema de blindagem” do site da Câmara dos Deputados. Mais uma vez, observamos a centralidade atribuída à disputa e ao trânsito em arenas digitais para direcionar a atenção pública, como já havia sido identificado em relação ao “twittaço”

promovido pelo movimento feminista e, no caso do senador, para defender que esse engajamento representaria a manifestação da opinião da sociedade nesse ambiente.

Assim como observado entre os feminismos, esses atores replicaram diversas postagens originalmente publicadas em seus perfis no X no Instagram, com o objetivo de concentrar atenção em múltiplas plataformas e responder aos seus adversários. A deputada Tonietto produziu um vídeo em reação a uma publicação de Silvio de Almeida no X, utilizando o recurso “green screen” do Instagram. Nesse conteúdo, ela reforçou seu enquadramento “vida” por meio do padrão de denúncia em que critica a atuação do Ministro dos Direitos Humanos nas redes digitais, apostando na contestação direta como estratégia para ampliar a repercussão do conteúdo (ou “mitar”, na linguagem digital). Desse modo, o que sustenta a visibilidade de um episódio ou, nesse caso, de enquadramentos em disputa, são as interações midiáticas subsequentes, materializadas em comentários, capturas de tela de notícias ou de outras publicações. Assim como observamos na análise dos meios noticiosos, são episódios que podem alcançar a cobertura da mídia de massa em razão da interação contenciosa que se desenvolve de forma diferida e difusa entre esses atores.

De maneira semelhante ao movimento oposto, os atores antifeministas também recorreram a trechos de vídeos de entrevistas ou debates na imprensa para registro e posterior circulação dessas participações. Ainda que criticassem a falta de representatividade e de cobertura de seus posicionamentos nessa arena, observamos sua presença em diversos programas jornalísticos, inclusive da Rede Globo (como a participação de Sóstenes em uma matéria do Fantástico), emissora frequentemente criticada nos enquadramentos do contramovimento. O tom predominante dessa arena permanecia crítico ao PL e, mesmo diante da rejeição, houve um esforço de comparecimento, em reconhecimento à importância dessa arena, para se posicionar no debate público. Articulado ao repertório de contestação e disputa contenciosa no Instagram, o comparecimento em programas jornalísticos pode ter contribuído para a ampliação da visibilidade e da repercussão, inclusive em escala regional, por meio da participação em podcasts ou emissoras de rádio de menor alcance.

A sessão de debate sobre o método da assistolia fetal, promovida por Girão, nos pareceu ser acionada enquanto repertório jurídico, mas também de repercussão midiática na tentativa de contornar as restrições impostas à circulação na mídia de massa, junto ao manejo das viabilidades digitais empregadas na disputa de enquadramento. De fato, com a repercussão, esse repertório foi identificado anteriormente na cobertura de alguns veículos jornalísticos. Assim, além dos compartilhamentos de vídeos entre os parlamentares a respeito das suas falas ou de especialistas nesta sessão, dois episódios causaram maiores repercussões, como foi

comentado na análise dos meios noticiosos (Item 6). O vídeo da contadora de histórias, que simulou um feto durante o procedimento de assistolia, foi compartilhado integralmente pelo senador Girão, sem restrições da plataforma, e defendido durante sua entrevista para canais de televisão, episódio que gerou grande repercussão e apareceu nas coberturas jornalísticas, servindo ao propósito da interação contenciosa e disputa nas mídias digitais.

Da mesma maneira, um vídeo exibido durante a sessão no Senado para os presentes, em que mostrava o ultrassom de um feto durante o procedimento em questão, foi barrado de ser transmitido pela TV Senado, que alegou violação de direitos da instituição, da mesma forma como aconteceu com um vídeo de Bia Kicis que exibiu um suposto feto após o aborto. Assim como observado em outros momentos, imagens que causam maior impacto são usadas pelo antifeminismo no intuito de sensibilizar e comunicar enquadramentos (no caso, o quadro “morte”). Não bastou ao senador que seus pares e especialistas presentes no episódio assistissem, mas o intuito era que a transmissão pudesse também ser feita completamente no YouTube o que, provavelmente, impulsionaria a circulação midiaticizada a partir das reações, positivas ou negativas, dos telespectadores.

No mesmo sentido, imagens sensíveis de bebês fragilizados ou fetos foram usadas em diversas postagens no Instagram desses atores sem restrições visíveis ou aviso prévio por parte da plataforma, mesmo se tratando de imagens impactantes. Além de servirem como marcadores de enquadramento, são conteúdos que contribuem para a circulação e visibilidade da narrativa antifeminista e que parecem estar de acordo com os padrões do Instagram. Em suma, as lógicas de atuação se concentraram tanto na busca por inserção na mídia tradicional em resposta ao contexto interacional, quanto na visibilidade e interações midiaticizadas no ambiente digital, principalmente entre a rede de atores. De maneira alternativa à imprensa, foi comum a marcação de perfis de notícias ou de apoiadores no texto, ou até mesmo por meio de publicações colaborativas com esses perfis, que impulsionam a visibilidade do conteúdo, como o perfil @mariofrias_noticias. Com mais alcance e o maior número de publicações, o debate público é acelerado, como aconteceu com o deputado Sóstenes que publicava constantemente.

Quadro 10 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.4

Atores feministas e antifeministas citados ao longo da seção
Chris Tonietto
Silas Malafaia
Bia Kicis
Gilberto Cattani
Capitão Alden
“Índia” Armelau
Nikolas Ferreira
Lucas Pavanato
Eduardo Girão
Silvio de Almeida
Sóstenes Cavalcante

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quadro 11 – Resumo dos enquadramentos e repertórios antifeministas dos dias 13 a 17 de junho

Enquadramentos	Repertórios	Viabilidades do Instagram associadas aos quadros e repertórios
Vida	Circulação e confronto na arena digital	<i>Hashtags</i>
Riscos físicos e psicológicos do aborto	Circulação e confronto na imprensa nacional e regional	Publicações colaborativas
Defesa das mulheres e da infância	Perfil como fonte de notícias	Simulação de padrões jornalísticos
Falta de punição a abusadores	Ações jurídicas e legislativas	Recompartilhamento dos mesmos conteúdos e intensidade do número de publicações
Cultura feminista da morte	Passeata	Memes e ferramentas para edições satíricas
Argumentos seculares e religiosos	Teor conspiracionista e divulgação de conteúdo sensível	Permissão da plataforma para circulação de imagens e vídeos sensíveis
	Confronto direto com manifestantes	Uso de caracteres especiais para contornar mecanismos de moderação

Fonte: Elaborado pela própria autora.

7.1.5 Publicações feministas dos dias 18 a 30 de junho

Enquadramentos

Consideramos necessário desenvolver esta última seção, uma vez que as ações e formas de mobilização feministas se mantiveram, no entanto, com a incorporação de novos *frames* e repertórios que responderam diretamente aos enquadramentos antifeministas do período anterior. Embora algumas organizações e ativistas tenham concentrado suas publicações entre os dias 12 e 17, devido ao momento de maior disputa em torno da pauta, a maioria dos atores analisados seguiu publicando e se mobilizando até o final do mês, inclusive em função da organização de um novo ato presencial nacional, realizado no dia 27 e registrado, mais uma vez, em diversas cidades e até internacionalmente, em Nova Iorque.

De modo geral, os enquadramentos permaneceram relativamente os mesmos, mas observamos mudanças na identificação do principal adversário a ser enfrentado, isto é, no enquadramento diagnóstico, bem como no enquadramento prognóstico. O enquadramento motivacional, por sua vez, se manteve constante, na medida em que persistiram as ênfases nos protestos, nas atuações jurídicas e parlamentares e na disputa por visibilidade e pressão nas arenas midiáticas. Para além das críticas dirigidas aos parlamentares das bancadas religiosa e “fundamentalista”, Arthur Lira se tornou, como nomeado em um *reels* do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), “o inimigo número 1 das mulheres e crianças brasileiras”.

Lira anunciou o adiamento da tramitação do PL, com previsão de retomada apenas no semestre seguinte, resposta que não atendeu às demandas feministas, cujas mobilizações se concentraram na exigência do arquivamento do projeto. Isso porque a proposta continuava sendo interpretada como um retrocesso legislativo, uma forma de criminalização de gestantes e um instrumento de barganha política. Ainda ancorados nesses enquadramentos, observamos que os atores contrários ao PL também intensificaram suas respostas aos repertórios e à circulação midiática antifeminista. De modo semelhante ao contramovimento, feministas passaram a acusar os defensores do PL de disseminar desinformação e manipular a opinião pública em prol de uma ideologia do ódio, projetando inimigos culturais (associados a noções como cultura machista e patriarcal), além de refutarem as soluções apresentadas pelo campo adversário, como a entrega de bebês para adoção.

Inferimos que a dinâmica interacional típica entre esses movimentos também se manifestou nesse momento, mesmo que de forma mais indireta, por meio da extensão de *frame* com o objetivo de fortalecer o diálogo e o apoio com grupos religiosos. Como já indicado, argumentos de cunho secular estiveram entre os mais mobilizados pelo campo antifeminista,

contudo, foram frequentemente articulados à vinculação cristã que compõe parte expressiva do movimento pró-vida. Os quadros religiosos reforçaram a denúncia feminista de que a religião estaria sendo instrumentalizada contra mulheres cristãs, ao mesmo tempo em que organizações como As Católicas resgataram fatos históricos que evidenciam visões alternativas do catolicismo em relação ao aborto, bem como denunciaram a cultura do estupro e do silenciamento que marca a trajetória dessa instituição.

Figura 17 – Meme publicado pela organização As Católicas



Fonte: Perfil da organização As Católicas no Instagram³²

Identificamos que a abordagem religiosa também foi mobilizada com maior intensidade nesse momento por parlamentares, como a fala de Silvio de Almeida em um culto evangélico e da publicação de um trecho do discurso proferido pelo pastor Ed René nesse culto, em que ambos ressaltaram a subversão da religião e o abandono das infâncias. Assim, o quadro “vida” foi acionado tanto por representantes católicos e evangélicos contrários quanto favoráveis ao aborto, de modo semelhante ao que ocorreu com os argumentos de natureza secular.

Por fim, com o desenrolar do confronto e diante da oportunidade política, observamos como alguns atores expandiram as temáticas associadas ao aborto para outras pautas, como as questões LGBTQIA+, ou retratando e denunciando casos específicos de cidades ou estados, como a paralisação de serviços de aborto legal em um hospital da cidade de São Paulo, e da crítica a outras iniciativas interpretadas como retrocessos. Nesse contexto, os enquadramentos

³² https://www.instagram.com/p/C8rpHdYut-e/?img_index=3

e repertórios foram ampliados ou articulados àqueles já preferenciais de cada organização, como a retomada de atividades rotineiras (palestras, debates entre profissionais, reuniões de coletivos e movimentos) e o aumento da circulação de conteúdos informativos, que encontraram ressonância na mobilização contra o PL.

As semelhanças na dinâmica do confronto entre os dois campos residem, sobretudo, na forma como ambos construíram seus quadros de contestação sobre o oponente, especialmente por meio da associação a figuras políticas específicas. No entanto, compreendemos que o movimento feminista explorou soluções concretas e mais aprofundadas, por meio desses conteúdos informativos ancorados em dados oficiais, relatos e vivências de seguidores, sem recorrer a molduras conspiracionistas, como será detalhado na análise dos repertórios.

Repertórios acionados

O movimento feminista não precisou modificar seus enquadramentos centrais, uma vez que o apoio midiático e da sociedade estava consolidado, mas faltava, ainda, a efetividade política, buscada por meio da continuidade dos atos presenciais e da circulação de seus registros em fotos e vídeos, bem como pela mobilização dos repertórios já acionados anteriormente. Entre eles, as petições online e uma presencial que circulou durante um dos atos, a pressão organizada por meio de plataformas digitais, incentivada inclusive a ocorrer durante a sessão de discussão sobre a assistolia fetal no Senado, e a organização de um novo *twittaço*.

Notamos também que, para além da participação nas mobilizações presenciais, parlamentares registraram e circularam, por meio de fotos ou de imagens de matérias jornalísticas, suas ações institucionais. Entre essas ações estiveram o pedido oficial de arquivamento do PL, a parceria entre a deputada Sâmia Bomfim e a pesquisadora Debora Diniz (fundadora da Anis- Instituto de Bioética) na apresentação à Câmara de um conjunto de projetos voltados à garantia do aborto legal e, por fim, uma reunião com a organização da Avaaz³³ com o objetivo de unificar as diferentes petições relacionadas ao PL. Inferimos que novas oportunidades de inserção foram sendo criadas a partir da afinidade com a arena e da necessidade de negociação por meio desses repertórios institucionais, que passaram a ser mais acionados em razão da demanda por encaminhamentos políticos. Em outras palavras, se nos dias anteriores os repertórios extra-institucionais foram predominantes, neste momento do confronto as táticas institucionais pareceram ser mobilizadas com igual intensidade.

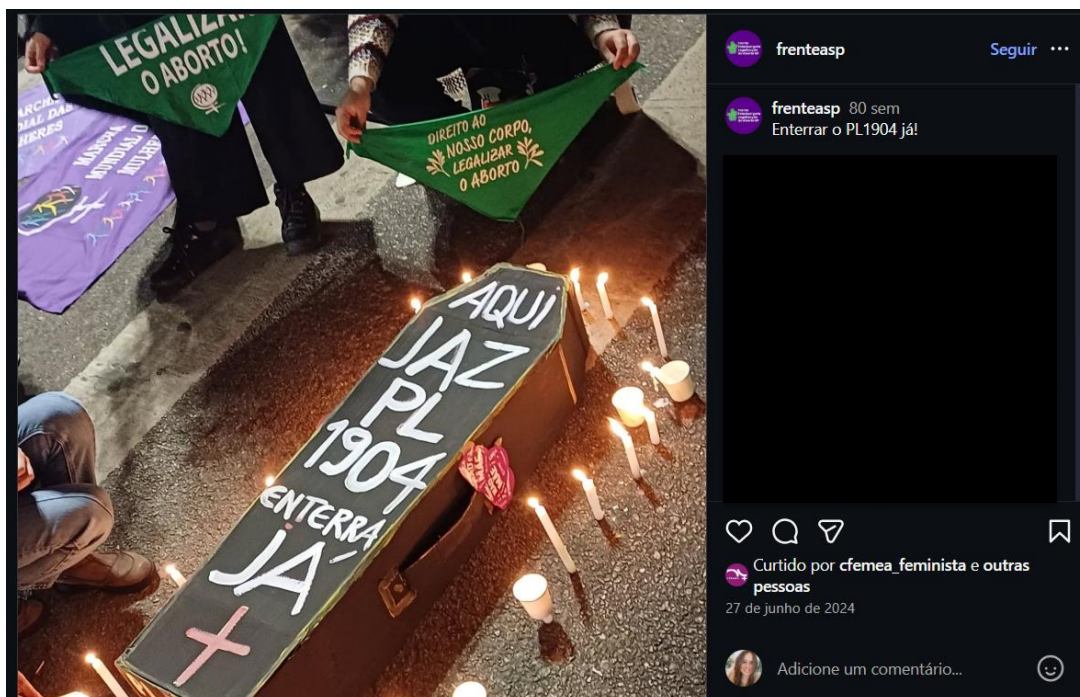
³³ Avaaz é uma rede que funciona através da internet para possibilitar as pessoas a criarem suas próprias campanhas usando as ferramentas de abaixo-assinados online.

Vinculados aos conteúdos informativos, apareceram também conscientizações sobre a votação nas eleições, apresentadas como uma solução de longo prazo para o problema. Como forma de comunicar esse enquadramento diagnóstico, que identifica os políticos eleitos como adversários a serem combatidos, foi realizada uma ocupação/protesto na própria Câmara dos Deputados, com falas de parlamentares que registraram e fizeram circular, em seus perfis, vídeos do momento. De maneira semelhante, as performances voltaram a desempenhar um papel central na comunicação dos enquadramentos durante as manifestações, servindo ao propósito da interação contenciosa por meio de contestações diretas e da ampliação da visibilidade.

Na imagem a seguir, vemos novamente o uso de um símbolo associado a velórios, desta vez com a mensagem inscrita no caixão em referência à principal demanda: o arquivamento do projeto. A imagem seguinte retrata a queima de um boneco que representa Arthur Lira durante um dos atos, evidenciando sua centralidade como principal adversário. Por fim, uma terceira performance se materializou no dia 20, com a ocupação, por ativistas e representantes da Bancada Feminista do PSOL-SP, vestidas de aia (repertório referencial recorrente), em frente à sede do Partido Liberal (PL), partido ao qual Sóstenes pertence. Essas três ações intensificaram a associação do problema a essas figuras específicas e potencializaram a visibilidade na arena pública e nos ambientes digitais, gerando respostas diretas do antifeminismo em seus perfis, como será detalhado no item seguinte.

A concentração da atenção foi angariada por meio de ações e registros como esses usando dos incentivos da plataforma em questão e da sua infraestrutura que podem facilitar a ação tática. Portanto, com a possibilidade de viralização que extrapola a atenção dos interessados no movimento ou no PL em si, mais uma vez inferimos que o movimento feminista usou da possibilidade de associação com pessoas famosas e possivelmente influentes (principalmente atores) que circulam entre outras arenas, além da possibilidade de gerar fatos a serem noticiados, como aconteceu de acordo com a análise dos meios noticiosos.

Figura 18 – Publicação da Frente Estadual SP Pela Legalização do Aborto durante ato



Fonte: Perfil da Frente Estadual SP Pela Legalização do Aborto no Instagram³⁴.

Considerando que o trânsito nessa arena por parte dos próprios ativistas nem sempre é garantido, como observado na tímida cobertura de algumas performances feministas e antifeministas nos meios noticiosos, destacamos a publicação de uma matéria no portal Brasil de Fato pela ativista Débora Lima, que demonstra a importância do ingresso na imprensa, ainda que ocorrido em um veículo de caráter progressista.

Associados a esses repertórios, não deixaram de ser usadas as ferramentas colaborativas de publicação, bem como as *hashtags* já consolidadas que funcionam como um espaço temático para a interpretação política do conteúdo pela audiência, junto a linguagem de memes facilmente identificáveis. O uso da hashtag #react por Luciana Genro representa essa vinculação política por meio de viabilidades e da predominância de conteúdos de confronto a partir da circulação midiaticizada, uma vez que foi uma publicação em reação a um vídeo da Michelle Bolsonaro, criticado também por outros atores.

³⁴ <https://www.instagram.com/p/C8vJ4-3P53q/>

Figura 19 – Publicação da Bancada Feminista do PSOL que retrata a queima de um boneco inflável de Arthur Lira durante ato



Fonte: Perfil da Bancada Feminista do PSOL no Instagram³⁵.

Quadro 12 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.5

Atores feministas e antifeministas citados ao longo da seção
Arthur Lira
Ivan Valente
Católicas Pelo Direito de Decidir (As Católicas)
Silvio de Almeida
Ed René
Sâmia Bomfim
Anis- Instituto de Bioética
Bancada Feminista do PSOL-SP
Sóstenes Cavalcante
Débora Lima
Luciana Genro
Michelle Bolsonaro

Fonte: Elaborado pela própria autora.

³⁵ <https://www.instagram.com/reels/C8keOfXv5L1/>

Quadro 13 – Resumo dos enquadramentos e repertórios feministas dos dias 18 a 30 de junho

Enquadramentos	Repertórios	Viabilidades do Instagram associadas aos quadros e repertórios
Retrocesso	Pressão parlamentar e disputas por meio das plataformas de mídia	<i>Hashtags</i>
Criminalização e revitimização	Performances e atos presenciais	Publicações colaborativas
Barganha política	Circulação e disputa na imprensa tradicional	<i>Twittaço</i>
Culpabilização principalmente de Lira	Circulação de conteúdo informativo	Sites para a promoção de petições
Desinformação e manipulação	Associação a pessoas famosas	Uso da influência de indivíduos conhecidos, aspecto promovido pelas plataformas digitais
Interpretações alternativas da fé	Compartilhamento de histórias pessoais	Memes e ferramentas para edições satíricas
Expansão para outras pautas e questões locais	Atividades rotineiras do movimento ou organização (palestras, reuniões, etc.)	Símbolos identitários a partir das viabilidades
	Ações jurídicas e legislativas	

Fonte: Elaborado pela própria autora.

7.1.6 Publicações antifeministas dos dias 18 a 30 de junho*Enquadramentos*

Nesta seção, queremos chamar a atenção para as diferenças observadas nos enquadramentos em relação ao período anterior. Assim como a oposição, os antifeminismos mantiveram muitos de seus quadros focados em rebater argumentos feministas, como aqueles relacionados à proteção de mulheres e crianças, e sustentaram acusações de desinformação e manipulação supostamente praticadas por críticos ao PL, que seriam guiados por ideologias, e não por bases científicas, conforme afirmavam. Mantiveram também as propostas de solução e as ações consideradas necessárias para a aprovação do projeto, como veremos acerca dos repertórios acionados.

A principal mudança observada na tentativa de angariar algum apoio por parte da sociedade ocorreu no enquadramento diagnóstico, com a centralização da figura do presidente Lula como o principal inimigo das mulheres e dos “bons valores”. De modo semelhante ao movimento feminista, que definiu na figura de Arthur Lira o responsável pelo andamento desse

“retrocesso” (como presidente da Câmara, ele de fato detinha a prerrogativa de arquivar o PL), o contramovimento se apoiou na contestação de seu principal adversário político.

Um comentário sobre o PL foi retirado de uma fala proferida por Lula em um evento com outros propósitos. Nesse recorte, o presidente questiona “que monstro sairá dessa mulher?”, em referência a uma gravidez decorrente de violência sexual. Atores antifeministas passaram a repudiar veementemente essa fala e, embora feministas, a mídia e o STF continuassem a ser mencionados como responsáveis e aliados das supostas narrativas de esquerda, Lula se tornou o alvo que estaria sendo “desmascarado” pela oposição. Assim, estabeleceram uma ligação com o principal representante do avanço da esquerda e de suas políticas progressistas, mobilizada também pelo antipetismo.

Um vídeo antigo publicado pelo deputado Sóstenes Cavalcante, no qual Donald Trump critica o suposto ensino de ideologias de gênero para crianças nas escolas e a proibição de “ensinar sobre a Bíblia”, oferece um indício de como o ressentimento em relação ao progressismo e os sentimentos de medo acerca do futuro são mobilizados com o intuito de angariar apoio. Esses elementos se articulam aos principais quadros da direita populista, especialmente porque o apoio político já era extenso, mas ainda faltava o apoio da sociedade para o avanço do PL. Da mesma forma, o pastor evangélico e deputado Marco Feliciano escreveu “Para onde caminha o nosso Brasil?” ao compartilhar uma de suas falas no plenário, questionando os rumos do país diante da discussão de pautas como essas.

Inferimos que, através do *frame bridging*, o movimento antifeminista conectou quadros ideológicos a respeito do PL: a prática do aborto e outros temas que habitam esse mesmo universo de pautas, com as principais evocadas sendo a suposta liberação das drogas, o desequilíbrio de poderes atribuído à atuação do STF e a sexualização de crianças. Como prova da “agenda da esquerda”, utilizaram da repercussão da demissão do então preparador físico da seleção brasileira de basquete feminino, atribuída a uma publicação contra o aborto feita por ele nas redes sociais. O episódio foi enquadrado como resultado de um ataque à liberdade de expressão, intolerância ideológica e até mesmo perseguição contra aqueles que “querem fazer o certo”. Citamos esse exemplo porque ele foi compartilhado por vários atores dessa rede, indicando a mudança coordenada no foco do enquadramento, alinhada entre eles, para justificar o “inimigo” que supostamente deveriam combater. Nesse sentido, as matérias jornalísticas analisadas também indicaram que as batalhas travadas se tratavam, sobretudo, de ataques midiáticos à imagem do atual governo.

No entanto, achamos válido ressaltar uma aparente contradição nesse discurso e o uso que a vereadora cearense e vice-presidente nacional do PL Mulher, Priscila Costa, fez de

argumentos semelhantes aos mobilizados pelos movimentos combatidos pelo antifeminismo. Em um trecho de outro vídeo de Lula, o presidente sugere que uma mulher presente no evento não tenha mais filhos. Priscila publicou um trecho descontextualizado da fala e disse se tratar de um homem “branco dizendo o que uma mulher negra deve fazer com sua vida”. Ao fazê-lo, ela projeta o mesmo inimigo cultural, o machismo, normalmente mobilizado por movimentos como o feminista, e estabelece uma ligação com o suposto desprezo de Lula pela vida, posicionando-se, perante as mulheres, como defensora de uma pauta já bem estabelecida, aqui apropriada como um repertório da direita política.

São contradições, aparentemente usadas sem constrangimento, que também marcam o equilíbrio entre quadros seculares e religiosos, novamente observados em diversas postagens que criticam, através de vídeos ou imagens, a participação de Silvio de Almeida no culto evangélico, bem como o pastor Ed René, e ao mesmo tempo a cobrança feita por defensores do PL, como Nikolas Ferreira e Malafaia, a cristãos e líderes religiosos por sua falta de posicionamento e engajamento na defesa do projeto. O senador Girão mobiliza novamente quadros conspiracionistas ao publicar o *print* de um artigo do jornalista Cláudio Dantas, que afirma a existência de um “lobby anticristão” que supostamente estaria lucrando com a manipulação de debates como o do PL 1904.

Outras publicações de caráter conspiratório ou desinformativo não puderam ser acessadas, constando como indisponíveis quando tentávamos abrir os links originais, ainda assim, foram registradas na cobertura jornalística. Esse foi o caso de uma publicação de Sóstenes Cavalcante, noticiada pela Folha de S. Paulo, na qual ele alegava o suposto patrocínio ao assassinato de bebês pela indústria de cosméticos. De acordo com a reportagem, o conteúdo já havia alcançado um número expressivo de visualizações em diferentes plataformas.

O laboratório de pesquisa da UFRJ, o NetLab, é creditado na publicação de Girão como um dos responsáveis por essa “perseguição”, evidenciando outro repertório referencial de grupos conservadores, de crítica à ciência e às universidades brasileiras, que se une ao revisionismo histórico já observado ao longo da disputa.

Figura 20 – Publicação da vereadora Priscila Costa a partir de um vídeo de Lula



Fonte: Perfil da vereadora Priscila Costa no Instagram³⁶.

Figura 21 – Publicação do deputado Hélio Lopes em crítica a Lula e à imprensa



Fonte: Perfil do deputado Hélio Lopes no Instagram³⁷.

³⁶ https://www.instagram.com/reels/C8e_QC90EuI/

³⁷ <https://www.instagram.com/reels/C8Y0dKigZEF/>

Algumas deputadas, através da ampliação do enquadramento, englobaram também a arena educacional ao alegarem inserções de pautas feministas e valorização de suas ativistas no ensino, sugerindo o acompanhamento dessas propostas e pressão política sobre senadores para se contrapor a esse avanço.

Repertórios associados

A nova *hashtag* #bebêsnãosãomonstros passou a ser usada com frequência por diversos atores, associada aos principais enquadramentos de crítica centrados na figura adversária de Lula. Além disso, outras formas de comunicar os *frames* centrais continuaram a circular por meio de imagens e vídeos sensíveis de fetos e supostos bebês de 22 semanas, além de histórias documentadas em matérias jornalísticas ou relatos pessoais de mães que decidiram prosseguir com a gestação, mesmo após terem sido vítimas de violência sexual. Nesse sentido, podiam provar, com a credibilidade da imprensa ou com a dimensão íntima desses relatos, a alegada falta de escrúpulos do presidente que comparou “bebês” com “monstros”.

Seguindo o comportamento identificado em todas as etapas analisadas desse conflito, o antifeminismo permaneceu mobilizando as interações contenciosas na tentativa de dominar a narrativa e influenciar a opinião pública. Portanto, as críticas à Lula foram difundidas por meio de vídeos editados ou de falas proferidas no exercício parlamentar ou em algum veículo de mídia, além de replicarem visualmente e em termos de conteúdo as publicações da oposição (Figura 21). Paralelamente, em uma construção de repertórios em referência à movimentação política feminista, a oposição também mobilizou repertórios institucionais como resposta. Foram protocolados pedidos de moções de repúdio contra a fala do Presidente, manifestações de parabenização ao movimento pró-vida em discursos na Câmara e pedidos encaminhados ao STF para a retirada de uma postagem específica que nomeava o projeto de PL do Estupro. Essa última ação, inclusive, foi noticiada pelos veículos da imprensa tradicional, demonstrando como a interação contenciosa e circulação midiaticizada podem resultar em posterior conversão na cobertura noticiosa.

Figura 22 – Publicação do deputado Paulo Bilynskij semelhante a conteúdos feministas



Fonte: Perfil do deputado Paulo Bilynskij no Instagram³⁸.

A interação entre movimentos, contramovimentos e agentes estatais que marca essa dinâmica se torna evidente na reverberação dos conteúdos e nas ações mobilizadas. Uma proposta apresentada por Sâmia Bomfim, que previa a criminalização de médicos que se recusassem a realizar o aborto legal, gerou diversas reações contrárias do antifeminismo, noticiadas e apoiadas sobretudo por veículos de caráter conservador (ver seção 6.3). De modo semelhante, ao final do mês, Michelle Bolsonaro divulgou um vídeo sugerindo a responsabilização de médicos que realizassem o procedimento após 22 semanas, como opção para aprimoramento do projeto. Além de o avanço político-legislativo suscitar reações imediatas, percebemos, mais uma vez, a centralidade das interações midiáticas em diferentes formatos e, no caso de Michelle, a importância das alianças e do alinhamento político que ela representa para ampliar recursos e alcançar novas audiências.

Assim como observamos alianças feministas com figuras conhecidas do circuito midiático e artístico, o deputado Mario Frias, apoiador do PL, compartilhou um vídeo do ator Juliano Cazarré, conhecido por seus trabalhos na TV Globo, representando também um contraponto simbólico aos seus adversários que reverberam nesses mesmos circuitos.

Por fim, como prova de que o debate estava sendo pautado pelos opositores ao PL e de que as lógicas de engajamento e visibilidade são centrais para a difusão de enquadramentos no ativismo digital, foram as interações contenciosas desencadeadas em reação às mobilizações

³⁸ <https://www.instagram.com/p/C8fDTG3OgqQ/>

feministas. A queima de um boneco inflável de Arthur Lira durante manifestações foi mobilizada pela deputada Chris Tonietto para reforçar os quadros anteriormente mencionados e sustentar que a “esquerda” recorre à violência e à ameaça quando é “desmascarada”. Esse mesmo tipo de confronto ocorreu em uma gravação de Mário Frias da ocupação feminista na Câmara, na qual ele e colegas gritaram em resposta aos *slogans* e cânticos da manifestação no intuito de registrar o acontecimento, mesmo que a tramitação já apresentasse indícios de recuo.

Quadro 14 – Todos os atores citados como exemplo na seção 7.1.6

Atores feministas e antifeministas citados ao longo da seção
Arthur Lira
Sóstenes Cavalcante
Marco Feliciano
Priscila Costa
Ed René
Silvio de Almeida
Nikolas Ferreira
Silas Malafaia
Eduardo Girão
Sâmia Bomfim
Mario Frias
Michelle Bolsonaro
Chris Tonietto

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quadro 15 – Resumo dos enquadramentos e repertórios antifeministas dos dias 18 a 30 de junho

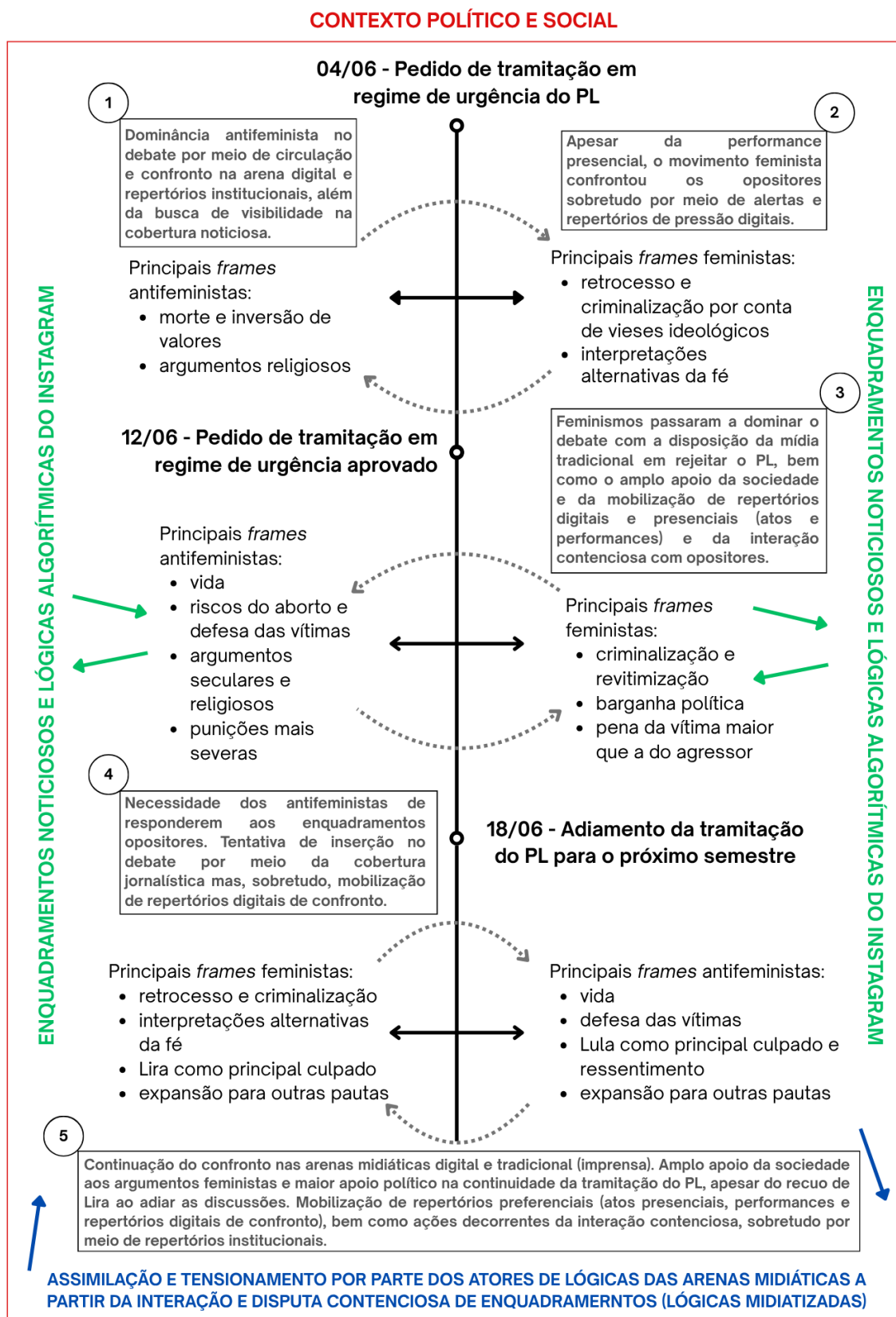
Enquadramentos	Repertórios	Viabilidades do Instagram associadas aos quadros e repertórios
Vida	Circulação e confronto na arena digital	<i>Hashtags</i>
Defesa das mulheres e da infância	Circulação e confronto na imprensa nacional e regional	Publicações colaborativas
Desinformação e manipulação	Relatos pessoais	Recompartilhamento dos mesmos conteúdos e intensidade do número de publicações
Ressentimento em relação a políticas progressistas	Ações jurídicas e legislativas	Memes e ferramentas para edições satíricas
Acionamento de quadros feministas culturais (machismo)	Associação a pessoas famosas	Uso da influência de indivíduos conhecidos, aspecto promovido pelas plataformas digitais
Argumentos seculares e religiosos	Teor conspiracionista e divulgação de conteúdo sensível	Permissão da plataforma para circulação de imagens e vídeos sensíveis
Culpabilização principalmente de Lula, associado ao antipetismo	Confronto direto com manifestantes	
Expansão para outras pautas	Passeata	

Fonte: Elaborado pela própria autora.

7.2 PONTOS DE INFLEXÃO DO EPISÓDIO E OS *FRAMES* ACIONADOS

Em suma, esquematizamos na figura a seguir uma linha do tempo com as datas que marcaram os pontos de inflexão ao longo do evento, indicando os principais enquadramentos mobilizados pelo movimento e pelo contramovimento e as formas pelas quais interagiram no desenrolar da disputa, a partir das oportunidades criadas e aproveitadas, configurando uma disputa de enquadramentos. Através dos retângulos nas laterais, destacamos quais atores estavam pautando o debate em determinado momento e os principais repertórios acionados, condicionados pelas viabilidades da plataforma Instagram, bem como pela assimilação das lógicas da imprensa tradicional e pela circulação nessa arena. As setas pontilhadas entre os principais *frames* feministas e antifeministas representam a dinâmica de interação entre esses atores e indicam, pela direção apontada pela seta, qual ator pautou inicialmente as ações e qual respondeu aos enquadramentos e repertórios dos adversários.

Figura 23 – Esquematização dos acontecimentos e dos *frames* acionados



Observamos que, inicialmente, o contramovimento pautou o debate e as ações políticas ao propor o PL 1904, já em resposta a movimentações feministas anteriores, conseguindo garantir sua tramitação. Entretanto, a organização do movimento feminista desencadeou uma mobilização ainda mais ampla, apoiada tanto pela disposição da cobertura noticiosa em criticar o PL quanto pela escolha de repertórios preferenciais capazes de gerar visibilidade e mobilização da sociedade, assegurando interferência na esfera política. Os antifeminismos permaneceram acionando quadros e repertórios baseados nas viabilidades do Instagram, mas, paralelamente, buscaram visibilidade na imprensa tradicional com a participação em debates e criação de fatos (como com ações institucionais) capazes de garantir cobertura jornalística.

As lógicas da arena midiática, tradicional e digital, estão indicadas em verde nas laterais, sinalizando como seus “modos de fazer” influenciam os enquadramentos de ambos os atores, na medida em que estes se adaptaram para garantir presença e circulação nessa arena. No entanto, conforme propõem as Teorias da Midiatização, tais lógicas não determinam essas atuações, uma vez que, como indicam as setas, também há interação e influência com os próprios modos de agir dos atores e ativistas. Essa influência foi observada, por exemplo, em interações midiatizadas e outras ações digitais que angariaram grande visibilidade e circulação na plataforma a ponto de se tornarem notícia, bem como no elevado número de atos presenciais feministas e no apoio social que garantiram sua cobertura pelos veículos jornalísticos.

Essas interações e tensionamentos estão destacados em azul ao final do esquema. Suas dinâmicas, juntamente com as demais descritas, inserem-se na esfera pública marcada por um amplo contexto político e social que, embora não constitua o foco central deste estudo (não analisamos todas as disputas políticas que envolvem os atores observados, por exemplo), não são desconsiderados ao reconhecermos as múltiplas influências que condicionam a definição de enquadramentos e repertórios.

8 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender de que forma os processos de midiaticização alteram a visibilidade e mobilização estrategicamente almejados por movimentos sociais e contramovimentos na sociedade contemporânea. Instigados pelo acirramento de confrontos entre grupos antagônicos, intensificados pelo contexto da intensa movimentação política que vivenciamos, direcionamos nosso olhar para a esfera midiática como campo no qual se desenvolvem interações, capaz de favorecer ou restringir a visibilidade e a circulação dos nossos objetos de estudo, os movimentos sociais e contramovimentos feministas.

Enquanto atores imprescindíveis para o debate público, esses grupos não apenas precisam se adaptar às regras impostas pelos meios de comunicação tradicionais e pelas plataformas de mídia digital para garantir visibilidade e, conseqüentemente, mobilizar apoiadores. Presumimos que também criam oportunidades estratégicas para ingressarem na cobertura midiática e ampliar seu alcance nas plataformas a partir de seus próprios modos de ação. O tensionamento entre essas lógicas midiáticas e as práticas dos atores foi observado à luz das Teorias da Midiaticização.

Trata-se de uma das escolhas teóricas delimitadas para a pesquisa, a fim de compreender as interações midiaticizadas que orientam a constituição dos campos sociais. Inspirados pela pesquisa de Volpato (2022), aliamos duas perspectivas centrais dessa teoria. A abordagem institucional da midiaticização desenvolvida por Hjarvard (2012, 2014) que permite apreender as influências da instituição midiática sobre a prática dos atores sociais; e a abordagem de viés socioconstrutivista, a partir de estudos como o de Braga (2015), que considera as negociações e experimentações que permeiam as interações midiaticizadas. Consideramos essas abordagens adequadas para a análise das formas de ação e adaptação do feminismo e seus ativismos, movimento social central nas disputas políticas contemporâneas diante da ascensão de projetos autoritários (Paiva; Teixeira, 2024). Bem como o antifeminismo, contramovimento alinhado a governos e pautas conservadoras que também disputa a arena midiática através de objetivos e identidades definidos.

À medida que ambos os atores anseiam influenciar o debate público por meio de quadros e repertórios construídos em interações midiaticizadas, recorreremos à Teoria do Processo Político como outro marco teórico da tese. Essa abordagem oferece subsídios para refletir sobre formas preferenciais de ação e sobre o acionamento de recursos a partir da estrutura de oportunidades e restrições com as quais esses atores precisam lidar. Para apreender como, inseridos em um

contexto político específico, avançam e retrocedem em seus objetivos, recorreremos ainda ao referencial teórico acerca da dinâmica movimento-contramovimento.

Como objetivamos demonstrar ao longo da tese, a pauta do aborto ilustra a dinâmica do contramovimento antifeminista, que ganha centralidade a partir do avanço de agendas feministas e progressistas em geral, percebidas como ameaça aos interesses de uma parcela da população (como atores do movimento pró-vida), os quais acionam aliados políticos dispostos a mobilizar-se em sentido contrário (Meyer; Staggenborg, 1996) – como lideranças religiosas e políticos da direita. Para reivindicar a manutenção de arranjos existentes ou alterar o curso dos avanços políticos e sociais, esses atores recorrem a enquadramentos estratégicos para viabilizar a mobilização e a visibilidade almejados durante a disputa contenciosa.

A partir da operacionalização da técnica da Análise de Enquadramentos (Benford; Snow, 2000), em consonância com o aporte teórico adotado, pretendemos responder à seguinte pergunta: qual o papel da mediação da sociedade no repertório de ação dos movimentos sociais e contramovimentos? Vamos explorar na sequência, através das evidências empíricas, como respondemos a essa questão e em que medida a seguinte tese inicialmente formulada é confirmada ou refutada: as lógicas de mediação se manifestam no repertório de ação dos movimentos sociais e consequentemente dos contramovimentos e, dessa forma, contribui para a mobilização ou desmobilização em torno das pautas propostas por esses atores sociais.

As perspectivas teóricas nos permitiram compreender que as demandas desses atores não são necessariamente catalisadas por organizações tradicionais de movimentos sociais. Portanto, elegemos uma pauta representativa da disputa entre esses campos para, então, identificar os jogadores envolvidos nas interações contenciosas em torno do aborto, especificamente no debate acerca do Projeto de Lei nº 1904/2024. Consideramos que a busca nos meios noticiosos sobre os eventos relacionados a essa mobilização possibilitou mapear os atores que atualmente articulam as pautas e os quadros do movimento feminista e o contramovimento antifeminista. Esse mapeamento evidenciou a heterogeneidade desses movimentos e demonstrou como, a partir de suas formas organizativas, questionam as fronteiras entre representação política, institucionalidade e participação civil.

Nessa etapa, também comprovamos as três hipóteses formuladas com base no referencial teórico e que contribuiram para o desenvolvimento da pesquisa. Com a identificação desses atores, demonstramos como H1) ambos os movimentos estudados se manifestam em diversas esferas, através de seu caráter difuso, com a diversidade de atores feministas e antifeministas e as pautas enquadradas por eles; H2) verificamos sua intensa presença no campo político, uma vez que sua atuação foi constantemente permeada por parlamentares, por exemplo

e; H3) validamos a asserção de que a ação coletiva não é mais catalisada exclusivamente por O.M.S., uma vez que movimentos e contramovimentos estruturam suas pautas e processos de mobilização por meio de diferentes estruturas organizativas.

Reconhecemos as limitações da amostra, uma vez que os resultados recuperados se restringiram a matérias jornalísticas localizadas por meio de termos específicos de busca. No entanto, essa etapa da análise nos deu materialidade para compreender as diferentes lógicas de circulação impostas pela imprensa e a visibilidade que ações institucionais e extrainstitucionais alcançaram nesse espaço de circulação, a partir de afinidades possivelmente encontradas por cada movimento para assegurar sua presença. Em vista disso, observamos um importante indicativo das lógicas de midiaticização acionadas para o trânsito em diferentes arenas. Através da circulação midiaticizada (como no caso das postagens no Instagram que se converteram no próprio conteúdo da matéria jornalística), ambos os grupos transitaram por diferentes arenas ao acionar repertórios possivelmente preferenciais e ao explorar seu alcance digital, que acabou por pautar a circulação na imprensa tradicional. Nesse caso, a circulação inesperada e viabilizada pelos mecanismos algorítmicos, contribui para a ampliação da visibilidade na mídia tradicional.

Assim, também pudemos identificar os repertórios de ação dessas formas de ativismo a partir da cobertura da opinião pública, contemplando parcialmente o primeiro objetivo específico a respeito da descrição desses repertórios de mobilização. Para atender integralmente a esse e aos demais objetivos específicos, a etapa subsequente da análise empírica nos permitiu observar a circulação na arena midiática digital, regida por outras lógicas, bem como o enquadramento construído pelos atores em suas publicações, no âmbito da interação dinâmica estabelecida entre ambos. Desse modo, percebemos não apenas as lógicas da arena que estruturam as ações ativistas, mas também a própria agência dos feminismos e antifeminismos em seus processos interpretativos, em consonância com o entendimento de Jasper (2004) acerca dos atores como jogadores estratégicos.

Ainda que não tenhamos tido contato direto com cada um desses atores para conhecer os processos estratégicos estruturados internamente na organização de sua movimentação no espaço público, buscamos observar o tensionamento das lógicas dos meios a partir dos padrões identificados no campo social, assim como as experimentações evidenciadas nas tendências das trocas comunicativas entre o movimento e o contramovimento. Nesse sentido, a coleta de publicações no Instagram conduziu a importantes resultados em termos de orientações similares que movimentos antagônicos dispõem para assegurar sua presença em uma mesma plataforma.

Apesar das particularidades dos objetos da pesquisa, eles compartilham um contexto comum com outros atores em decorrência da conjuntura política e social vigente. A literatura acionada sobre formas de ação coletiva contemporâneas nos ofereceu suporte para identificar o alinhamento dos antifeminismos com o recrudescimento do conservadorismo e do autoritarismo políticos e, como consequência, para compreender como compartilham com outros movimentos e atores desse espectro repertórios e agendas, especialmente por meio do manejo das ferramentas e lógicas digitais. Tanto feminismos quanto antifeminismos estão inseridos e agem sob a lógica da midiaticização, que delinea as ações e reações produzidas nesse cenário. Por essa razão, os paradigmas e processos de análise aqui empregados podem ser apropriados para a compreensão de outros movimentos e formas de ativismo.

A análise da comunicação de dois movimentos que possuem orientações estratégicas distintas, mas que elegeram o Instagram como um relevante campo de disputa, demonstra como a definição de seus quadros interpretativos pode ser condicionada, ora restringida, ora favorecida, pelo processo de midiaticização. A interpretação da realidade, isto é, o trabalho de *framing*, se mostrou dependente de códigos midiáticos tradicionais, uma vez que ambos os grupos se inseriram no debate público por meio do compartilhamento constante de notícias da imprensa para subsidiar seus argumentos, da reprodução de estruturas jornalísticas em suas postagens e da busca por circulação nesses espaços por meio de debates, entre outras estratégias. Ao mesmo tempo, não deixaram de acionar modos de ação ou performances preferenciais aprendidas e replicadas ao longo da trajetória do movimento ou em outras experiências de atuação, como no caso do movimento feminista com os atos presenciais e os *twittaços*, ou ainda a reivindicação e o confronto digital intensamente acionados a partir de repertórios já observados em ações conservadoras semelhantes, como aquelas protagonizadas por públicos bolsonaristas (Cesarino, 2022).

Foram dinâmicas registradas tanto na cobertura noticiosa quanto na amostra de publicações analisadas, indicando formas de atuação estruturadas pela midiaticização para direcionar atenção e transitar nesses espaços de visibilidade. Desse modo, ambos se inseriram no debate público não apenas por meio da cobertura da imprensa, mas também dos suportes algorítmicos. Ao longo da disputa interativa, assimilaram lógicas jornalísticas e próprias do Instagram para subvertê-las em seu favor. O uso de recursos e ferramentas de edição de conteúdo e a circulação e interpretação políticas mediadas por *hashtags* específicas, foram acionados por feminismos e antifeminismos, fazendo com que a construção de seus *frames* fosse mediada pelas acessibilidades disponibilizadas pela plataforma. Com a mesma intenção, circularam trechos de entrevistas e debates concedidos a veículos da mídia tradicional em

função de sua certificação de credibilidade. No caso antifeminista, chama atenção a frequência com que dispuseram desse repertório, mesmo criticando reiteradamente os enquadramentos e vieses da mídia tradicional. A comunicação estabelecida com a sociedade, portanto, não se deu de maneira independente daquilo que estavam contestando, o que demonstra que seus *frames* precisam encontrar ressonância nessa estrutura.

As evidências empíricas nos permitem afirmar o caráter estruturante dos padrões de interpretação compartilhados entre movimento e contramovimento como reconhecimento das lógicas de mídia percebidas por esses ativistas. Ao mesmo tempo, indicam sua agência nos processos interpretativos com as transformações produzidas de maneira interativa e conflitiva que enquadraram os conteúdos conforme seus interesses, sinalizando a presença das lógicas de mediação. Assumimos que a construção de quadros interpretativos necessita do suporte da mediação das novas tecnologias da comunicação, neste caso, da plataforma Instagram, mas também passa a interferir em seu próprio funcionamento à medida que é experimentada e que novos padrões de uso são criados. Um exemplo ilustrativo foi o vídeo com mais de seis minutos de duração produzido pelo deputado Nikolas Ferreira, contrariando a suposta melhor circulação de vídeos mais curtos na plataforma. Ainda assim, esse conteúdo obteve uma das maiores médias de taxa de interação entre as postagens do deputado naquele mês, com mais de 30 mil comentários, de acordo com os dados coletados via Fanpage Karma.

Além de atender as lógicas próprias dessa arena, novos usos podem ser tensionados pela apropriação, fazendo com que as brechas observadas e testadas viabilizem disputas, redirecionamentos e consolidem de novas formas de comunicação política. Como propomos no início da pesquisa, à medida que atores políticos não tem um dimensionamento preciso de quais resultados serão alcançados, negociam, como nesse exemplo, com lógicas da arena e, assim, possivelmente conseguem disputar o sentido de uma agenda entre adversários e a mídia. Esse repertório pode ser tornar de referência (Braga, 2006) para ações futuras próprias ou de outros atores políticos.

Uma das questões que emergem em relação às estruturas das novas mídias reside nos efeitos que as plataformas e seus peritos não conseguem prever nem controlar diretamente, mas que, ainda assim, coemergem da infraestrutura técnica por eles criada e que carrega seus vieses (Cesarino, 2022). Acreditamos ser uma contribuição relevante da tese a explicação de como as *affordances* são utilizadas para validar a construção de narrativas que se configuram na disputa de enquadramento entre atores opostos. Os repertórios desse ativismo digital replicam repertórios já conhecidos para circular de maneira diferida e difusa no espaço online, ao mesmo tempo em que incorporam outros elementos catalisadores, como as *hashtags* (Prudencio, 2014),

e outros recursos viabilizados por aspectos da midiaticização. Movimento e contramovimento sustentaram ou viabilizaram suas interpretações centrais da conjuntura por meio do “sequestro” de mecanismos de busca com títulos ofensivos ou evocativos de sentimentos como raiva e injustiça, por exemplo, bem como focaram na descaracterização de adversários políticos específicos na intenção de minar os quadros e as propostas opostas.

Com isso, foram atingidos os objetivos específicos de: a) identificar e descrever o repertório de ação dos movimentos feministas e dos contramovimentos para disseminar suas pautas e mobilizar a opinião pública; e b) analisar as trocas comunicacionais e a interação entre movimentos feministas e contramovimentos em torno da oposição entre suas pautas. Evidenciamos com os dados como a mudança de repertório se deu em razão da própria disputa e como essa é catalisada pelas *affordances* e pelas lógicas da arena, ao mesmo tempo em que também as reconfigura. A comunicação política dirigida à sociedade por meio de enquadramentos interpretativos, se apropriou de viabilidades capazes de atender de maneira mais eficaz aos incentivos de visibilidade algorítmica do Instagram, assim como da imprensa tradicional, a fim de circular em arenas que conferem validação de posicionamentos. Isso se tornou particularmente visível na disposição da imprensa em criticar o PL, contribuindo para a legitimação de quadros e lógicas ativistas feministas.

Ao evidenciarmos que as marcas de repertório são indicadores analíticos da transformação de enquadramentos, e que os veículos midiáticos não apenas disputaram interpretações sobre os protestos, mas também atuaram na própria construção dos eventos, dando suporte a determinados atores e causas, inferimos que a tese foi parcialmente confirmada. Observamos que as lógicas de midiaticização de fato se manifestaram no repertório de ação dos movimentos sociais e, conseqüentemente, em razão da disputa de enquadramentos, também no dos contramovimentos. A interação entre arenas aconteceu de maneira híbrida, a partir de adaptações e interferências recíprocas entre lógicas ativistas e midiáticas, capazes de produzir oportunidades orientadas à busca por visibilidade e mobilização públicas.

Não foi possível apreender, com os dados analisados, todos os fatores que determinaram a mobilização social em torno do PL da Gravidez Infantil, apesar de evidenciar as constantes trocas comunicacionais, bem como as dinâmicas de ação e resposta entre movimento e contramovimento que indicam algumas estratégias voltadas à desmobilização do adversário por meio do alinhamento de quadros de ação coletiva. Ambos os lados ofereceram justificativas morais destinadas a desacreditar a concretude do problema por ele identificado, se ancoraram em valores amplos, suprimiram dos quadros os enfoques considerados prejudiciais às próprias

agendas, transferiram a visibilidade de fatos indesejados para os concorrentes e exploraram mecanismos de busca e circulação para obscurecer a visibilidade adversária.

Não podemos compreender cada uma dessas ações como orientadas primordialmente à movimentação visível de públicos. Observamos essa interação de forma mais evidente nos ativismos antifeministas que sobrepuseram suas lógicas de atuação ao caráter estritamente contencioso do confronto político desenvolvido no campo digital por meio da intensificação das interações midiáticas. Embora tenham movimentado públicos em momentos pontuais e buscado a visibilidade dessa mobilização, essa não constituiu a centralidade de suas ações. Buscaram produzir força política por meio do alinhamento de significados, mesmo que entre indivíduos, parlamentares e a um número restrito de organizações, privilegiando sobretudo a disputa contenciosa. Menções a perfis, publicações colaborativas, incentivos a formas de engajamento digital e o uso de tantas outras viabilidades disponíveis assumem caráter político permeado pela pressão gerada por ativismos contenciosos que se desenvolvem na sobreposição de arenas. Desse modo, as dinâmicas de circulação midiática e os circuitos alternativos criados por meio das interações demonstradas, agem na alteração da comunicação e dos processos políticos contemporâneos.

Na medida em que verificamos a incidência dos processos de mediação nas dinâmicas e incentivos de mobilização desses atores, observamos um estímulo ao que chamamos de mobilização permanente. Significa dizer que as interações e as formas de circulação midiáticas identificadas a respeito da discussão sobre o aborto, fortalecem os processos que levam a mobilização de públicos que não buscam apenas a visibilidade na esfera pública. Essa dinâmica de interação entre os atores estabelece e fortalece o contínuo processo de mediação que se estende de maneira diferida e difusa, estimulando ações que não apenas busquem a movimentação de públicos na esfera de visibilidade, mas estimulem ações e disputas contínuas que representam diversas formas de mobilização.

Alcancamos, assim, o último objetivo específico proposto na tese, qual seja: c) refletir sobre as possibilidades e contradições das trocas comunicacionais impostas pelas lógicas de mediação na atuação dos movimentos sociais e contramovimentos feministas. As dinâmicas descritas demonstram como as formas contemporâneas de participação são profundamente atravessadas pelas estratégias empregadas na circulação de mensagens midiáticas e como se torna necessário, para disputar sentidos na esfera pública, mobilizar as viabilidades do ecossistema comunicacional que impõem seus modos de funcionamento. Ainda assim, a atuação feminista evidenciou a possibilidade de acionar determinados mecanismos com vistas a dominar a discussão pública sem comprometer princípios éticos que deveriam orientar a

circulação de informações. Não foram mobilizados, por exemplo, os mesmos quadros conspiratórios ou estratégias de questionamento de verdades estabelecidas empregados pelo lado antifeminista, enquanto que esse, por sua vez, pode normalizar tais enquadramentos por meio de sua circulação e validação sem restrições em uma plataforma convencional e popular.

A partir do diagnóstico de que a disputa de enquadramentos constitui um recurso estratégico para a consolidação da comunicação política e essa, por sua vez, é atravessada e se sobrepõe às lógicas dos ativismos digitais e das arenas midiáticas, refletimos sobre a incidência da midiaticização da sociedade nas disputas de enquadramentos e de repertórios de ação que reformulam processos de mobilização de públicos. Assim, contribuímos para a renovação da agenda de estudos sobre ativismo contemporâneo, ao retratar uma conjuntura distinta daquela que orientou os principais modelos analíticos. Essa renovação se dá mediante a consideração de novos quadros analíticos, sem prejuízo dos conhecimentos já consolidados sobre participação política, como é o caso da Teoria do Processo Político.

De acordo com a TPP, movimentos sociais constroem repertórios de mobilização, ao passo que elites e Estados desenvolvem repertórios de contenção, como repressão policial, criminalização de movimentos sociais, judicialização, entre outros. Contudo, adequada às particularidades da comunicação política brasileira, utilizamos essa teoria de modo a demonstrar que atores estatais não necessariamente atuam apenas para coibir ou criminalizar, mas podem integrar a própria dinâmica ativista, que só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva relacional e contenciosa que considere estruturas algorítmicas e midiáticas e a atuação de jogadores estratégicos que fortalecem a mobilização contínua nesse processo, não estando apenas orientados à circulação na esfera de visibilidade pública.

Como indica a literatura empregada, novos atores emergem na cena da ação coletiva e acabam por borrar as fronteiras entre o institucional e o não institucional, ora desafiando o Estado por meio da atuação cívica, ora usufruindo de sua estrutura em articulação com lógicas conectivas e/ou de construção de redes. O estudo de Oslo e Massuchin (2025) demonstra o alinhamento de grupos de direita com a elite política, especialmente em relação a reverberação de conteúdos. Não obstante, relações entre instâncias institucionais e organizações ativistas também podem ser observadas nos grupos feministas analisados. Nesse sentido, ainda que amparadas por lógicas por vezes contraditórias, ações de contestação como as analisadas nesta pesquisa podem materializar dinâmicas orientadas à transformação social em prol da ampliação de direitos e da denúncia de propostas autoritárias e violentas.

Em suma, a contribuição teórica e empírica da tese para estudos futuros se concentra na necessidade de analisar os processos de midiaticização que permeiam disputas interacionais, bem

como os desafios estratégicos impostos por essa dinâmica, para aprofundar a compreensão das formas contemporâneas de ação coletiva. Com um olhar crítico, o processo de desenvolvimento desta pesquisa certamente provocou incertezas e angústias em relação a conjuntura desafiadora que vivenciamos e que afeta diretamente a construção e consolidação de perspectivas cidadãs. No entanto, longe de esgotarmos o debate a respeito das experiências feministas e dos ativismos midiáticos, finalizo esta tese também com esperança frente às reflexões sobre alternativas possíveis que podem ser construídas a partir de um olhar atento ao nosso redor e às nossas práticas, construído, sobretudo, a partir do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 34, p. 315-332, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p315>
- ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira; HJARVARD, Stig. A lógica da mídia e as condições midiáticas de interação social. **Cadernos de Campo**, v. 32, n. 1, p. 1-22, 2023. DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe209521. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/209521>. Acesso em: 18 out. 2023.
- ALIMI, Eitan Y. Repertoires of Contention. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (Eds.). **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford University Press, 2015. cap. 26, p. 410-422.
- ALMEIDA, Debora Rezende de; LÜCHMANN, Lígia. Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. In: TATAGIBA, Luciana.; ALMEIDA, Debora. R. de; LAVALLE, Adrian. G.; SILVA, Marcelo K. (Orgs.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 129-155.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos en Movimiento, Feminismos en Protesta. **Punto Género**, n. 11, p. 73-102, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/2735-7473.2019.53881>. Acesso em 16 abr. 2025.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acesso em 16 abr. 2025.
- ANDRADE, Isabela Guimarães. Os afetos antifeministas de Damares Alves: mobilização do medo e neoconservadorismo no Brasil. In: COMPOLÍTICA, 10., 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Ceará, 2023. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2023/05/SICs_Andrade.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.
- ARAGUSUKU, Henrique Araujo. **Um panorama do contramovimento antigênero no Brasil: emergência, redes e narrativas**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas.
- AVELAR, Lucia.; CABRERA, Patricia M.; GOULART, Mayra; MELO, Jéssica. Womanhood in dispute: The impact of feminist and counter-feminist movements on the actions of congresswomen in Brazil. In: LIMA, V.; PANNAIN, R. N.; MARTINS, G. P. (ed.). **The Consequences of Brazilian Social Movements in Historical Perspective**. Routledge, 2022. p. 228-250.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. E-book.

BANASZAK, Lee Ann; ONDERCIN, Heather. **Explaining Movement and Countermovement Events in the Contemporary U.S. Women's Movement**. *In:* AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION MEETINGS, 2010, Washington D.C. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1668884. Acesso em: 18 ago. 2024.

BARROS, Laan Mendes de. Recepção, mediação e midiaticização: conexão entre teorias europeias e latino-americanas. *In:* JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Angela; JACKS, Nilda (org.). **Mediação & Midiaticização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 79-105.

BAUER, Mareike F. Beauty, baby and backlash? Anti-feminist influencers on TikTok. **Feminist Media Studies**, v. 24, n. 5, p. 1023–1041, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2023.2263820>

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BENFORD, Robert D. An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective. **Sociological Inquiry**, v. 67, n. 4, p. 409-430, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1997.tb00445.x>

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.

BENNETT, Lance W.; SEGERBERG, Alexandra. Communication in Movements. *In:* DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (ed.). **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford University Press, 2015. cap. 23, p. 367-382.

BENNETT, Lance W.; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, 739-768, 2012. DOI: [10.1080/1369118X.2012.670661](https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661)

BIROLI, Flavia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, dez. 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>. Acesso em 19 ago. 2024.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLAIS, Melissa; DUPUIS-DÉRI, Francis. Masculinism and the Antifeminist Countermovement. **Social Movement Studies**, v. 11, n. 1, p. 21–39, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14742837.2012.640532>. Acesso em 16 abr. 2025

BRAGA, José Luiz. *Sapiens... qui nesciat*: A aprendizagem social e o Homo sapiens midiaticizado. In: FERREIRA, Jairo *et al* (org.). **Sapiens midiaticizado**: conhecimentos comunicacionais na constituição da espécie. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022. p. 43-61.

BRAGA, José Luiz. Midiaticização & democracia: sistemas de relações no ambiente social. In: CASTRO, Paulo César (org.). **Midiaticização e reconfigurações da democracia representativa**. Campina Grande: EDUEPB, 2019. p. 56-75. Disponível em: <http://ciseco.org.br/index.php/academico/livros-do-ciseco>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRAGA, José Luiz. Instituições & Midiaticização - um olhar comunicacional. In: FERREIRA, Jairo *et al*. (org.). **Entre o que se diz e o que se pensa - onde está a midiaticização?** Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2018. p. 291-311.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos Interacionais. In: BRAGA, José Luiz *et al*. (org.). **Matrizes interacionais**: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB, 2017a, p. 16-41.

BRAGA, José Luiz. Circuitos de comunicação. In: BRAGA, José Luiz *et al*. (org.). **Matrizes interacionais**: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB, 2017b. p. 43-64.

BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da midiaticização? In: FAUSTO NETO, Antonio; ANSELMINA, Natália Raimondo; GINDIN, Irene Lis (org.). **Relatos de investigaciones sobre mediaticizaciones**. 1 ed. Rosário, Argentina: UNR Editora, 2015. p. 15-32.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (org.). **Mediação & Midiaticização**. Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2012. p. 31-52.

BRAGA, José Luiz. Mediaticização como processo interacional de referência. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2175497790408>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRIGHENTI, Adrea Mubi. Visibility: a category for the social sciences. **Current Sociology**, v. 55, n. 3, p. 323-342, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0011392107076079>

BRITO, Priscilla Caroline S. Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11 & 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares#P>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRODBECK, Pedro de Souza Lima; PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Da avenida Paulista ao Partido MBL: uma análise do funil de engajamento e da formação política do MBL. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 34., 2025, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Compós, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11316>. Acesso em: 03 mar. 2026.

BUCHER, Taina. Want to be on the top? Algorithmic power and the threat of invisibility on Facebook. *New Media & Society*, v. 14, n. 7, p. 1164–1180, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444812440159>.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BÜLOW, Marisa von; GOBBI, Danniell; DIAS, Tayrine. O Conceito de Ativismo Digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. *In: TATAGIBA, Luciana.; ALMEIDA, Debora. R. de; LAVALLE, Adrian. G.; SILVA, Marcelo K. (Orgs.). Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências.* Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 307-325.

CABALLERO, Francisco Sierra. Cidadania, comunicação e ciberdemocracia. *In: SOARES, Murilo Cesar et al. (org.). Mídia e cidadania: conexões emergentes.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 37-54.

CAIANI, Manuela; TRANFIĆ, Ivan. Weaving the transnational anti-gender networks. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 423–439, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17813/1086-671X-29-4-423>.

CARLÓN, Mario. ¿Crisis de la democracia representativa? mediatización y circulación. *In: CASTRO, Paulo César (org.). Midiatização e reconfigurações da democracia representativa.* Campina Grande: EDUEPB, 2019. p. 19-39. Disponível em: <http://ciseco.org.br/index.php/academico/livros-do-ciseco>. Acesso em: 18 out. 2023.

CARLOS, Euzeneia. Ativismos de gênero no Brasil: enquadramentos e (contra)enquadramentos antigênero. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 48., 2024, Campinas, SP. Anais do 48º Encontro Anual da ANPOCS.* Campinas: ANPOCS, 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

CASERO-RIPOLLÉS, Andreu; LÓPEZ-LÓPEZ, Paulo Carlos. Introduction: A multipolar and de-Westernized vision of political communication in the digital age. *In: CASERO-RIPOLLÉS, Andreu; LÓPEZ-LÓPEZ, Paulo Carlos (Eds.). The Routledge Handbook of Political Communication in Ibero-America.* Londres e Nova Iorque: 2025. p. 1-15.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHADWICK, Andrew. **The Hybrid Media System: Politics and Power.** 2ª Ed. Oxford University Press, 2017.

CHADWICK, Andrew; DENNIS, James; SMITH, Amy P. Politics in the age of hybrid media: power, systems, and media logics. *In: BRUNS, Axel; ENLI, Gunn; SKOGERBO, Eli; LARSSON, Anderson Olof; CHRISTENSEN, Christian (Org.). The Routledge Companion to Social Media and Politics.* Routledge, 2016. cap. 1.

CHAGAS, Viktor; MASSUCHIN, Michele Goulart. Repertórios e estratégias do ativismo digital de direita. In: TATAGIBA, Luciana.; ALMEIDA, Debora. R. de; LAVALLE, Adrian. G.; SILVA, Marcelo K. (Orgs.). **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 207-231.

CHAPARRO, Amneris. Las olas feministas, ¿una metáfora innecesaria? **Korpus** 21, v. 2, n. 4, p. 77-92, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22136/korpus21202284>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CHOUCAIR, Tariq; ALVES, Francisco G.; MAIA, Rousiley, C.M. Conflitos, desacordos políticos e a direita brasileira em movimento 2013-2023. In: MAIA, Rousiley, C. M.; ORLANDINI, Maiara (orgs.). **Esfera pública no Brasil**: diferentes faces dos conflitos sociais, rupturas e reconstrução democrática. Salvador: EDUFBA, 2025.

COGO, Denise. Mídia, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cícilia M. Krohling (org.). **Vozes cidadãs**: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004. p. 41-56.

CORREDOR, Elizabeth S. Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. **Signs**, v. 44, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1086/701171>.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v5i2.380>.

COULDRY, Nick. **Media, Society, World**: Social Theory and Digital Media Practice. Cambridge: Polity Press, 2012.

CUPAC, Jelena; EBETÜRK, Irem. Competitive mimicry: The socialization of antifeminist NGOs into the United Nations. **Global Constitutionalism**, v. 11, n. 3, p. 379–400, 2022. DOI: 10.1017/S2045381721000186

DAHLGREN, Peter; ALVARES, Claudia. **Political Participation in an age of Mediatisation**: Towards a new research agenda. *Javnost - The Public*, v. 20, n. 2, p. 47-65, 2013. DOI: 10.1080/13183222.2013.11009114.

DAYAN, Daniel. Conquering Visibility, Conferring Visibility: Visibility Seekers and Media Performance. **International Journal of Communication**, v. 7, p. 137-153, 2013. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1966>. Acesso em: 22 abr. 2025.

DEACON, David; STANYER, James. Mediatization: key concept of conceptual bandwagon? **Media, Culture & Society**, v. 36, n. 7, p. 1032-1044, ago., 2014.

DELLA PORTA, Donatella. **Regressive Movements in Times of Emergency**: The Protests Against Anti-Contagion Measures and Vaccination During the Covid-19 Pandemic. Nova Iorque: Oxford University Press, 2023.

DELLA PORTA, Donatella *et al.* Organizational repertoires of movement parties. In: DELLA PORTA, Donatella; MOSCA, Lorenzo. **Movement Parties Against Austerity**. Cambridge: Polity Press, 2017. p. 67-101

DELLA PORTA, Donatella. Bridging research on democracy, social movements and communication. In: CAMMAERTS, Bart; MATTONI, Alice; McCURDY, Patrick. (org.). **Mediation and protest movements**. Bristol: Intellect, 2013. cap. 1, p. 21-37.

DELLA PORTA, Donatella; PAVAN, Elena. The nexus between media, communication and social movements: looking back and the way forward. In: GRAHAM, Meikle (org.). **The Routledge Companion to Media and Activism**. Nova Iorque: Routledge, 2018. p. 29-37.

DORF, Michael C.; TARROW, Sidney. Strange bedfellows: How an anticipatory countermovement brought same-sex marriage into the public arena. **Law & Social Inquiry**, v. 39, n. 2, p. 449–473, 2014. DOI: 10.1111/lsi.12069.

DOWNEY, Dennis J.; ROHLINGER, Deana A. Linking strategic choice with macroorganizational dynamics: strategy and social movement articulation. In: COY, Patrick G. (ed.). **Research in Social Movements, Conflicts and Change**. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, 2008. v. 28, p. 3-38.

ELDER, Laurel, GRENNE, Steven; LIZOTTE, Mary-Kate. Feminist and Anti-Feminist Identification in the 21st Century United States. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 42 n. 3, p. 243–259, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/1554477X.2021.1929607>.

FADAEI, Simin. Social Movements, countermovements, and their dynamic interplay. In: DERICHS, Claudia; FENNERT, Dana (ed.). **Women's Movements and Countermovements: The Quest for Gender Equality in Southeast Asia and the Middle East**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. 9-26.

FAUSTO NETO, Antônio. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antônio; VALDETTARO, Sandra (org.). **Mediatización, Sociedad y Sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Rosario, Argentina: Departamento de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Rosario, 2010. p. 2-15

FILLIEULE, Olivier; JIMÉNEZ, Manuel. Appendix A: the methodology of protest event analysis and the media politics of reporting environmental protest events. In: ROOTES, Christopher (ed.). **Environmental protest in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2023. p. 258-279.

GALETTI, Camila. Antifeminismo. In: GALETTI, Camila; RIVETTI, Jéssica Melo (org.). **Feminismos em Movimento**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2023. E-book.

GARRAIO, Júlia; TOLDY, Teresa. “Ideologia de gênero”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. **Mandrágora**, v. 26, n. 1, p. 129–155, 2024. DOI: 10.15603/2176-0985/mandragora.v26n1p129-155. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/mandragora/article/view/1103>. Acesso em: 16 abr. 2025.

GARRIDO-RODRÍGUEZ, Carmen. Repensando las olas del feminismo. Una aproximación teórica a la metáfora de las olas. **Investigaciones Feministas**, v. 12, n. 2, p. 483-492, 18 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5209/infe.68654>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundosplurales**, v. 6, n. 1, p. 93-119, 2019. DOI: 10.17141/mundosplurales.1.2019.3925

GOHN, Maria da Glória. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, v. 5, n. 14, p. 238-253, 2013a.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013b.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>

GOMES, Wilson. Da Discussão à Visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 117-162.

GOSS, Karine P.; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, v. 2, n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624/12489>. Acesso em: 22 abr. 2025

HANSEN, Messiluce da Rocha. Esfera de visibilidade pública midiática, redes de comunicação e os atores coletivos da sociedade civil. Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania, do **VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, 2006. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/lista_autor.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

HENDRIKSE, Reijer. The Rise of Neo-Illiberalism. **Krisis**, v. 41, n. 1, p. 65-93, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21827/krisis.40.2.37158>

HENRIQUES, Márcio Simeone. Dimensões dos públicos nos processos de comunicação pública: formas de conhecimento, ação e organização. In: SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade; AMORIM, Lidiane Ramirez de (org.). **(Re) leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 53-66.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

HEPP, Andreas. Da midiaticização à midiaticização profunda. In: FERREIRA, Jairo *et al.* (org.). **Midiaticização, polarização e intolerância: entre ambientes, meios e circulações**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. p. 23-37. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/editoras/facos/midiatizacao-polarizacao-e-intolerancia>. Acesso em 18 out. 2023.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. **MATRIZES**, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64>.

HEPP, Andreas. Mediatization and the “moulding force” of the media. **Communications**, v. 37, n. 1, p. 1-28, 2012.

HEPP, Andreas; HJARVARD, Stig; LUNDBY, Knut. Mediatization: theorising the interplay between media, culture and society. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 2, p. 314-322, 2015

HJARVARD, Stig. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.19828160.v8i1p21-44>.

HJARVARD, Stig. Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91>.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ITUASSU, Arthur. **A nova regra do jogo: Mídias digitais, política e democracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2025.

JASPER, James. M. **The emotions of protest**. University of Chicago Press, 2018.

JASPER, James. A Strategic Approach to Collective Action: Looking for Agency in Social-Movement Choices. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2004. DOI: <https://doi.org/10.17813/maiq.9.1.m112677546p63361>.

JASPER, James M.; MORAN, Kevin; TRAMONTANO, Marisa. Estrategy. *In*: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (ed.). **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford University Press, 2015. cap. 25, p. 399-499.

JASPER, James M.; KING, Brayden. Strategic Interactions in Consumer Politics: Lessons from the Sociology of Social Movements. **Journal of the Association for Consumer Research**, v. 9, n. 4, p. 367-377, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1086/731914>.

KALM, Sara; MEEUWISSE, Anna. The Moral Dimension of Countermovements: The Case of Anti-Feminism. *In*: SEVELSTED, Andres; TOUBØL, Jonas (ed.). **The Power of Morality in Movements: Civic Engagement in Climate Justice, Human Rights, and Democracy**. Springer Cham, 2023. p. 291-314. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-98798-5>

KOZICKI, Katya; BONATTO, Marina. O papel do movimento feminista na radicalização da democracia. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1–27, 2022. DOI: 10.35699/2525-8036.2022.39329

LASTA, Elisângela. Estratégias sociotécnicas de visibilidade e legitimidade na comunicação organizacional em rede. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. **Anais do GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação**. Curitiba, PR: Intercom, 2017. p. 1-15.

LIND, Benjamin; STEPAN-NORRIS, Judith. The Relationality of Movements: Movement and Countermovement Resources, Infrastructure, and Leadership in the Los Angeles Tenants' Rights Mobilization 1976- 1979. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 5, p. 1564-1609, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1086/657507>

LO, Clarence Y. H. Countermovements and Conservative Movements in the Contemporary U.S. **Annual Review of Sociology**, v. 8, p. 107–134, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2945990>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Repertórios de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para a comunicação digital e o ativismo no Brasil**. Bauru, 2025. 135 f. Tese (Livre-docência em) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, 2025.

LUVIZOTTO, Caroline K. Repertório de ação e de comunicação dos movimentos sociais: o ciberativismo durante a Pandemia de Covid-19. In: PERUZZO, C. M. K.; RIBEIRO, V.; LIMA, H. L. D. (coord.). **Comunicação, identidades e diálogo na cidade mediatizada**. Porto: CITCEM, 2022, p. 162-170.

MAIA, Rousiley C. M. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 163-194.

MAIA, Rousiley C. M.; CHOUCAIR, Tariq; SANGLARD, Fernanda N. **Análise de enquadramentos**. In: MAIA, Rousiley C. M. (org.). Métodos de pesquisa em comunicação política. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 109-127.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociol. Antropol.**, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>

MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. Autêntica, 2007.

MANEY, G. M. et al. (ed.). **Strategies for Social Change: Examines how strategies within social movements develop and work**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.

MANSBRIDGE, Jane; SHAMES, Shauna L. Toward a Theory of Backlash: Dynamic Resistance and the Central Role of Power. **Politics & Gender**, v. 4, n. 4, p. 623 – 634, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X08000500>

- MARCONDES, Ciro. A construção comunicacional da realidade. *In*: FERREIRA, Jairo *et al.* (org.). **Sapiens midiaticizado**: conhecimentos comunicacionais na constituição da espécie. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022. p. 29-41.
- MARQUES, Ângela Salgueiro; NOGUEIRA, Erika Dias. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. **Revista Comunicação Midiática**, v. 7, n. 2, p. 138-161, maio/ago., 2012. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/291/290>. Aceso em: 22 abr. 2025.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: 3 introduções. **MATRIZES**, v.12, n. 1, p. 9-31, jan./abr., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31>
- MARTINO, Luís Mauro de Sá. Rumo a uma teoria da midiaticização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. **Intexto**, Porto Alegre, n. 45, p. 16-34, maio/ago., 2019.
- MARTINS, Marcos Francisco. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa**, v. 4, n. 2, p. 41-68, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v4i2.364>
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>
- MATTONI, Alice. **Media Practices and Protest Politics**: How precarious workers mobilise. Nova Iorque: Routledge, 2016.
- MATTONI, Alice. Repertoires of communication in social movement processes. *In*: CAMMAERTS, Bart; MATTONI, Alice; McCURDY, Patrick (org.). **Mediation and protest movements**. Bristol: Intellect, 2013. cap. 2, p. 39-56.
- McCAMMON, Holly J. *et al.* (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 73-98, 2006.
- MEYER, David S.; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. **American Journal of Sociology**, v. 101, n. 6, p.1628–1660, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1086/230869>
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Teoria política feminista, hoje. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 07-54.
- MOROZOV, Evgeny. **The net delusion**: The dark side of Internet freedom. New York: PublicAffairs, 2011.

MOTT, Tahi L. The Analysis of Countermovements. **Social Problems**, v. 27, n. 05, p. 620-635, 1980. DOI: <https://doi.org/10.2307/800200>

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 265-282.

MUNIZ, Aressa Joel. **A agenda feminista na pauta do portal G1 nas eleições de 2014 e 2018**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Bauru, 2019.

OLIVEIRA, Carem Aline de. **Movimento antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015-2019)**. 2020. 250 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

ORSO, Maíra; MASSUCHIN, Michele G. The Brazilian digital far-right: activist groups and discursive repertoire. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, [S. l.], v. 34, p. 1–32, 2025. DOI: 10.26851/RUCP.34.10. Disponível em: <https://revistasfcs.edu.uy/index.php/rucp/article/view/230>. Acesso em: 2 mar. 2026.

PAIVA, Fernanda P.; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. Entre ruas, hashtags e redes submersas: latência e visibilidade no ativismo feminista. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], n. 40, p. 185–207, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/49187>. Acesso em: 22 dez. 2025.

PARRILLO, Vicente N. Contramovimentos. *In*: SAGE Publications. **Encyclopedia of Social Problems**, v. 2, p. 176-177, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4135/9781412963930>

PAVAN, Elena; DELLA PORTA, Donatella. Social movements, communication, and media. *In*: LIEVROUW, Leah A.; LOADER, Brian D. (org.). **Routledge Handbook of Digital Media and Communication**. Nova Iorque: Routledge, 2021. cap. 23, p. 307-318.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; MEDEIROS, Jonas. Os coletivos sob um olhar culturalista: deslocamentos analíticos. *In*: TATAGIBA, Luciana.; ALMEIDA, Debora. R. de; LAVALLE, Adrian. G.; SILVA, Marcelo K. (Orgs.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 285-305.

PEREIRA, Matheus M.; SILVA, Camila Farias da. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. **Sociol. Antropol.** v. 10, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10212>.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 3, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n383260.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA

(ALACIP), 10., 2019, Monterrey. **Anais [...]** Monterrey: Associação Latino-americana de Ciência Política e Associação Mexicana de Ciência Política e Tecnológico de Monterrey, 2019.

PERUZZO, Cicilia Maria K. Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 14, n. 28, p. 31-49, 2015. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3874>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 283-304.

PIMENTA, Laura Nayara; HENRIQUES, Márcio Simeone; MACHADO, Marlene Pereira. Fatores de (des)mobilização social no enfrentamento à pandemia de Covid-19 pelas populações periféricas de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Dispositiva**, v. 9, n. 6, p. 87-106, ago./dez. 2020. DOI: 10.5752/P.2237-9967.2020v9n16p87-106

POPOLIN, Guilherme; SABBATINI, Letícia; SARMENTO, Rayza. Questões de gênero nos grupos bolsonaristas no Whatsapp. **Revista FAMECOS**, v. 31, n. 1, 2024. DOI: 10.15448/1980-3729.2023.1.44017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/44017>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PRUDENCIO, Kelly. Entre a cruz e a caldeirinha: ativismo digital e os limites para o debate público. *In*: FARIAS, Luiz Alberto de; LEMOS, Else; REBECHI, Cláudia N. (org.). **Opinião Pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 194-210.

PRUDENCIO, Kelly. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. **Compólitica**, v. 4, n. 2, p. 87-110, mar., 2014. DOI: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2014.4.2.69>.

PRUDENCIO, Kelly C.; RIZZOTTO, Carla Candida. Do ativismo à representação: por uma agenda de pesquisa sobre mídia, gênero e política. **Libero**, n. 48, p. 5-10, 2021. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1683>. Acesso em: 22 abr. 2025.

REGER, Jo. Contemporary Feminism and Beyond. *In*: McCAMMON, Holly J. *et al.* (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017. p. 109-128.

REGER, Jo. **Everywhere and Nowhere: Contemporary Feminism in the United States**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

REZENDE, Patricia Jimenez. **Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/46119>. Acesso em: 18 ago. 2024.

RINCÓN, Omar; URIBE-RINCÓN, Catalina. Political communication in Latin America. *In*: CASERO-RIPOLLÉS, Andreu; LÓPEZ-LÓPEZ, Paulo Carlos (Eds.). **The Routledge Handbook of Political Communication in Ibero-America**. Londres e Nova Iorque: 2025. p. 19-31.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Gênero em perspectiva interseccional. **Plural**, v. 6, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159740>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ROCHA, Camila. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento antiaborto no Brasil. **Revista TOMO**, n. 36, p. 43–77, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.vi36.12777>

RODRIGUES, Carla. “Problemas De Gênero Na e Para a Democracia.” **Ciência e Cultura**, FapUNIFESP (SciELO), 2017. p. 30-34.

ROHLINGER, Deana A. Transformations in American Political Participation. *In*: ROHLINGER, Deana A.; SOBIERAJ, Sarah (ed.). **The Oxford Handbook of Digital Media Sociology**. Oxford University Press, 2022. cap. 33, p. 683-700.

ROHLINGER, Deana A. Mobilizing the Faithful: Conservative and Right-Wing Women’s Movements in America. *In*: McCAMMON, Holly J. *et al.* (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. New York: Oxford University Press, 2017. cap.7, p. 150-171.

ROHLINGER, Deana A. **Abortion Politics, Mass Media, and Social Movements in America**. Cambridge University Press, 2015.

ROHLINGER, Deana A. Framing the Abortion Debate: Organizational Resources, Media Strategies, and Movement-Countermovement Dynamics. **The Sociological Quarterly**, v. 43, n. 4, p. 479-207, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2002.tb00063.x>

ROTH, Benita. Intersectionality: Origins, Travels, Questions, and Contributions. *In*: McCAMMON, Holly J. *et al.* (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017. p. 129-149.

RÜDIGER, Francisco. Os estudos de mídia e a problemática epistemológica da teoria da midiatização – uma nova escolástica? **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 745- 769, 2015. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.745-769>

SANDERS, Rebecca; JENKINS, Laura D. Special issue introduction: Contemporary international anti-feminism. **Global Constitutionalism**, v. 11, n. 3, p. 369-378, 2022. DOI:10.1017/S2045381722000144

SANTOS, Heloísa Souza do. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista**: análise do Think Olga e Revista Azmina. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Bauru, 2019.

SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. **BIB**, n. 87, p. 181-202, 2018. DOI: 10.17666/bib8708/2018

SARMENTO, Rayza; ELIAS, Maria Ligia G. G. R.; MARQUES, Gabrielle. A comunicação digital e as pautas das deputadas brasileiras “de direita” no Instagram. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 20, n. 1, p. 59-83, 2023. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/240>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMAN, Lígia Helena Hahn. Um panorama dos estudos sobre os movimentos sociais e a participação no Brasil. *In*: SCHERERWARREN, Ilse; LÜCHMAN, Lígia Helena Hahn (org.) **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. p. 14-42.

SCHREIBER, Ronnee. Anti-Feminist, Pro-Life, and Anti-ERA Women. *In*: McCAMMON, Holly J. *et al.* (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017. p. 315-332.

SENA, Kárita Emanuelle Ribeiro; VOLPATO, Alana Nogueira. Comunicação, Mídiação e Democracia: dos *mass media* à datificação. **Comunicação Midiática**, v. 17, n. 1, p. 106-120, 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/537>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SGORLA, Fabiane. A “visibilidade midiática” - da “sociedade midiática” à “sociedade midiaticizada”. **Revista Tecer**, v. 3, n. 4, 2010.

SILVA, Daniel Reis. Dinâmicas da desmobilização: a criação de entraves aos processos de formação e movimentação de públicos. **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**, PUC-RS, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

SILVA, Diego Wander; BALDISSERA, Rudimar. Estratégias abusivas de redução e direcionamento da visibilidade nas mídias sociais. *In*: ANDRELO, Roseane; PORÉM, Maria Eugênia; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (org.). **Comunicação organizacional e interdisciplinaridade: as interfaces possíveis**. Salvador: EDUFBA, 2023, p. 97-112.

SILVA, Marcelo Kunrath; PAREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 20, p. 26-49, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.647>

SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Em nome de Deus: os ativismos evangélicos progressistas. *In*: TATAGIBA, Luciana.; ALMEIDA, Debora. R. de; LAVALLE, Adrian. G.; SILVA, Marcelo K. (Orgs.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 157-182.

SMITHEY, Lee A. Social Movement Strategy, Tactics, And Collective Identity. **Sociology Compass**, v. 3, n. 4. 658-671, 2009. Disponível em: <https://works.swarthmore.edu/fac-soc-anth/32>. Acesso em: 03 abr. 2025.

SOARES, Murilo Cesar. **Análise de enquadramento**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 3-17.

SOSA, Joseph Jay. Subversive, Mother, Killjoy: Sexism against Dilma Rousseff and the Social Imaginary of Brazil's Rightward Turn. *Signs*, v. 44, n. 3, p. 717-741, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1086/701158>

STAGGENBORG, Suzanne; MEYER, David. S. Understanding countermovements. In: TINDALL, David; STODDART, Mark C. J.; DUNLAP, Riley E. (ed.). **Handbook of Anti-Environmentalism**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2022. cap. 2. p. 23-42.

STAGGENBORG, Suzanne; SKOCZYLASS, Marie B. Battles over Abortion and Reproductive Rights: Movement Mobilization and Strategy. In: McCAMMON, Holly J. *et al* (eds.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. New York: Oxford University Press, 2017. chapter 10, p. 214-231.

STASIAK, Daiana. Visibilidade e interação na era da cibercultura: novas propostas comunicacionais para as organizações. In: VIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2014, Londrina. **Anais Comunicação, Interculturalidade e Organizações: faces e dimensões da contemporaneidade**. Londrina/PR: Abrapcorp, 2014.

STRÖMBACK, Jesper; ESSER, Frank. Introduction: making sense of the mediatization of politics. *Journalism Studies*, v. 15, n. 3, p. 243-255, 2014. DOI <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.897412>.

TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements and contentious politics**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TARROW, Sidney. Charles Tilly and the Practice of Contentious Politics: from France to England and [not quite] back again. *Histoire@Politique, Politique, culture, société*, v. 10, n. 1, p. 8, 2010.

TATAGIBA, Luciana.; ALMEIDA, Debora. R. de; LAVALLE, Adrian. G.; SILVA, Marcelo K.; ABERS, Rebecca N. Introdução: Participação, Ativismos e Democracia – Uma trajetória contenciosa. In: TATAGIBA, Luciana.; ALMEIDA, Debora. R. de; LAVALLE, Adrian. G.; SILVA, Marcelo K. (Orgs.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 11-34.

TEIXEIRA, Jacqueline. M.; BULGARELLI, Lucas. Gender and sexuality (still) in dispute: Effects of the spread of “gender ideology” in Brazil. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana (ed.). **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Routledge: London, 2023. p. 158-171. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003193012>

THIBES, Mariana Zanata; PEREIRA, Natasha Bachini; SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana Senne. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. *Simbiótica*, Vitória, v.7, n.3, 2020.

THOMAS, Sue. “Backlash” and Its Utility to Political Scientists. **Politics & Gender**, v. 4, n. 4, p. 615 – 623, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X08000494>

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **MATRIZES**, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, jan./jul., 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677/1475>. Acesso em: 22 abr. 2025.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social Science History**, v. 17, n. 2, p. 253–280, 1993. DOI:10.1017/S0145553200016849

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr., 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100003>

TRIVINHO, Eugênio Rondini. Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 2, p. 111–125, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v4i2p111-125. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38295>. Acesso em: 17 abr. 2025.

VOLPATO, Alana Nogueira. **Estratégias de visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiaticizada**. 2022. 311 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/237290>. Acesso em: 18 ago. 2024.

VON SIKORSKI, Christian; MERZ, Patricia; HEISS, Raffael; KARSAY, Katrin; NADERER, Brigitte; SCHMUCK, Desirée. The political role of social media influencers: strategies, types, and implications for democracy—an introduction. **American Behavioral Scientist**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/00027642251344208>

ZALD, Mayer; USEEM, Bert. Movement and Countermovement: Loosely Coupled Conflict. **Social Organization, Center for Research on - Working Paper Series (CRSO)**, set., 1982. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/51046>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ZAREMBERG, Gisela; ALMEIDA, Débora Rezende de. **Feminisms in Latin America: pro-choice nested networks in Mexico and Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Série Elements in Politics and Society in Latin America. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781108919258>

ZELLER, Michael C. Demobilising far-right demonstration campaigns: Coercive counter-mobilisation, state social control, and the demobilisation of the Hess Gedenkmarsch campaign. **Social Movement Studies**, v. 21, n. 3, p. 372-390, 2021. DOI: 10.1080/14742837.2021.1889493

APÊNDICE A – Quadro com as características consideradas das fontes de notícias

1) Nome do veículo e data da publicação da matéria	Descrição em texto
2) Tipo de veículo	Classificados de acordo com as informações obtidas em páginas de descrição nos sites dos veículos, como “quem somos”.
a) Imprensa	Fontes ligadas a organizações midiáticas tradicionais.
b) Veículo de nicho	Portais de notícias, jornais e revistas comprometidos com as normas profissionais do jornalismo.
c) Portais de notícias	Sites que veiculam notícias exclusivamente na internet e não possuem vinculação a organizações dos meios de massa.
d) Outros	Demais veículos que não se enquadrem nas opções anteriores. Inclui blogs, sites de ONGs ou partidos.
3) Âmbito de circulação da imprensa e portais de notícias	Identificação do âmbito de cobertura noticiosa do veículo
a) Local	Veículos voltados a produção noticiosa local/municipal, ou circulação local
b) Regional	Veículos voltados a produção noticiosa regional/que abrange um conjunto de cidades ou o estado, ou circulação regional
c) Nacional	Veículos voltados a produção noticiosa que abrange o país, ou circulação nacional
4) Reprodução de fontes de ambientes digitais	Inserção na notícia de mídias advindas de plataformas de redes sociais digitais
5) Atores citados nas matérias	Lista de atores considerados contra ou a favor da pauta em questão. Devem ter realizado algum tipo de ação mobilizatória e/ou que se posicionaram e que sejam identificáveis a partir de sua apresentação ou da possibilidade de confirmação da identidade (Orlandini; Maia, 2025).

APÊNDICE B – Quadro dos atores feministas selecionados para a análise do Instagram

Ator	Descrição	Quantidade de seguidores no Instagram	Quantidade de publicações analisadas	Identificado(a) nos meios noticiosos ou nas publicações colaborativas
Organizações de movimentos sociais, campanhas, coletivos e frentes organizadoras - Organizações clássicas de movimentos sociais e outras formas de organização ativista, como as campanhas ativistas e as frentes organizadoras de protestos que unem outras organizações e agem como articuladoras (Carlos, 2024).				
Articulação de Mulheres Brasileiras	É um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário. Se organiza em diferentes estados por meio de redes, fóruns, articulações e coletivos de mulheres e atua a partir de Coletivas de Luta e com o apoio de uma coordenação nacional.	11,6 mil	26	Meios noticiosos
Cunhã Coletivo Feminista	Organização que atua pelos direitos das mulheres na cidade de João Pessoa (PB) desde 1990.	2.209	8	Publicações colaborativas
Evangélicas Pela Igualdade de Gênero (Mulheres EIG)	Movimento que articula ativistas digitais feministas e evangélicas que se organizam nas redes e nas ruas.	3.844 mil	21	Meios noticiosos
Feministas Antirracistas Socialistas	Militantes feministas que fazem parte do ROSA International Socialist Feminist Movement.	1.194	8	Publicações colaborativas
Fórum Mulheres de Pernambuco	Articulação feminista antirracista e anticapitalista de âmbito estadual.	12,8 mil	2	Publicações colaborativas
Frente de Mulheres de Campina Grande	Movimento que participa de eventos e atos públicos em defesa dos direitos das mulheres na cidade de Campina Grande, Paraíba.	1.163	10	Publicações colaborativas
Frente Estadual pela Legalização do Aborto (SP)	Articulação de São Paulo sustentada por ativistas e militantes de diferentes organizações, coletivos e movimentos feministas comprometidos em atuar em sintonia a favor da legalização do aborto no Brasil e contra a criminalização das mulheres.	5.338	49	Publicações colaborativas

Frente Nacional pela Legalização do Aborto	Articulação permanente sustentada por ativistas e militantes de diferentes organizações, coletivos e movimentos feministas comprometidos em atuar em sintonia a favor da legalização do aborto no Brasil e contra a criminalização das mulheres.	12,8 mil	15	Publicações colaborativas
Frente Paraibana pela Legalização do Aborto (FPBLA)	Frente Estadual pela Legalização do Aborto da Paraíba.	1.167	6	Publicações colaborativas
Frente Pela Legalização do Aborto da Baixada Santista	Ativistas feministas e movimentos sociais que reivindicam justiça reprodutiva, o direito ao aborto e pelo fim da violência obstétrica na Baixada Santista.	1.778	13	Publicações colaborativas
Humaniza Coletivo Feminista	Grupo de mulheres que luta pelo fim da violência obstétrica e por direitos sexuais e reprodutivos.	3.844 mil	2	Meios noticiosos
Juntas!	Coletivo nacional de mulheres feministas, antirracistas e anticapitalistas.	48,4 mil	29	Meios noticiosos
Juntos!	Movimento de juventude antifascista, anticapitalista e ecossocialista.	30,1 mil	7	Publicações colaborativas
Levante Feminista Contra o Femicídio, o Lesbocídio e o Transfemicídio no DF	Campanha nacional contra feminicídios no Brasil.	14,7 mil	1	Meios noticiosos
Marcha Mundial das Mulheres	Movimento internacional feminista que busca justiça social e econômica para as mulheres. Se organiza em núcleos e comitês em diversas cidades.	23 mil	19	Publicações colaborativas
Maria Vai com as Outras Coletivo Feminista	Grupo de feministas classistas antirracistas, anticapitalistas e ecossocialistas e antiLGBTfóbico da Baixada Santista.	2.702	6	Publicações colaborativas

Movimento Brasil Popular	Militantes de diversos movimentos populares, como jovens, negros e negras, feministas, LGBTIs, camponeses e sindicalista atuantes na defesa da democracia.	25,2 mil	11	Publicações colaborativas
Movimento de Mulheres Olga Benário	Movimento de mulheres que lutam contra a opressão patriarcal-capitalista e em prol do socialismo.	52,7 mil	7	Meios noticiosos
Movimento Mulheres e Feministas PB	Articulação que atua na defesa dos direitos das mulheres da Paraíba através de diversas ações, como protestos, manifestações, campanhas de conscientização e eventos culturais.	2.629	5	Publicações colaborativas
Mulheres Negras Decidem	O movimento qualifica e promove a agenda liderada por mulheres negras na política institucional, atuando por meio de formação política, reposicionamento de temas na agenda pública e pesquisas centradas em dados.	41,4 mil	1	Publicações colaborativas
Nem Presa Nem Morta	Ação coletiva de comunicação e incidência para transformar o debate público e as leis sobre aborto no Brasil.	87,6 mil	32	Meios noticiosos
Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Articulação política sem filiação partidária, composta por mulheres negras de diferentes setores da sociedade. Tem como objetivo central o combate ao racismo e ao sexismo e promove iniciativas de valorização da presença e da contribuição das mulheres negras em todas as esferas da sociedade.	9.490	5	Publicações colaborativas
Rede Emancipa	Movimento social de educação popular, com cursinhos pré-universitários e diversas frentes.	30,8 mil	3	Publicações colaborativas
União Brasileira de Mulheres - UBM	Entidade feminista do movimento social brasileiro, que atua na promoção e defesa dos direitos das mulheres.	11,1 mil	5	Publicações colaborativas

União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro)	Movimento nacional suprapartidário que atua na luta contra o racismo, sexismo, homofobia, intolerância e racismo religioso, e todas as suas formas correlatas de manifestação, pela luta de classes.	15,7 mil	3	Meios noticiosos
ONGs e outras organizações da sociedade civil - Inclui organizações não governamentais e outros tipos de articulações, como institutos, projetos que atuam em rede e também prestadores de serviço sem fins lucrativos, como organizações especializadas no âmbito do cuidado e defesa dos direitos e saúde da mulher.				
Anis Bioética	Organização não governamental feminista, antirracista e anticapacitista que tem como missão promover igualdade e os direitos humanos de mulheres e minorias.	27,8 mil	7	Meios noticiosos
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)	Entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo apoiar indivíduos e instituições de ensino de graduação e pós-graduação de saúde coletiva, ampliando seu diálogo com os serviços e a gestão do SUS, instituições governamentais, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil.	54,2 mil	1	Meios noticiosos
Católicas pelo Direitos de Decidir	Movimento político de cunho internacional que se articula em organizações não governamentais (ONGs) pelo mundo, aliando feminismo e religião na luta pelos direitos reprodutivos das mulheres.	38,6 mil	14	Meios noticiosos
Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes)	Entidade civil com propósitos de fomentar debates no campo da saúde. A instituição suprapartidária atua na produção e difusão de conhecimentos, de articulação e mobilização da sociedade.	7.199 mil	8	Meios noticiosos
Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)	Organização da sociedade civil, não governamental, sem fins lucrativos e de caráter público. Atua no monitoramento e incidência política para direitos das mulheres.	10,4 mil	7	Meios noticiosos

Cepia	Organização não governamental, sem fins lucrativos, voltada para a perspectiva de gênero e no marco dos direitos humanos e que privilegia em sua atuação as áreas da saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais, da violência e do acesso à justiça e do empoderamento de mulheres e de jovens.	5.783	12	Meios noticiosos
Coletivo Feminista S Saúde	Organização não governamental de encontro, acolhimento, atendimento e cuidado em saúde com uma perspectiva feminista.	56,5 mil	14	Publicações colaborativas
Comissão Arns	Organização da sociedade civil que atua em redes e é composta por juristas, intelectuais, jornalistas, ativistas e voluntários na defesa dos direitos humanos.	5.401	2	Meios noticiosos
Comitê Latino-Americano e Caribenho para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)	Rede de ONGs e ativistas criada para garantir o pleno exercício e gozo dos direitos humanos para todas as mulheres da América Latina e do Caribe.	4.582	10	Publicações colaborativas
Criola	Organização voltada para a defesa de direitos das mulheres negras.	33,6 mil	3	Meios noticiosos
Geledés - Instituto da Mulher Negra	Organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e de pessoas negras. Atuam por meio de advocacy, difusão e gestão da memória institucional, educação e pesquisa, políticas de promoção da igualdade de gênero e raça, redes sociais e comunicação, dentre outros.	176 mil	5	Meios noticiosos
Girl Up	Iniciativa internacional que treina e conecta meninas para que sejam líderes e ativistas pela igualdade de gênero. Apoiam clubes de meninas, contribuem na liderança de ações e na construção de projetos de lei, por exemplo.	43,2 mil	2	Publicações colaborativas

Grupo Curumim	Organização feminista antirracista que desenvolve projetos de fortalecimento da cidadania das mulheres em todas as fases de suas vidas.	7.748	3	Meios noticiosos
Instituto Liberta	Organização que trabalha a partir do conhecimento e reflexão sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Atuam por meio de campanhas, filmes, apoio a pesquisa e ações correlatas a causa.	157 mil	7	Publicações colaborativas
Mapa do Acolhimento	Nasceu como campanha e hoje atua como uma rede contínua de acolhimento e mobilização para o enfrentamento à violência de gênero.	88 mil	2	Publicações colaborativas
Me Too	Organização voltada para a luta contra assédio e violência de gênero.	42,6 mil	2	Meios noticiosos
Nossas	Organização ativista que trabalha para fortalecer a democracia no Brasil, em defesa da justiça climática, racial e de gênero.	39,9 mil	2	Meios noticiosos
Plataforma de Direitos Humanos - DHESCA	Rede formada por organizações e articulações da sociedade civil, que tem como objetivos desenvolver ações de promoção e defesa dos direitos humanos.	7.278	1	Publicações colaborativas
Projeto Cravinas	Clínica jurídica de extensão da Faculdade de Direito da UnB que atua com foco principal em direitos sexuais e reprodutivos. Desenvolve estudos, atua na defesa de casos, oferece formação e busca garantir o acesso à informação e a garantia desses direitos.	6.833	1	Publicações colaborativas
Projeto Vivas	Organização não governamental e sem fins lucrativos, que auxiliar meninas, mulheres e outras pessoas com capacidade de engravidar a acessar os serviços de aborto legal e seguro no Brasil, pelo SUS ou, nos casos não permitidos pela lei brasileira, no exterior.	18,7 mil	15	Meios noticiosos

Promotoras Legais Populares - PLP Santos	Projeto de educação popular feminista que oferece capacitação em noções de direito e cidadania, para que possam ajudar outras mulheres a combaterem violências e discriminações de gênero.	1.319	1	Publicações colaborativas
Rede de Desenvolvimento Humano	Associação civil, sem fins lucrativos, que tem como missão a promoção do desenvolvimento humano que contemple a igualdade entre os gêneros, raças/etnias, o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e promoção da diversidade cultural.	2.592	10	Publicações colaborativas
Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras	Grupo que atua na defesa e promoção dos direitos e cuidados em saúde sexual e reprodutiva baseada em evidências.	14,5 mil	6	Publicações colaborativas
Rede Nacional Feminista de Saúde	Rede integrada por organizações não governamentais, pesquisadoras e grupos acadêmicos, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo. Está presente em instâncias nacionais, governamentais e não governamentais, que incidem sobre as políticas públicas de saúde e de direitos das mulheres.	9.274	6	Publicações colaborativas
Serenas	Organização sem fins lucrativos, fundada e gerida por mulheres, dedicada a prevenir as violências baseadas no gênero no Brasil por meio da educação.	11,7 mil	2	Publicações colaborativas
Parlamentares - Inclui deputados (as) federais e estaduais, vereadoras e, para os fins desta pesquisa, um Ministro de Governo.				
Amanda Paschoal	Vereadora do PSOL pela cidade de São Paulo. Ativista dos movimentos negro, feminista e LGBTQIA+.	140 mil	3	Publicações colaborativas
Carol Dartora	Deputada federal do PT pelo estado do Paraná.	104 mil	8	Meios noticiosos

Débora Lima	Presidenta do PSOL de São Paulo e coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).	13,5 mil	17	Publicações colaborativas
Erika Hilton	Deputada federal do PSOL pelo estado de São Paulo, parlamentar influente que representa pautas feministas e LGBTQIA+.	3,9 mi	9	Meios noticiosos
Fernanda Melchionna	Deputada federal do PSOL pelo estado do Rio Grande do Sul. Declara em seu perfil ser feminista e socialista.	592 mil	25	Meios noticiosos
Ivan Valente	Deputado federal do PSOL pelo estado de São Paulo.	343 mil	18	Meios noticiosos
Luana Alves	Vereadora do PSOL pela cidade de São Paulo. Ativista dos movimentos negro, feminista e LGBTQIA+.	173 mil	11	Publicações colaborativas
Luciana Genro	Deputada estadual do PSOL pelo Rio Grande do Sul. É feminista e socialista.	165 mil	17	Publicações colaborativas
Monica Seixas	Deputada estadual do PSOL por São Paulo e eleita por meio de candidatura coletiva.	154 mil	15	Publicações colaborativas
Sâmia Bomfim	Deputada federal do PSOL pelo estado de São Paulo. Declara em seu perfil ser feminista.	1,3 mi	42	Meios noticiosos
Silvio de Almeida	Advogado e professor universitário. Exerceu o cargo de ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania até setembro de 2024, quando foi demitido em meio a denúncias de assédio sexual.	829 mil	2	Meios noticiosos
Mandatos coletivos				
Mandato Coletivo da Bancada Feminista do PSOL	Atua na defesa dos direitos das mulheres dentro do poder legislativo, promovendo políticas progressistas e de igualdade de gênero na Câmara Municipal de São Paulo.	143 mil	22	Meios noticiosos
Sindicatos				
ANDES-SN	Sindicato que representa docentes de ensino superior, básico, técnico e tecnológico no país.	41,7 mil	2	Meios noticiosos

Central Única de Trabalhadores (CUT Nacional)	Organização sindical que busca defender os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.	152 mil	11	Meios noticiosos
Sintusp	Entidade sindical que representa os trabalhadores da Universidade de São Paulo (USP).	3.390	2	Publicações colaborativas
Lideranças religiosas				
Ed René Kivitz	Pastor considerado progressista e conhecido por questionar tradições e trazer novas perspectivas sobre fé e justiça social.	560 mil	1	Meios noticiosos

APÊNDICE C – Quadro dos atores antifeministas selecionados para a análise do Instagram

Ator	Descrição	Quantidade de seguidores no Instagram	Quantidade de publicações analisadas	Identificado(a) nos meios noticiosos ou nas publicações colaborativas
Parlamentares - Inclui prefeitos, deputados (as) federais e estaduais, senadores e vereadores (as).				
Abilio Brunini	Atual prefeito da cidade de Cuiabá pelo Partido Liberal (PL). Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro e já teve falas com grande repercussão sobre estupro de vulnerável e comentários transfóbicos.	1,3 mi	6	Publicações Colaborativas
Bia Kicis	Deputada federal do PL pelo Distrito Federal. Conhecida por posicionamentos políticos reacionários e por seu ativismo em pautas como o voto impresso e o movimento pró-vida.	2,2 mi	25	Meios noticiosos
Capitão Alden	Deputado federal do PL pelo estado da Bahia. Se identifica em seu perfil no Instagram como conservador, patriota, anticomunista e armamentista.	344 mil	46	Publicações Colaborativas
Caroline De Toni	Deputada federal do PL pelo estado de Santa Catarina. Se define como parte da direita política e dentre as pautas políticas defendidas destacam-se a oposição ao Movimento dos Sem Terra (MST), aborto, ideologia de gênero e doutrinação em escolas.	1,1 mi	9	Publicações Colaborativas
Chris Tonietto	Deputada federal do PL pelo estado do Rio de Janeiro. Se identifica como pró-vida e pró-família e é conhecida também por seus posicionamentos contra a chamada "ideologia de gênero".	295 mil	21	Meios noticiosos
Coronel Chrisóstomo	Deputado federal do PL pelo estado de Rondônia. Se declara como a favor de Deus, da pátria, da família e da liberdade.	347 mil	12	Publicações Colaborativas

Coronel Fernanda	Deputa federal do PL pelo estado do Mato Grosso. Policial militar que ganhou notoriedade por seu apoio a Jair Bolsonaro.	132 mil	4	Publicações Colaborativas
Cristiano Caporezzo	Deputado estadual do PL pelo estado de Minas Gerais. Se identifica como conservador e pró-vida e tem como pautas o livre mercado, armamentismo e família.	382 mil	8	Publicações Colaborativas
Diego Garcia	Deputado federal do Republicanos pelo estado do Paraná. É o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família e tem atuado à frente de projetos como o Estatuto do Nascituro.	50,6 mil	16	Publicações Colaborativas
Eduardo Girão	Senador da República pelo estado de Ceará e filiado ao Partido Novo. Se declara cristão, pró-vida e pró-família.	496 mil	13	Meios noticiosos
Franciane Bayer	Deputada federal do Republicanos pelo estado do Rio Grande do Sul. Se declara defensora da infância e contra o aborto.	26,8 mil	11	Meios noticiosos
Gilberto Cattani	Deputado estadual do PL pelo Mato Grosso. Declara em seu perfil ser bolsonarista, anti-MST e anti-PT.	243 mil	8	Meios noticiosos
Greyce Elias	Deputada federal do Avante pelo estado de Minas Gerais. Produtora rural, se declara cristã.	52 mil	1	Meios noticiosos
Hélio Lopes	Deputado federal do PL pelo estado do Rio de Janeiro. Militar da reserva, se apresenta como contrário ao movimento negro e pró-aborto, além de ser presidente do "PL Integração", grupo dentro do Partido Liberal que busca "dar voz a pretos de direita".	1,8 mi	13	Publicações Colaborativas
Índia Armelau	Amanda Armelau é deputada estadual pelo Rio de Janeiro e filiada ao PL. Após se aposentar da carreira de nadadora, ficou conhecida por seu ativismo político nas redes sociais com críticas ao PT.	551 mil	2	Publicações Colaborativas

Julia Zanatta	Deputada federal do PL pelo estado de Santa Catarina. É crítica ao que classifica como "doutrinação ideológica" nas escolas e se opõe ao aborto. Já foi associada a campanhas antivacina contra a Covid-19.	785 mil	14	Meios noticiosos
Lucas Pavanato	Vereador da cidade de São Paulo, filiado ao PL. Inicialmente se envolveu no ativismo político por meio do Movimento Brasil Livre (MBL). Conservador, se opõe à descriminalização das drogas e do aborto, além de se referir às políticas públicas de gênero como "agenda woke".	3,7 mi	4	Publicações Colaborativas
Marcos Rogério	Senador da República pelo estado de Rondônia e filiado ao PL. Ganhou destaque nacional ao ser um dos grandes defensores do governo do presidente Jair Bolsonaro durante a CPI da Pandemia do Covid-19.	854 mil	2	Publicações Colaborativas
Mário Frias	O ator é hoje deputado federal do PL pelo estado de São Paulo. Já foi denunciado por propagar, durante a campanha presidencial de 2022, uma desinformação que sugeria uma ligação de Lula com o crime organizado.	2,3 mi	20	Meios noticiosos
Messias Donato	Deputado federal do Republicanos pelo estado do Espírito Santo. Se identifica como conservador e em prol de valores cristãos.	341 mil	49	Publicações Colaborativas
Nikolas Ferreira	Deputado federal do PL pelo estado de Minas Gerais. Ganhou notoriedade inicialmente no ambiente digital pela defesa de ideias negacionistas, discursos transfóbicos, desinformativos e discriminatórios, além da militância bolsonarista.	18,6 mi	7	Meios noticiosos
Paulo Bilynkj	Delegado de polícia, professor e deputado federal do PL pelo estado de São Paulo.	1,4 mi	21	Meios noticiosos

Priscila Costa	Vereadora da cidade de Fortaleza, filiada ao PL. Apoiadora de Jair Bolsonaro e atual vice-presidente nacional do PL da Mulher.	411 mil	12	Publicações Colaborativas
Rodolfo Nogueira	Deputado federal do PL pelo estado do Mato Grosso do Sul. Apoiador de Jair Bolsonaro.	224 mil	6	Publicações Colaborativas
Silvia Waiãpi	Deputada federal do PL pelo estado do Amapá. Está alinhada politicamente ao bolsonarismo e se identifica como republicana conservadora.	364 mil	3	Meios noticiosos
Tomé Abduch	Deputado estadual do Republicanos por São Paulo. Era comentarista político e ajudou organizar o Movimento Nas Ruas, fundado em 2011, com o objetivo de combater a corrupção e impunidade.	653 mil	5	Publicações Colaborativas
Parlamentares e lideranças religiosas - Parlamentares que também atuam como lideranças religiosas e, nesse caso, são pastores de igrejas evangélicas.				
Damares Alves	Senadora da República pelo Distrito Federal e filiada ao partido Republicanos. É pastora evangélica e já ocupou o cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.	3,7 mi	10	Meios noticiosos
Magno Malta	Pastor evangélico e Senador da República pelo estado do Espírito Santo e filiado ao PL. Conhecido por seu apoio a Jair Bolsonaro, por seu posicionamento anti-aborto e por falas homofóbicas.	2,6 mi	13	Publicações Colaborativas
Marco Feliciano	Pastor evangélico e deputado federal do PL pelo estado de São Paulo. Já gerou diversas controvérsias pelas declarações polêmicas, principalmente em relação a temas como direitos da população LGBTQIA+ e direito ao aborto.	3,4 mi	4	Meios noticiosos

Sóstenes Cavalcante	Pastor evangélico e deputado federal do PL pelo estado do Rio de Janeiro. Próximo de Silas Malafaia e se identifica como defensor da vida e da família. Propositor do PL 1904/2024.	599 mil	123	Meios noticiosos
Lideranças ou organizações religiosas				
Andre Valadão	Pastor evangélico e presidente da Igreja Batista da Lagoinha. Já se envolveu em controvérsias por desinformação e homofobia nas redes sociais.	6,3 mi	1	Publicações Colaborativas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil.	364 mil	2	Meios noticiosos
Fabio Sousa	Pastor evangélico filiado ao PL. Foi deputado federal pelo estado de Goiás, deputado estadual e vereador por Goiânia.	113 mil	3	Publicações Colaborativas
Pe. Paulo Ricardo	Sacerdote católico e escritor conhecido por ser adepto aos posicionamentos conservadores da direita política.	2,7 mi	5	Publicações Colaborativas
Silas Malafaia	Pastor evangélico neopentecostal brasileiro, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e bastante conhecido por sua influência política.	4,4 mi	6	Meios noticiosos
Organizações de movimentos sociais				
Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto	Organização de natureza suprapartidária e supra religiosa que defende a vida desde sua concepção.	14,3 mil	11	Meios noticiosos
Pessoa influente ou profissional especialista - Inclui personalidades influentes politicamente e/ou digitalmente, bem como especialistas atuantes em determinadas organizações profissionais.				
Mariana Brito	Criadora de conteúdo digital e conhecido por posicionamentos antifeministas.	559 mil	1	Publicações Colaborativas
Michelle Bolsonaro	Atual esposa de Jair Bolsonaro e ex-primeira-dama do país. É defensora de diversos projetos sociais e é Presidente Nacional do PL Mulher.	7,6 mi	1	Publicações Colaborativas

Raphael Câmara	Médico ginecologista, anti-aborto e conselheiro federal de medicina pelo Rio de Janeiro. Ex-Secretário Nacional de Atenção Primária do Ministério da Saúde no governo Jair Bolsonaro (2020-222).	11,5 mil	5	Publicações Colaborativas
ONGs e outras organizações da sociedade civil - Inclui organizações não governamentais e outros tipos de articulações, como institutos e/ou think tanks quem visam influenciar o debate público por meio de lobby.				
Instituto Isabel	Organização que influencia tomadores de decisão e formuladores de políticas no Brasil, atuando por meio de advocacy para defender valores da família, entre outros.	2.381	7	Meios noticiosos
Frentes Parlamentares				
Frente Parlamentar Evangélica	Fundada em 2003, reúne deputados e senadores de confissão cristã evangélica. Atualmente presidida pelo Deputado Federal Gilberto Nascimento.	9.818	1	Meios noticiosos